



Metropolitano de Lisboa, EPE

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2025

Documento não conforme com ESEF

30.junho.2026

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

O presente documento constitui uma versão não oficial e não auditada do documento oficial de prestação de contas do Metropolitano de Lisboa, EPE, a submeter no *site* da CMVM. Não obstante, corresponde a uma cópia fiel da referida informação financeira de prestação de contas, e que se encontra igualmente no *site* do Metropolitano de Lisboa com o nome "Relatório e Contas Anual 2025 – Versão não oficial – não auditada". Em caso de discrepância, prevalece a informação financeira oficial submetida à CMVM.

Assinatura Digital

Este relatório é assinado em formato digital.

O Conselho de Administração

Eng.^a Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.^a Sónia Alexandra Martins Páscoa

As demonstrações financeiras e seus Anexos são assinados em formato digital.

O Contabilista Certificado

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Índice

I.	Natureza do relatório.....	9
II.	Sumário Executivo.....	10
1.	Mensagem da Presidente.....	10
2.	Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa	11
III.	Organização.....	12
1.	O ML e as suas participadas.....	12
2.	Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão.....	13
	Propósito.....	13
	Âmbito.....	13
	Princípios de gestão	13
IV.	Análise de contexto.....	14
	Partes interessadas	14
1.	Análise externa.....	15
	Política.....	15
	Económica.....	16
	Social.....	17
	Tecnológica.....	18
	Ambiental.....	18
	Legal	19
2.	Análise interna.....	20
	Organização.....	20
	Processos.....	20
	Capital humano.....	20
	Recursos materiais.....	21
	Recursos financeiros.....	21
	Infraestrutura e Material circulante.....	21
3.	Riscos e Oportunidades	22
4.	Estrutura de Governação	24
	Modelo de governação.....	24
	Estatuto remuneratório	24
	Obrigações de governação	25
5.	Órgãos Sociais.....	26
	Identificação dos Órgãos Sociais	26
	Estrutura organizacional.....	28
V.	Estratégia	28
1.	Objetivos estratégicos.....	28
VI.	Modelo de negócio.....	30
1.	Áreas de negócio e criação de valor.....	30
	Qualidade.....	31
2.	Investimento e expansão da rede.....	31
	Melhorar os níveis de serviço ao cliente.....	31
	Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente	32
	Promover a sustentabilidade ambiental e energética.....	34
	Sistema de controlo automático de comboios e novo material circulante	34
	Aquisição de material circulante (24 unidades de tração, com opção de mais 12).....	35
	Renovação/revisão dos sistemas de acionamento de portas de passageiros da frota.....	35
	Sistemas e equipamentos.....	35
3.	Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante	37
	Desempenho operacional da infraestrutura principal.....	37
	Desempenho operacional do material circulante	37

4.	Oferta do serviço de transporte	39
5.	Procura	40
	Atividades complementares	41
6.	A atividade comercial	42
	Metrocom, SA	42
	Ferconsult, SA	44
	TREM, ACE	45
	TREM II, ACE	46
	Ensitrans	46
VII.	Desempenho	47
1.	Capital financeiro	47
	Receitas tarifárias	47
	Receitas complementares	48
	Resultados	49
	Rendimentos operacionais – Contas individuais	51
	Rendimentos operacionais – Contas consolidadas	51
	Gastos operacionais – Contas individuais	52
	Gastos operacionais – Contas consolidadas	53
	EBITDA – Contas individuais	53
	EBITDA – Contas consolidadas	54
	Gastos com pessoal – Contas individuais	54
	Resultados financeiros	55
	Fluxos financeiros	56
	Estrutura patrimonial	57
	Gestão de risco financeiro	58
	Passivo remunerado	58
	Investimento	60
2.	Capital intelectual	63
	Desenvolvimento de competências	63
	Inovação e tecnologia	64
3.	Capital humano	65
	Trabalhadores	65
	Remuneração	67
	Segurança e saúde no trabalho	68
4.	Capital social	69
	Responsabilidade Social	69
	Igualdade e não discriminação	70
	Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	70
	Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade	71
	Clientes	71
	Segurança das instalações	73
	Comunicação institucional	74
	Participação em atividades de organismos nacionais e internacionais	75
5.	Capital natural	76
VIII.	Relato sobre o cumprimento das orientações do acionista e disposições legais	79
1.	Execução do Plano de Atividades e Orçamento	79
	a) Execução do Plano de Atividades e Orçamento	79
	b) Objetivos e metas de gestão	80
	c) Orçamento financeiro (carregado no SIGO/SOE)	81
	d) Autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025	81
2.	Eficiência operacional e evolução dos gastos operacionais	82
3.	Recursos humanos e Massa salarial	82
4.	Plano de Investimentos	83
5.	Contratualização de Serviço Público	83

a) Indicadores, metas anuais e respetiva execução.....	84
b) Compensações recebidas pelas Obrigações de Serviço Público.....	88
6. Gestão do risco financeiro.....	89
7. Limite de crescimento do endividamento.....	89
8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.....	90
9. Prazo médio de pagamentos (PMP) e “Arrears”.....	90
10. Estatuto do Gestor Público.....	91
a) Objetivos de gestão.....	91
b) Artigos 32.º e 33.º do EGP.....	91
c) Despesas não documentadas ou confidenciais.....	92
11. Contratação pública.....	92
12. Informação complementar.....	93
a) Sistema Nacional de Compras Públicas.....	93
b) Recomendações do acionista.....	93
c) Diligências para solucionar reservas emitidas na última CLC.....	94
d) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou IGF, nos últimos três anos.....	95
e) Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).....	95
13. Quadro-síntese do cumprimento das orientações.....	96
IX. Síntese de resultados.....	97
1. Eventos subsequentes.....	97
2. Perspetivas futuras.....	97
3. Proposta de aplicação de resultados.....	98
X. Anexos.....	99
1. Declarações finais.....	100
2. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC).....	101
3. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC).....	102
4. Demonstrações Financeiras individuais e Anexo.....	103
Demonstrações Financeiras individuais.....	104
Anexo às Demonstrações Financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025.....	109
5. Demonstrações Financeiras consolidadas e Anexo.....	145
Demonstrações Financeiras consolidadas.....	146
Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025.....	152
6. Demonstrações orçamentais.....	193
Orçamento e Plano orçamental plurianual.....	193
Plano plurianual de investimentos.....	194
Demonstrações de relato individual.....	195
Anexo às Demonstrações orçamentais.....	200
7. Declaração de conformidade da informação reportada no SISEE.....	204
8. Parecer do Conselho Fiscal às Contas individuais e consolidadas.....	205
9. Certificação Legal das Contas individuais e consolidadas.....	206
10. Relatório do Auditor Externo (Contas individuais e consolidadas).....	207
11. Indicadores GRI e tabela de indicadores GRI.....	208
Limites do relatório.....	208
Análise de materialidade.....	208
Metodologia.....	209
Indicadores GRI.....	210
12. Relato da taxonomia ambiental – 2025.....	230
1. Enquadramento.....	230
2. Análise de elegibilidade.....	230
3. Análise de alinhamento.....	230
4. KPI.....	233
13. Aprovação do Plano de Atividade e Orçamento – 2025.....	237
XI. Responsabilidade social, Qualidade e Ambiente.....	262

Política de responsabilidade social	262
Igualdade de Género	262
Desenvolvimento sustentável.....	262
Política de gestão da Qualidade e Ambiente	263
XII. Carta do cliente	264
XIII. Glossário de Termos e respetivas Fontes	266
XIV. Siglas e Acrónimos.....	271

Índice de quadros

Quadro 1 – Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa	11
Quadro 2 – Alinhamento das partes interessadas com as formas de auscultação	15
Quadro 3 – Variação do PIB face ao período homólogo	16
Quadro 4 – Total de dormidas	16
Quadro 5 – Taxa de desemprego	17
Quadro 6 – Proporção da população empregada em teletrabalho	17
Quadro 7 – Análise de riscos à corrupção	23
Quadro 8 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	24
Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira	25
Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial	26
Quadro 11 – Identificação, formação académica e pelouros dos membros do CA	27
Quadro 12 – Identificação dos Membros do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa	27
Quadro 13 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa	27
Quadro 14 – Evolução da oferta	39
Quadro 15 – Taxa de realização da oferta	39
Quadro 16 – Evolução da Procura	40
Quadro 17 – Produção de cartões Lisboa Viva (inclui canal <i>online</i>)	41
Quadro 18 – Metrocom – Indicadores de Atividade	42
Quadro 19 – EBITDA e Resultado Operacional da Metrocom	43
Quadro 20 – Faturação Metrocom	43
Quadro 21 – Ferconsult – Indicadores de Atividade	44
Quadro 22 – EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult	45
Quadro 23 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro	45
Quadro 24 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro	46
Quadro 25 – Receitas de títulos de transporte	47
Quadro 26 – Receitas complementares	48
Quadro 27 – Resultados – Contas individuais	49
Quadro 28 – Resultados – Contas consolidadas e individuais do Grupo de Empresas do ML	50
Quadro 29 – Resultados – Contas consolidadas	50
Quadro 30 – Rendimentos Operacionais – Contas individuais	51
Quadro 31 – Rendimentos Operacionais – Contas consolidadas	51
Quadro 32 – Gastos Operacionais – Contas Individuais	52
Quadro 33 – Gastos operacionais – Contas consolidadas	53
Quadro 34 – EBITDA corrigido – Contas individuais	53
Quadro 35 – EBITDA corrigido – Contas consolidadas	54
Quadro 36 – Gastos com pessoal – Contas individuais	54
Quadro 37 – Resultados financeiros – Contas individuais	55
Quadro 38 – Demonstração de fluxos de caixa – Contas individuais	56
Quadro 39 – Atividades de financiamento (ótica de Fluxos de Caixa) – Contas individuais	56
Quadro 40 – Ativo total – Contas individuais	57
Quadro 41 – Capital Próprio e Passivo – Contas individuais ML	57
Quadro 42 – <i>Rating</i> do ML	58
Quadro 43 – Passivo Remunerado ML – Contas individuais	58
Quadro 44 – Passivo Remunerado – Contas consolidadas	59
Quadro 45 – Projetos de Investimento ML – 2025	60
Quadro 46 – Investimento Financeiro	63
Quadro 47 – Efetivo do Metropolitano de Lisboa	66
Quadro 48 – Dados do efetivo do Metropolitano de Lisboa, por género	66
Quadro 49 – Efetivo do grupo de empresas do ML	66
Quadro 50 – Dados do efetivo do grupo de empresas do ML, por género	66
Quadro 51 – N.º total de recursos humanos – ML	67
Quadro 52 – Idade do efetivo do grupo de empresas do ML	67
Quadro 53 – Rácio do salário base entre mulheres e homens do grupo de empresas do ML,	68
Quadro 54 – Acidentalidade do grupo de empresas do ML	68
Quadro 55 – Acidentalidade por género	69
Quadro 56 – Taxa de absentismo do grupo de empresas do ML	69
Quadro 57 – Atividade de fiscalização	73

Quadro 58 – Outros indicadores de atividade.....	73
Quadro 59 – Execução do Plano de Atividades e Orçamento.....	79
Quadro 60 – Objetivos de gestão.....	80
Quadro 61 – Grau de execução do orçamento financeiro.....	81
Quadro 62 – Autorizações concedidas.....	81
Quadro 63 – Eficiência operacional.....	82
Quadro 64 – Eficiência operacional – Informação adicional.....	82
Quadro 65 – Recursos humanos e Massa salarial.....	82
Quadro 66 – Movimentos de Pessoal em 2025.....	83
Quadro 67 – Investimento.....	83
Quadro 68 – Indicadores de Eficácia e Penalidades Contratuais (2025).....	84
Quadro 69 – Penalidades contratuais apuradas por trimestre.....	87
Quadro 70 – Apuramento da compensação pelo cumprimento das OSP.....	88
Quadro 71 – Compensações reconhecidas pelas Obrigações de Serviço Público.....	88
Quadro 72 – Análise de valores por receber e por autorizar.....	89
Quadro 73 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados.....	89
Quadro 74 – Variação do endividamento.....	89
Quadro 75 – Disponibilidades no IGCP.....	90
Quadro 76 – Disponibilidades na Banca Comercial.....	90
Quadro 77 – Prazo médio de pagamentos.....	90
Quadro 78 – Dívidas vencidas.....	90
Quadro 79 – Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 55.º da LOE 2025.....	91
Quadro 80 – Gastos com comunicações.....	92
Quadro 81 – Gastos anuais associados a viaturas.....	92
Quadro 82 – Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais.....	96
Quadro 83 – Priorização dos aspetos materiais.....	208
Quadro 84 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia e os ODS.....	209
Quadro 85 – Tabela Resumo GRI (I).....	225
Quadro 86 – Tabela Resumo GRI (II).....	226
Quadro 87 – Tabela Resumo GRI (III).....	227
Quadro 88 – Tabela Resumo GRI (IV).....	228
Quadro 89 – Tabela Resumo GRI (V).....	229

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas).....	37
Gráfico 2 - Fiabilidade da infraestrutura principal (média de 12 meses; valores em horas).....	37
Gráfico 3 - Ocupação na hora de ponta da manhã.....	38
Gráfico 4 - Taxa de cobertura das necessidades.....	38
Gráfico 5 - Evolução de fiabilidade média.....	38
Gráfico 6 - Taxa de ocupação global.....	42
Gráfico 7 - Volume de ocupação dos Espaços Comerciais (m ²).....	43
Gráfico 8 - Evolução das receitas por linha.....	44
Gráfico 9 - Receitas de títulos de transporte.....	48
Gráfico 10 - Detalhe receitas de títulos de transporte.....	48
Gráfico 11 - Passivo remunerado.....	59
Gráfico 12 - Horas de formação/efetivo.....	64
Gráfico 13 - Efetivo por género e por faixa etária.....	67
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens do grupo de empresas do ML.....	68
Gráfico 15 - Eficiência energética.....	77
Gráfico 16 - Indicador DIF - 2025.....	84
Gráfico 17 - Indicador DMC - 2025.....	84
Gráfico 18 - Indicador DEM - 2025.....	85
Gráfico 19 - Indicador DAS - 2025.....	85
Gráfico 20 - Indicador FSC - 2025.....	85
Gráfico 21 - Indicador REG - 2025.....	85

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Organograma de participações sociais.....	12
Ilustração 2 - As partes interessadas do grupo de empresas do ML.....	14
Ilustração 3 - Análise SWOT.....	22
Ilustração 4 - Riscos TOP da organização.....	23
Ilustração 5 - Organograma do Metropolitano de Lisboa.....	28
Ilustração 6 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo METRO.....	29
Ilustração 7 - Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro.....	30

I. Natureza do relatório

O Relatório Consolidado integra a informação financeira e não financeira do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, respeitante ao exercício de 2025.

O presente relatório foi elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 66.º (“Relatório de Gestão”), 66.º-A (“Anexo às contas”) e 66.º-B (“Demonstração não financeira”) do Código das Sociedades Comerciais, tendo igualmente em consideração as diretrizes do IIRC – International Integrated Reporting Council (Conselho Internacional para o Relato Integrado), no que respeita à informação relativa à estratégia, à gestão e ao desempenho dos principais vetores de negócio do grupo empresarial.

A informação apresentada procura ainda dar resposta às “Orientações sobre o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2025” aplicáveis às EPE, constantes do Ofício-Circular n.º SAI/2026/904, de 26/01/2026, da Entidade do Tesouro e Finanças, bem como reforçar a compreensão, pelas partes interessadas, da estratégia de negócio, do modelo de criação de valor e do desempenho do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa. Neste contexto, o relatório enquadra a informação apresentada com os objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO), justificando os principais desvios observados no período, e inclui ainda informação relativa à governação, à análise de contexto, à estratégia, bem como à divulgação e ao desempenho alcançado nos diferentes capitais (financeiro, intelectual, humano, social e natural).

O presente relatório evidencia o empenho e o rigor com que o Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), a Ferconsult, SA, a Metrocom, SA, o TREM, ACE e o TREM II, ACE prosseguem a implementação contínua de medidas e procedimentos orientados para a criação de valor, o reforço da qualidade do serviço prestado, a promoção da mobilidade sustentável, a descarbonização e a melhoria da qualidade de vida de clientes e trabalhadores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e republicação pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, bem como, quando aplicável, com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards*), as Normas Internacionais de Contabilidade e as respetivas interpretações, coletivamente designadas por IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas na União Europeia.

Nos termos do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os documentos que integram o presente Relatório e Contas serão preparados em Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF), em conformidade com as especificações previstas no Regulamento Delegado (UE) 2018/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018, e alterações subsequentes, tendo igualmente sido considerados os *guidances* disponibilizados pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), designadamente através da versão atualizada do *ESEF Reporting Manual*.

A informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards. Refira-se ainda que essa informação não foi sujeita a verificação externa. Foi igualmente dado cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, nos termos do qual, no caso de sociedades obrigadas a apresentar demonstração não financeira, o revisor oficial de contas deve apenas atestar que a mesma, ou o relatório separado, foram apresentados.

II. Sumário Executivo

1. Mensagem da Presidente

Apresento o Relatório e Contas de 2025 do Metropolitano de Lisboa, um exercício que decorreu num enquadramento exigente, do ponto de vista operacional e financeiro, e que este Conselho de Administração assume como ponto de partida do seu mandato.

Em 2025, o resultado operacional e o EBITDA registaram uma evolução positiva face ao ano anterior, sustentada sobretudo pelo acréscimo dos subsídios à exploração e dos mecanismos de compensação associados ao serviço público, num contexto em que o volume de negócios se manteve sob pressão e os custos com energia, serviços e pessoal continuaram elevados. A estrutura de capitais foi consolidada através do contínuo apoio do acionista, com a consequente redução do endividamento. O resultado líquido do exercício permaneceu negativo, refletindo a natureza do modelo de financiamento da empresa e o peso dos encargos com a infraestrutura de longa duração.

A par destes números, o ano evidenciou desafios que a empresa não pode ignorar. A perceção da qualidade do serviço por parte dos clientes ficou aquém do que o Metropolitano de Lisboa ambiciona, a disponibilidade dos meios mecânicos de acesso conheceu períodos de fragilidade e a oferta nem sempre acompanhou a procura. São matérias que estão hoje no centro das prioridades deste Conselho de Administração.

É com esse diagnóstico que olhamos para o triénio 2026–2028. O Plano Estratégico para o período traça um caminho claro: melhorar de forma mensurável o serviço prestado ao cliente, expandir e modernizar a rede, assegurar a sustentabilidade financeira da empresa e valorizar quem nela trabalha. A expansão da rede, a modernização da sinalização e do material circulante, a renovação dos sistemas de acesso e a aposta na acessibilidade são os instrumentos dessa mudança.

Deixo uma palavra de reconhecimento aos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, cujo empenho assegura o funcionamento diário da rede, e aos nossos clientes, a quem este Conselho se compromete a prestar, ao longo deste mandato, um serviço melhor do que aquele que estes números retratam. É esse o compromisso com que assumimos as funções e com que prestamos contas.

Lisboa, 30 de junho de 2026.

Cristina Vaz Tomé

Presidente do Conselho de Administração

2. Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Quadro 1 – Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2025	2024	Var. 2025/2024	
				Abs	%
Indicadores de PROCURA					
PT (Passageiros Transportados)	n.º	173 475 554	176 727 284	(3 251 730)	(1,8)
PKT (Passageiros x km)	n.º	899 261 588	922 918 550	(23 656 961)	(2,6)
Indicadores de OFERTA					
CKM (Carruagens x km)	n.º	29 764 753	29 435 201	329 552	1,1
LKO (Lugares x km)	n.º	3 809 888 350	3 767 705 716	42 182 634	1,1
Qualidade de Serviço					
Regularidade	%	96,0	88,6	-	7,4 p.p.
Taxa de Ocupação	%	23,6	24,5	-	(0,9) p.p.
INDICADORES DE RH					
Nº de efetivos a 31.Dez (Grupo empresas ML)	n.º	1 590	1 573	17	1,1
Massa Salarial (Grupo empresas ML)	€	73 096 705	70 548 489	2 548 217	3,6
Indemnizações por Rescisão	€	0	0	0	-
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	€	4 429 928 143	4 276 458 143	153 470 000	3,6
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	€	5 694 525 670	5 699 540 413	(5 014 743)	(0,1)
Ativo corrente	€	263 912 511	227 103 321	36 809 190	16,2
Total Ativo	€	5 958 438 181	5 926 643 734	31 794 447	0,5
Capital Próprio	€	2 401 513 209	2 256 846 146	144 667 063	6,4
Passivo	€	3 556 924 972	3 669 797 588	(112 872 616)	(3,1)
Total Capital Próprio e Passivo	€	5 958 438 181	5 926 643 734	31 794 447	0,5
INVESTIMENTOS					
Despesa de Investimento ¹	€	113 975 244	97 181 924	16 793 320	17,3
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Passivo Remunerado	€	2 967 447 962	3 077 447 962	(110 000 000)	(3,6)
Autonomia Financeira %	%	40,30	38,08	-	2,2 p.p.
Solvabilidade %	%	67,52	61,50	-	6,0 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS					
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	18	18	0	-
Volume de Negócios Consolidado	€	131 101 362	132 970 029	(1 868 666)	(1,4)
EBITDA Consolidado (corrigido) ²	€	23 163 273	(5 371 079)	28 534 351	531,3
Margem do EBITDA Consolidado (corrigido)	%	17,7	(4,0)	-	21,7 p.p.
Rendimentos Operacionais Consolidados (corrigidos) ²	€	277 432 022	143 333 710	134 098 312	93,6
Gastos Operacionais Consolidados (corrigidos) ²	€	(253 968 152)	(145 776 064)	(108 192 088)	(74,2)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais Consolidados (corrigidos)	%	(109,2)	(98,3)	-	(10,9) p.p.

¹ A "Despesa de investimento" apenas considera o investimento líquido de TPE e de Encargos Financeiros.

² Valor corrigido de Provisões, Ajustamentos, Imparidades, Aumentos/reduções de justo valor, Subsídios ao investimento, Equivalência patrimonial/subsidiárias e outras rubricas non-cash.

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta.

Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

III. Organização

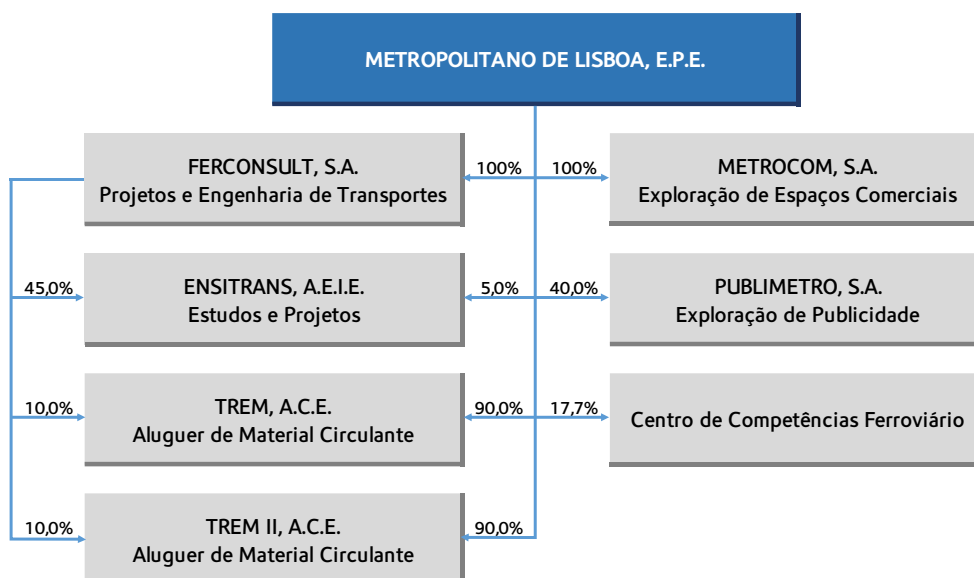
1. O ML e as suas participadas

O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes, em regime de concessão. Para o efeito, desenvolve igualmente atividades conexas, designadamente a operação, a promoção do transporte público (TP) e a manutenção da infraestrutura.

Paralelamente, procede à exploração comercial dos espaços existentes na rede, através da cedência de áreas para lojas, máquinas de venda automática e outros serviços, por intermédio da Metrocom, SA, bem como da comercialização de espaços publicitários através da Publimetro, SA.

A participada Ferconsult, SA, detida a 100% pelo Metropolitano de Lisboa, assumiu-se como o principal parceiro no desenvolvimento da rede, nomeadamente na construção de novas linhas e na expansão das existentes. No âmbito do processo de reestruturação concluído no final de 2020, os trabalhadores desta entidade foram integrados no quadro de pessoal da empresa-mãe.

Ilustração 1 – Organograma de participações sociais



2. Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão

O Metropolitano de Lisboa, EPE, é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cujo capital estatutário é detido a 100% pelo Estado, regendo-se por estatutos próprios¹, pelo regime aplicável às empresas públicas² e demais legislação aplicável.

A Ferconsult, SA e a Metrocom, SA são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

O Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente é um documento no qual são definidas as diretrizes do “Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente” do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.

Em 2021³ o Conselho de Administração (CA) deliberou a aprovação dos conceitos “Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão” que a seguir se enunciam:

Propósito

Ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Âmbito

Prestar um serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano ou noutros sistemas de mobilidade em canal dedicado, onde se insere a gestão global da infraestrutura nomeadamente a conceção, a produção da construção e a exploração, incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, em regime de concessão atribuída pelo Estado promovendo a mobilidade sustentável e visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

Princípios de gestão

As decisões gestionárias tomadas pelo Metropolitano de Lisboa refletem os seguintes princípios de gestão:

- O superior interesse dos nossos clientes.
- As expectativas das diferentes partes interessadas, construindo relações duradouras de confiança com os nossos trabalhadores, clientes, parceiros e comunidades.
- O desenvolvimento do negócio de forma socialmente responsável e sustentável, articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- A promoção do transporte público e da mobilidade sustentável.
- O rigor, a transparência e o comportamento ético.
- A qualidade e a segurança na prestação do serviço com recurso a soluções inovadoras, eficientes e criando valor nas áreas em que atuamos.

¹ Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, na sua redação atual.

² Desde 2011 que o ML foi reclassificado como EPR (entidade pública reclassificada), ou seja, foi equiparado a Serviços e Fundos Autónomos (SFA), sendo assim integrado no universo do Orçamento do Estado, o que implica a obrigação do mesmo de apoiar financeiramente o ML, EPE, disponibilizando os fundos necessários para que a empresa satisfaça os compromissos assumidos.

³ Deliberação n.º 1587859, de 16 de setembro de 2021.

IV. Análise de contexto

Partes interessadas

Para o Metropolitano de Lisboa, EPE e a participada Metrocom, SA, as partes interessadas incluem todos os grupos identificados de acordo com as orientações da AA1000 Stakeholder Engagement, cuja qualidade de vida, bem-estar e sustentabilidade possam ser afetadas pelas atividades desenvolvidas. O reconhecimento das partes interessadas vai além das relações formais e contratuais, abrangendo, também os impactos sociais, ambientais e económicos das ações da organização.

Neste enquadramento, o Metropolitano de Lisboa assegura uma prestação de contas transparente relativamente à sua atividade, cadeia de valor e desempenho. Entre os seus principais stakeholders incluem-se os clientes, as entidades reguladoras, os trabalhadores, o Estado, os parceiros sociais, os lojistas, os outros operadores de transporte e as comunidades locais. Esta análise visa identificar não apenas dependências diretas, mas também relações mais subtis ou indiretas com outros grupos que possam ser afetados, tais como comunidades locais, grupos ambientais e outras partes interessadas com interesse em sustentabilidade, inovação e responsabilidade social.

Através desta abordagem, o ML evidencia o compromisso com a melhoria contínua e com a implementação de medidas que promovem a criação de valor sustentável. Este compromisso assenta na sua capacidade de gerir e desenvolver infraestruturas de transporte público eficientes, seguras e ambientalmente responsáveis, aliada a uma gestão operacional e financeira rigorosa, orientada para a qualidade do serviço prestado aos clientes.

Com este processo, o ML garante não apenas a mitigação de riscos, mas também a criação de oportunidades para a construção de parcerias mais eficazes e para o desenvolvimento de soluções colaborativas que respondam aos interesses de todos os envolvidos, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua da qualidade de vida das populações afetadas.

Ilustração 2 – As partes interessadas do grupo de empresas do ML



Para as diferentes partes interessadas foram identificadas as respetivas obrigações de conformidade, os documentos que as enquadram e os principais mecanismos de auscultação e comunicação aplicáveis.

Quadro 2 – Alinhamento das partes interessadas com as formas de auscultação

OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE (Tipo de documentação)		FORMAS DE AUSCULTAÇÃO /COMUNICAÇÃO
CLIENTES	Carta do cliente NP 4475 – Transporte público de passageiros – Rede de Metro – Características e fornecimento do serviço	Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC) Reclamações site da Empresa
TUTELA	Contrato de Concessão (<i>Aditamento ao Contrato de Concessão obteve o visto prévio do Tribunal de Contas em 15 de julho de 2024 e vigorará até 1 de julho de 2030</i>)	Reuniões Correio eletrónico Plataformas do Setor Empresarial do Estado
ENTIDADES REGULADORAS, DE SUPERVISÃO E DE INSPEÇÃO	Legislação e outros requisitos legais aplicáveis em vigor ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – Requisitos	Auditorias Reportes de informação financeira e não financeira
TRABALHADORES	Contrato de Trabalho Acordos de Empresa: AE II (Licenciados e Bacharéis) e AEI (Trabalhadores não licenciados)	Portal da Empresa Correio eletrónico Questionário de Satisfação dos Trabalhadores (Estudo de Clima da Empresa)
FORNECEDORES	Contratos	Avaliação de Fornecedores Plataforma de contratação
COMUNIDADE	ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização ISO 50001 – Sistema de Gestão de Energia – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (em fase de implementação)	site do ML Reclamações ambientais
OUTROS OPERADORES DE TRANSPORTE	Decisões documentadas tomadas na TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	Reuniões Correio eletrónico
ORGANISMOS, ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES	Estatutos, Protocolos ou Cartas de Compromisso (adesão voluntária do ML)	Correio eletrónico
LOJISTAS DO ESPAÇO ML	Acordos de cedência de espaços	Inquérito de Satisfação aos lojistas Auditorias internas

1. Análise externa

A análise anual do contexto externo apresentada neste Relatório Consolidado segue a metodologia PESTAL, incidindo sobre os vetores político, económico, social, tecnológico, ambiental e legal, enquanto dimensões com potencial impacto na atividade e na estratégia do Metropolitano de Lisboa.

Política

O contexto político internacional em 2025 manteve-se marcado por um elevado nível de incerteza geopolítica, decorrente da persistência de conflitos armados e de tensões entre grandes blocos económicos e estratégicos. Este enquadramento continuou a influenciar os fluxos comerciais, os custos de contexto, as cadeias de abastecimento e a evolução das políticas públicas, com reflexos indiretos sobre a atividade económica europeia.

No plano das relações económicas externas, o agravamento de tensões comerciais e a reconfiguração de alianças internacionais mantiveram-se como fatores relevantes de instabilidade. Para organizações com forte dependência de investimento, financiamento público e cadeias de fornecimento complexas, este enquadramento traduziu-se numa maior exigência ao nível do planeamento, da gestão de risco e da previsibilidade dos projetos.

Em termos gerais, 2025 confirmou a manutenção de um quadro internacional volátil, caracterizado por maior fragmentação política e por uma crescente pressão sobre os mecanismos de coordenação multilateral. Este contexto reforça a necessidade de prudência na condução de políticas públicas e na execução de investimentos de longo prazo.

Em Portugal, 2025 ficou igualmente marcado por instabilidade política, num contexto de maior fragmentação parlamentar e de dificuldades acrescidas de construção de consensos. Ainda assim, manteve-se a continuidade das principais orientações de política orçamental e de investimento público, incluindo medidas com impacto na mobilidade, no financiamento de infraestruturas e no apoio às famílias.

No que respeita aos grandes projetos de mobilidade, a execução de investimentos continuou dependente de decisões governativas, autorizações administrativas, mecanismos de financiamento e calendários de contratação pública. Esta realidade evidencia a sensibilidade dos projetos estruturantes a fatores exógenos de natureza política e institucional, com impacto direto na previsibilidade dos prazos e da execução material.

Do ponto de vista do Metropolitano de Lisboa, este enquadramento reforça a importância da estabilidade das decisões públicas, da articulação com a tutela e da atempada concretização de mecanismos de financiamento, licenciamento e acompanhamento dos projetos. A execução dos investimentos estratégicos da empresa permanece, por isso, estreitamente dependente do contexto político-institucional e da capacidade de coordenação entre entidades intervenientes.

Económica

Em 2025, o PIB português cresceu 1,9% em volume, após um aumento de 2,2% em 2024. A procura interna voltou a dar um contributo positivo para a variação anual do produto, apoiada numa aceleração das despesas de consumo final, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente, em resultado da desaceleração mais acentuada das exportações face às importações. Em termos nominais, o PIB aumentou 5,9%, atingindo cerca de 307 mil milhões de euros.

Quadro 3 – Variação do PIB face ao período homólogo

Variação do PIB face ao período homólogo (%)					
2023	2024	1.ºT 2025	2.ºT 2025	3.ºT 2025	4.ºT 2025
3,1%	2,2%	1,6%	1,7%	2,2%	1,9%

Fonte: INE

Em 2025, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa média anual de 2,3%, ligeiramente inferior à observada em 2024 (2,4%). Excluindo energia e bens alimentares não transformados, a inflação subjacente situou-se em 2,2%, confirmando uma trajetória de abrandamento gradual. A evolução dos preços foi influenciada, em especial, pelo comportamento mais moderado dos produtos energéticos.

De acordo com o INE, em 2025, a variação média anual do Índice de Custos de Construção de Habitação Nova foi de 4,0%, após uma variação média de 3,4% no ano anterior, com o índice de materiais a aumentar em média 0,9% (-0,3% em 2024) e o de mão-de-obra 7,7% (8,2% no ano anterior).

Ao longo de 2025 confirmou-se uma trajetória de descida das taxas de juro na área do euro, com o Banco Central Europeu a prosseguir o ciclo de cortes, fixando a taxa de depósito em 2% no final do ano. Esta evolução contribuiu para aliviar parte da pressão financeira sobre famílias e empresas e para melhorar, em termos relativos, as condições de financiamento da economia.

No que respeita ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), 2025 foi marcado por um esforço continuado de aceleração da execução, com manutenção da celebração de contratos, lançamento de concursos e cumprimento progressivo de marcos e metas. Apesar dos desafios próprios da fase final de vários projetos de grande dimensão, Portugal manteve uma posição favorável em termos de execução relativa no contexto europeu.

Quadro 4 – Total de dormidas

	Total de Dormidas (10 ³)				
	2023	2024	2025	Var (%) 2024/2023	Var (%) 2025/2024
Nacional	77.179,2	80.354,8	82.085,4	4,1%	2,2%
AM Lisboa	23.558,0	24.506,7	24.777,1	4,0%	1,1%

Fonte: INE

O turismo manteve um desempenho favorável em 2025, com crescimento do número de hóspedes e dormidas, continuando a constituir um fator relevante de dinamização económica, particularmente em Lisboa. A realização de eventos corporativos, culturais e profissionais reforçou a atratividade da cidade e sustentou níveis elevados de mobilidade urbana.

Lisboa foi eleita, pela 3.ª vez, como o melhor destino da Europa para congressos, reuniões e eventos corporativos atribuído pelos World Mice Awards. Em 2025, continua a registar crescimentos significativos no número de eventos realizados. A cidade continua a acolher vários eventos corporativos, culturais e desportivos. O impacto económico foi notável, tendo as receitas turísticas atingido os 29,1 milhões de euros (+ 5,0% face ao verificado em 2024), apesar de algumas preocupações com o custo de vida e a capacidade hoteleira durante o pico da Web Summit.

Em 2025, Portugal registou melhorias adicionais na avaliação de crédito soberano por parte das principais agências de *rating*, refletindo a evolução favorável dos indicadores macroeconómicos e financeiros, nomeadamente a redução do endividamento externo e o reforço da robustez institucional e orçamental. Este enquadramento contribui para a melhoria das condições gerais de financiamento da economia e do setor público empresarial.

A Standard&Poor's (S&P) elevou o *rating* de Portugal de 'A-' para 'A', em fevereiro e de 'A' para 'A+', em agosto, atribuindo uma perspetiva positiva, em reconhecimento da melhoria da posição financeira externa do país e da redução dos riscos de liquidez. Pela primeira vez, uma agência atribuiu duas melhorias no mesmo ano. Por outro lado, a Fitch elevou o *rating* de 'A-' (março) para 'A' (setembro), com uma perspetiva estável, refletindo a melhoria

dos indicadores de governação e redução da dívida pública. Estas revisões em alta refletem a redução do endividamento externo e a previsão de crescimento acima da média da Zona Euro para 2026 e 2027.

Do ponto de vista do Metropolitano de Lisboa, o contexto económico de 2025 continuou a refletir pressões relevantes ao nível dos custos operacionais, nomeadamente energia, serviços e pessoal, num quadro em que as tarifas ao utilizador permaneceram condicionadas por decisões de política pública. Em paralelo, a empresa manteve o esforço de modernização do serviço e de reforço da capacidade, através da continuidade do investimento na expansão da rede, em material circulante e sistemas.

No plano do investimento, mantiveram-se desafios relevantes de execução física e temporal, em especial nos projetos de expansão e modernização da rede, com impacto no ritmo de concretização dos investimentos previstos. Este enquadramento é coerente com os desvios de execução identificados na secção VII, nomeadamente na estrutura patrimonial, nos fluxos de caixa e na realização do investimento.

Social

Em 2025, o contexto social em Portugal foi marcado por uma estabilização gradual após o ciclo inflacionista mais intenso de 2023 e 2024. A inflação desacelerou para níveis mais próximos da meta do Banco Central Europeu, o que, a par da inversão parcial da política monetária restritiva, contribuiu para algum alívio sobre os encargos financeiros das famílias. Ainda assim, o novo patamar de custo de vida, em especial na habitação e em bens essenciais, continuou a condicionar o rendimento disponível e os padrões de consumo.

A taxa de desemprego manteve uma trajetória favorável em 2025, situando-se em 6,0% a nível nacional, embora o desemprego jovem continue a revelar níveis elevados. Este contexto traduz um mercado de trabalho globalmente resiliente, mas com fragilidades persistentes em segmentos mais jovens e em áreas com menor estabilidade ocupacional.

Quadro 5 - Taxa de desemprego

	Taxa de Desemprego face ao período homólogo (%)					
	2023	2024	1.ºT 2025	2.ºT 2025	3.ºT 2025	4.ºT 2025
Nacional	6,5%	6,4%	6,6%	5,9%	5,8%	5,8%
AM Lisboa	6,7%	6,5%	6,8%	6,5%	6,2%	5,8%

Fonte: INE

Quadro 6 - Proporção da população empregada em teletrabalho

Proporção da População Empregada em Teletrabalho (%)		
2023	2024	2025
17,8%	21,5%	21,5%

Fonte: INE

O teletrabalho consolidou-se como uma realidade estrutural em Portugal, abrangendo uma proporção relevante da população empregada. Esta transformação mantém efeitos duradouros sobre os padrões de mobilidade urbana, introduzindo maior dispersão temporal da procura e reduzindo a rigidez dos movimentos pendulares tradicionais. Em paralelo, continuam a ganhar relevância modelos de organização do trabalho mais flexíveis, orientados para resultados e eficiência.

A evolução recente dos hábitos de consumo evidencia um consumidor mais prudente, sensível ao preço e mais digital. O aumento do custo de vida reforçou a procura de soluções de menor custo e consolidou o recurso a canais digitais de compra e entrega, com reflexos nos padrões de deslocação, na utilização do espaço urbano e na organização das rotinas diárias.

Em 2025, a pressão sobre o mercado habitacional em Lisboa manteve-se elevada, com impacto significativo no custo de vida e nas condições de fixação de população, em especial entre os mais jovens. Esta realidade influencia as dinâmicas de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, reforçando movimentos pendulares mais longos, soluções residenciais partilhadas e uma maior pressão sobre as redes de transporte público.

Paralelamente, em 2025 continuaram a ser implementadas medidas públicas de apoio à mobilidade, designadamente através do alargamento e reformulação de títulos sociais e do reforço de incentivos à utilização de transportes públicos e modos suaves. Estas medidas visam reduzir a despesa das famílias, promover a descarbonização e favorecer padrões de mobilidade mais sustentáveis.

Do ponto de vista do Metropolitano de Lisboa, estas transformações sociais traduzem-se numa procura menos linear e mais distribuída ao longo do dia, exigindo maior capacidade de adaptação da oferta, da gestão operacional e da leitura dos padrões de utilização. A mobilidade urbana tende, assim, a refletir uma combinação crescente de deslocações pendulares, movimentos ocasionais e procura associada a múltiplos fins, para além do tradicional eixo casa-trabalho.

As obras do Plano Geral de Drenagem de Lisboa mantiveram, em 2025, impacto na circulação e na organização do espaço urbano, embora com relevância estrutural para a mitigação do risco de cheias e para o reforço da resiliência da cidade. Este tipo de intervenção, apesar dos constrangimentos temporários que pode gerar, constitui um fator relevante de adaptação urbana e de proteção futura das infraestruturas e da mobilidade.

Tecnológica

Portugal mantém uma trajetória consistente de adoção de tecnologias emergentes, com destaque para a Inteligência Artificial (IA), a Internet das Coisas (IoT), a analítica avançada e a valorização de dados. Apesar desta evolução, subsiste incerteza quanto ao ritmo e à profundidade com que estas tecnologias se traduzirão em ganhos efetivos de produtividade, transformação organizacional e criação de valor.

Estas tecnologias estão a evoluir de fases experimentais para aplicações cada vez mais operacionais, com potencial impacto na automação de processos, na eficiência operacional, na manutenção preditiva e na tomada de decisão baseada em dados. Em paralelo, a rápida evolução da IA generativa, da análise preditiva e dos sistemas autônomos coloca novos desafios ao nível da regulação, da governação, das competências e da gestão de risco.

O enquadramento estratégico nacional mantém-se alinhado com as prioridades europeias, nomeadamente através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Programa Europa Digital, que incentivam o reforço de capacidades em computação, conectividade, dados e inteligência artificial. A expansão da rede 5G cria, neste contexto, oportunidades adicionais para comunicações em tempo real, sistemas conectados e integração de múltiplas fontes de informação.

A transição digital entrou numa fase de consolidação, com maior foco na integração de sistemas, na interoperabilidade e na governação de dados. Em infraestruturas complexas como as redes de transporte, esta evolução assume particular relevância, na medida em que suporta uma gestão mais integrada de ativos, operações, manutenção, serviço ao cliente e planeamento de investimento.

A cibersegurança assume, por isso, um papel cada vez mais crítico, sobretudo no contexto de infraestruturas críticas e sistemas operacionais altamente conectados. O reforço do enquadramento europeu, designadamente com a NIS2, e a centralidade do RGPD mantêm-se particularmente relevantes para entidades com forte dependência de sistemas digitais, redes de comunicação, dados operacionais e informação de clientes.

Do ponto de vista do Metropolitano de Lisboa, este contexto reforça a importância da transformação digital como vetor de eficiência, resiliência e qualidade de serviço. Em particular, ganham relevância o reforço da interoperabilidade dos sistemas, a digitalização de processos, a monitorização inteligente de ativos, a manutenção assistida por dados, a melhoria da informação ao cliente e a proteção cibernética de infraestruturas e operações críticas.

Ambiental

O ano de 2025 confirmou a persistência das alterações climáticas como um dos principais desafios estratégicos para as infraestruturas urbanas. Após os valores recorde registados em 2024, 2025 manteve-se entre os anos mais quentes desde que há registo, prolongando um ciclo recente de temperaturas globalmente muito elevadas em comparação com a era pré-industrial. Este enquadramento traduziu-se numa maior pressão sobre os recursos naturais e numa frequência acrescida de fenómenos extremos, como inundações, secas severas e incêndios florestais, com potenciais impactos sobre a operação, a manutenção e a resiliência das infraestruturas críticas.

Neste contexto, reforçou-se a necessidade de adaptação das infraestruturas urbanas a fenómenos climáticos extremos, com impacto direto na continuidade e fiabilidade dos serviços públicos essenciais. A qualidade ambiental, a gestão do território, a proteção da biodiversidade e a mitigação da poluição atmosférica assumem, por isso, uma relevância crescente nas políticas públicas e nas decisões de investimento, nomeadamente em áreas como a mobilidade sustentável, a eficiência energética e a resiliência urbana.

Face a este enquadramento, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu, em 2025, o reforço da sua estratégia de adaptação e resiliência, evoluindo da fase de planeamento para a implementação gradual de soluções tecnológicas e operacionais enquadradas no Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML).

Em 2025, verificaram-se sinais positivos associados ao progresso das obras dos túneis de drenagem no município de Lisboa. Embora estas infraestruturas ainda não se encontrem concluídas, começaram já a contribuir para o desvio de caudais em zonas críticas da cidade. Este efeito refletiu-se na redução de infiltrações e de constrangimentos operacionais em pontos historicamente mais vulneráveis da rede, designadamente em áreas centrais como a Baixa de Lisboa.

A resposta do Metropolitano de Lisboa aos desafios climáticos em 2025 não se limitou às soluções de engenharia e drenagem, integrando também objetivos de eficiência energética, descarbonização e continuidade de serviço. Neste quadro, a empresa reforça o seu posicionamento enquanto infraestrutura crítica de mobilidade urbana, cuja fiabilidade futura dependerá cada vez mais da capacidade de adaptação aos riscos ambientais e climáticos.

Legal

A evolução do enquadramento legal aplicável ao grupo de empresas do Metropolitano de Lisboa, tanto a nível nacional como europeu, continua a reforçar as exigências de conformidade, em especial nas áreas da sustentabilidade, do relato não financeiro e da governação. Neste contexto, torna-se essencial acompanhar de forma continuada as alterações legislativas e regulamentares, assegurando capacidade de adaptação, cumprimento e resposta atempada aos novos requisitos.

No âmbito do relato de sustentabilidade, a entrada em vigor da Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) reforçou de forma significativa as obrigações de reporte. As entidades de interesse público anteriormente abrangidas pela Non-Financial Reporting Directive (NFRD) passam a reportar, em 2026, a informação relativa ao exercício de 2025, em concordância com os novos requisitos, mais detalhados, normalizados e exigentes, com impacto direto na preparação, qualidade e rastreabilidade da informação a divulgar.

Mantém-se igualmente a obrigatoriedade de divulgação de informação em conformidade com o Regulamento da Taxonomia da União Europeia, designadamente no que respeita à identificação e ao reporte das atividades económicas ambientalmente sustentáveis, com especial enfoque nos objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

O aditamento ao Contrato de Concessão do Serviço Público de transporte por metropolitano de passageiros, celebrado em 27 de março de 2024, veio reforçar o enquadramento jurídico da atividade do Metropolitano de Lisboa. Ao assumir a posição de concedente e de autoridade de transportes competente, o Estado prorrogou a concessão por mais seis anos, até 1 de julho de 2030.

Este enquadramento visa assegurar maior estabilidade e previsibilidade para a execução dos investimentos estratégicos e para a clarificação das Obrigações de Serviço Público, respetivos mecanismos de compensação e instrumentos de monitorização contratual.

Prevê-se ainda a aprovação de um novo diploma legal especificamente dirigido ao enquadramento do Metropolitano de Lisboa. Esse regime deverá assumir a forma de decreto-lei, sendo necessário desenvolver o respetivo processo legislativo.

Por outro lado, o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) mantém-se como uma obrigação central, exigindo a adoção de medidas adequadas de proteção de dados pessoais, a manutenção de funções de acompanhamento especializadas e a implementação de práticas que assegurem a privacidade, a segurança da informação e a conformidade regulatória. Neste enquadramento, o Metropolitano de Lisboa mantém o compromisso de assegurar o cumprimento integral das obrigações legais e regulamentares aplicáveis, reforçando uma atuação responsável e alinhada com as melhores práticas nacionais e europeias. Desde maio de 2018, o ML tem um *Data Protection Officer* (DPO) que tem colaborado na implementação das alterações necessárias para assegurar a conformidade com a legislação em vigor.

Em conjunto, estes vetores externos confirmam um enquadramento mais exigente para o planeamento, a execução do investimento, a gestão operacional e o cumprimento regulatório, reforçando a importância de uma resposta organizacional integrada, prudente e orientada para a resiliência.

2. Análise interna

A par da análise ao contexto externo, procede-se igualmente à avaliação dos principais fatores internos da organização, com incidência sobre a estrutura organizativa, os processos, o capital humano, os recursos materiais e financeiros, e a infraestrutura e o material circulante.

Organização

A estrutura organizativa do ML tem-se mantido estável nos últimos anos, encontrando-se refletida no organograma em vigor (ver Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa, na página 28), o qual tem contribuído para o bom funcionamento e desenvolvimento do negócio. Com o objetivo de colmatar constrangimentos ao nível da comunicação, sem comprometer o funcionamento global da organização, foi criada, no final de 2024, a Direção de Comunicação. Esta decisão teve em conta a crescente dimensão, complexidade, relevância e notoriedade pública das atribuições do Metropolitano de Lisboa, que colocam desafios acrescidos no domínio da comunicação. Neste contexto, pretende-se reforçar a comunicação interna e externa, de forma integrada, promovendo o diálogo, a colaboração entre colaboradores e um ambiente de trabalho mais inclusivo e participativo.

Os atuais membros do Conselho de Administração encontram-se em funções desde 1 de janeiro de 2026 e foram nomeados para o mandato 2026–2028 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 213/2025, publicado no Diário da República n.º 248, 1.ª Série, de 26 de dezembro de 2025.

Neste contexto, a atual estrutura organizativa será objeto de ajustamentos decorrentes da entrada em funções da nova administração.

Processos

Os processos de trabalho e a forma como as atividades são desenvolvidas no Metropolitano de Lisboa encontram-se devidamente definidos e documentados, entre outros, nos respetivos Manuais de Processo.

A continuidade do projeto de implementação de uma cultura de inovação tem vindo, de forma gradual, a contribuir para a melhoria das metodologias adotadas por alguns processos, fomentando a abertura da empresa ao exterior e a adoção de novos métodos de trabalho. Neste âmbito, importa ainda referir que estão a ser testadas novas tecnologias, nomeadamente soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA), a par do reforço da digitalização dos processos.

Desde 2021, o ML mantém a certificação do seu serviço de transporte público de passageiros pela norma NP 4475:2020, encontrando-se claramente definidos os requisitos a cumprir para que o serviço prestado ao cliente seja considerado de qualidade, o que implica a monitorização contínua desses requisitos.

Com a entrada em vigor do novo aditamento ao Contrato de Concessão do Serviço Público de transporte de passageiros do Metropolitano de Lisboa, vigente até 1 de julho de 2030, passou a ser obrigatória a elaboração do “Relatório Trimestral da Eficácia do Cumprimento Contratual” e do “Relatório Anual do Cumprimento Contratual”, para efeitos de monitorização e controlo dos indicadores da qualidade do serviço público prestado ao cliente. Neste contexto, torna-se necessário alinhar os processos e indicadores do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA) com o referido Contrato de Concessão por forma a assegurar, sempre que solicitado, a demonstração dos processos e dos *inputs* utilizados nos cálculos, garantindo o rigor dos resultados e a respetiva rastreabilidade.

Capital humano

No âmbito do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), manteve-se o objetivo de reforço do efetivo, essencial para dar resposta às exigências operacionais da empresa, designadamente ao nível da operação, manutenção e desenvolvimento de projetos estratégicos associados à modernização e expansão da rede. O preenchimento, por substituição, das vagas originadas pela saída de trabalhadores permitiu o reforço das equipas afetas aos planos de manutenção, a concretização de concursos internos para formação de maquinistas e, simultaneamente, o rejuvenescimento do quadro de pessoal, assegurando a continuidade do *know-how* técnico da organização.

Contudo, apesar da necessidade de reforço de efetivos, as saídas continuam a suceder a ritmo superior à capacidade de contratação, levando à acumulação de substituições e vagas por preencher. As maiores dificuldades de recrutamento verificam-se sobretudo ao nível de técnicos especializados nas áreas de eletricidade, eletrónica e eletromecânica, perfis particularmente escassos no mercado de trabalho e com elevadas expectativas salariais, o que torna os processos de recrutamento mais exigentes e prolongados.

O efetivo continua a caracterizar-se por uma idade média elevada, realidade transversal às diferentes categorias profissionais e particularmente sensível em áreas associadas à operação e manutenção das infraestruturas. O aumento do número de saídas, em grande parte motivadas por reformas, reforça os desafios associados ao equilíbrio entre a renovação geracional e a preservação do conhecimento técnico acumulado ao longo dos anos.

Em 2025, a empresa deparou-se igualmente com um número significativo de saídas por rescisão do contrato por iniciativa dos trabalhadores, maioritariamente nas áreas da manutenção. Estas situações estiveram associadas, sobretudo, à atração exercida por ofertas remuneratórias mais competitivas e por condições de horário mais favoráveis no mercado de trabalho, particularmente para perfis técnicos especializados, contribuindo para reforçar os desafios já existentes ao nível da retenção de talento nestas áreas críticas.

Neste contexto, a estratégia de recursos humanos mantém o foco numa política de recrutamento sustentada para os próximos anos, orientada para o reforço e rejuvenescimento do capital humano, promovendo simultaneamente a transferência de conhecimento entre gerações e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores.

Para apoiar este objetivo, o grupo de empresas do Metropolitano de Lisboa continua a apostar em diversos canais de atração de talento, designadamente através da continuidade do reforço das parcerias com entidades formadoras, da participação em feiras de emprego, da divulgação de oportunidades profissionais em plataformas digitais e redes sociais, da colaboração com empresas especializadas em recrutamento e no prosseguimento de programas de *trainees*, procurando assim aumentar a capacidade de atração de perfis técnicos qualificados.

Recursos materiais

A legislação em vigor, nomeadamente, o Código da Contratação Pública e a necessidade de autorização da Tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, bem como o uso de critérios das compras ecológicas na busca pela procura do que é mais sustentável e ecologicamente correto, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

Em 2025 deu-se continuidade à aplicação das medidas especiais de contratação pública aprovadas em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

Recursos financeiros

Em 2025, nas contas individuais do Metropolitano de Lisboa, o volume de negócios ascendeu a 130,37 M€, traduzindo um decréscimo de 1,89 M€ (-1,4%) face a 2024. Comparativamente com o previsto no PAO 2025, que apontava para um volume de negócios de 138,10 M€, a execução ficou aquém do estimado em 7,74 M€ (-5,6%).

O EBITDA corrigido fixou-se em 22,58 M€, refletindo uma melhoria de 28,39 M€ face ao exercício anterior. Em comparação com a estimativa constante do PAO 2025, registou-se igualmente um desvio favorável de 29,51 M€.

No que respeita ao grupo de empresas do ML, as contas consolidadas evidenciaram, em 2025, uma redução do volume de negócios de 1,4% face a 2024, correspondente a 1,87 M€, passando de 132,97 M€ para 131,10 M€.

O EBITDA corrigido consolidado do grupo de empresas do ML apresentou também uma evolução positiva, fixando-se em 23,16 M€, o que representa uma melhoria de 28,53 M€ face ao ano anterior.

Nas contas consolidadas, o resultado operacional situou-se em 248,50 mil euros, registando um acréscimo de 19,12 M€ face a 2024.

A melhoria do EBITDA e do resultado operacional ficou a dever-se, em larga medida, ao reforço dos subsídios à exploração e dos restantes mecanismos de compensação associados ao serviço público, num contexto em que o volume de negócios registou uma ligeira redução face ao exercício anterior.

O Aditamento ao Contrato de Concessão, que vigorará até 1 de julho de 2030, estabelece mecanismos equilibrados para a remuneração e monitorização do serviço, com ênfase nas Obrigações de Serviço Público e no controlo rigoroso dessas responsabilidades. Visa ainda garantir a estabilidade e a previsibilidade necessárias para a implementação de um exigente plano de investimentos, além de apoiar a estratégia de melhoria e desenvolvimento sustentável do serviço público de transporte.

Infraestrutura e Material circulante

A infraestrutura e o material circulante são elementos essenciais para o cumprimento da missão do Metropolitano de Lisboa, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

Não obstante o esforço significativo associado ao desenvolvimento de projetos de reabilitação e reconversão da frota, com imobilização prolongada de composições — como sucede no contrato de reconversão para condução automatizada —, foi possível manter níveis adequados de disponibilidade operacional, particularmente no período de ponta da manhã em dia útil, superando as necessidades decorrentes do plano de oferta.

Em 2025, a disponibilidade média da frota no período de ponta da manhã, em dia útil, registou 91 composições disponíveis para serviço público, face a uma necessidade máxima diária de 90 composições. Este valor representa uma diminuição de 4% relativamente ao período homólogo. A ligeira redução da disponibilidade média da frota face ao período homólogo refletiu, em particular, o impacto da execução de programas de manutenção, reabilitação e reconversão de composições, bem como constrangimentos pontuais no fornecimento atempado de materiais por parte de fornecedores.

Ao nível da infraestrutura principal, a continuidade do processo de modernização do sistema de sinalização (CBTC) permitiu evoluções técnicas relevantes face a 2024, embora com impacto pontual na disponibilidade da rede durante o período de implementação.

Em maio, a indisponibilidade mensal superou o valor máximo de referência de 4 horas acumuladas em toda a rede. Ainda assim, a média anual fixou-se em 1,49 horas.

No que respeita à fiabilidade da infraestrutura principal, o valor médio de 99 horas entre falhas manteve-se abaixo dos objetivos definidos, evidenciando a necessidade de prosseguir os esforços de estabilização do desempenho técnico da rede.

3. Riscos e Oportunidades

Após uma análise detalhada dos contextos externo e interno, foram identificados os principais riscos e oportunidades estratégicos, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão e a definição de ações futuras.

A análise de riscos permite identificar as ameaças que podem impactar o desempenho e o cumprimento dos objetivos da organização, enquanto a análise de oportunidades incide sobre tendências e fatores que podem ser aproveitados para alcançar vantagens competitivas.

Neste sentido, esta avaliação é fundamental para reforçar a capacidade de adaptação e resiliência da organização, permitindo antecipar desafios e maximizar o seu potencial.

Os resultados dessa análise são apresentados de seguida através de uma análise SWOT, que sintetiza de forma clara as forças (S), fraquezas (W), oportunidades (O) e ameaças (T) identificadas:

Ilustração 3 – Análise SWOT



O ML tem um Sistema de Gestão de Risco (SGR) consolidado com recurso a ferramentas informáticas desenvolvidas internamente (SAP e SAC⁴) e suportado num Manual de Risco⁵.

Em 2025, o Comité de Risco da Organização cumpriu as atribuições previstas no Regulamento, tendo reunido trimestralmente e alinhado o SGR com a estratégia da Empresa. Toda a informação foi registada no sistema de informação da Empresa através de relatórios trimestrais.

De salientar que, ao longo do ano, foi promovida a cultura do risco, para além do contacto regular com os *risk owners*, através de ações de sensibilização sobre o SGR a toda a Comunidade de Trabalho.

Em 2025, os riscos TOP da Organização eram os seguintes⁶:

Ilustração 4 – Riscos TOP da organização

TOP
Cambial e commodities
Controlo de receita tarifária
Envolvente política, social e macroeconómica
Gestão da expansão da rede
Gestão de tesouraria
Fraude, corrupção e comportamentos não éticos
Gestão da dívida, crédito e financiamento
Gestão de relações laborais
Inovação e modernização da rede
Processos judiciais
Segurança das TI

Para além da visão macro do SGR existem subsistemas de gestão de risco.

Destacam-se, a este respeito, entre outros, o subsistema da expansão da rede do Metro relativo à Linha Circular (prolongamento entre a estação Rato e a estação Cais do Sodré, incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande), ligado ao risco macro de “Gestão da expansão da rede” e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)⁷, ligado ao risco macro de “Fraude, corrupção e comportamentos não éticos”.

No âmbito do sistema de gestão do risco de fraude no âmbito do PRR, foi efetuado em 2025 o *follow-up* dos planos de ação identificados no “Relatório de Autoavaliação do Risco de Fraude – PRR: 2.ª Avaliação”. No entanto, em 2025, os projetos em causa deixaram de ser financiados pelo PRR, por decisão do Conselho da União Europeia.⁸

Considerando a amplitude dos projetos implementados na Empresa em 2025 relacionados com a promoção da ética e da integridade, todas as direções foram alvo de análises de riscos de corrupção, conforme indicado no quadro abaixo e monitorizado pelo *Compliance* de acordo com o artigo 7.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo [DL n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro](#).

Quadro 7 – Análise de riscos à corrupção

	2025		2024	
	N.º	%	N.º	%
Unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	22	100,0%	22	95,7%
N.º de casos de corrupção identificados	1*	–	0	–

* Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

Em 2025, esta temática continuou a merecer particular aposta no que respeita às campanhas de comunicação e ações de formação.

⁴ SAP Analytics Cloud.

⁵ Encontrando-se inserido no âmbito da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente, através do processo Auditoria Interna e Gestão de Risco.

⁶ Atendendo ao carácter dinâmico do SGR o top de riscos teve alterações. Em 2025, o top de riscos passou a incluir os riscos “Alterações climáticas” (novo risco) e “Catástrofe natural”.

⁷ No PRR são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

⁸ Investimentos das linhas Violeta (acordo de revogação assinado pela EMRP em 15.07.2025) e Vermelha (Decisão de Execução do Conselho da União Europeia, de 04.12.2025).

Com efeito, foram publicadas periodicamente notícias (através da *intranet*) sobre ética empresarial para toda a Comunidade de Trabalho e com o intuito de chegar às restantes partes interessadas, incluindo parceiros comerciais, foram divulgadas as políticas anticorrupção implementadas, incluindo o Código de Ética e de Conduta e a política de ofertas, através de *email* e da rede social *LinkedIn*.

Já no que respeita à formação, o ML promoveu várias ações para os seus Trabalhadores, desde *webinars*, cursos de *e-learning* no *SAP SuccessFactors (intranet)*, formações presenciais (a novos trabalhadores), destacando-se a participação da Empresa na sessão de boas práticas na execução do Regime Geral da Prevenção da Corrupção da OCC/MENAC/IPAI⁹.

Quadro 8 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

	2025		2024	
	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	27	100,0%	29	100,0%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1 583	100,0%	1 571	100,0%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1 291*	100,0%	1 283	100,0%
Membros do órgão de governança que receberam formação no combate à corrupção	4**	14,8%	13	44,8%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	160**	10,1%	563	35,8%

* Coincide com o n.º total de fornecedores do ML com movimentos contabilísticos 2024-2025, com e-mail associado, incluindo outras entidades públicas.

** Contribuiu para a redução face a 2024 o facto do curso de e-learning em Ética e Integridade ter continuidade ao longo dos anos e de em 2024 se ter realizado uma sessão sobre a temática para membros do órgão de governança e restantes trabalhadores.

4. Estrutura de Governação

O Metropolitano de Lisboa, EPE, enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de governação do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

Modelo de governação

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, EPE o Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo (CC), nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do CA são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros (RCM), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações, e todos os membros são executivos.

A fiscalização é constituída por um CF e por um ROC ou uma SROC que não seja membro daquele órgão. O CF é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do CF são nomeados por Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O ROC tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do CC está prevista, nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE como opcional, sendo que não foi efetuada a sua nomeação.

Estatuto remuneratório

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

⁹ Ordem dos Contabilistas Certificados, Mecanismo Nacional Anticorrupção e Instituto Português de Auditoria Interna.

O artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no ponto 1 que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude de acumulação de funções.

Os membros executivos do CA auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 euros.

O estatuto remuneratório dos elementos do CF, designado para o mandato 2023–2025, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 25 de outubro de 2023.

A remuneração anual ilíquida do ROC é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e o ROC em funções, nos termos e condições definidos por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Obrigações de governação

Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 3º (remetido para art.º 66.º-B e 508.º-G do CSC):		
A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a. Breve descrição do modelo empresarial do Grupo;	Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão Análise de Contexto Objetivos estratégicos	Pág.º 13 Pág.º 14 Pág.º 28
b. Descrição das políticas seguidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os resultados dessas políticas;	PPR Código de Ética e de Conduta	Pág.º 22
c. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo;	Relatório de execução PPR Políticas do Sistema de Gestão	Pág.º 22 Pág.º 262
d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do Grupo, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;	PPR Relatório de execução do PPR Relatório do Governo Societário	Pág.º 22 site ML site ML
e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência;	Riscos e Oportunidades Carta de Responsabilidade Social	Pág.º 22 Pág.º 69
f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.	Indicadores de Atividade Riscos e Oportunidades Indicadores GRI	Pág.º 11 Pág.º 22 Pág.º 210
Art.º 4º (remetido para art.º 245º, n.º 1, alínea r) e n.º 2 do CVM):		
Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Desempenho Social Indicadores GRI Relatório do Governo Societário	Pág.º 69 Pág.º 210 site ML

Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial

Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 4º: <i>Setor público empresarial</i>		
1. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018.	Identificação dos Órgãos Sociais Relatório do Governo Societário	Pág.ª 26 site ML
2. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos.	Modelo de Governo Estatuto Remuneratório Relatório do Governo Societário	Pág.ª 24 Pág.ª 24 site ML
3. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5.	Relatório do Governo Societário	site ML
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário	Pág.ª 24 site ML
5. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário	Pág.ª 24 site ML

5. Órgãos Sociais

Identificação dos Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2026–2028, foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 213/2025, de 26 de dezembro.

O Conselho de Administração, para o mandato 2022–2024, foi nomeado pelo Despacho 9167/2022 dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, de 13 de julho (D.R. 2.ª Série – n.º 144, de 27 de julho de 2022), entrando em funções em 13 de julho de 2022.

Por Despacho n.º 8113/2023 de 8 de agosto de 2023, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e Secretário de Estado do Tesouro (DR 2.ª Série – n.º 153, de 8 de agosto de 2023), foi designada para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, EPE, para completar o mandato 2022–2024, a Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa, com efeitos a 10 de agosto de 2023.

Nos termos do disposto nos Estatutos do ML em vigor, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, o falecimento do Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vitor Domingues dos Santos configurou a falta definitiva de algum dos membros do CA, devendo o mesmo ser substituído, exercendo o novo membro funções até ao fim do período para o qual foram designados os membros em exercício. (cf. n.º 3 do art.º 5.º).

A substituição atrás referida obedeceu aos requisitos e formalismos aplicáveis à nomeação do CA.

Na pendência da nomeação de substituto, o CA manteve a plenitude das suas competências, sendo o Presidente do Conselho de Administração substituído, no exercício das competências próprias do cargo, pelo Vogal que se encontre designado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 4.º dos Estatutos do ML. Neste contexto, a Vogal do Conselho de Administração Eng.ª Maria Helena Arranhado Campos manteve-se no exercício das competências inerentes ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, em substituição do titular, nos termos conjugados do disposto na deliberação n.º 1730735 de 10 de agosto de 2023 e do n.º 3 do artigo 4.º dos Estatutos do ML.

O Conselho de Administração manteve-se em funções até à sua substituição em 1 de janeiro de 2026.

O Vogal do Conselho de Administração, Eng.ª João Paulo Saraiva, renunciou ao mandato em 30 de junho de 2025.

Quadro 11 – Identificação, formação académica e pelouros dos membros do CA

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2022-2024	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Doutoramento – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Mestrado – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Pós-Graduação – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães Licenciatura em Engenharia Civil – Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Secretaria Geral (SG) Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) Direção de Manutenção (DMT) Direção de Comunicação (DCI)
2022-2024	Vogal	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Sistemas Industriais, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra complementada pelo Programa de Gestão Avançada para Executivos da Universidade Católica Portuguesa Especialização em Gestão Documental — INA — Instituto Nacional de Administração, Organização e Gestão da Qualidade — CEQUAL — Centro de Formação Profissional para a Qualidade.	Direção de Clientes, Comercial e Marketing (DCL) Direção de Capital Humano (DCH) Direção Financeira (DFI) Direção de Operações (DOP) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS)
2022-2024	Vogal	Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	XX Curso de Pós –Graduação em Regulação Pública e Concorrência, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, CEDIPRE, 2021 Agregação à Ordem dos Advogados Portugueses, em 2004. Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2001.	Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Direção de Planeamento, Controlo e Gestão do Património (DPG) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC) Gabinete de Auditoria Interna, Risco e Compliance (GAI)

CONSELHO FISCAL

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2023–2025, foi determinada pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 25 de outubro de 2023, entrando em funções na data da designação.

Quadro 12 – Identificação dos Membros do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2023-2025	Presidente	Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Efetivo	Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Efetivo	Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Suplente	Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	DC SETF e SEAMB	25/10/2023

⁽¹⁾ De acordo com o Despacho Conjunto de 25 de outubro de 2023 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) decorreu da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2023–2025 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 3 de outubro de 2023, entrando em funções na data da assinatura do referido despacho.

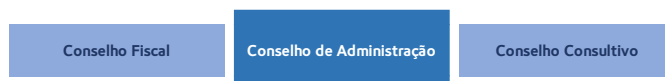
Quadro 13 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data
2023-2025	ROC Efetivo	João Cipriano & Associados, SROC, Lda. Dr. João Amaro Santos Cipriano	119 631	20161438 20160277	Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Mobilidade Urbana	03/10/2023
	ROC Suplente	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, SA Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André	235 779	20161528 20160596		

Estrutura organizacional

Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa

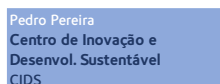
Estruturas Estatutárias



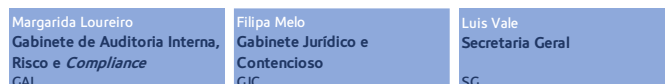
Estruturas Autônomas



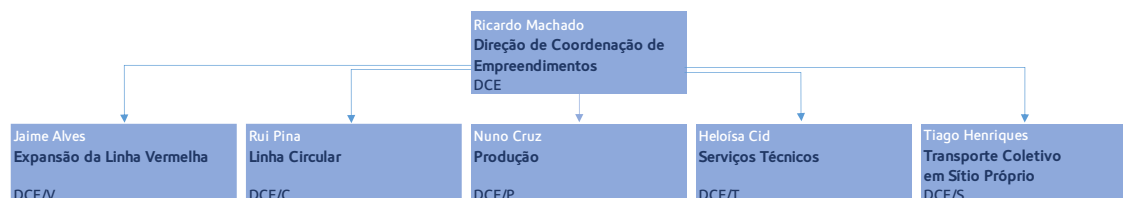
Estruturas de Missão



Estruturas de Apoio



Estruturas Corporativas



Estruturas Operacionais



V. Estratégia

1. Objetivos estratégicos

O Metropolitano de Lisboa definiu os seguintes objetivos estratégicos que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

- Promover ativamente, em articulação com os outros operadores e partes interessadas, a satisfação dos clientes da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa;
- Promover uma experiência de viagem agradável e inclusiva aos clientes;
- Apostar na inovação e na transformação digital;
- Planear os ativos do futuro e valorizar os ativos existentes;
- Estar na vanguarda da sustentabilidade energética, ambiental e social;
- Assegurar a sustentabilidade financeira;
- Promover o bem-estar e a motivação dos trabalhadores, garantindo uma continuada modernização da Cultura Empresarial.

Simultaneamente, e de acordo com compromisso público assumido, o Metropolitano de Lisboa, integra na sua estratégia 4 (quatro) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU que se cruzam com os primeiros.

Ilustração 6 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo METRO



1. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente	• Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte facilitando e simplificando a sua utilização; • Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade; • Melhoria da limpeza de estações e comboios; • Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente; • Melhoria da qualidade da oferta e dos espaços comerciais existentes nas estações.
2. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público	• Melhoria e aumento da oferta do serviço Metro; • Simplificação dos procedimentos de aquisição, pagamento, renovação e validação do título de transporte; • Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade; • Melhoria das condições de conforto da utilização das estações e dos comboios; • Promoção da desmaterialização inclusiva dos sistemas de informação ao cliente; • Aposta na melhoria da atratividade dos espaços comerciais das estações, criando verdadeiras condições de complementaridade nas deslocações diárias para a satisfação de necessidades do dia-a-dia.
3. Apostar na Inovação e na Transformação Digital	 • Digitalização da bilhética, da informação de apoio ao cliente e dos processos internos; • Sistemas de apoio à operação/decisão, designadamente, reparação de avarias e manutenção de equipamentos; • Reforço de uma estratégia de inovação no desenho de novas soluções e na implementação de projetos, envolvendo toda a comunidade do ML e partes interessadas; • Promoção ativa de uma cultura de inovação e do trabalho colaborativo.
4. Planear os ativos do futuro e valorizar os ativos existentes	 • Linha Circular – Prolongamento Rato/Cais do Sodré; • Linha Vermelha – Prolongamento S. Sebastião/Alcântara; • Projeto de modernização do sistema de sinalização e do material circulante: linhas Azul, Amarela e Verde; • Linha Violeta – Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas; • Aquisição de máquina esmeriladora; • Remodelação da estação Cais do Sodré; • Plano de Promoção de Acessibilidade (PNPA); • Renovação de Sistema de Conforto (escadas mecânicas, tapetes rolantes e elevadores); • Renovação de sistema vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99); • Sistema de informação ao cliente • Torno rodas PMO III + sistema de medida automática de rodas; • Remodelação geral de máquinas automáticas de venda de títulos de transporte (MAVT) • Aquisição de 24 Unidades Triplas; • Instalação de uma Central Fotovoltaica nas vias de garagem do PMO II; • Remodelação da estação Marquês de Pombal.
5. Estar na vanguarda da sustentabilidade ambiental e social	 • Consolidar a posição de entidade neutra em termos de emissões de CO₂; • Equipar todos os espaços da rede do ML com sistemas de iluminação mais eficientes; • Implementar critérios de eficiência energética e transformação digital no projeto, na manutenção e nas especificações técnicas dos nossos ativos, sejam comboios ou infraestruturas; • Dar continuidade ao projeto de criação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II; • Melhoria da eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais; • Redução do consumo de recursos naturais, nomeadamente eletricidade, gás, água e papel.
6. Assegurar a sustentabilidade financeira	• Cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público; • Clarificação da titularidade dos ativos ILD e da gestão dos ativos; • Rentabilização dos ativos não operacionais; • Promoção do aumento da receita tarifária e não tarifária; • Melhoria do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores.



7. Promover o bem-estar e a motivação dos trabalhadores, garantindo uma continuada modernização da cultura empresarial



- Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;
- Reforço do quadro de pessoal e da renovação dos quadros do ML;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Implementação do plano de igualdade de género e diversidade;
- Assegurar que os processos de acesso ou de progressão nas carreiras são atrativos, estimulantes, transparentes e estrategicamente alinhados com as necessidades futuras da empresa;
- Promover a cultura de avaliação e desempenho, aprimoramento da autonomia e assunção de responsabilidades, em que prevaleçam os valores de igualdade, integridade, honestidade e respeito, com vocação e comprometimento no serviço público;
- Promover a cultura do foco na satisfação das necessidades dos clientes, no trabalho em equipa quer na dimensão Metropolitana de Lisboa, quer na dimensão Rede Metropolitana de Mobilidade;
- Melhorar a comunicação interna, assegurando a sua eficácia.

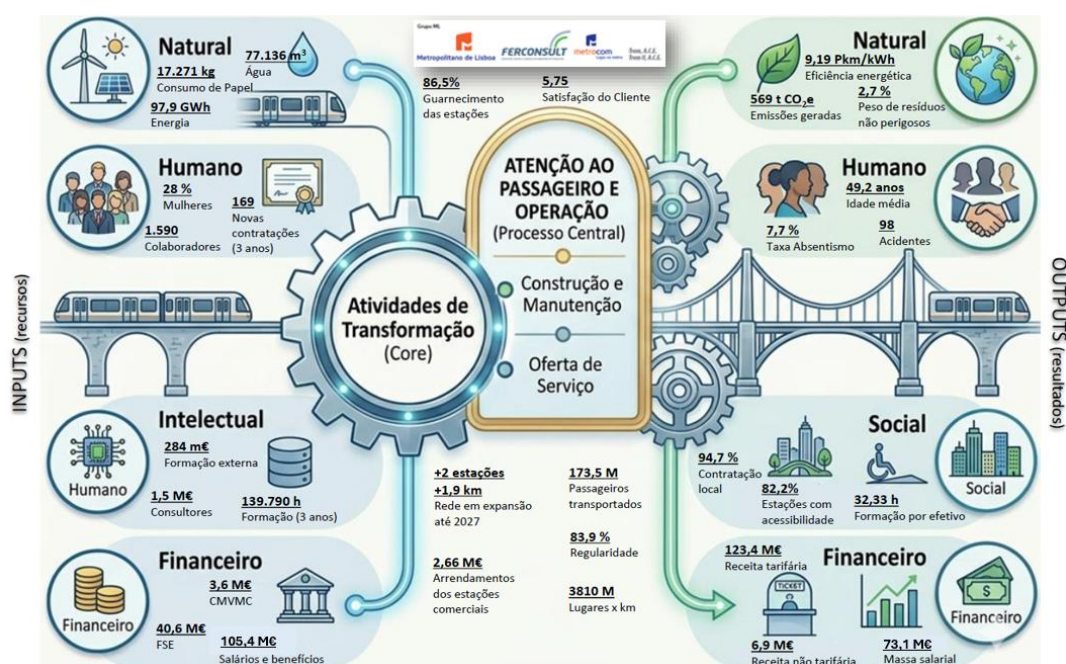
VI. Modelo de negócio

1. Áreas de negócio e criação de valor

O ML, enquanto prestador de serviço de transporte público de passageiros, tem como eixo principal a satisfação do cliente. Neste sentido, tem vindo a desenvolver continuamente um serviço que permita melhorar a mobilidade na área metropolitana de Lisboa e proporcionar experiências ajustadas às diferentes necessidades dos seus utilizadores.

A promoção da mobilidade sustentável assume um papel fundamental para o cumprimento das metas de descarbonização estabelecidas no programa Portugal 2030. Neste contexto, as atividades complementares do ML e das suas participadas, como a reabilitação e manutenção da infraestrutura, a expansão da rede e a exploração de espaços comerciais, são determinantes para a criação de um serviço integrado e eficiente, capaz de responder às principais necessidades dos clientes, garantindo a sua fidelização.

Ilustração 7 – Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro



Qualidade

O Metropolitano de Lisboa encontra-se certificado pelas normas NP EN ISO 9001:2015 (Sistema de gestão da qualidade), NP EN ISO 14001:2015 (Sistema de gestão ambiental), no âmbito do “Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano onde se insere a exploração, construção e gestão da infraestrutura incluindo a exploração de espaços comerciais”.

No âmbito da gestão da qualidade, a organização adota a norma NP EN ISO 9001, baseada numa abordagem de gestão por processos. Para o efeito, foram identificados os processos que constituem a cadeia de valor da organização, sendo a respetiva matriz periodicamente revista para garantir a sua adequabilidade face a alterações, endógenas ou exógenas, que tenham ocorrido. Cada processo é monitorizado através de indicadores de desempenho, sendo fixados objetivos anuais e feito o acompanhamento regular ao longo do ano. Esta metodologia permite identificar atempadamente desvios e apoiar a tomada de decisões corretivas.

A gestão do desempenho ambiental segue igualmente uma abordagem por processos com a identificação e análise dos aspetos ambientais associados a cada atividade. Para cada aspeto ambiental considerado é identificado o respetivo impacto ambiental, considerando que podem ser positivos ou negativos. A avaliação dos impactos ambientais baseia-se no cálculo da significância do impacto, considerando a sua duração, a área afetada e a intensidade, e a frequência ou probabilidade de ocorrência. Com base nesta análise, são definidas medidas para mitigar os impactos ambientais negativos significativos e potenciar os impactos positivos.

Desde 2021, o Metropolitano de Lisboa possui também a certificação pela Norma NP 4475, relativa ao Serviço Público de Transporte de Passageiros no modo metropolitano. Esta norma estabelece um conjunto de requisitos qualitativos e quantitativos em várias dimensões do Serviço prestado ao cliente, que são monitorizados de forma contínua.

Atualmente, o ML reúne certificações nas áreas da Qualidade, do Ambiente e da prestação do serviço de Transporte em modo metropolitano, assegurando o cumprimento de elevados padrões de qualidade e sustentabilidade. A melhoria contínua da qualidade do serviço prestado constitui um compromisso constante e diário da organização, que procura responder às exigências dos seus clientes cada vez mais orientadas para um serviço de excelência. Para a organização, é não só expectável, mas também desejável, que esse empenho seja valorizado e reconhecido, tanto pelos clientes como pelas partes interessadas.

Em 2025, o resultado do Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC) fixou-se em 5,75, refletindo uma redução significativa face aos anos anteriores. Este resultado evidencia a necessidade de reforçar o foco na experiência do cliente e de responder de forma mais eficaz aos desafios sentidos no serviço prestado. Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa procura identificar as principais áreas de melhoria e implementar as medidas concretas orientadas para a qualidade, a fiabilidade e o conforto do serviço, com o objetivo de recuperar os níveis de satisfação, reforçando a confiança dos seus clientes.

2. Investimento e expansão da rede

Melhorar os níveis de serviço ao cliente

Este projeto visa dotar todas as estações da rede ML com meios mecânicos acessíveis a pessoas de mobilidade reduzida. O projeto insere-se num vasto plano de adaptação e modernização das estações que o ML tem vindo a concretizar, tendo em vista alcançar o princípio de “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” estabelecido no DL 163/2006, de 8 de agosto.

Foram concluídos os trabalhos nas estações Campo Pequeno e Picoas, estando em fase de conclusão as acessibilidades de Intendente, Martim Moniz e Praça de Espanha. Prevê-se que em 2026 se iniciem os trabalhos nas estações Anjos, Avenida, Jardim Zoológico, Laranjeiras e Alto dos Moinhos. A Estação Anjos ainda se encontra condicionada pela submissão do pedido de emparcelamento do prédio (3 prédios num único) pelo Banco de Portugal (BdP), só posteriormente será possível formalizar o acordo entre BdP/ML para cedência do espaço necessário à implantação do Ascensor à Superfície. As estações Avenida, Jardim Zoológico, Laranjeiras e Alto dos Moinhos ainda estão em fase de projeto de execução. Prevê-se iniciar o projeto de execução das estações Parque e Baixa Chiado no final do ano de 2026.

Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente

Prolongamento Rato/Cais do Sodré – Linha Circular

Relativamente ao Lote 1, foram executadas as correções decorrentes da receção provisória, ocorrida em 16 de setembro de 2024.

No que respeita ao Lote 2, os trabalhos encontram-se ainda em curso, estando a respetiva conclusão prevista para o final do primeiro semestre de 2026.

Quanto ao Lote 3, encontra-se ainda em curso o processo conducente à receção provisória.

Relativamente ao Lote 4, foram efetuadas consignações parciais, tendo a primeira ocorrido em 17 de setembro de 2024 e a última em 22 de dezembro de 2025, ficando a estação do Cais do Sodré totalmente consignada. Foram executados os trabalhos referentes ao objeto do contrato, designadamente os acabamentos e sistemas na galeria, nas estações Estrela e Santos, e nos Poços de Ventilação 208 e 213.

Prevê-se a entrada em operação em novembro de 2026 e a entrada em serviço ao público da Linha Circular no primeiro trimestre de 2027.

Expansão São Sebastião/Alcântara – Linha Vermelha

O Contrato de Empreitada de Conceção e Construção para o prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, vigente desde 22/05/2024, adjudicado ao Consórcio «Metro S. Sebastião Alcântara – M.S.A. ACE», encontra-se em curso, na fase de conceção.

A fase de construção inicia-se com a consignação da obra, sendo que esta ocorre após a aprovação do Projeto de Execução, a obtenção da Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE) e a obtenção do parecer favorável da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) ao Projeto de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE).

Tendo em conta que as observações levantadas pela APA e pela ANEPC, bem como por outras entidades externas, nomeadamente, pelo Município de Lisboa e concessionárias de serviço público (serviços afetados | ocupações de subsolo), exigem ser integradas nas atualizações do Projeto de Execução, o Metropolitano de Lisboa, encontra-se a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos para consolidação da conceção, de modo a reunir as condições necessárias à consignação.

Metro Ligeiro entre o Hospital Beatriz Ângelo e o Infantado (Concelhos de Loures e Odivelas) – Linha Violeta

O segundo concurso público relativo à “Empreitada de Conceção e Construção, Aquisição de Veículos e Serviços de Manutenção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 002/2025 – DLO/ML” foi lançado em 15 de abril de 2025, com um preço base superior ao do procedimento anterior e mantendo o modelo (contrato misto). A abertura das propostas ocorreu em 15 de julho de 2025. A proposta de adjudicação e o relatório final foram formalizados pelo presidente do Júri ao Conselho de Administração no início de setembro de 2025.

Em novembro de 2025, a Comissão Europeia abriu uma investigação aprofundada ao abrigo do Regulamento relativo às Subvenções Estrangeiras (RSE), centrada no operador económico Portugal CRRC Tangshan Rolling Stock Unipessoal, subcontratado de um dos consórcios concorrentes. A Comissão concluiu que esta entidade beneficiou de subvenções estrangeiras que distorceram o procedimento de contratação, permitindo ao consórcio apresentar uma proposta que considerou indevidamente vantajosa face aos restantes concorrentes.

A investigação foi concluída em abril de 2026. Na sua decisão, a Comissão Europeia aceitou os compromissos assumidos pelo consórcio de substituir a Portugal CRRC por um fabricante polaco de material circulante que não recebeu subvenções estrangeiras suscetíveis de distorcer a concorrência, considerando que tais compromissos eliminam a distorção identificada no mercado interno. Com esta decisão, a Comissão autorizou o Metropolitano de Lisboa a prosseguir com a adjudicação do contrato.

A decisão final de adjudicação cabe ao Metropolitano de Lisboa, a quem compete verificar se a proposta, já com o novo subcontratado, cumpre todos os requisitos técnicos e de qualidade fixados nas peças do procedimento. A Comissão Europeia acompanhará o cumprimento dos compromissos assumidos.

Esta foi a primeira decisão final sujeita a condições adotada pela Comissão Europeia na sequência de uma investigação aprofundada em matéria de contratação pública ao abrigo do Regulamento relativo às Subvenções Estrangeiras.

Expansão da linha Amarela

O prolongamento da Linha Amarela a partir de Telheiras permitirá estender a rede ML a zonas da cidade ainda não servidas e aumentar o efeito de rede do sistema de transportes da AML. Terá também uma enorme importância do ponto de vista operacional, uma vez que fará a ligação direta da linha Amarela ao PMO III.

Com base nos levantamentos efetuados foram definidos os corredores a estudar, tendo como pontos de ancoragem uma estação da Linha Azul, um terminal rodoviário (atual ou futuro), uma estação da Linha de Sintra e o término a apontar para Alfragide. Para cada um dos corredores foram desenvolvidas diversas hipóteses de traçado, em planta e em perfil longitudinal:

- Telheiras – Colégio Militar ML – Santa Cruz-Damaia CP – Damaia: 4 hipóteses de traçado com 6 ou 7 novas estações
- Telheiras – Colégio Militar ML – Benfica CP – Buraca – Damaia: 1 hipótese de traçado com 7 novas estações
- Telheiras – Pontinha ML – Santa Cruz-Damaia CP – Damaia: 2 hipóteses de traçado com 5 novas estações

Remodelação de estações

Foram realizados trabalhos nas vertentes de reparação de patologias existentes, atualização de infraestruturas de Baixa-Tensão e Telecomunicações obsoletas e recuperação de equipamentos fora de serviço, incluindo sistemas de conforto, e refrescamento geral de instalações.

Foi lançado o procedimento de concurso para a Remodelação da estação Cais do Sodré em dezembro de 2024, mas revelou-se que nenhum dos concorrentes reuniu condições para a sua adjudicação. Estaria previsto o lançamento dos concursos das Estações Colégio Militar/Luz, Marquês do Pombal (fase de projeto) e Odivelas, mas não foi possível a conclusão dos projetos para dar suporte aos procedimentos. O novo procedimento da Estação Cais do Sodré deverá ser lançado durante o primeiro semestre de 2026.

Renovação de escadas mecânicas

Foram concluídos, em janeiro de 2025 os trabalhos de substituição das escadas mecânicas nas estações Baixa Chiado (EM 10 e 12), Campo Grande e Cidade Universitária e dos elevadores nas estações Alameda e Baixa Chiado (EI 1).

Foi adjudicada a empreitada de conceção/construção para a substituição dos tapetes rolantes da Estação Entrecampos. A adjudicação foi suspensa devido a processo de contestação judicial e deu-se início aos trabalhos no mês de fevereiro com conclusão em dezembro.

Desenvolveram-se trabalhos no âmbito da Elaboração dos Requisitos Técnicos e compilação das peças de projeto para a substituição de 26 escadas mecânicas (Estações Alameda, Odivelas, Oriente, Terreiro do Paço). No mês de março de 2024 foi publicada a Portaria de Extensão de Encargos 405/2024/2 que autorizou a despesa associada a esta empreitada. No primeiro trimestre de 2026 foi preparado o procedimento de empreitada. As escadas mecânicas da estação Parque serão incluídas neste processo de concurso, tendo em conta a fase avançada de maturidade do projeto desenvolvido.

Incrementar a segurança

Este projeto respeita à substituição e instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio (SADI), assegurando a sua articulação com a mais recente atualização do Sistema de Supervisão das Instalações Técnicas (SSIT).

Foram concluídos os trabalhos, incluindo os respetivos ensaios, no PMO II. Nas estações Alameda I, Picoas, Martim Moniz e Rossio, bem como na subestação de tração do PMO I, os trabalhos encontram-se igualmente concluídos, mantendo-se, contudo, em fase de ensaios, a qual se prolongará até ao primeiro semestre de 2026.

No triénio 2026–2028, prevê-se ainda a realização de intervenções nas estações Areeiro, Marquês do Pombal, Alto dos Moinhos, Telheiras, Oriente, Cabo Ruivo, Chelas, Olaias, Carnide, Restauradores e Rato, bem como em edifícios — designadamente no edifício da Sidónio Pais — e no Parque de Material e Oficinas (PMO III), nos casos em que os sistemas se encontrem obsoletos, apresentem avarias recorrentes ou inexistam.

Aumentar a resiliência

Durante o ano concluíram-se os trabalhos de fornecimento e montagem do cais metálico do ramal de Chelas, Marquês do Pombal e concluiu-se a instalação de passadeiras em betão e proteções nos terminos das estações Colégio Militar e São Sebastião.

Promover a sustentabilidade ambiental e energética

Geração de energia

O projeto de execução para a instalação de uma central fotovoltaica no PMO II encontra-se dependente da conclusão das especialidades da responsabilidade do ML, tendo já sido iniciada a fase de revisão do projeto com base nas peças entretanto concluídas.

Assegurar o bem-estar e a motivação dos trabalhadores

Foi elaborado o projeto de criação de uma zona de refeições para os trabalhadores, no piso 2 do edifício das Laranjeiras. Já o projeto de tratamento de patologias no talude da portaria do PMO II não registou evolução. Também não se verificaram desenvolvimentos na elaboração dos projetos relativos à realocização da portaria do PMO III e à remodelação das instalações do CCDTML, da Comissão de Trabalhadores e dos Sindicatos, igualmente no PMO III.

Sistema de controlo automático de comboios e novo material circulante

Este projeto prevê o fornecimento de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e o fornecimento de um sistema de controlo automático de comboios para as linhas Azul, Amarela e Verde e instalação do mesmo em 70 composições da frota existente.

Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação, na programação e na gestão da rede do Metro.

A aquisição do novo material circulante proporcionará:

- A melhoria da oferta de comboios e serviços do ML;
- A supervisão técnica remota do comboio em linha.
- Sistemas de segurança e vídeo vigilância mais modernos;
- Maior conforto para os clientes e maior ergonomia para o maquinista;
- A melhoria da acessibilidade para clientes de mobilidade condicionada;
- Sistema de comunicação com os clientes com informação variável e flexível;

O sistema de controlo automático de comboios CBTC – *Computer Based Train Control* – irá permitir:

- A condução e supervisão automática do comboio em nível GoA2;
- A regulação automática do tráfego na linha;
- O controlo contínuo do movimento dos comboios, garantindo o seguro afastamento entre comboios e o cumprimento dos limites de velocidade em qualquer ponto da rede;
- A progressiva substituição do sistema de controlo de passagem de sinais proibitivos, instalado nos anos 70 e já obsoleto;
- Os registos técnicos e operacionais que facilitem o diagnóstico de avarias e análise de incidentes.

Este sistema, em articulação com os novos comboios, permitirá igualmente reforçar a frequência e a regularidade do serviço público de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa, assegurando uma oferta mais eficiente, com frequências mais ajustadas às necessidades do serviço e com níveis acrescidos de segurança.

O contrato para a aquisição de um novo sistema de sinalização ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas foi celebrado, em fevereiro de 2020, com o Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 M€.

Na sequência de uma ação judicial de impugnação intentada por um concorrente, foram legalmente suspensos os efeitos da adjudicação do contrato, o que determinou a paralisação do processo de aquisição já em curso. Posteriormente, em consequência da desistência da ação, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa declarou extinta a instância. Submetido, então, o processo a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o contrato obteve o respetivo visto em maio de 2021, o que se traduziu num atraso global de 308 dias na sua execução.

Em 9 de agosto de 2024, foi rececionada a primeira unidade tripla de um total de catorze unidades triplas, destacando-se as seguintes vantagens para os clientes:

- Janelas amplas, painéis de portas e áreas de intercirculação com elevado espaço livre que possibilitarão que as entradas e saídas se efetuem de forma expedita;
- Salão de passageiros concebido para maximizar o espaço disponível, cumprindo, simultaneamente, os requisitos dos lugares sentados, cuja distribuição será feita com base numa disposição longitudinal;
- Cada unidade tripla dispõe de 90 lugares sentados, sendo 30 assentos prioritários, facilmente identificáveis por serem de uma cor diferente;
- Carruagens com mais espaço no salão e passageiros possibilitando o transporte de um número mais elevado de clientes e em condições de maior comodidade;
- Cada unidade tripla tem espaço para fixar duas cadeiras de rodas;
- As portas das unidades triplas não possuem rampas ou declives para facilitar a mobilidade dos utilizadores de cadeiras de rodas;
- O espaço para cadeira de rodas foi concebido para estar orientado no sentido da circulação, com o objetivo de garantir estabilidade.

A 31 de dezembro de 2025, o projeto apresentava uma execução física de 59%, caracterizada, de forma geral, pelo desenvolvimento das especificações técnicas detalhadas, pelos projetos de execução do material circulante e dos sistemas de sinalização, bem como pela instalação de uma via de ensaios para comboios equipados com CBTC e pela receção de oito unidades triplas.

Aquisição de material circulante (24 unidades de tração, com opção de mais 12)

No contexto da concretização do Plano de Expansão do ML, e do consequente aumento da oferta de transporte metropolitano na área de Lisboa — quer através do prolongamento das Linhas Amarela e Verde entre o Rato e o Cais do Sodré, quer mediante o prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara — tornou-se necessário investir em novo material circulante, com vista ao reforço da oferta, bem como assegurar a renovação progressiva e atempada da frota atualmente em fim de vida útil.

O Metropolitano de Lisboa celebrou, em outubro de 2024, um contrato com a Stadler Rail Valencia, S.A.U. para a aquisição de vinte e quatro novas unidades triplas, com mais doze de opção, pelo valor de 134 M€.

O início efetivo do contrato ocorreu em 09/05/2025, após a emissão do visto pelo Tribunal de Contas (TdC), o que introduziu um atraso imediato no plano de trabalhos de 199 dias de calendário, correspondente a aproximadamente 6,6 meses.

Renovação/revisão dos sistemas de acionamento de portas de passageiros da frota

Foi contratada a FAIVELEY TRANSPORT IBERICA, SA para a substituição dos acionamentos pneumáticos por novos acionamentos elétricos, de maior segurança e sensibilidade, em 18 composições da série ML90, incluindo a reabilitação e pintura das folhas das portas, num total de 324 portas, no prazo de 24 meses, por um valor de 2,4 M€.

No final de 2025, estavam revistas 17 composições.

Sistemas e equipamentos

A nível dos sistemas e equipamentos destaca-se:

- Continuação do processo de implementação de novas unidades de marcação de assiduidade/refeitório/obra com introdução da biometria facial para marcação de assiduidade, com o objetivo de fazer face à obsolescência da plataforma anterior e simultaneamente, introduzir o registo desmaterializado de assiduidade.
- Prossecução da adoção de plataformas de colaboração Microsoft na *Cloud* com disponibilização de Teams, Email, armazenamento pessoal e inclusão da plataforma MS Office para toda a estrutura da empresa, com o objetivo de melhorar a produtividade, dispondo de mais e melhores ferramentas que potenciam o trabalho colaborativo, nomeadamente no contexto de teletrabalho.
- Renovação de hardware dos equipamentos que estão associados às salas de desenho (*workstations* e *plotters*), dos equipamentos atribuídos aos cargos de estrutura e aos postos de trabalho fixos (estações e áreas oficiais), com o objetivo de melhorar a performance no acesso aos sistemas de informação e disponibilizar um ambiente aplicacional mais atualizado que permita melhorar a qualidade e a rapidez no acesso à informação.

- Renovação do contrato de prestação de serviço de comunicações móveis, para continuar a disponibilizar a prestação do serviço com a inclusão de benefícios adicionais, assegurando simultaneamente a atualização dos terminais de comunicação móvel.
- *Upgrade* tecnológico (*Data Centers*), o que permitiu a atualização de todas as infraestruturas tecnológicas que se encontravam no limiar do ciclo de vida e na iminência de deixar de ser suportadas pelos respetivos fabricantes, assumindo particular relevância a substituição da unidade de alimentação ininterrupta (UPS) do *Data Center* da estação Saldanha II.
- Implementação de indicadores na plataforma SAP BW/4HANA, relativos a recursos humanos (novos e melhorias) e a vários indicadores referentes ao Contrato de Concessão.
- Criação da plataforma MyVestuário em SAP Fiori para gerir o vestuário de trabalho do ML. Inclui o registo de peças, tamanhos e quantidades atribuídas a cada trabalhador, data de atribuição e data prevista para levantamento da próxima peça.
- Criação de uma plataforma de gestão de vendas, em SAP R3, com o objetivo de gerir clientes, comunicação com clientes e vendas efetuadas pela área comercial.
- Automatização do preenchimento de *template* da Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses (DICI) para processos de aprovação de despesa com o objetivo de dar cumprimento ao previsto no RGPC e na Portaria n.º 185/2024/1 tentando minimizar, em paralelo, a burocracia associada.
- Criação de uma aplicação para registo, processamento e consulta de ausências comunicadas por colaboradores da Gestão Estações à Central de Movimento responsável, tendo por objetivo possibilitar o acesso controlado e centralizado a ausências de colaboradores, pela Central e pelo Planeamento.
- Desenvolvimento no sistema SAP R/3 de uma aplicação para o registo do cadastro e das manutenções dos extintores com o objetivo de agilizar a sua gestão.
- Implementação do desenvolvimento do registo das inspeções dos acessos mecânicos (via cadastro do equipamento), que permite o registo das inspeções dos acessos mecânicos e criação de um *cockpit* para listagem da informação no SAP R/3 com o objetivo de facilitar a sua gestão.
- Melhorias na aplicação do Pedido de Materiais à guarda do Armazém, as quais incidem a nível do pedido de levantamento de materiais, saída de materiais e de associação de fotografias.
- Implementação de alertas e melhorias diversas na aplicação *Compliance*.
- Implementação de melhorias no Sistema de Gestão de Risco ao nível do Risco e do Plano de mitigação, com possibilidade de registo e controlo dos riscos ESG e melhorias no plano de mitigação para obter um melhor controlo da informação relacionada com os graus de execução e informação em falta.
- Implementação de melhorias na Plataforma de Contratação Interna, com a integração da obrigação decorrente do Regulamento (UE) 2022/2560 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, de forma a assegurar que a mesma fique posteriormente refletida na plataforma de *Compliance*.
- Implementação de melhorias diversas no sistema SAP R/3, no âmbito de vários módulos, nomeadamente FI, PM, HR, MM, destacando-se melhorias na gestão de composições, no relatório planeado/real por ordem, nova funcionalidade na gestão programada, mapa de controlo de diâmetro, relatório de leitura de mediação, consignações – cancelamento de pedidos e melhorias do relatório, desmaterialização de documentos de armazém, alterações relativas ao cartão refeição e alterações legislativas.
- Introdução de melhorias diversas no sistema Portal e *site*, sendo as mais relevante a implementação do canal de denúncia, a implementação de gestão de espaços, melhorias na aplicação de credenciais, criação de formulários, melhorias no planeador de percurso, alterações no *design* e *layout* do estado das linhas e equipamentos, desenvolvimento de página com artigos filtráveis por vários tipos e implementação de mecanismo para automatizar a entrada de mensagens para situações de greve.

Relativamente a projetos relevantes, cujo desenvolvimento está previsto no próximo ano foram efetuados em 2025 os seguintes estudos:

- Estudo para a Implementação do SNC-AP para efeitos dos subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira, contabilidade de gestão.
- Estudo para a evolução do sistema Gestão documental – Migração dos repositórios de DMS e VIM.
- Estudo para a evolução do sistema SAP R/3 para SAP S/4Hana

3. Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante

Desempenho operacional da infraestrutura principal

Foi, de um modo geral, possível assegurar a execução dos programas de manutenção planeados, bem como dos projetos em curso de renovação e reabilitação de sistemas e equipamentos.

A modernização do sistema de sinalização originou, ao longo de 2025, algumas interrupções na circulação de comboios, pelo que, em determinados meses, não foi possível cumprir o limite máximo estabelecido de 4 horas de paragem.

Gráfico 1 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)

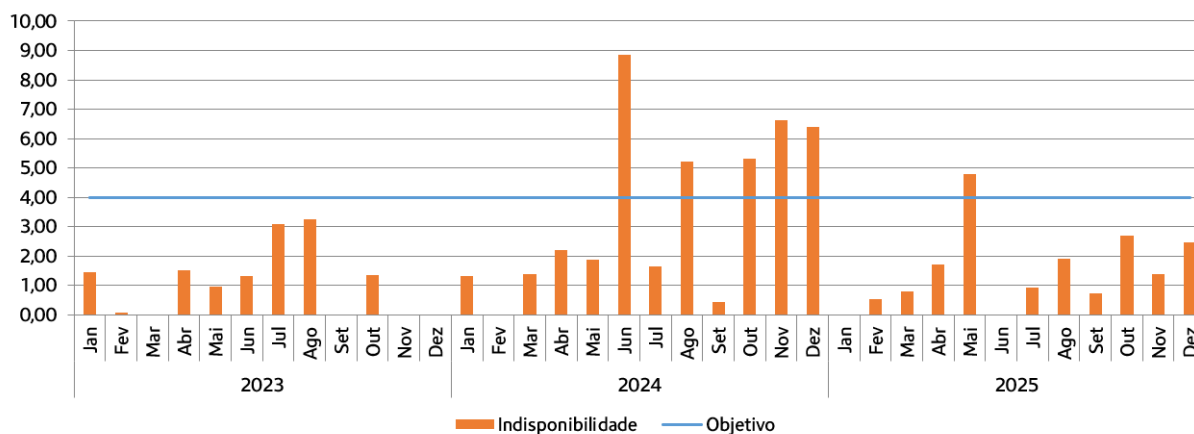
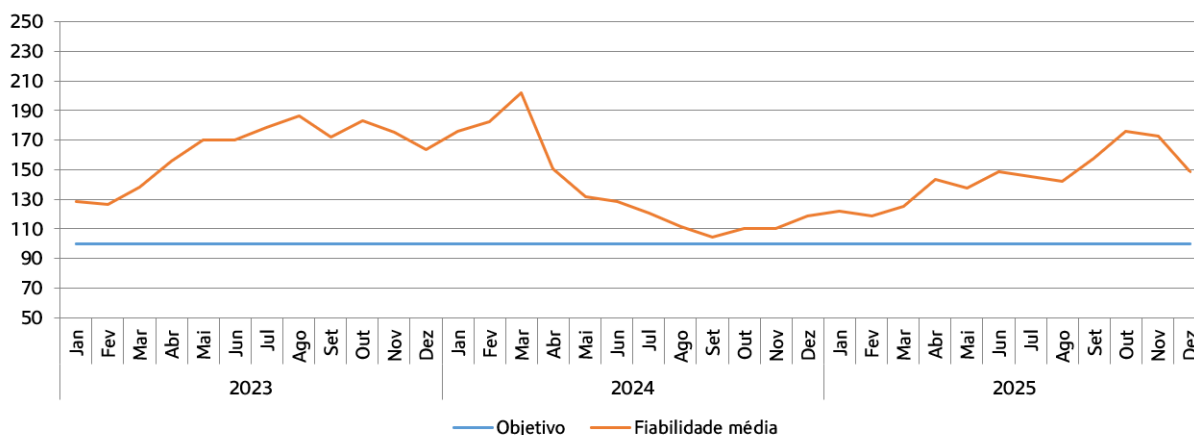


Gráfico 2 – Fiabilidade da infraestrutura principal (média de 12 meses; valores em horas)

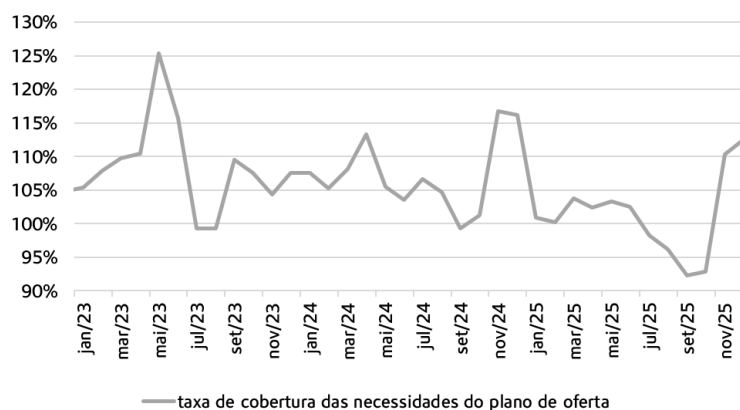


Desempenho operacional do material circulante

Em 2025, o esforço desenvolvido na recuperação dos planos de manutenção dos equipamentos, na reposição da operacionalidade de composições imobilizadas há longo tempo e na implementação de programas de investimento destinados à reabilitação ou renovação das portas de passageiros de toda a frota de material circulante traduziu-se numa adequada disponibilidade operacional do material circulante na hora de ponta da manhã (HPM), em dias úteis.

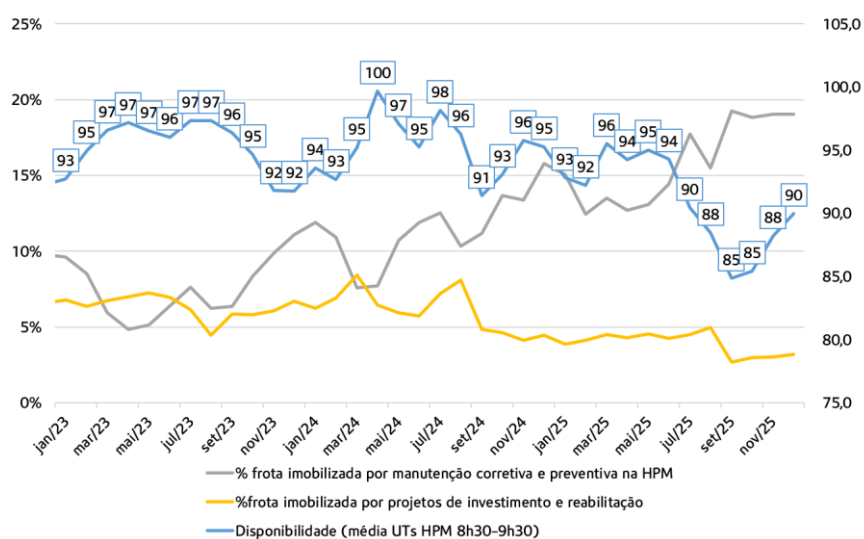
Como evidenciam as figuras seguintes, a recuperação do atraso histórico nas rotinas de manutenção programada permitiu dar início a um conjunto intensivo de programas de reabilitação da frota, os quais implicam a imobilização prolongada das composições, como é o caso da revisão geral das portas de passageiros de toda a frota, sem comprometer, ainda assim, a capacidade de cumprimento da oferta planeada.

Gráfico 3 – Ocupação na hora de ponta da manhã



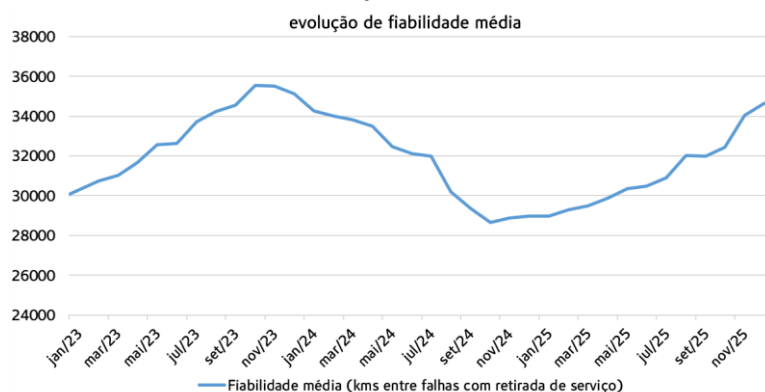
Apesar deste esforço de reabilitação da frota, foi ainda assim possível assegurar, ao longo de todo o ano, uma taxa de cobertura das necessidades de material circulante superior a 101%, garantindo a execução do plano de oferta.

Gráfico 4 – Taxa de cobertura das necessidades de material circulante



A evolução histórica da fiabilidade média do material circulante evidencia uma trajetória de melhoria gradual, particularmente nas séries mais antigas, ML90 e ML95, atualmente com mais de 22 anos de serviço.

Gráfico 5 – Evolução de fiabilidade média



4. Oferta do serviço de transporte

Quadro 14 – Evolução da oferta

Evolução da oferta (serviço público) (n.º)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km							
Linha Azul	9 559 403	9 548 407	9 929 623	10 996	0,1	(370 220)	(3,7)
Linha Amarela	7 380 049	7 170 482	7 698 060	209 567	2,9	(318 011)	(4,1)
Linha Verde	6 121 065	6 109 202	6 636 402	11 864	0,2	(515 337)	(7,8)
Linha Vermelha	6 704 235	6 607 109	6 979 170	97 126	1,5	(274 935)	(3,9)
Total	29 764 753	29 435 201	31 243 255	329 552	1,1	(1 478 502)	(4,7)
Lugares x km							
Linha Azul	1 223 603 608	1 222 196 151	1 270 991 744	1 407 457	0,1	(47 388 136)	(3,7)
Linha Amarela	944 646 295	917 821 740	985 351 680	26 824 556	2,9	(40 705 385)	(4,1)
Linha Verde	783 496 366	781 977 822	849 459 456	1 518 545	0,2	(65 963 090)	(7,8)
Linha Vermelha	858 142 081	845 710 004	893 333 760	12 432 077	1,5	(35 191 679)	(3,9)
Total	3 809 888 350	3 767 705 716	3 999 136 640	42 182 634	1,1	(189 248 290)	(4,7)
Circulações							
Linha Azul	117 028	118 065	121 234	(1 037)	(0,9)	(4 206)	(3,5)
Linha Amarela	119 469	126 886	124 174	(7 417)	(5,8)	(4 705)	(3,8)
Linha Verde	114 280	117 664	119 991	(3 384)	(2,9)	(5 711)	(4,8)
Linha Vermelha	107 460	110 751	112 042	(3 291)	(3,0)	(4 582)	(4,1)
Total	458 237	473 366	477 441	(15 129)	(3,2)	(19 204)	(4,0)

Quadro 15 – Taxa de realização da oferta

Taxa de Realização de carruagens x km				Taxa de Realização de lugares x km				Taxa de Realização de circulações			
	2025	2024	Var. 2025/2024		2025	2024	Var. 2025/2024		2025	2024	Var. 2025/2024
Linha Azul	% 95,74	103,72	(7,98) p.p.	Linha Azul	% 95,74	103,72	(7,98) p.p.	Linha Azul	% 95,77	97,18	(1,41) p.p.
Linha Amarela	% 94,96	100,69	(5,73) p.p.	Linha Amarela	% 94,96	100,69	(5,73) p.p.	Linha Amarela	% 95,21	97,45	(2,24) p.p.
Linha Verde	% 96,34	104,20	(7,86) p.p.	Linha Verde	% 96,34	104,20	(7,86) p.p.	Linha Verde	% 96,34	97,39	(1,05) p.p.
Linha Vermelha	% 96,61	104,70	(8,09) p.p.	Linha Vermelha	% 96,61	104,70	(8,09) p.p.	Linha Vermelha	% 96,62	98,16	(1,54) p.p.
Na rede	% 95,91	103,33	(7,42) p.p.	Na rede	% 95,91	103,33	(7,42) p.p.	Na rede	% 95,98	97,55	(1,57) p.p.

Face a 2024, o plano de oferta do serviço de transporte para 2025 passou a prever a circulação de comboios com seis carruagens durante todo o período de operação e em todos os dias do ano, pelo que seria expectável um aumento da execução de carruagens x km e de lugares x km. Contudo, esse acréscimo revelou-se menos expressivo do que o inicialmente antecipado, em resultado da redução da taxa de execução de circulações em 2025 face ao ano anterior, que atenuou esse efeito.

A diminuição da taxa de execução de circulações em 2025, comparativamente a 2024, ficou a dever-se, essencialmente, à imobilização de material circulante para manutenção programada, à modificação e instalação de equipamento embarcado associado ao novo sistema de sinalização CBTC e a outros sistemas embarcados, bem como ao absentismo de maquinistas.

Verificou-se igualmente uma redução da taxa de realização de carruagens x km e da taxa de realização de lugares x km, uma vez que o plano de oferta para 2025 passou a contemplar, de forma permanente, a circulação de comboios com seis carruagens. Esta configuração fez com que os reforços pontuais da oferta, em resposta a eventos com elevada concentração de clientes, deixassem de ser assegurados pelo aumento da dimensão dos comboios — de três para seis carruagens —, como sucedia em 2024 e em anos anteriores, situação que contribuía recorrentemente para taxas de realização destes indicadores superiores a 100%.

5. Procura

Quadro 16 – Evolução da Procura

Passageiros	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Títulos ocasionais	28 450 955	31 566 202	35 384 623	(3 115 247)	(9,87)	(6 933 668)	(19,60)
Bilhete Viagem Carris Metro	8 494 140	10 596 223	10 967 718	(2 102 083)	(19,84)	(2 473 578)	(22,55)
Zapping	7 696 825	9 164 920	10 411 104	(1 468 095)	(16,02)	(2 714 279)	(26,07)
EMV	6 803 398	5 355 114	7 024 109	1 448 284	27,04	(220 711)	(3,14)
Bilhete 24 Horas Carris/Metro	3 676 539	4 337 140	4 711 805	(660 601)	(15,23)	(1 035 266)	(21,97)
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/TT	186 573	159 082	164 836	27 491	17,28	21 737	13,19
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/CP	518 903	586 121	606 385	(67 218)	(11,47)	(87 482)	(14,43)
Outros	1 074 577	1 367 602	1 498 665	(293 025)	(21,43)	(424 088)	(28,30)
Passes	138 010 840	137 467 547	143 744 286	543 293	0,40	(5 733 446)	(3,99)
Passes Navegante – Programa Incentiva mais TP	132 898 873	132 629 896	139 057 625	268 977	0,20	(6 158 752)	(4,43)
Navegante Metropolitano	72 054 532	78 909 299	80 803 544	(6 854 767)	(8,69)	(8 749 012)	(10,83)
Navegante Lisboa	15 987 028	17 141 547	19 572 538	(1 154 519)	(6,74)	(3 585 510)	(18,32)
Navegante Amadora	1 141	2 039	2 643	(898)	(44,04)	(1 502)	(56,83)
Navegante Odivelas	2 662	3 167	4 326	(505)	(15,95)	(1 664)	(38,46)
Navegante Metropolitano Família	1 438 903	2 433 157	3 327 816	(994 254)	(40,86)	(1 888 913)	(56,76)
Navegante Municipal Família	137 360	223 632	321 621	(86 272)	(38,58)	(184 261)	(57,29)
Navegante +65	4 937 489	4 857 204	4 872 182	80 285	1,65	65 307	1,34
Navegante Metropolitano Comb -65	87 359	90 787	99 790	(3 428)	(3,78)	(12 431)	(12,46)
Navegante Gratuito 4_18/sub23 ¹	37 176 055	27 829 340	28 822 341	9 346 715	33,59	8 353 714	28,98
Navegante Gratuito Combatente ¹	1 076 344	1 139 724	1 230 824	(63 380)	(5,56)	(154 480)	(12,55)
Outros passes	5 111 967	4 837 651	4 686 661	274 316	5,67	425 306	9,07
Navegante Urbano	155 004	188 177	221 706	(33 173)	(17,63)	(66 702)	(30,09)
Navegante Rede	9 730	10 166	12 154	(436)	(4,29)	(2 424)	(19,95)
L/Operadores	1 187 268	1 065 290	1 172 333	121 978	11,45	14 935	1,27
Outros Passes Combinados	284 645	270 528	308 955	14 117	5,22	(24 310)	(7,87)
L/ Operadores Gratuito 4_18/sub23 ¹	640 806	547 115	-	93 691	17,12	-	-
Navegante Urbano Gratuito (3 idade GL) ¹	2 834 514	2 756 375	2 971 512	78 139	2,83	(136 998)	(4,61)
Total passageiros c/ Título Pago	166 461 795	169 033 749	179 128 908	(2 571 954)	(1,52)	(12 667 113)	(7,07)
Gratuitos	2 746 229	2 864 369	3 039 156	(118 140)	(4,12)	(292 927)	(9,64)
Total de Passageiros c/ Título Válido	169 208 024	171 898 118	182 168 064	(2 690 094)	(1,56)	(12 960 040)	(7,11)
Fraude	4 267 530	4 829 166	4 836 481	(561 636)	(11,63)	(568 951)	(11,76)
Total transportados	173 475 554	176 727 284	187 004 545	(3 251 730)	(1,84)	(13 528 991)	(7,23)
Percurso médio por passageiro	5,18	5,22	5,23	(0,04)	(0,74)	(0,05)	(0,88)
Passageiro x km transportados	899 261 588	922 918 550	977 664 602	(23 656 961)	(2,56)	(78 403 014)	(8,02)

¹ Passes gratuitos para o cliente, mas que contribuem para o apuramento das compensações tarifárias.

Os níveis de procura registados em 2025 mantiveram-se globalmente próximos dos observados no ano anterior, tendo-se verificado um decréscimo de 1,56% no total de validações e de 1,84% no total de passageiros (validações acrescidas de fraude).

Destaca-se, neste contexto, uma maior transferência de passageiros de títulos ocasionais e passes pagos para passes gratuitos, sujeitos a compensação. Em paralelo, a utilização do EMV continuou a evidenciar crescimentos significativos, com impacto na redução da procura de outros títulos ocasionais.

Em 1 de janeiro de 2025 entrou em vigor o programa Circula PT, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 134-C/2024, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-A/2024/1, e regulamentado pela Portaria n.º 322-A/2024/1, de 10 de dezembro. Este programa veio alargar a todo o território nacional os benefícios anteriormente associados ao Passe Social+, até então circunscritos às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. O novo regime passou igualmente a abranger alguns beneficiários de subsídio de desemprego e cidadãos com incapacidade igual ou superior a 60%.

Ao longo de 2025 registaram-se diversas ocorrências com impacto na prestação do serviço de transporte e, consequentemente, nos níveis de procura. Entre os principais fatores destacam-se o apagão ocorrido na Península Ibérica, em 28 de abril, que afetou a circulação de passageiros a partir das 11h30 desse dia e até às 08h30 do dia

seguinte; o plenário geral dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, realizado em 12 de junho, que determinou o encerramento das estações às 20h00, precisamente numa data que, por ser véspera de Santo António, habitualmente regista uma das mais elevadas procuras do ano; as greves parciais ocorridas nos dias 9 e 11 de setembro, entre as 06h00 e as 10h00, que implicaram a reabertura das estações ao público apenas a partir das 10h30; e a greve geral de trabalhadores, em 11 de dezembro.

Acresce, ainda, o impacto associado ao aumento da utilização dos modos suaves e ativos na cidade de Lisboa, com destaque para a medida da Câmara Municipal de Lisboa que passou a assegurar, a partir de setembro de 2025, a gratuidade da utilização de trotinetes aos residentes no concelho detentores do passe Navegante.

Em sentido inverso, registaram-se também acontecimentos com efeito favorável na procura do Metropolitano de Lisboa, designadamente a realização do Festival MEO KALORAMA, no Parque da Bela Vista, nos dias 19, 20 e 21 de junho, e da Web Summit, entre 10 e 13 de novembro, no Altice Arena e na Feira Internacional de Lisboa.

Em síntese, a procura apresentou, face a 2024, um decréscimo de 1,52% no número de passageiros com título pago e de 1,84% no total de passageiros. Comparativamente com a estimativa inscrita no PAO, registou-se igualmente uma redução de 7,07% nos passageiros com título pago e de 7,23% no total de passageiros.

Atividades complementares

Relativamente aos cartões Navegante personalizados, o Metropolitano de Lisboa procedeu, em 2025, à personalização de cerca de 115,7 mil cartões, dos quais 71,7% corresponderam a pedidos urgentes. Face ao ano anterior, registou-se uma variação negativa de 15,8%, o que representa menos 21,7 mil personalizações.

Em julho de 2025, o Metropolitano de Lisboa disponibilizou um novo posto de atendimento exclusivo “Cartão Navegante® na Hora”, localizado no Espaço Cliente da estação Campo Grande. Este serviço permite a emissão imediata do Cartão Navegante®, proporcionando maior comodidade e celeridade no processo de aquisição. Em 2025, foram emitidos 2.033 cartões por esta via, correspondendo a uma taxa média de adesão de 2% da produção total de cartões.

Apresenta-se a tabela com a produção total de cartões:

Quadro 17 – Produção de cartões Lisboa Viva (inclui canal online)

Produção cartões LV 2025		Metro
10 dias	Normal	20 895
	4_18	5 092
	Sub23	5 545
	Sub-Total	31 532
Urgentes	Normal	53 973
	4_18	9 935
	Sub23	19 026
Sub-Total		82 934
Trabalhadores		1 197
TOTAL		115 663

Os dois quiosques instalados na estação Alameda (Kiosks Viva), destinados à emissão de cartões Navegante, produziram, em 2025, um total de 10.709 cartões. Embora estes cartões não sejam produzidos diretamente pelo Metropolitano de Lisboa, uma parte do montante pago pelos clientes constitui receita da empresa.

6. A atividade comercial

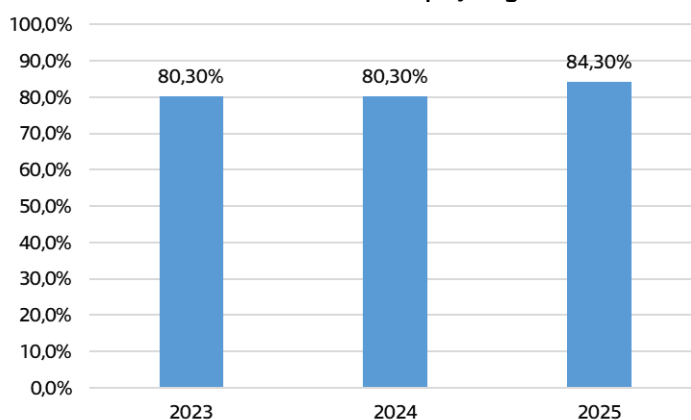
Metrocom, SA

Quadro 18 – Metrocom – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2025	2024	Var. 2025/2024	
				Abs	%
Atividade Comercial					
Volume de Negócios (Linha Azul)	€	970 083	930 860	39.222,9	4,2
Volume de Negócios (Linha Amarela)	€	917 164	914 736	2.428,6	0,3
Volume de Negócios (Linha Verde)	€	207 271	186 168	21.102,2	11,3
Volume de Negócios (Linha Vermelha)	€	559 637	542 074	17.562,6	3,2
INDICADORES DE RH					
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012)	Un.	5	6	(1,0)	(16,7)
Número médio de efetivos	Un.	5	6	(1,0)	(16,7)
Massa Salarial	€	190 578	205 088	(14.510,5)	(7,1)
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	€	750 000	750 000	0,0	-
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	€	305 046	364 482	(59 436)	(16,3)
Ativo corrente	€	4 079 380	3 802 443	276 937	7,3
Total Ativo	€	4 384 426	4 166 925	217 501	5,2
Capital Próprio	€	3 680 730	3 543 205	137 525	3,9
Passivo	€	703 696	623 720	79 976	12,8
Total Capital Próprio e Passivo	€	4 384 426	4 166 925	217 501	5,2
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Autonomia Financeira %	%	84,0	85,0	-	(1,1) p.p.
Solvabilidade %	%	523,1	568,1	-	(45,0) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de Negócios	€	2 654 155	2 573 839	80 316	3,1
EBITDA <i>(Corrigido)*</i>	€	191 588,4	127 428,9	64.159,5	50,3
Margem do EBITDA <i>(Corrigido)</i>	%	7,2	5,0	-	2,3 p.p.
Rendimentos Operacionais <i>(corrigidos)</i>	€	2 766 839	2 672 141	94 698	3,5
Gastos Operacionais <i>(corrigidos)</i>	€	2 575 251	2 544 712	30 539	1,2
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais <i>(corrigidos)</i>	%	107,44	105,01	-	2,4 p.p.

* Valor corrigido de Imparidades e outras rubricas non-cash.

Gráfico 6 – Taxa de ocupação global



A Metrocom, SA explora, em regime de concessão em exclusividade, a promoção e a comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do ML, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do ML.

Quadro 19 – EBITDA e Resultado Operacional da Metrocom

RUBRICAS	2025	2024	Un. €	
			Abs	%
Prestação de Serviços	2 654 155	2 573 839	80 316	3,1
Outros Rendimentos	112 684	98 302	14 382	14,6
Total Rendimentos Operacionais [1]	2 766 839	2 672 141	94 698	3,5
Fornecimentos e serviços externos	2 333 990	2 265 565	68 426	3,0
Gastos com o pessoal	240 579	260 108	(19 529)	(7,5)
Outros gastos	682	19 040	(18 358)	(96,4)
Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2]	2 575 251	2 544 712	30 539	1,2
EBITDA [3] = [1] - [2]	191 588	127 429	64 160	50,3
Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4]	59 436	59 436	0	0,0
Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4]	2 634 687	2 604 148	30 539	1,2
Resultado Operacional [1] - [5]	132 152	67 993	64 160	94,4

Quadro 20 – Faturação Metrocom

Ano	Faturação METROCOM	Valor entregue ao acionista (72% do VN)
2024	2 572 855 €	1 852 456 €
2025	2 653 925 €	1 910 826 €

O ano de 2025 fica marcado, por um lado, pela recuperação do volume de negócios para os valores mais elevados desde 2019, rondando os 2,65 M€, o que representa um aumento de 3,1% em relação a 2024.

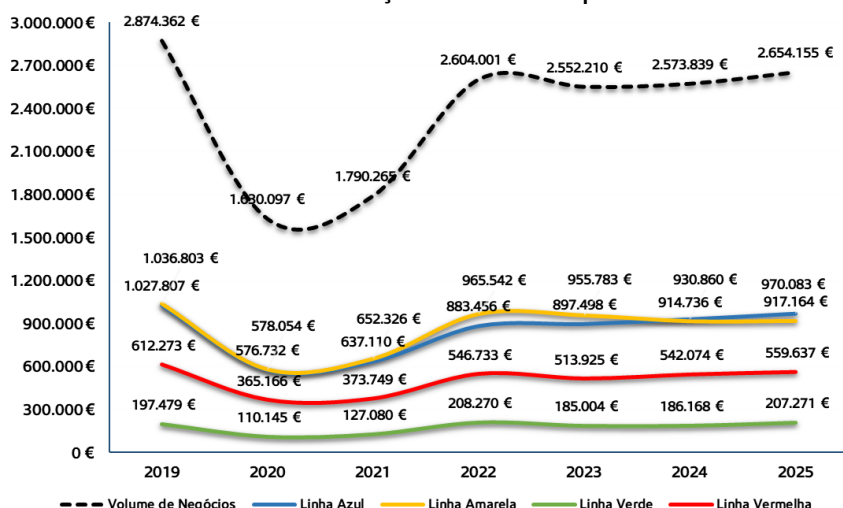
Por outro lado, conseguiu-se a inflexão da queda do volume ocupado de área comercial. Esta redução da área comercial ocupada iniciou-se lentamente no final de 2019, tendo atingido a sua maior expressão em abril de 2025. Durante o ano de 2025 foram ocupados mais 453 m² em relação a dezembro de 2024, aferindo-se uma área total ocupada de 9.811,89 m² no final do ano, o que corresponde a uma taxa de ocupação total de 84,3%.

A recuperação do volume de negócios e da área ocupada foi fortemente impulsionada pela atribuição, pelo acionista, de uma nova subconcessão com vigência até 30 de junho de 2030. Este enquadramento permitiu concretizar novas contratualizações, anteriormente condicionadas, perspetivando-se uma evolução muito favorável para o triénio 2026-2028.

Gráfico 7 – Volume de ocupação dos Espaços Comerciais (m²)

No que respeita à distribuição da receita por linhas, o conjunto Azul/Amarela assume a maior contribuição para o volume de negócios, com 71%. A Linha Vermelha representa 21% e a Linha Verde 8%, refletindo, nesta última, o menor número de espaços comerciais disponíveis.

Gráfico 8 – Evolução das receitas por linha



Ferconsult, SA

Quadro 21 – Ferconsult – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2025	2024	Var. 2025/2024	
				Abs	%
Atividade Comercial					
Volume de Negócios (Mercado Nacional)	€	0	0	0	-
Volume de Negócios (Mercado Internacional)	€	0	0	0	-
Indicadores de Produção					
Horas trabalhadas (Mercado Nacional)	%	0,0	0,0	-	0,0 p.p.
Horas trabalhadas (Mercado Internacional)	%	0,0	0,0	-	0,0 p.p.
INDICADORES DE RH					
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) ¹	n.º	0	0	0	-
Número médio de efetivos	n.º	0	0	0	-
Massa Salarial	€	0	0	0	-
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	€	5 295 310	5 295 310	0	-
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	€	58 899	88 349	(29 450)	(33,3)
Ativo corrente	€	501 111	459 363	41 748	9,1
Total Ativo	€	560 010	547 712	12 299	2,2
Capital Próprio	€	(1 278 599)	(1 151 989)	(126 611)	(11,0)
Passivo	€	1 838 610	1 699 700	138 909	8,2
Total Capital Próprio e Passivo	€	560 010	547 712	12 299	2,2
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Autonomia Financeira %	%	(228,3)	(210,3)	-	(18,0) p.p.
Solvabilidade %	%	(69,5)	(67,8)	-	(1,8) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de Negócios	€	0	0	0	-
EBITDA (corrigido)	€	8 217	2 473	5 745	232,3
Margem do EBITDA (corrigido)	%	-	-	-	-
Rendimentos Operacionais (corrigidos) ²	€	17 900	15 319	2 581	16,8
Gastos Operacionais (corrigidos) ²	€	9 683	12 846	(3 163)	(24,6)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	184,87	119,25	-	65,6 p.p.

¹ Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.

² Rendimentos e Gastos Operacionais corrigidos de provisões, imparidades e ganhos/perdas de subsidiárias.

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

Quadro 22 – EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult

RUBRICAS	2025	2024	Un. € Var. 2025/2024	
			Abs	%
Prestação de Serviços	0	0	0	-
Ganhos imputados a subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	26	0	26	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	2 890	0	2 890	-
Outros Rendimentos	17 900	15 415	2 485	16,1
Total Rendimentos Operacionais [1]	20 816	15 415	5 400	35,0
Fornecimentos e serviços externos	8 075	8 563	(487)	(5,7)
Perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	0	30	(30)	(100,0)
Gastos com o pessoal	0	0	0	-
Provisões (aumentos)	137 499	30 420	107 079	352,0
Outros Gastos	1 742	4 284	(2 541)	(59,3)
Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2]	147 317	43 296	104 020	240,3
EBITDA [3] = [1] - [2]	(126 501)	(27 881)	(98 620)	(354)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4]	0	0	0	-
Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4]	147 317	43 296	104 020	240,3
Resultado Operacional [1] - [5]	(126 501)	(27 881)	(98 620)	(354)

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

A Ferconsult, SA é uma empresa multidisciplinar especializada nas áreas da consultoria, estudos e projetos de engenharia de transportes, tendo desenvolvido atividade nos mercados nacional e internacional desde 1991. O seu capital é integralmente detido pelo Metropolitano de Lisboa.

Na sequência dos resultados deficitários acumulados ao longo dos últimos anos, associados a constrangimentos de organização e gestão interna — em particular, a uma estrutura de custos desajustada face aos proveitos —, o CA promoveu um plano de reestruturação da empresa.

Após a concretização das medidas previstas no Plano de Reorganização da Ferconsult, apresentado em dezembro de 2017 (N/ref. 1262910, de 05/05/2017), e na sequência da análise da informação da UTAM n.º 4/2019 relativa à proposta de fusão da Ferconsult com o Metropolitano de Lisboa, objeto do Despacho do Senhor SET n.º 461/19-SET, a atividade da empresa foi reavaliada, tendo sido apresentada, em setembro de 2019, uma nova proposta de integração imediata dos trabalhadores da Ferconsult no Metropolitano de Lisboa. Esta integração concretizou-se no final de 2020, mantendo-se a Ferconsult apenas como veículo instrumental, integrado no ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) TREM – Aluguer de Material Circulante.

Na sequência do plano de reestruturação implementado, a Ferconsult não desenvolveu, em 2025, qualquer atividade nas áreas de projetos e consultoria.

O EBITDA registou um agravamento muito significativo face ao período homólogo (-353,7%), essencialmente explicado pelo aumento dos gastos operacionais, em particular pelo reconhecimento líquido de provisões no montante de 137.499,03 euros. Este registo teve impacto direto no desempenho operacional do exercício, refletindo o reconhecimento contabilístico de riscos e responsabilidades estimadas, e contribuiu de forma determinante para a deterioração do EBITDA face ao período homólogo.

TREM, ACE

Quadro 23 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (€)	2025	2024	Un.: € Var. 2025/2024	
			V.Abs.	%
Total Ativo	33 322	34 539	(1 217)	(3,5)
Capital Próprio	(49 701 936)	(49 697 721)	(4 215)	(0,01)
Passivo	49 735 258	49 732 260	2 998	0,0
Total Capital Próprio e Passivo	33 322	34 539	(1 217)	(3,5)
Resultado Líquido	(4 215)	(4 219)	4	0

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

O TREM – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM) foi constituído em 02 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, viessem a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas em 2000 pelo TREM, nomeadamente o contrato de aluguer de carruagens celebrado com o Metropolitano de Lisboa, EPE e o contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), o Banco Santander Totta, SA (BST) e o Banco Santander de Negócios Portugal, SA (BSNP) – que em maio de 2010 foi incorporado por fusão no BST, passando este a assumir todos os ativos e passivos do BSNP enquanto sociedade incorporada – foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, EPE com a participação no capital de 90%
- 2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, SA com uma contribuição de 10%.

TREM II, ACE

Quadro 24 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro

Un.: €

Situação Patrimonial (€)	2025	2024	Var. 2025/2024	
			V.Abs.	%
Total Ativo	48 147	51 855	(3 708)	(7,2)
Capital Próprio	(105 242 468)	(105 237 653)	(4 815)	(0,0)
Passivo	105 290 615	105 289 508	1 107	0,0
Total Capital Próprio e Passivo	48 147	51 855	(3 708)	(7,2)
Resultado Líquido	(4 815)	(4 819)	4	0,1

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

O TREM II – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, viessem a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas entre 2001 e 2002 pelo TREM II, nomeadamente os contratos de aluguer de carruagens celebrados com o Metropolitano de Lisboa, EPE e os contratos de financiamento celebrados com a Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), o Caixa – Banco de Investimentos, SA (CaixaBI) e o Crédito Predial Português, SA, que em dezembro de 2004 alterou a denominação social para Banco Santander Totta, SA, foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8.º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, EPE com a participação no capital de 90%
- 2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, SA com uma contribuição de 10%.

Ensitrans

O Ensitrans, AEIE (Agrupamento Europeu de Interesse Económico), é detido em 45% pela Ferconsult, SA e em 5% pelo Metropolitano de Lisboa, EPE, sendo as restantes participações detidas pelo Metro de Barcelona e pela SENER, empresa especializada em consultoria e projetos de engenharia.

Apesar de já não desenvolver projetos ativos, o Ensitrans não foi ainda dissolvido, uma vez que subsistem montantes a receber no âmbito dos contratos celebrados com a EMA – *Entreprise du Métro d'Alger*. Importa salientar que a maior parte dos valores em dívida ao Ensitrans por parte da EMA respeita a trabalhos executados pela Ferconsult.

VII. Desempenho

Na leitura desta secção devem considerar-se, de forma articulada, três vetores centrais: i) a melhoria dos resultados operacionais, sustentada em larga medida pelo reforço dos subsídios à exploração; ii) o controlo relativo das principais rubricas operacionais recorrentes; e iii) uma execução do investimento significativamente abaixo do previsto, com reflexo direto na estrutura patrimonial e na liquidez.

1. Capital financeiro

Receitas tarifárias

Entre os principais fatores que influenciaram as receitas tarifárias em 2025 destacam-se a atualização tarifária dos títulos ocasionais, em vigor desde 1 de janeiro, abrangendo designadamente o Viagem Carris/ML, o Zapping, o Cartão Bancário (Europay, Mastercard e Visa – designado por EMV), o Viva Go e os bilhetes 24 Horas CA/ML, CA/ML/TT e CA/ML/CP; o aumento das compensações tarifárias, decorrente da transferência de passageiros de títulos ocasionais e passes pagos para passes gratuitos sujeitos a compensação; e, ainda, o acréscimo significativo da utilização do EMV, com impacto nas receitas complementares tarifárias, nomeadamente pela redução da receita associada aos cartões Navegante Ocasional.

Em consequência, as receitas de títulos ocasionais e passes registaram, em 2025, um decréscimo de 5,9% face a 2024. Considerando as compensações tarifárias, essa redução situou-se em 1,2%. Comparativamente com a receita inscrita no PAO, verificou-se um desvio negativo de 13,1% na receita de títulos ocasionais e passes, o qual se atenuou para 5,5% quando considerada a receita total, incluindo as referidas compensações.

Quadro 25 – Receitas de títulos de transporte

Un: €

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Títulos ocasionais	45 557 553	48 392 867	53 666 091	(2 835 314)	(5,9)	(8 108 538)	(15,1)
Bilhete Viagem Carris Metro	13 892 782	16 759 455	16 961 246	(2 866 673)	(17,1)	(3 068 464)	(18,1)
Zapping	12 309 927	14 033 766	15 513 645	(1 723 839)	(12,3)	(3 203 718)	(20,7)
EMV	11 598 501	8 819 751	11 689 178	2 778 750	31,5	(90 677)	(0,8)
Bilhete 24 Horas Carris/Metro	4 460 467	5 167 011	5 648 091	(706 543)	(13,7)	(1 187 624)	(21,0)
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/TT	252 770	204 850	205 842	47 919	23,4	46 928	22,8
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/CP	604 543	673 509	708 178	(68 966)	(10,2)	(103 635)	(14,6)
Outros	2 438 563	2 734 526	2 939 912	(295 963)	(10,8)	(501 349)	(17,1)
Passes	37 166 429	39 516 968	41 561 827	(2 350 539)	(5,9)	(4 395 398)	(10,6)
Passes Navegante – Programa Incentiva mais TP	36 527 474	38 944 914	40 937 181	(2 417 440)	(6,2)	(4 409 707)	(10,8)
Navegante Metropolitano	25 445 156	27 546 247	28 258 246	(2 101 091)	(7,6)	(2 813 090)	(10,0)
Navegante Lisboa	8 687 356	8 833 827	9 854 287	(146 471)	(1,7)	(1 166 931)	(11,8)
Navegante Metropolitano Família	435 897	666 573	876 713	(230 676)	(34,6)	(440 816)	(50,3)
Navegante Municipal Família	57 421	85 668	114 723	(28 248)	(33,0)	(57 303)	(49,9)
Navegante +65	1 882 992	1 793 004	1 811 672	89 989	5,0	71 320	3,9
Navegante Metropolitano Comb -65	14 248	14 179	14 764	69	0,5	(516)	(3,5)
Outros Navegantes	4 403	5 415	6 774	(1 012)	(18,7)	(2 371)	(35,0)
Outros Passes	638 956	572 054	624 646	66 901	11,7	14 309	2,3
Navegante Urbano	100 196	129 179	162 211	(28 983)	(22,4)	(62 015)	(38,2)
Navegante Rede	3 566	4 424	5 607	(858)	(19,4)	(2 041)	(36,4)
L/Operadores – Outros	388 095	311 364	322 805	76 731	24,6	65 290	20,2
Combinados	147 099	127 088	134 023	20 011	15,7	13 075	9,8
Receita de Títulos Ocasionais e Passes	82 723 982	87 909 835	95 227 918	(5 185 853)	(5,9)	(12 503 936)	(13,1)
Compensações	40 688 481	36 958 735	35 382 440	3 729 746	10,1	5 306 042	15,0
Congelamento Passes Navegante	3 109 274	2 504 158	2 620 292	605 116	-	488 982	-
Compensação Tarifaria – COSP	16 354 335	17 192 738	18 756 948	(838 403)	-	(2 402 613)	-
Comparticipações 4-18 / sub23	17 957 865	13 260 432	9 668 497	4 697 433	35,4	8 289 368	85,7
Congelamento Passes sub 18+TP e sub23+TP	1 484 646	852 646	0	632 000	-	1 484 646	-
Compensações L/Operadores sub 18+TP e sub23+TP	323 212	0	0	323 212	-	323 212	-
Compensação Passe Circula PT	481 810	433 099	916 719	48 711	11,2	(434 909)	(47,4)
Congelamento Passes Circula PT	41 339	27 848	0	13 490	-	41 339	-
Gratuidade CML	1 911 941	1 849 388	1 669 432	62 553	3,4	242 509	14,5
Antigos Combatentes	956 895	838 425	1 750 552	118 470	14,1	(793 657)	(45,3)
Congelamento Antigos Combatentes	74 266	0	0	74 266	-	74 266	-
Congelamento Passes próprios e/ou Combinados	8 461	0	0	8 461	-	8 461	-
Pagamento por Conta (PART)	-2 015 563	0	0	(2 015 563)	-	(2 015 563)	-
Total	123 412 463	124 868 570	130 610 357	-1 456 107	(1,2)	(7 197 894)	(5,5)

Gráfico 9 – Receitas de títulos de transporte

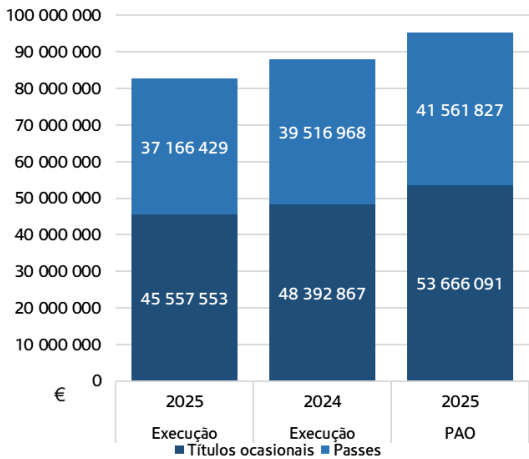
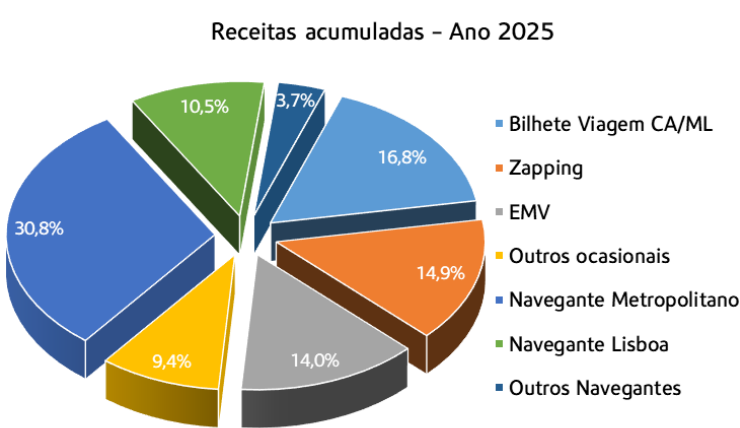


Gráfico 10 – Detalhe receitas de títulos de transporte



Receitas complementares

No que respeita à receita complementar, 2025 registou um decréscimo de 5,9% face a 2024.

As receitas complementares tarifárias apresentaram, no seu conjunto, uma redução de 17,8% na faturação relativamente ao ano anterior, destacando-se, entre as rubricas com maior quebra, o fee de personalização, com uma diminuição de 73.458 euros, correspondente a 27,9%.

Em contrapartida, as receitas complementares não tarifárias evidenciaram um desempenho positivo, com um acréscimo de 4,1% face a 2024. Para esta evolução contribuíram, em particular, o aluguer do Auditório da estação do Alto dos Moinhos, cuja faturação aumentou 36,6%, em resultado da atualização da tabela de preços em 2025; a rubrica de Serviço Especial, que registou um crescimento de 109,8%; e o aluguer de espaços, no qual se manteve relevante a contribuição da Oficina Desativada do PMO II, nas Calvanas, a que acresceu, em 2025, o aluguer da Sala Subterrânea do Terreiro do Paço à Fever, por um período de três anos, cuja primeira mensalidade e caução contribuíram significativamente para o aumento desta receita.

A rubrica relativa à realização de filmagens e sessões fotográficas registou, por seu turno, um decréscimo de 28,2%.

Relativamente às subconcessões, verificou-se uma variação positiva de 6,4% face a 2024, refletindo crescimentos de 3,2% na Metrocom e de 10,3% na Publimetro.

Quadro 26 – Receitas complementares

Receitas Complementares (sem IVA)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Receitas Complementares Tarifárias	2 762 040	3 361 616	3 485 107	(599 577)	(17,8)	(723 068)	(20,7)
Cartões Navegante Ocasional e Taxa de Urgência	2 460 538	2 942 592	3 004 066	(482 054)	(16,4)	(543 528)	(18,1)
Fee de Personalização	189 446	262 904	323 781	(73 458)	(27,9)	(134 335)	(41,5)
Comissões	112 056	156 121	157 261	(44 065)	(28,2)	(45 206)	(28,7)
Receitas Complementares não Tarifárias	4 191 115	4 026 363	4 012 106	164 753	4,1	179 009	4,5
Subconcessões	3 672 797	3 450 483	3 525 736	222 314	6,4	147 061	4,2
Outros (Aluguer espaços, filmagens, merchandising...)	518 318	575 879	486 370	(57 561)	(10,0)	31 948	6,6
Total das receitas complementares	6 953 155	7 387 979	7 497 214	(434 824)	(5,9)	(544 059)	(7,3)

Un: €

Resultados

Quadro 27 – Resultados – Contas individuais

Resultados (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Volume de Negócios	130 365 618	132 256 549	138 102 943	(1 890 931)	(1,4)	(7 737 325)	(5,6)
<i>Rendimento do Serviço Público*</i>	123 412 463	124 868 570	130 605 729	(1 456 107)	(1,2)	(7 193 266)	(5,5)
<i>Receitas complementares</i>	6 953 155	7 387 979	7 497 214	(434 824)	(5,9)	(544 059)	(7,3)
Rendimentos de construção (IFRIC12)	102 646 188	0	0	102 646 188	-	102 646 188	-
Subsídios à Exploração	41 984 416	6 214 575	10 925 680	35 769 841	575,6	31 058 736	284,3
<i>Remuneração da Concessão</i>	26 021 256	6 161 922	10 925 680	19 859 334	322,3	15 095 576	138,2
<i>Remuneração autónoma</i>	15 651 132	0	0	15 651 132	-	15 651 132	-
<i>Outros Sub. Exploração</i>	312 028	52 653	0	259 375	492,6	312 028	-
Outros rendimentos	12 611 563	12 247 860	8 482 613	363 702	3,0	4 128 950	48,7
Custo das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas	(3 630 006)	(3 097 100)	(3 652 426)	(532 905)	(17,2)	22 420	0,6
Gastos de construção (IFRIC12)	(102 646 188)	0	0	(102 646 188)	-	(102 646 188)	-
Fornecimentos e Serviços Externos	(40 621 216)	(38 198 439)	(45 181 871)	(2 422 776)	(6,3)	4 560 655	10,1
Gastos com Pessoal	(105 203 621)	(102 288 041)	(107 041 983)	(2 915 580)	(2,9)	1 838 362	1,7
Outros Gastos	(16 540 641)	(13 477 394)	(872 740)	(3 063 247)	(22,7)	(15 667 901)	(1 795,3)
EBITDA	18 966 113	(6 341 990)	762 216	25 308 104	399,1	18 203 898	2 388,3
EBITDA Corrigido **	22 584 104	(5 807 072)	(6 924 930)	28 391 176	488,9	29 509 034	426,1
Total de Rendimentos Operacionais	287 615 316	150 749 472	157 511 235	136 865 844	90,8	130 104 081	82,6
Total de Gastos Operacionais	(287 423 034)	(169 664 669)	(167 457 395)	(117 758 365)	(69,4)	(119 965 639)	(71,6)
Resultado Operacional	192 282	(18 915 197)	(9 946 159)	19 107 479	101,0	10 138 442	101,9
Resultado Financeiro	(4 995 566)	(909 000)	(588 464)	(4 086 566)	(449,6)	(4 407 103)	(748,9)
Resultado antes de Impostos	(4 803 284)	(19 824 197)	(10 534 623)	15 020 913	75,8	5 731 339	54,4
Resultado Líquido	(4 816 856)	(19 841 311)	(10 534 623)	15 024 455	75,7	5 717 767	54,3

* Inclui receita de venda de bilhetes, passes e compensações tarifárias.

** EBITDA corrigido (sem Equiv. Patrimonial/Subsidiárias, TPE, Imparidades, Provisões, Justo valor, Subsídios ao investimento e outras rubricas non-cash).

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

Performance operacional: rendimentos

Em 2025, verificou-se uma melhoria expressiva da rendibilidade operacional, suportada sobretudo pelo reforço dos subsídios à exploração, e não pelo crescimento do volume de negócios.

- Vendas e serviços prestados: registaram um decréscimo de 1,4% face a 2024, passando de 132,3 M€ para 130,4 M€. Face ao PAO, ficou registado um desvio negativo de 7,7 M€ (-5,6%), explicado essencialmente pelo desempenho da receita da venda de títulos, abaixo do previsto.
- Subsídios à exploração: constituíram o principal fator de recuperação operacional, aumentando de 6,2 M€ em 2024 para 41,9 M€ em 2025. Face ao PAO, o desvio foi positivo em 31,1 M€, refletindo compensações e mecanismos de cobertura não integralmente previstos no orçamento inicial.
- EBITDA: ascendeu a 18,9 M€, traduzindo uma recuperação muito significativa face aos 6,3 M€ negativos de 2024. Considerando o EBITDA corrigido de efeitos non cash e outros ajustamentos, o valor situou-se em 22,6 M€, o que representa uma melhoria de 28,4 M€ face a 2024 e um desempenho acima do previsto no PAO.
- Rendimentos de construção: Com a entrada em vigor do Aditamento ao Contrato de Concessão e a correspondente aplicação da IFRIC 12, a partir de 1 de janeiro de 2025, os rendimentos de construção e os gastos associados são evidenciados na demonstração dos resultados do período. Desta forma, o rendimento resultante de serviços de construção refere-se ao aumento do investimento bruto em bens afetos à concessão registado como um ativo financeiro, o qual foi reconhecido sem margem, tendo em conta que o Estado irá cobrir a totalidade das despesas e encargos incorridos em seu nome.

Análise da estrutura de custos

Em 2025, manteve-se um controlo relativamente rigoroso dos principais gastos operacionais, o que contribuiu para mitigar o efeito da redução das receitas próprias.

- Fornecimentos e serviços externos (FSE): aumentaram face a 2024, de 38,1 M€ para 40,6 M€, mas ficaram 4,6 M€ abaixo do orçamentado. Os principais desvios favoráveis face ao PAO ocorreram na eletricidade (-0,84 M€) e em trabalhos especializados (-1,2 M€).

- Gastos com pessoal: totalizaram 105,2 M€, correspondendo a um aumento de 2,9% face ao ano anterior. Ainda assim, este valor ficou 1,8 M€ abaixo do previsto no PAO, sobretudo em resultado de uma execução inferior à estimada na rubrica de remunerações base e subsídios.

Resultados operacionais e líquidos

- Resultado operacional (EBIT): situou-se em 0,19 M€, traduzindo uma recuperação material face aos 18,9 M€ negativos registados em 2024 e superando de forma significativa o valor previsto no orçamento.
- Resultado líquido: fixou-se em -4,82 M€, o que corresponde a uma melhoria muito relevante face ao resultado líquido negativo de 2024. Também em comparação com o PAO, o desvio foi favorável, evidenciando uma aproximação ao equilíbrio económico-financeiro.

Quadro 28 – Resultados – Contas consolidadas e individuais do Grupo de Empresas do ML

Resultados (€)	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	131 101 362	130 365 618	0	2 654 155	0	0
EBITDA	26 147 706	18 966 113	(126 501)	191 588	(4 215)	(4 815)
EBITDA corrigido *	23 163 273	22 584 104	8 217	191 588	(4 215)	(4 815)
Rendimentos Operacionais	288 506 766	287 615 316	20 816	2 766 839	0	0
Gastos Operacionais	(288 258 267)	(287 423 034)	(147 317)	(2 634 687)	(4 215)	(4 815)
Resultado Operacional	248 499	192 282	(126 501)	132 152	(4 215)	(4 815)
Resultado Líquido	(4 822 245)	(4 816 856)	(126 611)	137 525	(4 215)	(4 815)

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, diferenças cambiais e subsídios ao investimento.

Quadro 29 – Resultados – Contas consolidadas

Resultados (€)	Contas Consolidadas		Var. 2025/2024	
	2025	2024	Abs.	%
Volume de Negócios	131 101 362	132 970 029	(1 868 666)	(1,4)
EBITDA	26 147 706	4 104 767	22 042 939	537,0
EBITDA corrigido *	23 163 273	(5 371 079)	28 534 351	531,3
Rendimentos Operacionais	288 506 766	151 685 860	136 820 906	90,2
Gastos Operacionais	(288 258 267)	(170 560 380)	(117 697 887)	(69,0)
Resultado Operacional	248 499	(18 874 520)	19 123 019	101,3
Resultado Líquido	(4 822 245)	(19 844 593)	15 022 349	75,7

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, diferenças cambiais e subsídios ao investimento.

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

Rendimentos operacionais – Contas individuais

Quadro 30 – Rendimentos Operacionais – Contas individuais

Rendimentos Operacionais Individuais (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Vendas de Passes e Bilhetes	82 723 982	87 909 835	95 227 918	(5 185 853)	(5,9)	(12 503 936)	(13,1)
Compensação 4_18/sub_23/Social+ e Compensação PART (AML)	40 688 481	36 958 735	35 377 811	3 729 746	10,1	5 310 670	15,0
Receita Serviço público	123 412 463	124 868 570	130 605 729	(1 456 107)	(1,2)	(7 193 266)	(5,5)
Receitas complementares	6 953 155	7 387 979	7 497 214	(434 824)	(5,9)	(544 059)	(7,3)
Volume de negócios	130 365 618	132 256 549	138 102 943	(1 890 931)	(1,4)	(7 737 325)	(5,6)
Rendimentos de construção (IFRIC12)	102 646 188	0	0	102 646 188	-	102 646 188	-
Subsídios à exploração	41 984 416	6 214 575	10 925 680	35 769 841	575,6	31 058 736	284,3
Remuneração da Concessão	26 021 256	6 161 922	10 925 680	19 859 334	322,3	15 095 576	138,2
Outros Sub. Exploração	312 028	52 653	0	259 375	492,6	312 028	-
Trabalhos p/ Própria Empresa	6 699 988	6 716 249	6 934 835	(16 261)	(0,2)	(234 847)	(3,4)
Justo valor (aumentos)	4 367 225	1 527 650	753 511	2 839 575	185,9	3 613 715	479,6
Outros rendimentos	1 544 349	4 003 961	794 267	(2 459 612)	(61,4)	750 082	94,4
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	7 531	30 488	0	(22 957)	(75,3)	7 531	-
Total de Outros rendimentos	157 249 698	18 492 923	19 408 293	138 756 775	750,3	137 841 405	710,2
Total dos Rendimentos Operacionais	287 615 316	150 749 472	157 511 235	136 865 844	90,8	130 104 081	82,6

O rendimento do serviço público, que inclui receitas tarifárias e compensações, registou uma redução de 1,5 M€ face a 2024 e ficou 7,2 M€ abaixo do valor previsto no orçamento.

Os títulos ocasionais, com uma receita de 45,56 M€, ficaram 2,83 M€ abaixo de 2024 e apresentaram um desvio negativo de 8,11 M€ face ao PAO.

Os passes geraram receita no valor de 37,17 M€, abaixo dos 39,52 M€ registados em 2024 e também abaixo do valor orçamentado, com um desvio negativo de 4,40 M€.

A compensação tarifária AML/TML atingiu 40,69 M€, o que representa um crescimento de 10,1% face a 2024 e um desempenho superior ao previsto no PAO.

As receitas complementares totais diminuíram 435 mil euros face a 2024, ficando também abaixo do orçamento.

Os subsídios à exploração constituíram o principal fator de equilíbrio das contas em 2025, totalizando 41,98 M€, muito acima do valor registado em 2024 e também acima do montante previsto no PAO.

Os principais contributos para este desvio positivo face ao orçamento foram os seguintes:

- **COSP Concessão:** Apuramento de 26,02 M€ (considera 10 mil euros relativos a acerto de 2024), superando o PAO em 15,10 M€, essencialmente devido à inclusão no cálculo do “Défice Operacional” das depreciações dos bens ML afetos à concessão, adquiridos até 31/12/2024 e que não tenham sido financiados por fundos europeus ou por verbas nacionais;
- **Remuneração Autónoma:** um registo não previsto no orçamento inicial de 15,65 M€.

No total, e retirando o efeito dos rendimentos de construção, os rendimentos operacionais cresceram face a 2024 e superaram o orçamento, essencialmente devido ao reforço dos subsídios à exploração e à evolução do justo valor, compensando a ligeira contração do volume de negócios.

Rendimentos operacionais – Contas consolidadas

Quadro 31 – Rendimentos Operacionais – Contas consolidadas

Rendimentos Operacionais Consolidados (€)	Contas Consolidadas		Var. 2025/2024	
	2025	2024	Abs.	%
Vendas e serviços prestados	131 101 362	132 970 029	(1 868 666)	(1,41)
Subsídios à exploração	41 984 416	6 214 575	35 769 841	575,58
Rendimentos de construção (IFRIC12)	102 646 188	0	102 646 188	-
Ganhos Subsid., assoc. e emp. conjuntos	0	77 760	(77 760)	(100,00)
Trabalhos para a própria entidade	6 699 988	6 716 249	(16 261)	(0,24)
Aumentos de justo valor	4 367 225	1 527 650	2 839 575	185,88
Outros rendimentos	1 700 055	4 149 110	(2 449 054)	(59,03)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	7 531	30 488	(22 957)	(75,30)
Total dos Rendimentos Operacionais	288 506 766	151 685 860	136 820 906	90,2

Gastos operacionais – Contas individuais

Quadro 32 – Gastos Operacionais – Contas Individuais

Gastos Operacionais Individuais (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Perdas imputadas subsidiárias	6 763 524	9 963 415	0	(3 199 891)	(32,1)	6 763 524	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 630 006	3 097 100	3 652 426	532 905	17,2	(22 420)	(0,6)
Gastos de construção (IFRIC12)	102 646 188	0	0	102 646 188	-	102 646 188	-
Fornecimentos e serviços externos	40 621 216	38 198 439	45 181 871	2 422 776	6,3	(4 560 655)	(10,1)
Gastos com o pessoal	105 203 621	102 288 041	107 041 983	2 915 580	2,9	(1 838 362)	(1,7)
Imparidade de inventários (perdas)	975 063	0	0	975 063	-	975 063	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas)	294 504	35 306	0	259 197	734,1	294 504	-
Provisões (aumentos)	3 482 716	592 250	0	2 890 466	488,0	3 482 716	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	0	1 000 000	0	(1 000 000)	(100,0)	0	-
Outros gastos	5 024 835	1 886 423	872 740	3 138 412	166,4	4 152 095	475,8
Gastos de Depreciação e Amortização	18 781 362	12 603 695	10 708 375	6 177 668	49,0	8 072 987	75,4
Total dos Gastos Operacionais	287 423 034	169 664 669	167 457 395	117 758 365	69,4	119 965 639	71,6

Nota: Quando o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a variação percentual deve ser interpretada com cautela, privilegiando-se a leitura da variação absoluta.

Visão geral dos gastos operacionais

Os gastos operacionais totais ascenderam a 287,4 M€ em 2025, o que representa um aumento de 69,4% face a 2024. No entanto, retirando o efeito dos gastos de construção, verifica-se que o aumento foi de 8,9%.

Em comparação com o PAO, registou-se um desvio desfavorável, explicado sobretudo por rubricas non cash e por outros efeitos não recorrentes, apesar do controlo evidenciado nas principais componentes operacionais.

Análise das principais rubricas operacionais

Os gastos com o pessoal ascenderam, em 2025, a 105,2 M€, correspondendo a 56,9% do total dos gastos operacionais. Em termos homólogos, esta rubrica registou um acréscimo de 2,9% (+2,9 M€), refletindo, sobretudo, a atualização dos vencimentos base, que totalizaram 37,7 M€. Não obstante esta evolução, a execução ficou 1,7% abaixo do montante inscrito no PAO, traduzindo uma poupança de 1,8 M€. Este desvio favorável evidencia contenção relativa da despesa face ao previsto, apesar do peso estrutural de componentes de natureza diferida e assistencial, designadamente os encargos com o Plano de Pensões (9,36 M€) e com a assistência médica.

Os fornecimentos e serviços externos ascenderam, em 2025, a 40,6 M€, evidenciando um acréscimo homólogo de 6,3% (+2,4 M€). Esta evolução foi sobretudo impulsionada pelo aumento dos encargos com vigilância e segurança, que totalizaram 8,1 M€, e com os serviços de limpeza, no montante de 5,5 M€. Não obstante esta pressão homóloga, a execução da rubrica ficou 10,1% abaixo do montante inscrito no PAO, traduzindo uma poupança de 4,5 M€. Para este desvio favorável contribuiu, em particular, a rubrica de eletricidade em alta tensão, cuja realização, de 12,8 M€, ficou aquém das estimativas orçamentais.

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas ascendeu, em 2025, a 3,63 M€, evidenciando um acréscimo homólogo de 17,2%. Esta evolução traduz uma maior pressão nos custos associados a materiais de consumo e títulos de transporte. Em termos orçamentais, a rubrica apresentou uma execução globalmente em linha com o previsto no PAO, registando um desvio marginal de -0,6%.

Rubricas *non-cash* e Outros Itens

Os gastos de depreciação e amortização ascenderam, em 2025, a 18,78 M€, configurando a rubrica com o desvio mais expressivo face ao PAO. Em termos homólogos, registou-se um acréscimo de 49,0% (+6,2 M€), refletindo sobretudo a operação de reconhecimento, no final de 2024, de 18 UT da série ML97 no ativo fixo tangível do ML, na sequência da transferência definitiva para a sua propriedade e através da transferência do montante que já estava reconhecido como investimento financeiro no TREM – Aluguer de Material Circulante, ACE. Face ao montante orçamentado, a execução situou-se 75,4% acima do previsto, traduzindo um desvio desfavorável de 8,1 M€.

As provisões totalizaram 3,48 M€ em 2025, o que compara com 0,59 M€ em 2024 e com uma previsão nula no PAO, traduzindo, por conseguinte, um desvio orçamental absoluto. Esta evolução foi influenciada, em particular, pelo reconhecimento de responsabilidades estimadas associadas a processos judiciais em curso, nos foros laboral e cível.

A imparidade de inventários originou um gasto de 0,97 M€, igualmente não previsto no orçamento, agravando o desvio das rubricas de natureza não recorrente.

As perdas imputadas de subsidiárias, reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, ascenderam a 6,76 M€, correspondendo a uma redução homóloga de 32,1% face a 2024. Não obstante esta melhoria relativa, a rubrica não se encontrava contemplada no PAO, constituindo, por isso, um encargo adicional não planeado com impacto negativo no resultado líquido do exercício.

Conclusão da Análise de Gastos

Em síntese, a análise evidencia uma execução controlada dos principais custos operacionais, em especial com pessoal e FSE. O agravamento do total dos gastos operacionais decorreu sobretudo do aumento das depreciações e amortizações, do reforço de provisões e de outros efeitos extraordinários ou não recorrentes.

Gastos operacionais – Contas consolidadas

Quadro 33 – Gastos operacionais – Contas consolidadas

Gastos Operacionais Consolidados (€)	Contas Consolidadas		Var. 2025/2024	
	2025	2024	Abs.	%
Perdas imp. Subsid., assoc. e emp. conjuntos	21 555	0	21 555	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 630 006	3 097 100	532 905	17,2
Gastos de construção (IFRIC12)	102 646 188	0	102 646 188	-
Fornecimentos e serviços externos	40 695 413	38 337 618	2 357 795	6,2
Gastos com o pessoal	105 444 200	102 548 149	2 896 051	2,8
Imparidade de inventários (perdas)	975 063	0	975 063	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	291 614	35 306	256 307	726,0
Provisões (aumentos)	3 620 215	622 670	2 997 545	481,4
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	0	1 000 000	(1 000 000)	(100,0)
Outros gastos	5 027 275	1 909 763	3 117 512	163,2
Gastos de depreciação e de amortização	25 906 738	23 009 774	2 896 964	12,6
Total dos Gastos Operacionais	288 258 267	170 560 380	117 697 887	69,0

EBITDA – Contas individuais

Quadro 34 – EBITDA corrigido – Contas individuais

EBITDA corrigido – Contas Individuais (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
EBITDA DRN	18 966 113	(6 341 990)	762 216	25 308 104	399,1	18 203 898	2 388,3
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	(6 763 524)	(9 963 415)	0	3 199 891	32,1	(6 763 524)	-
Trabalhos para a própria entidade	6 699 988	6 716 249	6 934 835	(16 261)	(0,2)	(234 847)	(3,4)
Imparidades de inventários	(975 063)	0	0	(975 063)	-	(975 063)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	(294 504)	(35 306)	0	(259 197)	(734,1)	(294 504)	-
Provisões (aumentos)	(3 482 716)	(592 250)	0	(2 890 466)	(488,0)	(3 482 716)	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	0	(1 000 000)	0	1 000 000	100,0	0	-
Aumentos de justo valor	4 367 225	1 527 650	753 511	2 839 575	185,9	3 613 715	479,6
Subsídios ao investimento	135 988	135 988	0	(0)	(0,0)	135 988	-
Ganhos em Inventários	162 265	85 364	0	76 901	90,1	162 265	-
Perdas em Inventários	(81 022)	(107 906)	0	26 884	24,9	(81 022)	-
Diferenças cambiais (Favoráveis)	1 438	2 702 994	0	(2 701 555)	(99,9)	1 438	-
Diferenças cambiais (Desfavoráveis)	(3 388 066)	(4 286)	(1 200)	(3 383 780)	(78 952,2)	(3 386 866)	(282 238,8)
EBITDA Corrigido	22 584 104	(5 807 072)	(6 924 930)	28 391 176	488,9	29 509 034	426,1

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

EBITDA corrigido

Em 2025, o EBITDA corrigido ascendeu a 22,58 M€, traduzindo uma recuperação muito significativa da performance operacional ajustada. Face a 2024, este indicador melhorou em 28,39 M€, revertendo o valor negativo de 5,81 M€ registado no exercício anterior. Comparativamente com o PAO 2025, o desvio foi igualmente muito favorável, situando-se em 29,51 M€ face ao EBITDA corrigido negativo de 6,92 M€ então previsto.

Esta evolução reflete, em primeiro lugar, a recuperação do EBITDA DRN, que se fixou em 18,96 M€, correspondendo a uma melhoria de 25,31 M€ face ao valor negativo apurado em 2024. Face ao orçamento, o EBITDA DRN superou o montante previsto em 18,20 M€, desempenho fortemente suportado pelo reforço dos subsídios à exploração, que totalizaram 41,98 M€.

Na reconciliação entre o EBITDA DRN e o EBITDA corrigido, destacam-se, face ao PAO, os desvios associados a itens de natureza não operacional ou não recorrente. Os aumentos de justo valor contribuíram positivamente em 4,37 M€, superando em 3,61 M€ o valor orçamentado, refletindo o *mark-to-market* positivo dos instrumentos financeiros derivados. Em sentido contrário, as diferenças cambiais desfavoráveis exerceram uma pressão negativa de 3,39 M€, muito acima do impacto residual previsto no PAO, constituindo o principal fator adverso ao resultado corrigido. Acresce o reconhecimento de provisões no montante de 3,48 M€, sem expressão orçamental inicial, bem como o impacto de 6,76 M€ relativo a perdas imputadas de subsidiárias pelo método da equivalência patrimonial, igualmente não contemplado no orçamento.

Em termos homólogos, a melhoria do EBITDA corrigido resulta, assim, da combinação entre a recuperação do EBITDA DRN, o contributo adicional dos ajustamentos de justo valor e a redução das perdas imputadas de subsidiárias. Esta evolução foi, contudo, parcialmente atenuada pela inversão do efeito cambial, que passou de favorável em 2024 para desfavorável em 2025, penalizando a variação entre exercícios.

Em síntese, a melhoria do EBITDA corrigido resulta, em primeiro lugar, da forte recuperação do EBITDA contabilístico, sustentada pelo aumento dos subsídios à exploração. Em paralelo, a evolução do justo valor contribuiu positivamente, embora parcialmente compensada por efeitos cambiais desfavoráveis, provisões e impactos associados à equivalência patrimonial.

EBITDA – Contas consolidadas

Quadro 35 – EBITDA corrigido – Contas consolidadas

EBITDA Corrigido – Consolidado (€)	Contas consolidadas		Variação 2025/2024	
	2025	2024	Abs.	%
EBITDA DRN – Consolidado	26 147 706	4 104 767	22 042 939	537,0
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	(21 555)	77 760	(99 316)	(127,7)
Trabalhos para a própria entidade	6 699 988	6 716 249	(16 261)	(0,2)
Imparidade de inventários	(975 063)	0	(975 063)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	(291 614)	(35 306)	(256 307)	(726,0)
Provisões (aumentos)	(3 620 215)	(622 670)	(2 997 545)	(481,4)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	0	(1 000 000)	1 000 000	100,0
Aumentos de justo valor	4 367 225	1 527 650	2 839 575	185,9
Subsídios ao investimento	135 988	135 988	(0)	(0,0)
Ganhos em Inventários	161 908	85 364	76 544	89,7
Perdas em Inventários	(81 022)	(107 906)	26 884	24,9
Diferenças cambiais (Favoráveis)	1 438	2 703 090	(2 701 652)	(99,9)
Diferenças cambiais (Desfavoráveis)	(3 392 644)	(4 374)	(3 388 270)	(77 464,8)
EBITDA Corrigido – Consolidado	23 163 273	(5 371 079)	28 534 351	531,3

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

Gastos com pessoal – Contas individuais

Quadro 36 – Gastos com pessoal – Contas individuais

Gastos com Pessoal (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Remunerações	71 492 580	69 827 726	74 835 275	1 664 854	2,4	(3 342 695)	(4,5)
Complemento de Pensões	13 071 965	12 884 740	12 906 856	187 225	1,5	165 109	1,3
Responsabilidades c/ Pensões	13 572 400	12 026 688	10 602 851	1 545 712	12,9	2 969 549	28,0
Anulação dos Complementos Pensões	(13 076 139)	(12 880 077)	(12 906 856)	(196 061)	(1,5)	(169 283)	(1,3)
Outros gastos	20 142 814	20 428 964	21 603 857	(286 149)	(1,4)	(1 461 043)	(6,8)
TOTAL	105 203 621	102 288 041	107 041 983	2 915 580	2,9	(1 838 362)	(1,7)

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

Os gastos com o pessoal ascenderam, em 2025, a 105,20 M€, traduzindo um acréscimo homólogo de 2,9% (+2,92 M€) face a 2024. Não obstante esta evolução, a execução ficou 1,7% abaixo do montante inscrito no PAO, correspondendo a um desvio favorável de 1,84 M€, o que evidencia contenção relativa da despesa com pessoal face ao previsto.

As remunerações permaneceram como a principal componente desta rubrica, totalizando 71,49 M€. Em termos homólogos, registaram um acréscimo de 2,4% (+1,67 M€), refletindo, sobretudo, a atualização dos vencimentos base, que atingiram 37,74 M€. Face ao orçamento, esta componente apresentou um desvio favorável de 3,34 M€ (-4,5%), constituindo o principal fator explicativo da poupança global observada na rubrica e traduzindo um nível de contratações inferior ao inicialmente previsto.

No que respeita às responsabilidades com pensões e complementos, verificaram-se dinâmicas diferenciadas entre encargos correntes e ajustamentos contabilísticos. As responsabilidades com pensões totalizaram 13,57 M€, evidenciando um crescimento de 12,9% (+1,55 M€) face a 2024 e um desvio desfavorável de 2,97 M€ (+28,0%) relativamente ao PAO, assumindo-se como a principal pressão negativa da rubrica. Esta evolução foi influenciada, em particular, pelo aumento do custo dos serviços correntes associados ao Plano de Pensões, que ascendeu a 4,21 M€.

Por seu turno, o complemento de pensões registou um custo bruto de 13,07 M€, correspondente a um acréscimo homólogo de 1,5%. Todavia, este efeito foi compensado pela rubrica de anulação dos complementos, no montante de 13,08 M€, a qual funciona como mecanismo de neutralização contabilística dos benefícios pagos, limitando o respetivo impacto líquido sobre a demonstração de resultados.

Os outros gastos com o pessoal, que incluem assistência médica, seguros e ação social, totalizaram 20,14 M€, registando uma redução de 1,4% face a 2024 e uma execução 1,46 M€ abaixo do PAO (-6,8%). Entre as componentes mais relevantes desta rubrica destacam-se o seguro de saúde, com um custo de 1,42 M€, e os encargos com a ação social (refeitórios), que se mantiveram estáveis em 0,45 M€.

Em termos agregados, a pressão homóloga dos gastos com o pessoal resultou essencialmente do aumento das remunerações base e do reforço das responsabilidades com pensões. Ainda assim, a empresa conseguiu absorver este agravamento através da menor execução das remunerações diretas e de outros encargos acessórios, o que permitiu preservar um desvio global favorável face ao orçamento. Os encargos sociais acompanharam a evolução da massa salarial, com a TSU a fixar-se em 16,14 M€, acima dos 15,86 M€ registados em 2024.

Em síntese, a execução dos gastos com o pessoal em 2025 revela um controlo da massa salarial e uma gestão orçamental prudente, embora continue a subsistir pressão estrutural nas responsabilidades com pensões, cuja trajetória de crescimento se mantém acima do inicialmente previsto.

(Vide IV. *Análise de contexto*, 2. *Análise interna*, *Capital humano*, pág.^a 20; VII. *Desempenho*, 3. *Capital humano*, pág.^a 65; 2. *Eficiência operacional e evolução dos gastos operacionais*, pág.^a 82; 3. *Recursos humanos e Massa salarial*, pág.^a 82.).

Resultados financeiros

Quadro 37 - Resultados financeiros - Contas individuais

Resultados financeiros (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Juros suportados c/ financiamentos bancários	4 995 566	909 000	588 464	4 086 566	449,6	4 407 103	748,9
Gastos financeiros de exploração	4 995 566	909 000	588 464	4 086 566	449,6	4 407 103	748,9

Em 2025, os resultados financeiros evidenciaram um agravamento ao nível da rubrica de juros e gastos similares suportados, que ascendeu a 4,99 M€. Esta evolução decorre, em grande medida, da alteração dos critérios de contabilização aplicáveis ao serviço da dívida. Neste novo enquadramento, os encargos financeiros passaram a ser tratados, no âmbito do Contrato de Concessão, como remuneração autónoma, embora, no exercício em análise, a respetiva cobertura tenha sido assegurada por dotação de capital.

Fluxos financeiros

Quadro 38 – Demonstração de fluxos de caixa – Contas individuais

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Fluxo das Atividades Operacionais	31 173 643	(9 360 916)	(1 097 396)	40 534 559	433,0	32 271 039	2.940,7
Fluxo das Atividades Investimento	(27 072 838)	(54 525 543)	(130 587 457)	27 452 705	50,3	103 514 619	79,3
Fluxo das Atividades Financiamento	(2 042 034)	17 603 069	84 043 253	(19 645 103)	(111,6)	(86 085 287)	(102,4)
Variação de caixa e seus equivalentes	2 058 771	(46 283 389)	(47 641 601)	48 342 160	104,4	49 700 371	104,3
Caixa e seus equivalentes no início do período	138 653 307	184 936 697	121 929 047	(46 283 389)	(25,0)	16 724 260	13,7
Caixa e seus equivalentes no fim do período	140 712 078	138 653 307	74 287 446	2 058 771	1,5	66 424 632	89,4

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

Nota: Quando o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a variação percentual deve ser interpretada com cautela, privilegiando-se a leitura da variação absoluta.

Em 2025, a evolução dos fluxos de caixa revelou uma melhoria muito significativa face ao ano anterior, explicada sobretudo pelo aumento dos fluxos gerados pela atividade operacional e por um nível de investimento inferior ao inicialmente previsto. Neste contexto, a variação líquida de caixa foi positiva em 2,05 M€, em contraste com a redução registada em 2024 e com a diminuição antecipada no PAO.

O excedente gerado pelas atividades operacionais ascendeu a 31,17 M€, traduzindo uma recuperação de 40,53 M€ face a 2024 e um desvio favorável de 32,27 M€ relativamente ao PAO, que previa um fluxo operacional negativo. Este resultado ficou a dever-se, essencialmente, ao reembolso do colateral depositado no Wilmington Trust, na sequência do termo da operação de aluguer de material circulante de 2000, ao recebimento de parte do montante protocolado com a Infraestruturas de Portugal, relativo a obras realizadas por conta daquela entidade no âmbito da construção do Interface do Cais do Sodré, bem como a *early terminations* dos instrumentos derivados ainda detidos pelo Metropolitano de Lisboa.

As atividades de investimento determinaram um fluxo líquido negativo de 27,07 M€, valor que representa uma redução de 50,3% do esforço de investimento face a 2024 e que ficou 103,5 M€ abaixo do montante previsto no PAO. Este desvio confirma a execução substancialmente inferior do investimento programado, já refletida noutras componentes da análise financeira, designadamente na estrutura patrimonial e no nível de investimentos em curso.

Nas atividades de financiamento registou-se um fluxo líquido negativo de 2,04 M€, num contexto em que não se concretizaram os financiamentos inicialmente associados ao investimento, em virtude do menor ritmo de execução, tendo sido apenas recebidas dotações de capital destinadas à cobertura da amortização do empréstimo obrigacionista 2025 e de juros.

Quadro 39 – Atividades de financiamento (ótica de Fluxos de Caixa) – Contas individuais

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Recebimentos respeitantes a:							
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	153 470 000	369 652 488	186 999 839	(216 182 488)	(58,5)	(33 529 839)	(17,9)
Empréstimos Bancários – DGTF	0	7 520 109	52 448 614	(7 520 109)	(100,0)	(52 448 614)	(100,0)
Financiamento	153 470 000	377 172 597	239 448 453	(223 702 597)	(59,3)	(85 978 453)	(35,9)
Pagamentos respeitantes a:							
Financiamentos Bancários	110 000 000	300 000 000	110 000 000	(190 000 000)	(63,3)	0	0,0
Juros e gastos similares	45 512 034	59 569 528	45 405 200	(14 057 494)	(23,6)	106 834	0,2
Pagamentos	155 512 034	359 569 528	155 405 200	(204 057 494)	(56,8)	106 834	0,1
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(2 042 034)	17 603 069	84 043 253	(19 645 103)	(111,6)	(86 085 287)	(102,4)

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

Assim, a empresa encerrou o exercício com caixa e equivalentes no montante de 140,71 M€, evidenciando um nível de liquidez acima do previsto, em grande medida explicado pelo atraso na realização do investimento.

Estrutura patrimonial

Ativo

Quadro 40 – Ativo total – Contas individuais

Ativo (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
ILD	5 521 331 357	5 496 169 211	5 763 416 500	25 162 146	0,5	(242 085 143)	(4,2)
Não corrente	5 521 331 357	5 496 169 211	5 763 416 500	25 162 146	0,5	(242 085 143)	(4,2)
Corrente	0	0	0	0	-	0	-
ML	436 018 524	429 683 471	477 039 179	6 335 053	1,5	(41 020 655)	(8,6)
Não corrente	176 366 038	206 518 868	325 384 584	(30 152 830)	(14,6)	(149 018 546)	(45,8)
Corrente	259 652 486	223 164 603	151 654 596	36 487 883	16,4	107 997 890	71,2
Ativo Total	5 957 349 881	5 925 852 682	6 240 455 680	31 497 199	0,5	(283 105 799)	(4,5)

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo total ascendia a 5.957,3 M€, o que representa um crescimento marginal de 0,5% face ao exercício anterior. Quando comparado com o valor inscrito no PAO, verificou-se, contudo, um desvio negativo relevante, essencialmente explicado pela execução inferior ao previsto do investimento programado, em particular nas infraestruturas de longa duração.

No que respeita ao ativo afeto à operação, registou-se um crescimento de 1,5% face a 2024, para 436,0 M€, refletindo uma recomposição entre componentes correntes e não correntes. O ativo não corrente afeto à operação fixou-se em 176,3 M€, evidenciando uma redução face ao exercício anterior e um valor inferior ao previsto no orçamento, em linha com a menor concretização dos investimentos em curso.

Em sentido inverso, o ativo corrente apresentou um comportamento superior ao inicialmente estimado, totalizando 259,6 M€. Esta evolução resultou, sobretudo, do reforço da posição de caixa e depósitos bancários, que ascenderam a 140,7 M€, bem como do aumento de outros créditos a receber, por via do montante de Remuneração Autónoma e de COSP concessão por receber em 31 de dezembro de 2025.

Assim, a estrutura do ativo no final de 2025 reflete, simultaneamente, uma menor incorporação de investimento no ativo fixo e uma posição corrente mais robusta do que a antecipada no PAO.

Quadro 41 – Capital Próprio e Passivo – Contas individuais ML

Capital Próprio e Passivo (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Capital próprio	2 415 050 960	2 290 046 721	2 853 166 656	125 004 239	5,5	(438 115 696)	(15,4)
Passivo Não corrente	458 457 643	922 123 686	470 702 565	(463 666 043)	(50,3)	(12 244 922)	(2,6)
Passivo Corrente	1 725 706 624	1 491 714 765	1 734 015 103	233 991 859	15,7	(8 308 479)	(0,5)
Passivo – ILD	2 184 164 267	2 413 838 451	2 204 717 669	(229 674 184)	(9,5)	(20 553 402)	(0,9)
Passivo Não corrente	327 905 046	332 366 948	352 693 471	(4 461 902)	(1,3)	(24 788 425)	(7,0)
Passivo Corrente	1 030 229 608	889 600 561	829 877 885	140 629 047	15,8	200 351 723	24,1
Passivo – ML	1 358 134 654	1 221 967 509	1 182 571 355	136 167 145	11,1	175 563 299	14,8
Passivo total	3 542 298 921	3 635 805 961	3 387 289 024	(93 507 040)	(2,6)	155 009 897	4,6
Total de Capital Próprio e Passivo	5 957 349 881	5 925 852 682	6 240 455 680	31 497 199	0,5	(283 105 799)	(4,5)

O capital próprio atingiu 2.415,05 M€ no final de 2025, correspondendo a um acréscimo de 5,5% face ao ano anterior. Esta evolução foi impulsionada, sobretudo, pela dotação de capital recebida no decurso do exercício, ainda que parcialmente compensada pelo resultado líquido negativo apurado. Face ao previsto no PAO, o capital próprio ficou abaixo do valor estimado, refletindo níveis de dotação de capital inferiores aos inicialmente projetados e outras variações patrimoniais também abaixo do esperado, nomeadamente a execução de subsídios ao investimento.

Por seu turno, o passivo total fixou-se em 3.542,29 M€, traduzindo uma redução face a 2024, embora permanecendo acima do montante inscrito no orçamento. Esta evolução reflete, em particular, alterações na composição e no perfil de maturidade das responsabilidades financeiras da empresa.

No caso do passivo associado às infraestruturas de longa duração, observou-se uma transferência relevante de responsabilidades de longo para curto prazo, associada à aproximação da maturidade de financiamentos estruturais. Já no passivo afeto à operação, verificou-se um aumento face ao exercício anterior, essencialmente justificado pela restituição a efetuar dos montantes subsidiados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência

(PRR) e pelo desconhecimento de subsídios atribuídos pelo Fundo Ambiental que foram posteriormente subsidiados pelo Sustentável 2030.

Em termos globais, a estrutura patrimonial de 2025 evidencia uma menor execução do investimento face ao inicialmente previsto, com reflexo direto na evolução do ativo, a par de uma posição de liquidez mais elevada do que a orçamentada. O balanço do exercício traduz, assim, uma estrutura financeira marcada por maior disponibilidade de meios líquidos, mas também por um ritmo de concretização do investimento inferior ao antecipado no PAO.

Gestão de risco financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço promovido pelo acionista, com a consequente redução do endividamento.

Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 42 – Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
2 de setembro de 2025	A+	Estável

Passivo remunerado

A evolução do passivo remunerado em 2025 reflete, sobretudo, a amortização do empréstimo obrigacionista 2025, no valor de 110,0 M€ e a não concretização de operações de conversão de dívida inicialmente consideradas no orçamento.

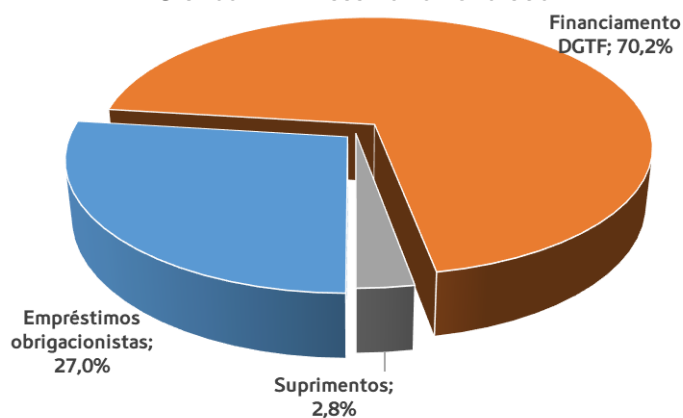
O desvio face ao PAO, de 152,2 M€, resulta essencialmente da não execução da conversão de dívida vencida prevista, correspondente a 7,1 M€ na esfera do ML e a 145,1 M€ nas ILD, por integração no ativo do Estado como “Estado – conta a receber”.

Assim, a redução do passivo remunerado deve ser interpretada, sobretudo, como o resultado conjugado das amortizações efetivamente realizadas e de reclassificações/regularizações patrimoniais, e não como expressão exclusiva de uma nova capacidade de desalavancagem operacional.

Quadro 43 – Passivo Remunerado ML – Contas individuais

Passivo remunerado (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	400 000 000	800 000 000	400 000 000	(400 000 000)	(50,0)	0	0,0
Financiamento DGTF	76 969 557	147 378 083	145 337 717	(70 408 527)	(47,8)	(68 368 161)	(47,0)
Suprimentos	13 039 217	15 040 346	7 520 238	(2 001 129)	(13,3)	5 518 980	73,4
Dívida de médio e longo prazo	490 008 774	962 418 430	552 857 955	(472 409 656)	(49,1)	(62 849 181)	(11,4)
Empréstimos obrigacionistas	400 000 000	110 000 000	400 000 000	290 000 000	263,6	0	0,0
Financiamento DGTF	2 006 302 189	1 935 893 662	1 792 760 975	70 408 527	3,6	213 541 214	11,9
Suprimentos	71 136 999	69 135 871	69 635 435	2 001 129	2,9	1 501 565	2,2
Dívida de curto prazo	2 477 439 188	2 115 029 533	2 262 396 410	362 409 656	-	215 042 779	9,5
Total	2 967 447 962	3 077 447 962	2 815 254 365	(110 000 000)	-	152 193 598	5,4

Gráfico 11 – Passivo remunerado



Quadro 44 – Passivo Remunerado – Contas consolidadas

Passivo remunerado (€)	2025	2024	Var. 2025/2024	
			Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	400 000 000	800 000 000	(400 000 000)	(50,0)
Financiamento DGTF	76 969 557	147 378 083	(70 408 527)	(47,8)
Suprimentos	13 039 217	15 040 346	(2 001 129)	(13,3)
Dívida de médio e longo prazo	490 008 774	962 418 430	(472 409 656)	(49,1)
Empréstimos obrigacionistas	400 000 000	110 000 000	290 000 000	263,6
Financiamento DGTF	2 006 302 189	1 935 893 662	70 408 527	3,6
Suprimentos	71 136 999	69 135 871	2 001 129	2,9
Dívida de curto prazo	2 477 439 188	2 115 029 533	362 409 656	17,1
Total	2 967 447 962	3 077 447 962	(110 000 000)	(3,6)

Investimento

Formação Bruta de Capital Fixo

A Formação Bruta de Capital Fixo ascendeu a 113,98 M€, correspondendo ao investimento capitalizado no ativo fixo do Metropolitano de Lisboa em 2025.

Quadro 45 – Projetos de Investimento ML – 2025

Despesa de investimento 2024 (Unid.: €)	PAO 2025	Executado 2025	Receitas próprias	Orçamento do Estado	Endividam.	Fundos comunitários	PRR	Outras	Desvio (PAO vs Executado)
1. Prolongamento Rato / Cais do Sodré	55 785 835	45 429 332	0	20 042 049	0	25 387 283	0	0	(10 356 503)
2. Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	80 056 851	9 509 494	0	9 509 494	0	0	0	0	(70 547 357)
3. Projeto Modernização do Sistema Sinalização e Material Circulante: Linhas A, B e C	53 269 701	22 898 945	0	18 395 417	0	4 503 528	0	0	(30 370 756)
4. Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	70 233 174	199 660	0	199 660	0	0	0	0	(70 033 514)
5. Máquina Esmeriladora	5 595 896	14 039	0	14 039	0	0	0	0	(5 581 857)
6. Remodelação da estação Cais do Sodré	4 163 200	0	0	0	0	0	0	0	(4 163 200)
7. Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	6 556 092	4 332 960	0	4 332 960	0	0	0	0	(2 223 133)
8. Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	2 650 550	771 218	0	771 218	0	0	0	0	(1 879 332)
9. Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	10 171 250	923 363	0	923 363	0	0	0	0	(9 247 887)
10. Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	598 400	554 165	0	554 165	0	0	0	0	(44 235)
11. Beneficiação geral de portas das frota ML95, ML97 e ML99	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Sistema de Informação ao Cliente	2 239 612	256 148	0	256 148	0	0	0	0	(1 983 464)
13. Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	0	878 946	0	878 946	0	0	0	0	878 946
14. Central Fotovoltaica no PMO III	1 750 000	0	0	0	0	0	0	0	(1 750 000)
15. Remod. e Renovação de Instalações Sociais – Ampliação e Requalificação PMO III	0	7 370	0	7 370	0	0	0	0	7 370
16. Remodelação Geral de MAVT	1 673 000	522 546	0	522 546	0	0	0	0	(1 150 454)
17. Aquisição de 24 UT – SCEP n.º 13/2022 – RCM n.º 122/2023	15 881 303	6 704 055	0	6 704 055	0	0	0	0	(9 177 247)
18. Central Fotovoltaica PMO II	731 166	0	0	0	0	0	0	0	(731 166)
19. Substituição travessas de pinho – PMO II	117 693	151 004	0	151 004	0	0	0	0	33 311
20. Aquisição Draisine Grua	900 000	401	0	401	0	0	0	0	(899 599)
21. Posto de Comando de Central	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22. Empreitada de Manutenção dos Sistemas de Iluminação das estações	715 960	14 685	0	14 685	0	0	0	0	(701 275)
23. Remodelação da Estação Marquês de Pombal	1 332 000	16 762	0	16 762	0	0	0	0	(1 315 238)
24. Remodelação e ampliação estação Arroios	0	760 188	0	760 188	0	0	0	0	760 188
25. Conversores de Tração ML90	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26. Projeto Normalização Imagem ML	624 627	0	0	0	0	0	0	0	(624 627)
27. SADI – Estações + Edifícios	877 490	124 852	0	124 852	0	0	0	0	(752 638)
28. Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida (obsoletos)	650 000	18 445	0	18 445	0	0	0	0	(631 555)
29. Upgrade unidades remotas de telecomando – Subestações de Tração	287 575	74 040	0	74 040	0	0	0	0	(213 535)
30. CITV + Sistemas de Detecção de Descida à Via	614 000	596	0	596	0	0	0	0	(614 000)
31. Empreitada de Vias de Inversão da estação Alameda e Bela Vista	414 600	0	0	0	0	0	0	0	(414 600)
32. Empreitada EPAL S.Sebastião	220 800	0	0	0	0	0	0	0	(220 800)
33. Implementação de Sistemas de Otimização do Investimento Sustentável	380 000	0	0	0	0	0	0	0	(380 000)
34. Obra de reabilitação do edifício FPM	450 000	0	0	0	0	0	0	0	(450 000)
35. Reabilitação Campo Grande	686 812	0	0	0	0	0	0	0	(686 812)
36. Reabilitação Colégio Militar – 2ª Fase	815 997	0	0	0	0	0	0	0	(815 997)
37. Reabilitação de Interiores ML_90_95	0	0	0	0	0	0	0	0	0
38. Reabilitação do edifício da Barbosa du Bocage	150 000	108 363	108 363	0	0	0	0	0	(41 637)
39. Reabilitação Estação Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40. Relocalização SET PMO I – Estação JZ	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41. Remodelação Esquadra PSP da Estação do Marquês de Pombal	410 000	0	0	0	0	0	0	0	(410 000)
42. Remodelação Posto de Tração PMO II	0	0	0	0	0	0	0	0	0
43. Outros Investimentos	4 098 321	19 703 668	3 402	19 700 266	0	0	0	0	15 605 347
Valor total do investimento	325 101 905	113 975 244	111 765	83 972 669	0	29 890 811	0	0	(211 127 256)

Os principais desvios de execução do investimento face ao previsto resultaram, em geral, de atrasos em procedimentos de contratação, aprovações externas, processos de visto, maturidade insuficiente de projeto e reprogramações de obra.

Prolongamento Rato/ Cais do Sodré – Linha Circular

Face ao valor previsto de 55,8 M€, foram executados 45,4 M€. O desvio negativo decorreu sobretudo de condicionantes técnicas e operacionais nos lotes em curso, com especial incidência nas frentes associadas ao Cais do Sodré e aos acabamentos e sistemas:

- No Lote 2 são várias as questões que tiveram implicações no normal desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente:
 - Atrasos de anos anteriores motivados por assunto relacionados com Arqueologia, alteração legal da classificação de solos, baixos rendimentos nas atividades de escavação e a especificidade de execução técnica na zona do Cais do Sodré, interface com a estação da CP. Estes atrasos obrigaram a prorrogar o

período de expropriação para algumas das frações dos edifícios existentes e dos terrenos do denominado Aterro da Boavista.

- b. Apesar da empreitada se encontrar em fase de conclusão, os trabalhos em curso na estação Cais do Sodré estão no caminho crítico.
- No Lote 4 as questões que mais impactaram o normal desenvolvimento dos trabalhos foram:
 - a. As decorrentes da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil) e correções do projeto de execução do Lote 4, que contribuíram para o desvio de realização orçamental;
 - b. Os atrasos que se verificaram na execução dos trabalhos de toscos do Lote 2, tiveram uma implicação significativa no desenvolvimento dos trabalhos de acabamentos e sistemas, impossibilitando uma única consignação, obrigando a consignações parciais;
 - c. Estão no caminho crítico da empreitada os trabalhos de acabamentos e sistemas a realizar na estação Santos, estação Cais do Sodré, PV218 e troços T34 e T35.

Prolongamento S. Sebastião/ Alcântara – Linha Vermelha

Registou-se um desvio negativo muito expressivo face ao orçamento, explicado principalmente pelo atraso na obtenção de pareceres e aprovações externas indispensáveis ao avanço da empreitada, bem como pela não materialização de custos associados a expropriações e ao contrato de fiscalização, ainda sem plena produção de efeitos:

- O lapso temporal associado à obtenção da Declaração de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE) pela APA e o parecer final da ANEPC relativamente aos Projetos de Segurança contra Incêndios em Edifícios, introduziram a necessidade de apresentar elementos complementares tanto previamente ao início das obras nos respetivos locais, quanto nas fases de obra e de exploração. A demora no avanço das atividades contratuais, cujo orçamento considerava como concluída a fase de conceção e significante parcela da fase de construção, refletiu-se num impacto na ordem de 51 M€;
- A não realização dos custos previstos, na ordem de 3 M€, com o contrato de "Aquisição de Serviços de Coordenação, Fiscalização, Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente das Obras do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, do Metropolitano de Lisboa, EPE – (Proc. 034/2024-DLO/ML)", para o qual encontra-se pendente visto prévio pelo Tribunal de Contas nos termos previstos na LOPTC;
- A não realização dos custos previstos com expropriações, na ordem de 17 M€, em decorrência das negociações e aprovações necessárias para conclusão dos processos indemnizatórios.

Projeto de Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C

Face ao valor previsto de 63,5 M€, foram executados 22,9 M€. O desvio está associado a atrasos em tarefas críticas do projeto, designadamente na tarefa 1 – Fornecimento de 14 UT, na tarefa 2 – *Retrofit* de 70 unidades existentes e nas tarefas 4 e 5, disponibilização de ATP, ATO e ATS na Linha Azul e ATS no PMO III e na Linha Amarela e Verde e ATS no PMO II, respetivamente.

Máquina Esmeriladora

O atraso decorreu essencialmente de constrangimentos no fornecimento de componentes e da necessidade de correções técnicas adicionais, com impacto no calendário de entrega e aceitação do equipamento.

Aquisição de 24 UT

A execução ficou abaixo do previsto porque o contrato apenas produziu efeitos após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, o que introduziu um atraso relevante no cronograma inicialmente considerado.

Metro Ligeiro de Superfície Loures/ Odivelas – Linha Violeta

O segundo concurso público da Linha Violeta foi lançado em 15 de abril de 2025, com aumento do preço base e manutenção do modelo contratual misto. As propostas foram abertas em 15 de julho, tendo a proposta de adjudicação e o relatório final sido remetidos ao Conselho de Administração no início de setembro.

No âmbito do Regulamento das Subvenções Estrangeiras, a Comissão Europeia investigou a participação da Portugal CRRC Tangshan Rolling Stock no procedimento e concluiu que esta beneficiou de subvenções estrangeiras que distorceram a concorrência. Em abril de 2026, a Comissão aceitou os compromissos assumidos pelo consórcio, nomeadamente a substituição daquela entidade por um fabricante polaco que não recebeu subvenções dessa natureza, autorizando o Metropolitano de Lisboa a prosseguir com a adjudicação.

A execução residual em 2025 traduz o atraso na adjudicação da empreitada principal e o consequente diferimento de assessorias, estudos e demais componentes preparatórias dependentes dessa decisão.

Remodelação estação Cais do Sodré

Foi previsto um valor de 4,2 M€ para este contrato que não teve qualquer execução uma vez que nenhum dos concorrentes reuniu as condições técnicas e financeiras para adjudicação do procedimento de concurso lançado em dezembro de 2024. O procedimento está em revisão de forma que reúna condições para ser lançado no primeiro semestre de 2026.

Plano de Promoção de Acessibilidades

Foram previstos 6,6 M€, tendo sido apenas executados 4,3 M€.

O desvio negativo de 2,2 M€ resulta do facto de não se terem iniciado, no ano em análise, as empreitadas de instalação de ascensores nas estações Avenida, Anjos e Jardim Zoológico, apesar de existir dotação orçamental prevista para o efeito. Prevê-se que os respetivos procedimentos sejam lançados até ao terceiro trimestre de 2026.

Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)

Para o valor orçamentado de 10,2 M€ tiveram execução real 923 mil euros.

O desvio negativo de 9,2 M€ explica-se pela não concretização de trabalhos inerentes às escadas mecânicas das estações Parque, Terreiro do Paço, Restauradores, Pontinha, Odivelas, Rossio, Oriente e Alameda.

Remodelação estação Marquês de Pombal

O procedimento previsto para a remodelação da estação não foi lançado em 2025, em virtude da alteração da estratégia subjacente à intervenção a realizar. Em substituição de uma intervenção de grande dimensão na estação, passou a privilegiar-se uma solução mais ligeira, centrada sobretudo na qualificação do espaço público.

Remodelação e ampliação estação Arroios

Foram executados cerca de 760 mil euros, relativos ao fecho de contas do contrato ML 119/2019, montante que se encontrava previsto no orçamento de 2024, mas cuja execução apenas ocorreu no presente ano.

Projeto de Normalização da Imagem ML

O projeto foi submetido à aprovação da CML, tendo, entretanto, caducado. Encontra-se em curso uma nova submissão àquela entidade. O procedimento terá de ser revisto, de modo a alinhá-lo com a nova visão estratégica.

SADI – Estações + Edifícios

Previstos 877,5 mil euros no orçamento anual, para o sistema automático de deteção de incêndios, dos quais foram executados 124,9 mil euros ficando por executar um valor de 752,6 mil euros.

Este saldo deve-se, por um lado, à não execução da verba prevista nos contratos ML055/24 (SADI na estação Alameda II) e ML059/24 (SADI na estação Martim Moniz) que se iniciaram no quarto trimestre de 2024 e estão em fase de realização de ensaios, os quais se prolongaram até 2026. Também não se concretizou o lançamento dos procedimentos para o Edifício da Sidónio Pais, estações Marquês do Pombal I e II e estação do Areeiro.

Empreitada EPAL S. Sebastião

Estava previsto o lançamento do procedimento em 2025; contudo, por dificuldades na aprovação do projeto de execução junto das entidades licenciadoras, apenas será possível proceder ao seu lançamento no terceiro ou no quarto trimestre de 2026.

Reabilitação Campo Grande

Na sequência de questões levantadas durante a fase de revisão do projeto, tornou-se necessário proceder aos ajustamentos adequados no projeto de execução. O lançamento do procedimento encontra-se previsto para o terceiro trimestre de 2026.

Reabilitação Colégio Militar – 2.ª Fase

Na sequência da reavaliação interna relativa ao encerramento dos acessos, o lançamento do procedimento passou a estar previsto para o terceiro ou quarto trimestre de 2026.

Outros investimentos

Nesta rubrica inclui-se projetos relacionados com a remodelação da rede e equipamentos nas estações, edifícios, PMO II e PMO III. Contudo em 2025, dos 19M€ executados 17,9M€ referem-se a transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Equipamento básico”, as quais refletem, essencialmente, a operação de reconhecimento de 18 UT da série ML99 no ativo fixo tangível do ML, na sequência da transferência definitiva para a sua propriedade e através da transferência do montante correspondente que já estava reconhecido como investimento financeiro no TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE. Este movimento de reconhecimento é apenas contabilístico, não tendo impacto financeiro neste exercício.

Em termos globais, a execução do investimento em 2025 ficou materialmente abaixo do orçamento, o que é coerente com os desvios observados na estrutura patrimonial e nos fluxos de caixa.

Investimentos Financeiros

Quadro 46 – Investimento Financeiro

Investimento (€)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Investimentos financeiros – Participação de capital – Emp. Conjuntos ¹⁾	0	1 000 000	0	(1 000 000)	(100,0)	0	-
Investimentos financeiros – Participação de capital – Emp. Subsidiárias ²⁾	137 525	88 306	0	49 219	55,7	137 525	-
Investimentos financeiros – Participação de capital – Emp. Associadas ³⁾	(20 910)	59 817	0	(80 727)	(135,0)	(20 910)	-
Investimentos financeiros – Empréstimos financeiros – Emp. Grupo ⁴⁾	(24 638 659)	(27 046 074)	0	2 407 415	8,9	(24 638 659)	-
Reconhecimento, no ativo ML, do Material Circulante ⁵⁾	17 885 802	16 944 444	0	941 358	5,6	17 885 802	-
	(6 636 242)	(8 953 508)	0	2 317 266	25,9	(6 636 242)	-

¹⁾ Assoc. Competências Ferroviárias. Reforço de participação financeira ML (RCM 14/2023)

²⁾ Método da Equivalência Patrimonial – Metrocom

³⁾ Método da Equivalência Patrimonial – Publímetro

⁴⁾ Método da Equivalência Patrimonial – TREM e TREMI (Transferência de bens imobilizado)

⁵⁾ Reconhecimento contabilístico do Material Circulante que estava afeto ao TREM, A.C.E.

Nota: Sempre que o valor de referência é negativo, a variação percentual é calculada sobre o respetivo valor absoluto, mantendo-se o sinal da variação absoluta. Nestes casos, a leitura da variação percentual deve ser feita com cautela, privilegiando-se a análise da variação absoluta.

2. Capital intelectual

Desenvolvimento de competências

O capital intelectual do Metropolitano de Lisboa traduz-se no desenvolvimento das competências críticas, na capacidade de inovação, na valorização do conhecimento organizacional e na incorporação de tecnologia ao serviço da operação e da transformação da empresa.

Em matéria de capacitação, no ano de 2025, o Metropolitano de Lisboa efetuou um investimento consistente na qualificação dos trabalhadores, alinhado com as necessidades operacionais e estratégicas da empresa, refletidas nas linhas de orientação e tendências previstas no Plano de Formação 2023–2025, destacando-se destas a orientação para o cliente e o envolvimento, motivação e qualificação dos colaboradores, com o alargamento tendencial da formação a todos os trabalhadores.

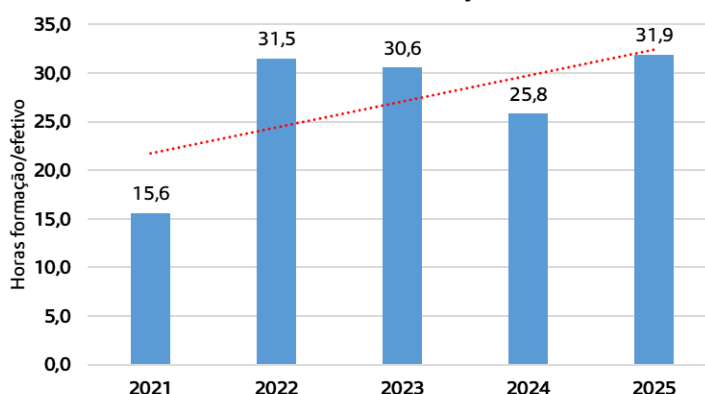
Destaque para as iniciativas desenvolvidas no âmbito da capacitação digital, as quais abrangeram desde o desenvolvimento de literacia digital inicial, até à criação e consolidação de competências em inteligência artificial, análise e interpretação de dados e ferramentas colaborativas essenciais na atual fase de transformação tecnológica, modernização e expansão da Empresa.

Neste âmbito releva-se igualmente a utilização de plataforma de aprendizagem *online*, com objetivo de prevenir a exclusão tecnológica e digital e promover maior equidade no acesso ao conhecimento.

Em paralelo, foi reforçada a cultura de segurança organizacional, com o desenvolvimento de programas estruturados no domínio da Segurança e Saúde no trabalho, alargando progressivamente o conceito ao domínio do bem-estar físico e mental.

Registou-se, em 2025, um crescimento do volume global de formação face aos anos anteriores, correspondendo à maior taxa de crescimento dos últimos cinco anos.

Gráfico 12 – Horas de formação/efetivo



Foram contabilizadas 50.502 horas de formação, para um efetivo médio de 1.583 trabalhadores, o que corresponde a uma média de 31,9 horas de formação por trabalhador. Este resultado traduz não apenas o esforço de aproximação ao cumprimento das obrigações legais em matéria de formação contínua, mas também a prossecução de uma estratégia sustentada de valorização e desenvolvimento do capital humano.

Importa destacar que cerca de 22% do volume global de horas de formação foram desenvolvidas em formato *online*, evidenciando uma orientação estratégica para o desenvolvimento de competências digitais transversais e com a preparação da organização para contextos de maior integração tecnológica.

A adoção deste formato permitiu alargar o acesso à aprendizagem a diferentes perfis profissionais, aumentar a flexibilidade e eficiência na gestão da formação e reforçar a literacia digital mitigando os riscos de exclusão tecnológica.

Dos programas e ações desenvolvidos, assumiram particular relevância:

- Renovação da certificação dos trabalhadores para operarem com DAE, reforçando a resposta em contexto de apoio ao cliente;
- O Programa de Inteligência artificial aplicada à Mobilidade e Transportes, desenvolvido em parceria com o IPPS/ISCTE, dirigido a um grupo alargado de trabalhadores.
- O desenvolvimento de programas estruturados em Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo um Programa de Primeiros Socorros Psicológicos em situação de catástrofe, dirigido a Chefias Operacionais, bem como a realização de *webinars* temáticos;
- Programas alargados a várias equipas da Manutenção reforçando e atualizando temas da Segurança e Saúde no trabalho nomeadamente na prevenção de riscos elétricos, trabalhos em altura, espaços confinados, entre outros.
- Formação no novo Simulador de material circulante ML20 dirigida a todos os maquinistas, e no Simulador de Regulação de Tráfego, destinada a Operadores Comerciais, no âmbito do projeto de modernização e expansão da rede.

Inovação e tecnologia

Em 2025, o Metropolitano de Lisboa consolidou uma abordagem estruturada à inovação, reforçando o seu papel na conceção, experimentação e implementação de soluções orientadas para os desafios operacionais e estratégicos da empresa.

A atividade incidiu no desenvolvimento de provas de conceito, projetos-piloto e iniciativas de inovação nas áreas da análise de dados, inteligência artificial, digitalização, energia e ambiente. Destacam-se, neste âmbito, iniciativas dirigidas à análise de padrões de procura, à digitalização de processos operacionais com recurso à realidade aumentada, à utilização de simulação imersiva no apoio à formação e ao desenvolvimento de um *chatbot* interno de gestão do conhecimento, posteriormente evoluído para um piloto funcional de apoio à resolução de dúvidas dos colaboradores em serviço nas estações.

No plano dos projetos europeus, o ML manteve uma participação ativa, nomeadamente através da conclusão do projeto AEROSOLFD, com a realização de testes de soluções de filtragem e monitorização da qualidade do ar na

estação Quinta das Conchas, e do acompanhamento do projeto NEXUS, centrado no desenvolvimento de tecnologias avançadas para sistemas de metro, incluindo simulação, automação e inteligência artificial.

A colaboração externa continuou a assumir um papel central, com o reforço de parcerias com universidades, centros de investigação, *startups* e entidades do setor. O ML colaborou em teses, estágios e projetos aplicados com diversas instituições académicas, promovendo a exploração de soluções inovadoras assentes em desafios concretos. Em paralelo, a participação em entidades como a UITP, a CT 169 e a ITS Portugal contribuiu para o alinhamento com boas práticas internacionais e para o acesso a redes de conhecimento especializadas.

A inovação aberta prosseguiu igualmente através da participação em programas que facilitam o contacto com *startups* e a experimentação de novas tecnologias em contexto real, promovendo a validação de soluções com potencial impacto operacional.

Em síntese, 2025 ficou marcado pelo reforço da capacidade de experimentação, pela consolidação de parcerias e pelo avanço na aplicação prática de tecnologias emergentes, com contributos relevantes para a eficiência, a sustentabilidade e a modernização da organização.

3. Capital humano

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. É entendimento do ML que são as pessoas que permitem a concretização do propósito da empresa de ser o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa, pelo que as políticas de desenvolvimento são orientadas para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social.

É reconhecida a necessidade permanente de otimização e adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada e à necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspetivam para a mobilidade do futuro.

No âmbito da gestão do capital humano, em 2025 destacou-se:

- A atualização das tabelas salariais em 56,58€ e 2,15%, conforme o Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, diploma que integra uma política de valorização do emprego público, visando melhorar as condições salariais e reforçar a capacidade de atração e retenção de trabalhadores no setor público.
- Aumento do subsídio de refeição para 12€ e atribuição de um ponto adicional para os trabalhadores do AE1, valorizando o empenho demonstrado através da contratação coletiva, instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores;
- O reforço do quadro de pessoal com 76 contratações, com vista a assegurar a oferta e a qualidade de serviço, com especial relevo para as contratações para as estações, de técnicos de várias especialidades para a área da manutenção e de Técnicos Superiores para reforço do *know-how* instalado, nomeadamente nas áreas de Tecnologias de Informação, Novos Empreendimentos, Engenharia, Capital Humano, Auditoria e Contabilidade.
- O reforço da transição da formação para o formato *online*, com aumento da oferta de conteúdos formativos, mantendo o foco na valorização do conhecimento e na melhoria das qualificações e competências dos trabalhadores, em especial no desenvolvimento de competências técnicas e de liderança, em linha com o valor estratégico assumido para o Capital Humano. Relevo ainda para as iniciativas de promoção de uma cultura de inovação na empresa;
- A continuidade da intervenção junto da comunidade e contributo para causas solidárias, de acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social;
- A adoção, promoção e divulgação consolidada de valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Trabalhadores

Efetivo do Metropolitano de Lisboa

O efetivo do Metropolitano de Lisboa, a 31 de dezembro de 2025, era de 1 585 trabalhadores, o que representa um aumento de 18 trabalhadores face a 2024. O número de contratos a termo manteve-se inalterado, com 3 trabalhadores, associados a contratações efetuadas no âmbito da execução do PRR. A estrutura contratual da empresa mantém-se, assim, predominantemente assente em vínculos permanentes.

Quadro 47 – Efetivo do Metropolitano de Lisboa

Efetivo por tipo de contrato	2025	2024	Var. 2024/2023
Contratos a termo	3	3	0
Contrato sem termo	1 582	1 564	18
TOTAL	1 585	1 567	18

Efetivo do Metropolitano de Lisboa, por género

Na análise por género do efetivo do Metropolitano de Lisboa, registam-se 435 mulheres (27%) e 1 150 homens (73%), evidenciando uma estrutura semelhante à verificada no ano anterior. O efetivo caracteriza-se igualmente por uma idade média de 49 anos, sendo de 48,6 anos nas mulheres e 49,9 anos nos homens. Relativamente à antiguidade, observa-se uma média de 21 anos, situando-se nos 19,9 anos para as mulheres e 23 anos para os homens, o que evidencia um quadro de pessoal com níveis elevados de experiência e permanência na organização.

Quadro 48 – Dados do efetivo do Metropolitano de Lisboa, por género

	2025		TOTAL	2024		TOTAL
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
Efetivo global (n.º)	435	1 150	1 585	422	1 145	1 567
Peso do efetivo global (%)	27%	73%	100%	27%	73%	100%
Idade média (anos)	48,6	49,9	49	48,8	49,9	49
Antiguidade média (anos)	19,9	23,	21	20,1	23,2	22

Efetivo do grupo de empresas do ML

O efetivo global do grupo de empresas, a 31 de dezembro de 2025, era de 1 590 trabalhadores, considerando mais 5 contratos sem termo, pertencentes à Metrocom.

Quadro 49 – Efetivo do grupo de empresas do ML

Efetivo por tipo de contrato	2025	2024	Var. 2024/2023
Contratos a termo	3	3	0
Contrato sem termo	1 587	1 570	17
TOTAL	1 590	1 573	17

Efetivo do grupo de empresas do ML, por género

Adicionando a Metrocom nos dados do efetivo, incluem-se mais 5 trabalhadores no total (3 mulheres e 2 homens). A idade média do efetivo situa-se nos 49,2 anos, ligeiramente superior à registada quando considerado apenas o Metropolitano, enquanto a antiguidade média ascende a 21,4 anos, refletindo igualmente um quadro de pessoal com níveis elevados de experiência no conjunto das empresas.

Quadro 50 – Dados do efetivo do grupo de empresas do ML, por género

	2025		TOTAL	2024		TOTAL
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
Efetivo global (n.º)	438	1 152	1 590	425	1 148	1 573
Peso do efetivo global (%)	28%	72%	100%	27%	73%	100%
Idade média (anos)	48,6	49,9	49,2	48,8	49,9	49,4
Antiguidade média (anos)	19,9	23,	21,4	20,1	23,2	21,7

Número total de recursos humanos – ML

No que respeita à estrutura de recursos humanos do grupo de empresas do Metropolitano de Lisboa, em 2025 registaram-se 5 elementos nos Órgãos Sociais, menos 1 do que em 2024 e menos 2 face ao previsto no PAO. Esta redução decorre do falecimento do Senhor Presidente do Conselho de Administração, ainda em 2024, e da cessação de funções de um Vogal em julho de 2025, passando o CA a ser composto por dois membros, enquanto o Conselho Fiscal manteve três elementos.

Relativamente aos Cargos de Direção, verificou-se igualmente uma redução de 1 elemento, passando de 23 para 22, em linha com o previsto no PAO para 2025.

Quanto ao número de trabalhadores, excluindo Órgãos Sociais e Cargos de Direção, registou-se um acréscimo de 19 trabalhadores face a 2024 (+1,2%). Ainda assim, o efetivo permaneceu 166 trabalhadores abaixo do previsto no PAO (-9,6%), evidenciando a manutenção de um desfasamento entre o efetivo planeado e o efetivamente existente. Esta situação resulta, em larga medida, de um ritmo de saídas superior à capacidade de contratação, conduzindo à acumulação de necessidades de substituição e de vagas por preencher. No total, o número de trabalhadores ascendeu a 1 590, mais 17 do que no ano anterior, mas 168 abaixo do previsto.

Quadro 51 – N.º total de recursos humanos – ML

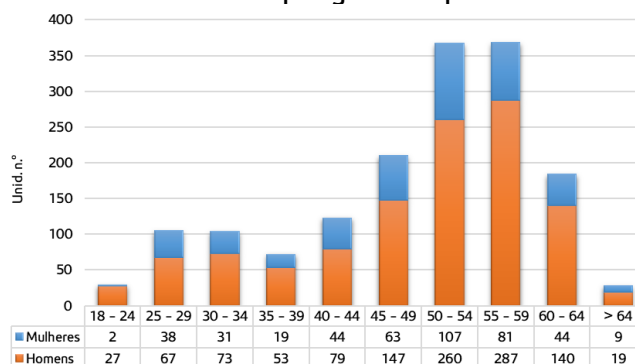
N.º total de RH (OS + Cargos direção + Trabalhadores)	Execução 2025	Execução 2024	PAO 2025	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	6	7	(1)	(16,7)	(2)	(28,6)
N.º de Cargos de Direção s/ OS	22	23	22	(1)	(4,3)	0	0,0
N.º de trabalhadores s/ OS e s/ Cargos de Direção	1 563	1 544	1 729	19	1,2	(166)	(9,6)
TOTAL	1 590	1 573	1 758	17	1,1	(168)	(9,6)

No que concerne à análise da estrutura etária do efetivo do grupo de empresas do Metropolitano de Lisboa evidencia uma concentração significativa de trabalhadores nas faixas etárias mais elevadas. Em 2025, os escalões entre 50 e 59 anos representam o maior peso do efetivo, com 735 trabalhadores, correspondendo a cerca de 46% do total, tendência semelhante à verificada em 2024.

Quadro 52 – Idade do efetivo do grupo de empresas do ML

Idade	2025			2024		
	Mulheres	Homens	Total 2025	Mulheres	Homens	Total 2024
18 - 24	2	27	29	3	19	22
25 - 29	38	67	105	33	61	94
30 - 34	31	73	104	19	65	84
35 - 39	19	53	72	21	48	69
40 - 44	44	79	123	41	92	133
45 - 49	63	147	210	88	168	256
50 - 54	107	260	367	106	255	361
55 - 59	81	287	368	65	296	361
60 - 64	44	140	184	42	131	173
> 64	9	19	28	7	13	20
TOTAL	438	1 152	1 590	425	1 148	1 573

Gráfico 13 – Efetivo por género e por faixa etária



Remuneração

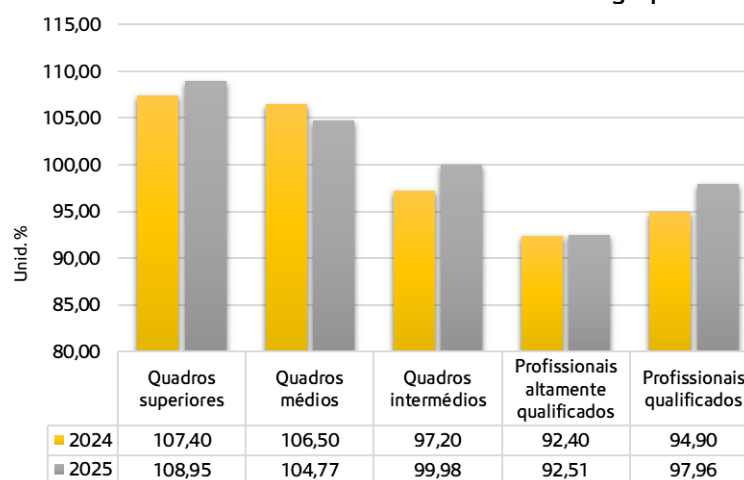
Da análise dos salários base das mulheres face aos homens, por nível de qualificação no grupo de empresas do Metropolitano de Lisboa, destacam-se os rácios dos quadros superiores, quadros médios e quadros intermédios, em que as mulheres apresentam um salário base médio superior ao dos homens. Nos restantes níveis de qualificação, designadamente profissionais altamente qualificados e profissionais qualificados, os rácios indicam um salário base médio superior para os homens.

Apesar das diferenças registadas, estas resultam essencialmente de fatores como antiguidade e avaliação do desempenho, que influenciam o posicionamento e a progressão nas categorias profissionais, não existindo qualquer diferenciação na atribuição do salário base em função do género.

Quadro 53 – Rácio do salário base entre mulheres e homens do grupo de empresas do ML,

	Unid. %	
	2025	2024
Quadros superiores	108,95	107,4
Quadros médios	104,8	106,5
Quadros intermédios	100,0	97,2
Profissionais altamente qualificados	92,5	92,4
Profissionais qualificados	98,0	94,9

Gráfico 14 – Rácio do salário base entre mulheres e homens do grupo de empresas do ML



Segurança e saúde no trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, o grupo de empresas do Metropolitano de Lisboa deu continuidade, em 2025, às iniciativas de promoção de condições de trabalho mais seguras e saudáveis, bem como aos programas de prevenção de acidentes e doenças profissionais. Mantiveram-se as ações de sensibilização para a segurança no trabalho, designadamente através de iniciativas internas e programas de formação orientados para a prevenção de riscos e reforço da cultura de segurança.

Quadro 54 – Acidentalidade do grupo de empresas do ML

Acidentalidade	2025	2024	Var. 2025/2024	
			Abs.	%
Acidentes de trabalho (n.º)	98	97	1	1,0
Dias perdidos (n.º)	3 790	4 412	(622)	(14,1)
Taxa de absentismo (%)	7,7	7,8	-	-0,1 p.p.

Em 2025 registaram-se 98 acidentes de trabalho, mais um face a 2024, correspondendo a uma variação de 1,0%. Apesar deste ligeiro acréscimo, verificou-se uma redução significativa no número de dias perdidos, que passaram de 4 412 em 2024 para 3 790 em 2025, representando menos 622 dias (-14,1%), o que sugere uma menor gravidade média das ocorrências ou uma recuperação mais célere dos trabalhadores.

Na análise por género, mantém-se uma maior incidência de acidentes entre os homens, com 79 ocorrências, face a 19 registadas entre as mulheres, tendência que acompanha a predominância masculina na estrutura de efetivos e a maior presença de homens em funções operacionais associadas a maior exposição ao risco. Em termos de dias perdidos, registaram-se 2 929 dias entre os homens e 861 dias entre as mulheres.

Quadro 55 – Acidentalidade por género

Acidentalidade	2025		TOTAL	2024		TOTAL
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
Acidentes de trabalho (n.º)	19	79	98	17	80	97
Dias perdidos (n.º)	861	2 929	3 790	335	4 077	4 412

Relativamente ao absentismo, a taxa situou-se nos 7,7%, registando uma ligeira redução de 0,1 pontos percentuais face a 2024, mantendo-se as ausências por doença como o principal fator associado a este indicador.

Quadro 56 – Taxa de absentismo do grupo de empresas do ML

Absentismo	2025	2024	Var. 2025/2024	
			Abs.	%
Taxa de absentismo (%)	7,7	7,8	-	-0,1 p.p.

4. Capital social

Responsabilidade Social

Em 2025, o Metropolitano de Lisboa manteve o seu compromisso com as partes interessadas, reforçando a **dimensão social (S)** da estratégia ESG na atuação interna e externa. Este compromisso traduziu-se em medidas voltadas para a conciliação entre a vida profissional e familiar, a proteção da parentalidade e a promoção do bem-estar organizacional, bem como o apoio a iniciativas de impacto social positivo junto da comunidade.

Medidas que deram continuidade aos objetivos de sustentabilidade, promovendo a criação de valor a longo prazo através do investimento nas pessoas e no reforço da proximidade à comunidade.

As ações desenvolvidas incluíram:

- Promoção de responsabilidade social coletiva e individual, incentivando o envolvimento dos/as trabalhadores/as em causas sociais;
- Promoção contínua de uma cultura organizacional inclusiva, segura e orientada para o bem-estar;
- Promoção de iniciativas de bem-estar organizacional, da satisfação dos/as trabalhadores/as, contribuindo para a saúde e bem-estar, através de ações de alimentação saudável, saúde cardiovascular, literacia financeira, consultas antitabágicas, campanha de vacinação e a iniciativa “Correr pelo seu bem-estar!”, promovendo a atividade física;

A igualdade de género assumiu-se como um pilar estruturante da estratégia social, orientando a definição e implementação de boas práticas que promovem a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e o combate a todas as formas de discriminação, em coerência com os princípios da diversidade, equidade e inclusão (DEI).

As políticas de responsabilidade social reforçaram o investimento estratégico no capital social, posicionando o bem-estar organizacional como um fator crítico para a sustentabilidade do negócio. As ações desenvolvidas, assentes numa cultura de cuidado e valorização, individual e coletiva, contribuíram para a mitigação de riscos psicossociais, para o aumento da satisfação pessoal e profissional e para o reforço da resiliência organizacional.

No relacionamento com a comunidade, destacamos o lançamento do projeto “Para Além das Linhas” que reforçou a ambição do Metropolitano de Lisboa em maximizar o impacto social positivo da sua atividade, para além da prestação do serviço de transporte.

Com vista a potenciar esse impacto, foram consolidadas parcerias com entidades do setor social, através da contratação de serviços, da aquisição de produtos, da recolha de bens e da reabilitação de espaços, apoiando parcerias com IPSS e ONGD, incluindo Acreditar, AFID, Ajuda de Mãe, Aldeia de Crianças SOS, Amal, APPDA Lisboa, Associação Salvador, Café Joyeux, Corações com Coroa, Comunidade Vida e Paz, CASA, CRESCER, Instituto de Apoio à Criança, SEMEAR, Tapada Nacional de Mafra e Terra dos Sonhos.

O Metropolitano de Lisboa evidencia o seu compromisso com uma gestão responsável e sustentável, integrada na estratégia ESG, reforçando a criação de impacto positivo e a geração de valor partilhado para as partes

interessadas. Evoluindo, a cada novo ciclo, como uma organização que incorpora a diversidade, a equidade e a inclusão na sua atuação, contribuindo para o bem-estar interno, para a coesão social e para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Igualdade e não discriminação

O Grupo de empresas Metropolitano de Lisboa assumiu um compromisso com o Desenvolvimento Sustentável (<https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade>), integrando na sua estratégia quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, elegendo, na dimensão social, como objetivo estratégico principal o ODS 5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.

Neste enquadramento, e em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018–2030 (ENIND) – Portugal Mais Igual, atualmente operacionalizada através do Plano de Ação 2023–2026, o Metropolitano de Lisboa promove valores e boas práticas alinhadas com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e da não discriminação.

Destacam-se:

- Participação no **BCSD Portugal**, com subscrição do Guia do CEO sobre Direitos Humanos e da Carta de Princípios, reforçando o compromisso com a Agenda 2030;
- Membro da Union Internationale des Transports Publics (UITP), o Metropolitano de Lisboa aderiu, desde 2021, à Declaração sobre Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens no setor dos transportes públicos / “Women in Transport – EU Platform for Change”, identificando e partilhando boas práticas de igualdade de género integradas na plataforma coordenada pela UITP;
- Colaboração com o iGen – **Fórum Organizações para a Igualdade**, o Metropolitano de Lisboa em articulação com a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, divulgação de campanhas nacionais de sensibilização em matérias como a violência (racial, orientação sexual ou outras), a violência doméstica, a igualdade salarial e a não discriminação, reforçando a importância da igualdade de oportunidades no desempenho de diferentes papéis profissionais;
- Subscrição contínua, desde 2020, do **Pacto contra a Violência (PcV)**, reforçando a prevenção da violência doméstica, articulado com a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, enquanto entidade coordenadora do Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (PAVMVD);
- Existência de **canal seguro de denúncia de assédio laboral**, conforme Lei n.º 73/2017, assegurando um meio de comunicação seguro, com proteção da identidade do denunciante e garantia de confidencialidade das informações prestadas;
- Inclusão no Manual de Acolhimento de capítulo dedicado à igualdade de género e à não discriminação, e **indicadores de igualdade** divulgados no **portal interno**, promovendo práticas de igualdade no quotidiano organizacional;
- Princípio de “**salário igual para trabalho igual**” – Diretiva Europeia (2023/970) que visa a igualdade de remuneração –, a empresa compromete-se com a promoção de uma **política remuneratória transparente**, baseada em critérios objetivos, repudiando desvantagens estruturais para mulheres;

Submissão do **Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2026** à CITE, conforme Lei n.º 62/2017.

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O Metropolitano de Lisboa cumpre a Lei n.º 60/2018, promovendo **igualdade remuneratória entre mulheres e homens** por trabalho igual ou de igual valor em alinhamento com a Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto, que estabelece medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens.

Assumimos um compromisso claro com a promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação objetiva das componentes dos postos de trabalho e na aplicação de critérios imparciais e mensuráveis. E, repudiamos, simultaneamente, qualquer forma de desvantagem estrutural ou generalizada baseada no género, reconhecendo que as desigualdades remuneratórias se inserem num quadro mais amplo de desigualdade entre mulheres e homens, no mercado de trabalho.

Em cumprimento das obrigações legais e no quadro da promoção da igualdade de oportunidades, as principais práticas incluem:

- Política remuneratória transparente, baseada em critérios objetivos aplicáveis a todos/as trabalhadores/as;
- Monitorização contínua das diferenças salariais, garantindo que eventuais variações se fundamentem exclusivamente em desempenho, produtividade, antiguidade ou desenvolvimento de carreira;
- Divulgação pública e interna do **Relatório sobre Transparência Salarial e Igualdade Remuneratória por Género 2024** (<https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/>), conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014;
- Constatação de inexistência de discriminação salarial por género, reforçando a equidade interna e a igualdade de oportunidades.

Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

O Metropolitano de Lisboa é membro do iGen – Fórum Empresas para a Igualdade, desde 2013, tendo renovado de forma continuada o compromisso de promover a igualdade de género na empresa, em articulação com a entidade tutelar do Fórum, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Criado em 2013 com 20 organizações, o Fórum iGen integra atualmente empresas nacionais e multinacionais dos setores público, privado e da economia social, representando cerca de 2% do PIB português. As organizações participantes renovam, anualmente, o compromisso de incorporar, nas suas estratégias e modelos de gestão, os princípios da igualdade entre mulheres e homens no trabalho e no emprego, reforçando a responsabilidade social corporativa.

No Metropolitano de Lisboa, este compromisso traduz-se na promoção de uma cultura coletiva de responsabilidade social e de igualdade de oportunidades, combatendo todas as formas de discriminação de género. Para esta operacionalização, a empresa aprova e divulga o Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PIMH) (<https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/>), que constitui um instrumento central para a implementação da igualdade de género na empresa, em cumprimento da Lei n.º 62/2017, sendo renovado e divulgado anualmente.

Em 2025, o Plano permitiu:

- Fortalecer uma **cultura organizacional equitativa, diversa e inclusiva**;
- Garantir **oportunidades justas** de desenvolvimento profissional;
- Contribuir para a **conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional**;
- Reforçar a **conformidade legal e institucional**.

Entre as medidas implementadas destacam-se:

- Política de recrutamento e concursos internos e admissões com aplicação de **quotas** para equilibrar a representação de homens e mulheres;
- Abertura de concursos internos **sem discriminação de género** e promoção de mulheres para funções tradicionalmente masculinas, como maquinista, encarregado de tração ou movimento – primeira mulher eletromecânica em 2023;
- Consolidação de políticas internas de igualdade e de recrutamento que garantem a prevenção da discriminação e promoção de **responsabilidade social corporativa** transversal a toda a organização.

O Metropolitano de Lisboa assegura, desta forma, que a **igualdade e a não discriminação** sejam princípios integrados e efetivamente aplicados em todas as áreas da empresa, reforçando a **sustentabilidade social**, a coesão interna e a criação de valor para a sociedade.

Clientes

Em 2025, intensificou-se a dinâmica de renovação e rejuvenescimento do efetivo afeto às estações, com a entrada em funções de 46 novos Agentes de Tráfego. A adoção, por estes trabalhadores, de um novo horário de trabalho, coincidente com a totalidade do período de exploração da rede, permitiu alargar o período de guarnecimento das estações por agentes do ML.

Procedeu-se ainda à reclassificação de 12 Agentes de Tráfego para a categoria de Operador Comercial e de 12 Operadores Comerciais para a categoria de Maquinista, dando assim continuidade ao processo de progressão profissional previsto.

O Programa de Desfibrilhação Automática Externa nas estações foi alargado, em 2025, à estação Alfovelos, passando assim a estar instalado em 35 estações da rede (que apresentam uma procura média diária superior a 10.000 passageiros). A saber:

- Linha azul – Reboleira, Alfovelos, Pontinha, Colégio Militar, Jardim Zoológico, São Sebastião I, Marquês de Pombal I, Avenida, Restauradores, Terreiro do Paço e Santa Apolónia;
- Linha Amarela – Odivelas, Senhor Roubado, Lumiar, Cidade Universitária, Entrecampos, Campo Pequeno, Saldanha I, Picoas, Marquês de Pombal II e Rato;
- Linha Verde – Campo Grande, Alvalade, Areeiro, Alameda I, Arroios, Anjos, Intendente, Martim Moniz, Rossio, Baixa Chiado e Cais do Sodré;
- Linha Vermelha – Aeroporto, Moscavide e Oriente.

Provedor do Cliente

O Provedor do cliente do Metropolitano de Lisboa, José Vieira da Silva, analisou e respondeu a 91 reclamações, promoveu diversas reuniões com serviços internos da Empresa de forma a inteirar-se dos constrangimentos do ML que estejam na origem de diversas reclamações. Apresentou à empresa sugestões de melhoria de serviços.

Apoio ao Cliente e Marketing

No âmbito do apoio ao cliente e da atividade comercial, destaca-se, em 2025 a realização da Web Summit 2025, que decorreu na Altice Arena e na Feira Internacional de Lisboa, entre 10 e 13 de novembro. A oferta do Web Summit Transport Pass (WSTP) foi operacionalizada em articulação com a organização do evento e em parceria com a Carris e a CP. Este título foi disponibilizado através de venda *online* no Portal Viva/TML, entre 30 de outubro e 12 de novembro, com levantamento nas MAVT entre 6 e 16 de novembro, bem como por venda presencial em locais estratégicos, designadamente no Aeroporto de Lisboa e na Gare Intermodal de Lisboa/Oriente.

A procura presencial concentrou-se sobretudo na fase anterior ao evento, com maior incidência nos dias 9 e 10 de novembro, tendo-se registado o pico de vendas a 10 de novembro. Este comportamento confirmou a relevância do Aeroporto de Lisboa como ponto determinante para a operação.

A iniciativa foi apoiada por comunicação digital e física dedicada sem recurso a publicidade paga. Em termos globais, registou-se um decréscimo de 31% na venda de títulos e de 27% na receita, evolução que poderá estar associada à transferência de procura para títulos EMV.

No plano do apoio ao cliente, o serviço interno de apoio às estações, destinado à resolução célere de situações relacionadas com Cartões Navegante Personalizados e com erros na aquisição de títulos de transporte, manteve o seu funcionamento diário, entre as 7h30 e as 24h00. Em 2025, este serviço foi alargado, passando a permitir a resolução de situações relacionadas com Cartões Navegante Personalizados avariados em todas as estações da rede, bem como de casos de extravio em todos os Postos de Venda.

Manteve-se igualmente o serviço especial de apoio a entidades externas, nomeadamente IPSS, estabelecimentos de ensino, entidades com intervenção junto da comunidade imigrante e entidades privadas, promotoras de deslocações de grupos por períodos superiores a 15 dias. Este serviço visa agilizar os processos de requisição e produção de Cartões Navegante Personalizados, bem como da venda de títulos mensais, evitando deslocações presenciais aos postos de venda.

No que respeita às reclamações apresentadas, os principais motivos identificados estiveram relacionados com a avaria ou inoperacionalidade de equipamentos mecânicos e com o modo de pagamento *Contactless* (EMV), designadamente em situações de duplicação de pagamento da viagem.

No âmbito das parcerias comerciais, o Metropolitano de Lisboa apoiou diversas provas desportivas realizadas na cidade, das quais se destacam a EDP Meia Maratona de Lisboa, a Mimosa Pela Vida Meia Maratona de Lisboa, o Grande Prémio de Natal 2025, a Meia Maratona de Portugal e a Hyundai Meia Maratona.

Combate à fraude

Relativamente à atividade de fiscalização, o número de abordagens realizadas em 2025 situou-se em cerca de 156 mil, o que representa uma redução de 35,4% face ao registado em 2024.

Entre os principais fatores explicativos desta diminuição destaca-se a redução do número de fiscais ao serviço, motivada por razões de saúde e/ou por acidentes de trabalho, circunstância que implicou, com frequência, a afetação destes trabalhadores a ações de apoio ao cliente em detrimento da realização de ações efetivas de fiscalização.

Com o objetivo de minimizar os incidentes ocorridos durante atos de fiscalização, o Metropolitano de Lisboa manteve, em 2025, o acompanhamento das suas equipas por empresas de vigilância.

A substituição dos equipamentos de fiscalização, bem como a introdução da possibilidade de fiscalização de cartões EMV, concretizada no início do segundo semestre de 2025, veio facilitar o exercício desta atividade.

Não obstante as medidas adotadas, a redução do número de abordagens realizadas traduziu-se igualmente numa diminuição do número de coimas emitidas, que, em 2025, foram 40,4% inferiores às registadas em 2024.

A taxa de fraude detetada passou de 2,77% para 2,56% em 2025.

A percentagem de pagamento voluntário das coimas emitidas em 2025 manteve-se em valores próximos de 43%, sendo a crescente consciencialização dos clientes autuados quanto às implicações da cobrança coerciva por parte da Autoridade Tributária um dos principais fatores explicativos da adesão observada.

Quadro 57 - Atividade de fiscalização

	Un.	2025	2024
Taxa de fraude detetada	%	2,56	2,77
Abordagens	n.º	156 131	241 587
Coimas Aplicadas	n.º	3 998	6 708
Coimas pagas ao ML	n.º	1 701	2 962
Coimas pagas ao ML a)	%	42,55	44,08
Valor pago ao ML b)	€	101 040	181 440

a) Pagamentos efetuados ao fiscal, por referência Multibanco ou no Posto de cobrança de coimas

b) Distribuição do valor: 30% para o ML, 60% para o Estado e 10% para o Serviço Público de Transportes

Outros indicadores de atividade

No exercício de 2025, há ainda a destacar alguns indicadores de atividade, relacionados com o serviço ao cliente:

Quadro 58 - Outros indicadores de atividade

Indicadores de Atividade	2025	2024
Índice de Satisfação do Cliente	5,75	7,35
Absentismo Operacional (média mensal)	% 8,0	6,1
Taxa de cumprimento do plano de guarnecimento das estações	% 85,5	82,2
Nível de serviço do Centro de Atendimento Telefónico	% 88,9	76,7
Número de chamadas atendidas	un. 28 702	35 769
Número de chamadas recebidas	un. 32 289	46 641
Reclamações	un. 4 127	4 762
Resposta no prazo de 30 dias (média mensal)	% 94,2	86,3

Segurança das instalações

No exercício de 2025, o Metropolitano de Lisboa continuou o plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, Bombeiros Voluntários de Amadora e Odivelas, que permitiu a execução de exercícios quinzenais nas estações e de simulacros na rede.

Promoveu-se a renovação do plano de Segurança Interno, com medidas de autoproteção de acordo com modelo previamente discutido com a ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Na vertente da vigilância, e tendo em conta as novas realidades securitárias, foram melhorados serviços, com maior enfoque à visibilidade e segurança das instalações. Estes serviços concretizaram-se com rondas duplas, durante um período mais alargado, e em circulação no interior dos comboios e nos cais das estações, com vista a melhorar os níveis do sentimento de segurança dos clientes e trabalhadores.

Ao nível securitário foi possível continuar com a Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP uma boa coordenação nas ações de segurança, de apoio à fiscalização e de preparação de planos de segurança dos principais eventos com impacto na rede.

Iniciou-se igualmente o projeto para renovação e melhoria das instalações da esquadra na estação Marquês de Pombal.

Através da implementação das metodologias adequadas, o ML deu cumprimento ao requisito legal SCIE, que respeita à manutenção anual dos Extintores e da rede húmida de carreteis.

De realçar ainda o desenvolvimento dos trabalhos de instalação de novo sistema de supervisão da infraestrutura Técnica da rede (SSIT) e da renovação do sistema CTV (circuito interno de televisão), com a instalação de sistema de deteção de descida à via e intrusão no túnel em 18 estações.

Deu-se também continuação ao programa de atualização dos sistemas automáticos de deteção de incêndios nos edifícios e estações da rede.

Nas renovações das estações, e em novas construções, introduziu-se a utilização de sistemas de extinção de incêndio por sais minerais em ativos estratégicos da estação.

Foi colocado em serviço nas estações das linhas Azul, Vermelha, Verde e Amarela, o sistema de mestragem de fechaduras com uso de chaves mecânicas, que permite melhorar o controlo de acesso às instalações das estações.

Iniciaram-se os procedimentos de renovação e modernização dos sistemas de CCTV nas carruagens e nos PMO, com recurso a soluções de analítica de vídeo.

Com vista à entrada em exploração do sistema CBTC, foram revistos e aprovados os regulamentos de segurança de circulação de comboios e de sinalização.

Comunicação institucional

Comunicação comercial e de marca — eventos e ações culturais

Em 2025, o Metropolitano de Lisboa desenvolveu um conjunto diversificado de ações de comunicação, campanhas institucionais, iniciativas culturais e projetos de proximidade, com o objetivo de reforçar a notoriedade da marca, promover a utilização do serviço e estreitar a relação com os clientes.

Campanhas institucionais e de sensibilização

Destaca-se o lançamento da campanha “Boas Práticas, Boas Viagens”, centrada na mensagem “Ande de metro à vontade. Não à vontade”, com recurso a uma abordagem pedagógica e humorística para promover comportamentos cívicos e adequados na utilização do Metro. Foi igualmente desenvolvida, em articulação com outros operadores da Área Metropolitana de Lisboa, a campanha “Escolhe marcar a diferença, não o transporte”, dirigida à sensibilização dos públicos mais jovens para a prevenção do vandalismo, com lançamento previsto para 2026. No domínio da segurança, foi ainda concebida uma campanha dedicada ao fecho de portas e às travagens, com vista à prevenção de incidentes e à promoção de comportamentos seguros.

Ações de marca, merchandising e responsabilidade social

No plano da marca e do merchandising, foram lançadas campanhas de divulgação de novos artigos, designadamente meias com identidade visual do Metro e camas para cães produzidas a partir de têxteis reutilizados, cuja receita reverte integralmente para a União Zoófila. Em dezembro, decorreu ainda uma campanha promocional de Natal com 30% de desconto na loja *online* do Metro.

Projetos educativos e de proximidade

O Clube Metrox esteve envolvido em várias ações de sensibilização e proximidade, incluindo uma iniciativa pedagógica na Escola Básica Eng. Ressano Garcia, dedicada à expansão da Linha Vermelha e à promoção de boas práticas no Metro. Em setembro tiveram início as Oficinas do Clube Metrox, no Auditório Alto dos Moinhos, com a realização de nove visitas de escolas do 1.º ciclo. O Clube Metrox participou também no Festival “É Um Encontro”, na Amadora, e integrou a programação do Natal do Metro, no âmbito da qual foi apresentada a peça infantil “As Cores do Metro”, assistida por cerca de 840 crianças.

Comunicação de serviço e informação ao cliente

A dinamização cultural das estações do Metro prosseguiu com iniciativas como o encerramento do programa “12 meses / 12 ações”, concertos no âmbito do projeto Piano para Tod@s, atuações musicais em várias estações e a realização da quinta edição de “Há música ao fundo do túnel”. O Metro promoveu ainda uma programação de concertos de Natal, apoiou a Noite da Literatura Europeia, participou no Open House Lisboa e acolheu a exposição “(in)visíveis”, em parceria com a Associação Corações com Coroa.

Sustentabilidade, ambiente e inovação

No âmbito da sustentabilidade e da sensibilização ambiental, assinalou-se o Dia Mundial do Ambiente com uma ação educativa na estação Oriente e a Semana Europeia da Mobilidade com uma iniciativa interativa na estação Cais do Sodré. Foi ainda assegurada a comunicação do projeto europeu AEROSOLFD, dedicado à monitorização e melhoria da qualidade do ar nas estações.

Comunicação institucional sobre obras e património

Foi divulgada a conclusão do restauro e reposição da entrada Guimard da estação Picoas, valorizando o património histórico e identitário do Metro.

Avaliação da experiência do cliente

No âmbito da avaliação da experiência do cliente, foram divulgados os resultados do Inquérito de Satisfação do Cliente 2024, bem como um questionário dedicado à comunicação do Metro. Entre 28 de novembro e 21 de dezembro realizou-se ainda o Inquérito de Satisfação do Cliente 2025, enquanto instrumento de auscultação e melhoria contínua dos serviços prestados.

Participação em atividades de organismos nacionais e internacionais

Atividade Internacional do Metropolitano de Lisboa em 2025

Em 2025 o ML reforçou a sua presença no panorama internacional do setor metroferroviário, consolidando a participação nas principais redes de conhecimento, inovação e governança do transporte público. O ano ficou marcado por uma atividade externa que permitiu aprofundar competências técnicas, acompanhar tendências globais determinantes para o futuro da mobilidade e fortalecer a sua influência institucional junto de parceiros estratégicos.

Ao longo do ano foram realizadas 40 missões internacionais, distribuídas por 22 cidades e 16 países, abrangendo temas como automação, digitalização, inteligência artificial, sustentabilidade, segurança, operação, recursos humanos e financiamento. Esta participação permitiu ao ML posicionar-se em comités e grupos de trabalho da UITP, ALAMYS, CoMET e em projetos europeus de investigação aplicada, garantindo o acesso direto ao conhecimento e às boas práticas mais atualizadas no setor do transporte público com reflexo positivo no desenvolvimento dos projetos em curso na empresa de expansão e modernização da rede. Entre as iniciativas mais relevantes destacam-se as contribuições do ML nas áreas de automação e CBTC, ética e governação de IA, sustentabilidade e resiliência operacional, refletindo prioridades centrais para o setor.

De realçar, ainda, a nomeação, em 2025, da Vogal do Conselho de Administração, Dra. Sónia Páscoa, para o cargo de Vice-Presidente do Comité da União Europeia da UITP, reconhecimento que reforça a participação do ML nos dossiers legislativos europeus com impacto direto no transporte público urbano e na agenda de financiamento e digitalização do setor.

O ano evidenciou igualmente o progresso significativo em matéria de inovação tecnológica. As visitas técnicas às fábricas Stadler, Harsco, ICB e Adelsys permitiram acompanhar de perto a renovação da frota, validar processos de fabrico, identificar melhorias e assegurar rigor no controlo de qualidade. Em paralelo, a participação nos projetos europeus NEXUS e AEROSOLFD reforçou o trabalho do ML em áreas emergentes como manutenção preditiva, qualidade do ar e aplicações práticas de IA. Este envolvimento permitiu recolher contributos aplicáveis ao planeamento da operação e à estratégia tecnológica, garantindo alinhamento com as melhores práticas internacionais.

Em 2025, o ML contou, também, com o apoio de consultoria técnica do Metro de Madrid no âmbito do projeto da Linha Circular/CBTC, beneficiando da experiência de um operador com experiência na implementação de sistemas avançados de sinalização.

A assessoria incidiu sobre matérias de segurança ferroviária e certificação, com destaque para a aplicação do método comum de segurança europeu e metodologias e procedimentos associados à introdução do CBTC. Este acompanhamento contribuiu para o reforço da preparação técnica das diversas áreas do ML, criando, designadamente, capacidades intrínsecas de integração das determinações previstas no contexto do Regulamento de Execução (UE) n.º 402/2013 da Comissão, de 30 de abril de 2013, em antecipação do normativo sobre a matéria atualmente em fase de elaboração pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, a aprovar oportunamente pelo Governo, permitindo, assim, ao ML preparar atempadamente conhecimento no tocante aos requisitos e às necessidades que venham a ser determinados por esse futuro normativo.

A agenda internacional do ML, em 2025, integrou, ainda, temas estruturantes como a sustentabilidade, a resiliência e a segurança, acompanhando a empresa a evolução das políticas europeias no domínio da neutralidade carbónica, financiamento verde e métricas ESG, enquanto se analisaram soluções específicas para reforçar a resposta a incidentes, cyber-resiliência, redundância de sistemas críticos e gestão de eventos extremos.

O ML destacou-se pela partilha da sua experiência na gestão do apagão ibérico, contribuindo com a partilha de informação e de medidas adotadas neste domínio em fóruns especializados da UITP e plataformas técnicas internacionais, reforçando, simultaneamente, a integração gradual de boas práticas ambientais e operacionais na sua atividade diária.

A dimensão humana da transformação tecnológica teve, igualmente, forte expressão em 2025. O envolvimento do ML nos comités dedicados a recursos humanos, competências e inclusão permitiu acompanhar tendências globais sobre capacitação, progressão de carreira, ética na aplicação de IA e promoção do emprego feminino. Estes contributos reforçam a visão de que o capital humano é um pilar fundamental para a modernização do setor.

Para além da participação internacional, o ML desempenhou um papel relevante como anfitrião de iniciativas estratégicas em Lisboa. Acolheu o Workshop CoMET (abril), a Reunião da Comissão de Segurança da UITP (abril) e uma ação de formação da UITP Academy (outubro) dedicada à segurança e gestão de crises.

Estas iniciativas reforçaram o prestígio internacional do ML e consolidaram Lisboa como ponto de encontro de especialistas globais em mobilidade urbana.

O ano ficou, ainda, marcado pela receção de oito delegações estrangeiras, incluindo operadores de referência como o Metrô de São Paulo, a Japan Train Operation Association, a empresa Kerberos da Suécia e entidades da Turquia, Macedónia do Norte e Brasil. Estas visitas promoveram a troca de experiências em áreas tão diversas como a arquitetura e património cultural, financiamento e planeamento de investimentos, inovação tecnológica, gestão de fundos europeus, metodologias construtivas e comunicação com o cliente.

5. Capital natural

Desde maio de 2022 que o ML tem zero emissões indiretas de gases com efeito de estufa (GEE), uma vez que o fornecimento de energia elétrica provém exclusivamente de fontes renováveis verdes. Para compensar as emissões diretas de GEE emitidas pelos consumos de gás natural, combustíveis líquidos e fugas de gases fluorados, o ML tem vindo a promover ações de plantação de árvores em território nacional. Desta forma, a empresa atinge a neutralidade carbónica das suas operações, concretizando um dos seus principais objetivos de desenvolvimento sustentável da empresa e reforçando o seu contributo para a descarbonização da economia e para a melhoria da mobilidade sustentável na Área Metropolitana da Lisboa.

O ML afirma-se, assim, como um agente relevante na descarbonização da economia e na minimização dos impactos ambientais. Para além do seu papel na promoção da transferência modal de meios de mobilidade mais poluentes para o ML, a organização assegura uma monitorização contínua do seu desempenho ambiental, tendo implementado e certificado um Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a norma NP EN ISO 14001.

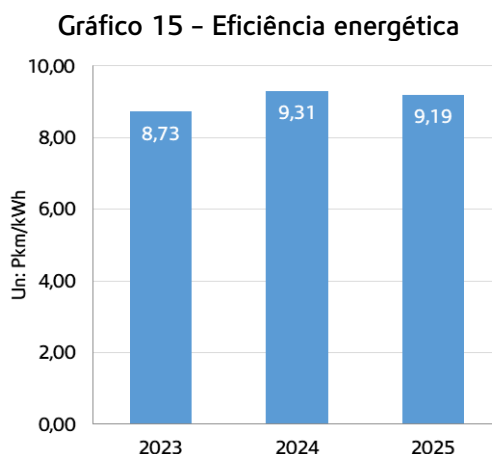
Anualmente é feita uma análise dos impactos ambientais significativos decorrentes das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo do ML, donde os impactos ambientais significativos negativos são:

- Consumo de energia elétrica;
- Produção de resíduos não perigosos nas estações.

Em 2025 destaca-se a:

- Redução de 1,3% em relação a 2024, devido a reduções de consumo da energia de tração, das instalações de iluminação e edifícios;
- Redução de 1,6 % em relação a 2019, como resultado de reduções de consumo significativas nas instalações de iluminação (-24,9%, devido à substituição dos sistemas tradicionais por tecnologia LED) e de força motriz (-16,5%, como consequência das alterações introduzidas no sistema de ventilação, designadamente no que concerne à velocidade e período de funcionamento dos ventiladores);
- Redução de 12,4% em relação a 2010 (ano de referência (*baseline*) anterior ao início de implementação das medidas de racionalização de energia), com destaque para a expressiva redução de consumo nas instalações de iluminação (-38,1%), como resultado da substituição dos sistemas de iluminação tradicional por iluminação LED.

Em 2025, observou-se uma ligeira inversão da tendência de crescimento verificada nos anos anteriores, com uma redução de cerca de 1,3% no indicador “passageiros x km por unidade de energia consumida (kWh)”, em comparação com o ano de 2024. Este resultado decorre de uma diminuição da procura (-2,6%), superior à redução do consumo de energia (-1,3%, equivalente a menos 1,31 milhões de kWh), o que se traduziu numa ligeira perda de eficiência relativa. Ainda assim, o indicador de eficiência energética (pass.km/kWh) mantém a tendência de estabilização do consumo energético, mesmo num contexto de menor procura.



Em 2020, no âmbito da assunção do compromisso com “Lisboa – Capital Verde”, o Metropolitano de Lisboa elaborou um Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental que se propôs implementar até 2030. Neste âmbito, foram identificadas um conjunto de ações concretas ao nível da gestão de recursos naturais e do desempenho ambiental, nomeadamente nas áreas da energia, água, papel, qualidade do ar e ruído, bem como da economia circular, comunicação e cidadania.

Das quinze ações previstas e durante os quatro anos de vigência do PISA 2030, foram concluídas com sucesso as seguintes medidas:

- Aumento da quantidade de resíduos enviados para valorização;
- Instalação de sistemas de rega inteligentes nos PMO (Calvanas e Pontinha);
- Divulgação de eventos e metas definidas no âmbito de Lisboa Capital Verde através dos meios de divulgação do Metro;
- Informação sobre transportes multimodais no *site* do Metro;
- Instalação de equipamentos de monitorização da qualidade do ar nas estações e edifícios administrativos;
- Aumento do número de carregadores para veículos elétricos nos parques de estacionamento dos edifícios administrativos da empresa;
- Melhoria da eficiência energética e redução do coeficiente de emissão da energia consumida por via de aquisição de energia mais limpa e de produção própria;
- Redução do consumo de papel, com a digitalização dos processos internos.

Apresentam-se os trabalhos realizados nas ações/projetos ao longo de 2025:

AÇÕES / PROJETOS	TRABALHOS REALIZADOS
Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED	<i>A iluminação integral a LED está completa em 63% das estações de metro. Procedeu-se à substituição de iluminação dos edifícios por tecnologia LED no PMO II e no Edifício das Laranjeiras Deu-se início à substituição do sistema de iluminação da frota de material circulante</i>
Instalação de central fotovoltaica no PMO II	<i>Está em curso a 1.ª fase relativa ao estudo para instalação de painéis fotovoltaicos no PMO III – Taludes</i>
Alteração das regras de estacionamento dando prioridade aos veículos elétricos	<i>Foi implementado o “Regulamento de funcionamento e utilização do Parque de Estacionamento do PMO III”</i>
Promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis através do uso de critérios ambientais no processo aquisitivo	<i>Foi implementada uma campanha de sensibilização para Boas Práticas Ambientais</i>
Medidas para redução de consumos de gás natural	<i>Foi concluído o sistema da automatização do fecho de portões da Oficina de Inspeção do PMO III Foi executada a substituição de caldeiras por bombas de calor nos Edifícios Administrativo do PMO III e da Via-Férrea no PMO II</i>
Medidas para a descarbonização	<i>Foi concluída a utilização de combustível 100% renovável no PMO III Foram realizadas ações de reflorestação no Parque Natural Sintra-Cascais Está em curso a substituição das viaturas das frotas de apoio, tendo-se já substituído 37% da frota por viaturas elétricas</i>

VIII. Relato sobre o cumprimento das orientações do acionista e disposições legais

1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

a) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

Quadro 59 – Execução do Plano de Atividades e Orçamento

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	(10 534 623 €)	(4 816 856 €)	5 717 767 €	Resultados, pág. ^a 49
EBITDA	762 216 €	18 966 113 €	18 203 898 €	EBITDA, pág. ^a 53
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	(10 699 670 €)	577.339 €	11 277 009€	Resultados, pág. ^a 49
Volume de Negócios ²⁾	138 102 943 €	130 365 618 €	(7 737 325 €)	Rendimentos operacionais, pág. ^a 51
Gastos Operacionais ³⁾	155 876 279 €	149 454 842 €	(6 421 437 €)	Gastos operacionais, pág. ^a 52
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	113 %	115 %	1,8 p.p.	Rendimentos operacionais, pág. ^a 51
Endividamento ⁴⁾	2 815 254 365 €	2 967 447 962 €	152 193 598 €	Passivo Remunerado, pág. ^a 58
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ / EBITDA	359 605 %	14 904 %	(344 701,0 p.p.)	Passivo Remunerado, pág. ^a 58; EBITDA, pág. ^a 53
Disponibilidades ⁶⁾	74 287 446 €	140 712 078 €	66 424 632 €	Fluxos financeiros, pág. ^a 56

¹⁾ Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

²⁾ Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de Vendas e Serviços Prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios

³⁾ CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

⁴⁾ Passivo remunerado

⁵⁾ Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

⁶⁾ Caixa, conforme Balanço

b) Objetivos e metas de gestão

Quadro 60 – Objetivos de gestão

Princípios Financeiros de Referência		ANO 2025		Grau de Execução	Observações/Justificação desvios
		PAO	Execução		
Volume de Negócios		149 028 623	156 386 874	105%	O Volume de Negócios considera COSP, conforme Anexo I – Cumprimento das orientações e disposições legais. Rendimentos operacionais, pág. ° 51
Resultado Operacional (Líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor)		(10 699 670)	577 339	5%	Resultados, pág. ° 49
Resultado Líquido		(10 534 623)	(4 816 856)	46%	Resultados, pág. ° 49
Investimento	Fundo Ambiental – RA/CS	19 676 254	20 042 049	102%	Investimento, pág. ° 60
	Fundo Ambiental – Modernização	17 186 979	18 395 417	107%	
	Fundo Ambiental – Aquisição 24 UT	8 073 395	6 704 055	83%	
	PACS2030 – RA/CS	36 109 312	25 387 283	70%	
	PACS2030 – Modernização	0	4 503 528	-	
	PACS2030 – Aquis. 24 UT	5 342 334	0	-	
	Remuneração Autônoma	0	38 131 147	-	
	GPIAAF	800 000	700 000	88%	
	PRR – Linha Vermelha	80 056 851	0	-	
	PRR – MLS – Odiveiras/Loures	70 233 174	0	-	
	Empréstimos ETF	38 548 295	0	-	
	Dotação de capital	49 075 041	0	-	
	Receita própria	0	111 765	-	
	Total:	325 101 905	113 975 244	35%	
Encargos financeiros	Empréstimos DGTF	45 405 200	0	-	Passivo Remunerado, pág. ° 58
	Dotação de capital – Numerário	0	43 470 000	-	
Reembolsos de financiamentos	Dotação de capital – Numerário	110 000 000	110 000 000	100%	Passivo Remunerado, pág. ° 58
Otimização da utilização de RH	RO/Efetivo	(5 680)	64 094	1 128%	
Retorno sobre o Capital Próprio (ROE)	Resultado Líquido / Capital Próprio	-0,4%	-0,2%	0,2 p.p.	
Endividamento		2 815 254 365	2 967 447 962	105%	Limite de crescimento do endividamento, pág. ° 89
Pagamentos em atraso		0	0	-	Prazo médio de pagamentos, pág. ° 90

c) Orçamento financeiro (carregado no SIGO/SOE)

Quadro 61 – Grau de execução do orçamento financeiro

	Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
R05.03	REM. CAPITAIS – RECEITAS GERAIS	12 294 €	12 293 €	100,0%	
R06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	11 892 496 €	10 108 622 €	85,0%	
R06.09	UE-INSTITUIÇÕES-OUT. FUNDOS	€	€	-	
R07.02	SERVIÇOS	145 174 558 €	136 879 395 €	94,3%	
R07.03	EDIFÍCIOS – RENDAS	1 044 267 €	981 917 €	94,0%	
R08.01	OUTRAS	10 023 886 €	5 673 081 €	56,6%	Uma execução nos projetos inferior ao previsto implicou que os reembolsos de IVA ficassem aquém do estimado.
R09.03	EDIFÍCIOS	€	€	-	
R09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	€	€	-	
R10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	44 694 729 €	17 633 000 €	39,5%	
R10.09	UNIÃO EUROPEIA	145 940 895 €	69 189 192 €	47,4%	
R11.02	TÍT. CP – CEDIC	95 600 000 €	95 600 000 €	100,0%	
R11.03	TÍT. MLP – ENTIDADES INTERNACIONAIS	33 758 437 €	24 872 023 €	73,7%	
R11.04	DERIVADOS FINANCEIROS	3 313 000 €	2 874 700 €	86,8%	
R12.06	APOIO FINANCEIRO	10 821 400 €	€	0,0%	
R12.07	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	161 266 013 €	153 470 000 €	95,2%	
R15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5 000 000 €	4 988 851 €	99,8%	
R16.01	SALDO GERÊNCIA	47 883 098 €	19 779 198 €	41,3%	
R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	€	12 209 310 €	-	Registo das transferências do PRR, a transitarem para 2026, nos termos do art.º 8º do DL 53-B/2021, de 23 de junho – PRR.

	Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
D01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	68 543 308 €	65 936 131 €	96,2%	
D01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	6 729 867 €	6 327 560 €	94,0%	
D01.03	SEGURANÇA SOCIAL	29 937 561 €	28 683 276 €	95,8%	
D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	6 306 826 €	5 211 439 €	82,6%	
D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	58 620 204 €	47 933 080 €	81,8%	
D03.01	JUROS DIVIDA PÚBLICA	47 150 452 €	45 310 225 €	96,1%	
D03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	403 618 €	201 809 €	50,0%	
D06.02	DIVERSAS	7 918 021 €	1 095 664 €	13,8%	O desvio explica-se pela aplicação de reserva pela EO no valor de €6 510 328
D07.01	INVESTIMENTOS	57 201 461 €	40 282 324 €	70,4%	O desvio está essencialmente relacionado com o fraco nível de realização de investimentos não cofinanciados, explicados parcialmente pela demora na aprovação de PEE/RCM e pelos demorados processos de contratação pública. Destaca-se ainda o facto de os projetos de aquisição de 14UT e modernização do sistema de CBTC e da nova esmeriladora, já em curso, não terem apresentado a execução prevista
D07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	193 318 685 €	62 576 196 €	32,4%	O desvio está relacionado com os atrasos dos projetos financiados pelo PRR, seja devido a condicionantes associadas a litígio no âmbito do processo de concurso e na obtenção de autorizações de terceiros, no caso da Linha Vermelha, seja pelo facto de no concurso internacional para a empreitada do Metro Ligeiro de Superfície (MLS) as propostas apresentadas terem ficado acima do preço estabelecido, o que implicou que fosse necessário obter autorização para atualização da despesa para lançamento de novo procedimento. A RCM 70/2025 que autorizou a despesa adicional foi publicada em 25 de março. O ritmo de trabalhos do projeto de expansão da Linha Circular (Rato/Cais do Sodré) também não acompanhou o estimado para 2024, facto que também contribuiu para a redução do nível de execução da despesa.
D09.02	ATIVOS FINANCEIROS	130 295 050 €	120 800 000 €	92,7%	
D10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	110 000 000 €	110 000 000 €	100,0%	
D12.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	€	€	-	

d) Autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025

Quadro 62 – Autorizações concedidas

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Indicar o limite/montante autorizado para 2025
Aumento dos gastos operacionais em 2025, limitados em execução à despesa orçamental aprovada no OE 2025, enquanto não for garantido financiamento adicional;	Despacho n.º 215/2025-SETF	Valor total de Gastos Operacionais aprovado: * 178,06 M€
Extensão do prazo para a contratação de 30 trabalhadores (autorizados em sede do PAO 2023-25) até 30 de setembro de 2025	Despacho n.º 215/2025-SETF	Contratação de 30 trabalhadores até 30/set.
Aquisição/locação de 5 viaturas para a frota operacional em 2025	Despacho n.º 215/2025-SETF	Aquisição de 5 viaturas

* Corresponde ao somatório das rubricas D.01, D.02 e D.03.

2. Eficiência operacional e evolução dos gastos operacionais

Quadro 63 – Eficiência operacional

EFICIÊNCIA OPERACIONAL (€)	Execução 2025	Orçamento 2025	Execução 2024	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	3 630 006	3 652 426	3 097 100	532 905	17,2	(22 420)	(0,6)
(2) FSE	40 621 216	45 181 871	38 198 439	2 422 776	6,3	(4 560 655)	(10,1)
(3) Gastos com o pessoal	105 203 621	107 041 983	102 288 041	2 915 580	2,9	(1 838 362)	(1,7)
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais	0	0	0	0	-	0	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	149 454 842	155 876 279	143 583 580	5 871 262	4,1	(6 421 437)	(4,1)
(6) Volume de negócios	156 386 874	149 028 623	138 418 471	17 968 403	13,0	7 358 252	4,9
Vendas	28 513	3 500	11 924	16 590	139,1	25 013	714,7
Prestações de Serviços	130 337 105	138 099 443	132 244 626	(1 907 521)	(1,4)	(7 762 338)	(5,6)
Outros Rendimentos que concorrem para o VN:	26 021 256	10 925 680	6 161 922	19 859 334	322,3	15 095 576	138,2
Compensação por cumprimento de Obrigações de Serviço Público (C _{OSP})	26 021 256	10 925 680	6 161 922	19 859 334	322,3	15 095 576	138,2
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	-	0	-
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais	0	0	0	0	-	0	-
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	156 386 874	149 028 623	138 418 471	17 968 403	13,0	7 358 252	4,9
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	95,6%	104,6%	103,7%	-	(8,2) p.p.	-	(9,0) p.p.

Quadro 64 – Eficiência operacional – Informação adicional

Informação adicional (€)	Execução 2025	Orçamento 2025	Execução 2024	Var. 2025/2024		Desvio Exec.2025/PAO	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	105 203 621	107 041 983	102 288 041	2 915 580	2,9	(1 838 362)	(1,7)
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	361 336	458 286	413 712	(52 376)	(12,7)	(96 950)	(21,2)
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	-	0	-
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico ^{a)}	1 987 668	1 918 619	2 263 141	(275 473)	(12,2)	69 049	3,6
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	2 330 223	1 309 068	1 456 136	874 087	60,0	1 021 155	78,0
v. (+) Efeito do Absentismo	1 455 599	1 616 503	1 344 920	110 679	8,2	(160 904)	(10,0)
vi. (-) Efeito indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)}	0	0	0	0	-	0	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	101 979 993	104 972 514	99 499 973	2 480 020	2,5	(2 992 521)	(2,9)
(3) Gastos com deslocações e alojamento	62 683	223 000	74 481	(11 798)	(15,8)	(160 317)	(71,9)
(4) Gastos com ajudas de custo	23 047	20 165	27 311	(4 265)	(15,6)	2 882	14,3
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	436 728	406 407	353 606	83 122	23,5	30 321	7,5
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 459 343	2 697 221	1 204 830	254 513	21,1	(1 237 878)	(45,9)
(7) Total dos gastos (3) a (6)	1 981 801	3 346 793	1 660 229	321 572	19,4	(1 364 992)	(40,8)
(8) N.º de Viaturas (operacional) *	27	27	23	4	17,4	0	0,0
(9) N.º de viaturas (não operacional)	24	24	24	0	0,0	0	0,0

a) Excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido. Valores 2024: Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 29-12-2023, no âmbito do acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 7 de outubro de 2023.

Despacho de 29/12/2023-MF

b) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

* Execução 2025 - Existem +7 viaturas, da frota operacional, previstas alienar em 2025, cujo processo ainda decorre.

3. Recursos humanos e Massa salarial

Quadro 65 – Recursos humanos e Massa salarial

Recursos Humanos e Massa Salarial	Execução 2025	PAO 2025	Execução 2024	Var. 2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	7	6	-1	(16,7)
N.º Cargos de Direção (CD)	22	22	22	0	0,0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1.563	1.729	1.545	18	1,2
TOTAL	1.590	1.758	1.573	17	1,1
N.º Trabalhadores / N.º CD	71	79	70	1	1,2
Gastos com Pessoal / Total (OS+CD+T)	66 166 €	60 889 €	65 027 €	1 138 €	1,8
Massa Salarial global (ML)	72 906 128 €	73 651 363 €	70 343 400 €	2 562 727 €	3,6
Massa Salarial (ML) sem os efeitos de volume	72 710 446 €	71 853 351 €	70 067 974 €	2 642 472 €	3,8

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

Despacho autorizador de aumento dos RH: Despacho n.º 215/2025-SETF. (Ver pág.^a 237)

Quadro 66 – Movimentos de Pessoal em 2025

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025***
		Saídas (Reformas/ outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]=[1]-[2]+[3]+[4]+[5]
Órgãos Sociais (OS)	6	1					5
Cargos de Direção (s/ OS)	22	0					22
Dirigente Intermédio de 2º Grau e seguintes	45	1	1				44
Dirigente Intermédio de 3º Grau e seguintes	35	2					33
Técnico Superior	169	4		8			173
Assist. técnico, Téc. nível intermédio, Pessoal admin.	243	10		2			235
Assistente operacional, Operário, Auxiliar	1.053	37	3	38	27	1	1.082
Total (OS+CD+Trabalhadores)	1.573	55	4	48	27	1	1.594
Impacto nos gastos com pessoal (€)	-	2.345.828	-	934.314	246.291	27.458	-1.137.764

* N.º 1 do art.º 139.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março.

** Reingresso de Licença sem Vencimento

*** A diferença de +4 trabalhadores, face ao n.º global, deve-se a trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença, apresentados neste quadro e não considerados no efetivo.

4. Plano de Investimentos

Quadro 67 – Investimento

Plano de Investimento (€)	PAO 2025	Total	Executado 2025						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ medidas
			Recargas próprias	Orçamento de Estado	Endividamento	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	55 785 835	45 429 332	0	20 042 049	0	25 387 283	0	0	(10 356 503)	
Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	80 056 851	9 509 494	0	9 509 494	0	0	0	0	(70 547 357)	
Projeto Modern. Sistema Sinalização e Mat. Circulante	53 269 701	22 898 945	0	18 395 417	0	4 503 528	0	0	(30 370 756)	
Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas	70 233 174	199 660	0	199 660	0	0	0	0	(70 033 514)	
Aquisição de 24 UT	15 881 303	6 704 055	0	6 704 055	0	0	0	0	(9 177 247)	
Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	10 171 250	923 363	0	923 363	0	0	0	0	(9 247 887)	
Outros investimentos	39 703 791	28 310 396	111 765	28 198 630	0	0	0	0	(11 393 395)	
Valor total do Investimento	325 101 905	113 975 244	111 765	83 972 669	0	29 890 811	0	0	(211 126 660)	

5. Contratualização de Serviço Público

O presente relatório apresenta a avaliação do cumprimento das obrigações contratuais do Metropolitano de Lisboa, enquanto Concessionário, relativas ao ano de 2025, nos termos do Contrato de Concessão e respetivo Anexo 5. O relatório foi elaborado de acordo com a metodologia de cálculo e monitorização definida no Contrato de Concessão e respetivos anexos. A análise incide sobre o desempenho operacional do sistema, o comportamento dos indicadores contratuais de eficácia e qualidade de serviço, o apuramento de eventuais penalidades, bem como sobre outros aspetos contratuais relevantes ocorridos no período em análise.

De forma global, o desempenho do sistema manteve níveis de serviço alinhados com os valores de referência estabelecidos contratualmente, num contexto operacional caracterizado por um plano de oferta mais exigente e por diversas intervenções técnicas associadas à manutenção e modernização do sistema. Este enquadramento implicou desafios adicionais ao nível da exploração e da disponibilidade de alguns ativos operacionais.

Apesar do desempenho globalmente consistente, registaram-se alguns desvios pontuais em determinados indicadores contratuais, designadamente nos indicadores associados à realização da oferta, à regularidade da exploração e à disponibilidade de alguns equipamentos do sistema. Estes desvios foram influenciados por fatores operacionais e técnicos específicos ocorridos ao longo do ano, cuja análise detalhada é apresentada nas secções seguintes do presente relatório.

O apuramento anual dos indicadores determinou a aplicação de penalidades contratuais em alguns períodos do ano, nos termos previstos no Contrato de Concessão, resultantes do incumprimento pontual de determinados níveis de serviço. O valor total das penalidades apuradas para o ano de 2025 ascende a cerca de 270 mil euros, conforme detalhado no presente relatório.

Os indicadores de eficácia são os seguintes:

- Disponibilidade da Infraestrutura
- Disponibilidade do Material Circulante

- Disponibilidade de Escadas Mecânicas
- Disponibilidade de Ascensores
- Fiabilidade do Serviço Comercial
- Regularidade

A monitorização da eficácia é realizada, para cada indicador, através da comparação entre o valor obtido pelo Metro de Lisboa (ML) e o respetivo Valor de Referência (VR) definido para esse indicador.

a) Indicadores, metas anuais e respetiva execução

Desempenho Operacional

Os indicadores de eficácia comparam os valores observados com os respetivos Valores de Referência (VR), permitindo avaliar o desempenho operacional do sistema nos domínios da disponibilidade da infraestrutura, disponibilidade do material circulante, disponibilidade de escadas mecânicas, disponibilidade de ascensores, fiabilidade do serviço comercial e regularidade da operação.

Para cada indicador, o valor obtido pelo ML é comparado com o respetivo Valor de Referência (VR) estabelecido contratualmente. A média dos trimestres corresponde à média aritmética simples dos valores trimestrais apresentados, enquanto o valor anual resulta do apuramento do indicador para o conjunto do ano civil com base nos dados operacionais registados ao longo do período.

Quadro 68 – Indicadores de Eficácia e Penalidades Contratuais (2025)

Indicador	T1	T2	T3	T4	Média anual	Valor anual	VR	Penalidade T1	Penalidade T2	Penalidade T3	Penalidade T4	Penalidade anual
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)
DIF (Disponibilidade da Infraestrutura)	99,92	99,64	99,81	99,57	99,74	99,74	99,72	0	20.000	0	20.000	40.000
DMC (Disponibilidade do Material Circulante)	85,54	90,75	83,32	81,05	85,17	81,28	85,89	10.000	0	10.000	10.000	30.000
DEM (Disponibilidade de Escadas Mecânicas)	93,28	84,43	77,49	77,62	83,21	87,11	90,06	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
DAS (Disponibilidade de Ascensores)	80,51	73,62	69,58	72,17	73,97	72,27	88,53	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
FSC (Fiabilidade do Serviço Comercial)	97,88	97,44	95,91	96,74	96,99	96,7	97	0	0	30.000	30.000	60.000
REG (Regularidade)	86,62	77,48	76,48	78,72	79,83	78,72	80	0	20.000	20.000	20.000	60.000

Com o objetivo de facilitar a leitura da evolução do desempenho operacional ao longo do ano, apresentam-se de seguida gráficos síntese que ilustram a evolução mensal dos principais indicadores de eficácia, bem como a respetiva comparação com os valores de referência contratualmente estabelecidos.

Gráfico 16 – Indicador DIF – 2025

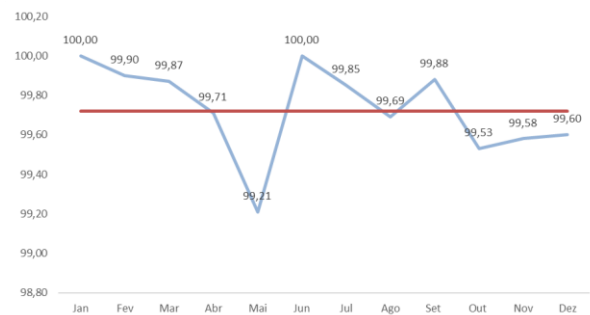


Gráfico 17 – Indicador DMC – 2025

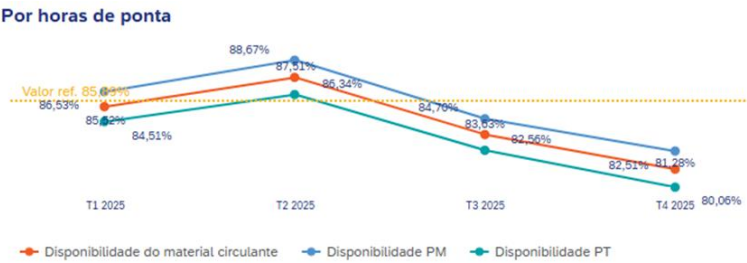


Gráfico 18 – Indicador DEM – 2025

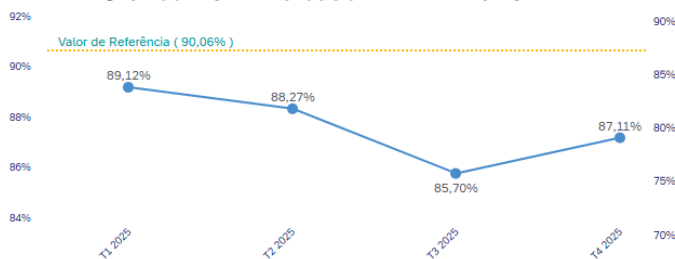


Gráfico 19 – Indicador DAS – 2025

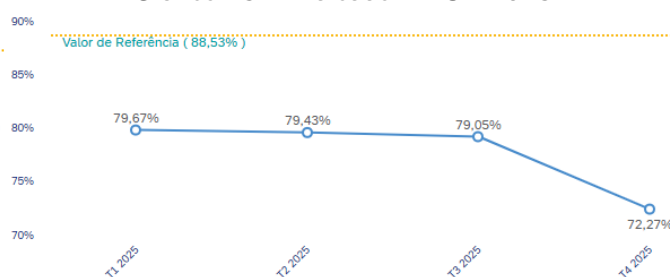


Gráfico 20 – Indicador FSC – 2025

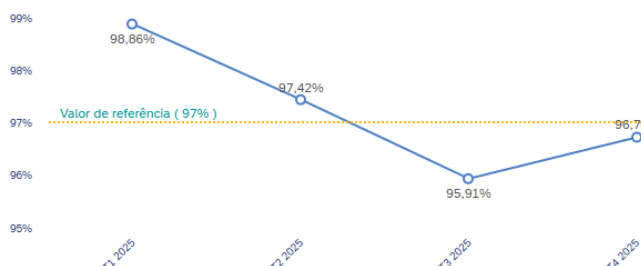
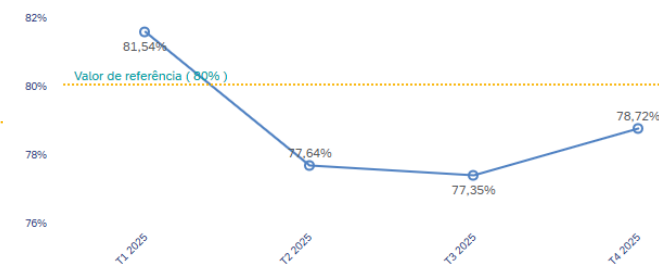


Gráfico 21 – Indicador REG – 2025



Em 2025, o plano de oferta de serviço passou a considerar a circulação de comboios com seis carruagens durante todo o período de operação e em todos os dias do ano, o que representou, face a 2024, um aumento estrutural da oferta programada. Neste contexto, seria expectável um crescimento da execução dos indicadores operacionais associados à oferta, designadamente carruagens X km e lugares X km. Contudo, o incremento da execução efetiva em 2025 revelou-se menos expressivo do que inicialmente previsto, em resultado da redução da taxa de execução de circulações face ao ano anterior.

A redução da taxa de fiabilidade e execução de circulações ao longo de 2025 deveu-se essencialmente à conjugação de vários constrangimentos operacionais, nomeadamente à imobilização de material circulante para manutenção programada, às intervenções de modificação e instalação de equipamento embarcado associadas à implementação do novo sistema de sinalização CBTC e de outros sistemas embarcados, bem como ao absentismo de maquinistas. Estes fatores condicionaram temporariamente a disponibilidade operacional de recursos e tiveram impacto na concretização integral da oferta prevista.

Neste contexto, verificaram-se reflexos nos indicadores contratuais associados à realização e à regularidade da exploração. O indicador FSC, que mede a taxa de realização das circulações previstas, é diretamente influenciado pelo número de circulações efetivamente realizadas face às programadas. Sempre que os constrangimentos operacionais anteriormente referidos implicaram a não realização de circulações previstas, registaram-se reduções pontuais da taxa de realização da oferta comercial, refletindo-se em alguns valores mensais do indicador abaixo do respetivo valor de referência contratual.

Por sua vez, o indicador REG, que mede a percentagem de circulações que cumprem o intervalo programado entre comboios consecutivos dentro da tolerância definida contratualmente, é igualmente sensível à evolução da fiabilidade da exploração. A redução da taxa de execução de circulações e as limitações temporárias na disponibilidade operacional de recursos podem introduzir perturbações na cadência da exploração, dificultando o cumprimento consistente dos intervalos programados. Acresce que o indicador de regularidade é também influenciado por outros fatores operacionais e por eventos externos à exploração do Metro de Lisboa (ML), designadamente avarias de material circulante, avarias de infraestrutura ou ocorrências operacionais como intrusões na galeria, incidentes ou acidentes com passageiros, que podem condicionar temporariamente a circulação de comboios.

Importa ainda referir que a evolução da taxa de realização dos indicadores carruagens X km e lugares X km está também associada a uma alteração estrutural na forma como a oferta passou a ser planeada em 2025. Ao considerar sistematicamente a circulação de comboios com seis carruagens ao longo de todo o período de operação, o plano de oferta passou a incorporar uma capacidade base mais elevada. Consequentemente, os reforços de oferta associados a eventos de elevada concentração de clientes deixaram de ser realizados através do aumento da dimensão das composições (de três para seis carruagens), situação que, em 2024 e em anos anteriores, originava frequentemente taxas de realização destes indicadores superiores a 100%.

Em síntese, os resultados observados nos indicadores FSC e REG em determinados períodos de 2025 devem ser interpretados no contexto de um plano de oferta estruturalmente mais exigente e de um período de transição tecnológica associado à implementação do sistema CBTC e à adaptação do material circulante. Estes fatores, conjugados com condicionamentos operacionais temporários relacionados com a disponibilidade de recursos técnicos e humanos, tiveram impacto simultâneo na taxa de realização das circulações previstas e no cumprimento dos intervalos programados entre comboios consecutivos, refletindo-se nos valores registados ao longo do ano.

Em 2025, o indicador DIF apresentou, na generalidade do ano, valores próximos do nível de serviço contratualizado, registando-se apenas em cinco meses valores discretamente inferiores ao respetivo valor de referência. Estes desvios resultaram essencialmente da ocorrência pontual de eventos técnicos associados a componentes específicos da infraestrutura, que exigiram intervenções corretivas para reposição das condições normais de funcionamento de determinados equipamentos ou sistemas. Os eventos registados apresentaram caráter isolado e não relacionado entre si, não evidenciando causas estruturais ou padrões recorrentes de degradação da infraestrutura. Assim, os valores observados devem ser interpretados no contexto de ocorrências técnicas pontuais inerentes à operação e manutenção de infraestruturas ferroviárias urbanas de elevada complexidade tecnológica.

No ano em análise, o indicador DMC registou valores de disponibilidade inferiores aos níveis contratualizados, situação que resulta da ocorrência simultânea de três fatores principais, embora de natureza distinta. Por um lado, verificou-se uma concentração temporal da realização de revisões obrigatórias em bogies associadas ao escalão de manutenção de 500.000 km, intervenções de elevada exigência técnica que implicam a imobilização temporária das composições abrangidas. Em paralelo, registou-se a ocorrência de anomalias relevantes em bogies que exigiram intervenções técnicas aprofundadas. Acresce ainda a execução de contratos de investimento e de modificação do material circulante, designadamente para implementação de novos sistemas e renovação de sistemas existentes, intervenções que implicaram igualmente períodos de imobilização de material circulante. A concentração temporal destes três fatores, associada à limitação de recursos técnicos altamente especializados necessários para a realização destas operações e à permanente prioridade dada à garantia das condições técnicas e de segurança do transporte de passageiros, conduziu à redução temporária da disponibilidade operacional da frota ao longo de 2025. Prevê-se que, com a conclusão do processo de revisão obrigatória de bogies em toda a frota, a disponibilidade operacional do material circulante seja progressivamente reposta aos níveis contratualizados ao longo de 2026.

Durante o período em análise, os indicadores DEM e DAS registaram níveis de serviço inferiores aos valores estabelecidos, situação explicada pela conjugação de vários fatores de natureza técnica e operacional. Um dos fatores relevantes prende-se com a idade média do parque de equipamentos, que se situa atualmente em cerca de 18,7 anos no caso das escadas mecânicas e em 15,7 anos no caso dos ascensores. Equipamentos em fases avançadas do seu ciclo de vida útil, bem como equipamentos obsoletos ou descontinuados, apresentam maior probabilidade de ocorrência de avarias e, frequentemente, tempos de reposição mais prolongados, designadamente devido à necessidade de aprovisionamento de peças de substituição.

Adicionalmente, a resiliência de alguns equipamentos face a condições meteorológicas adversas constitui um fator relevante para a sua disponibilidade operacional, tendo a ocorrência de episódios de forte pluviosidade ao longo de 2025 originado diversas anomalias em equipamentos expostos a estas condições, com consequente aumento dos tempos de reposição.

Por outro lado, o nível de serviço destes equipamentos é também influenciado pela capacidade de resposta do prestador de serviços de manutenção (EMIE). Durante 2025, a prestação destes serviços foi condicionada pela escassez de recursos humanos qualificados neste setor de atividade, bem como por prazos de aprovisionamento de componentes mais prolongados, fatores que tiveram impacto na rapidez de intervenção e reposição de serviço de alguns equipamentos.

Neste contexto, o Metro de Lisboa tem em curso um plano de renovação do parque de acessos mecânicos, estando prevista para 2026 a substituição de 30 escadas mecânicas, correspondendo a cerca de 8,5% do parque instalado. Adicionalmente, foi revisto o modelo de contratação dos serviços de manutenção, com reforço das funções de fiscalização e controlo da prestação desses serviços. Foi igualmente introduzido, em estações críticas como Aeroporto e Baixa-Chiado, um modelo de manutenção completa com assistência técnica permanente, com o objetivo de assegurar níveis elevados de disponibilidade e fiabilidade dos equipamentos.

Em síntese, os resultados observados nos indicadores DIF, DMC, DEM e DAS devem ser analisados no contexto das condições operacionais verificadas ao longo de 2025, da gestão do ciclo de vida dos ativos e das intervenções de manutenção e modernização em curso. A disponibilidade destes ativos constitui um fator relevante para a fiabilidade global do sistema de transporte e para a estabilidade da operação, podendo influenciar a execução da oferta e a regularidade da exploração, refletindo-se consequentemente nos indicadores operacionais FSC e REG.

Eventos contratuais relevantes

No dia 28 de abril registou-se uma interrupção generalizada do fornecimento de energia elétrica em Portugal, com impacto em diversos serviços e infraestruturas a nível nacional, incluindo os sistemas de transporte público. Esta ocorrência, de natureza excecional e externa à atividade do Concessionário, teve impacto temporário na operação do sistema de transporte metropolitano, condicionando a normal prestação do serviço durante o período em que se verificaram perturbações no fornecimento de energia elétrica.

Nos termos do Contrato de Concessão, a ocorrência e os respetivos efeitos operacionais foram objeto de reporte, tendo o evento sido mencionado no Relatório Trimestral de Execução do Contrato de Concessão relativo ao 2.º trimestre de 2025. Foram igualmente adotadas as medidas operacionais necessárias para assegurar a reposição gradual da normalidade do serviço e mitigar o impacto para os utilizadores.

Refira-se ainda que, ao abrigo do disposto no ponto 33.7 da cláusula 33.ª (Indicadores de eficácia) do Contrato de Concessão, para efeitos do cálculo do indicador Disponibilidade da Infraestrutura (DIF) foram excluídos os períodos de indisponibilidade associados à implementação do novo sistema de sinalização da Linha Azul, uma vez que estas intervenções decorrem de decisão do Estado.

Não se registaram outros eventos com relevância contratual no período em análise.

Penalidades

Nos termos do Anexo 5 do Contrato de Concessão, o apuramento das penalidades é efetuado trimestralmente com base na verificação do cumprimento dos valores de referência dos indicadores contratuais de desempenho. Sempre que, num determinado trimestre, o valor de um indicador se situe abaixo do respetivo valor de referência, é aplicada a penalidade prevista contratualmente.

Quadro 69 – Penalidades contratuais apuradas por trimestre

Período	Penalidades (€)
1.º Trimestre	30.000
2.º Trimestre	60.000
3.º Trimestre	80.000
4.º Trimestre	100.000
Total anual	270.000

O detalhe dos indicadores que originaram penalidades encontra-se apresentado acima no ponto Desempenho Operacional.

Certificados de conformidade

Anexam-se ao presente Relatório os certificados de conformidade que comprovam o cumprimento do disposto na cláusula 26.ª do Contrato de Concessão, relativos aos sistemas de gestão e à certificação do serviço de transporte público prestado pelo Concessionário:

- Certificado de conformidade do serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano, incluindo a exploração, construção e gestão da infraestrutura e a exploração de espaços comerciais com a norma NP EN ISO 9001:2015 – Sistema de Gestão da Qualidade, válido até 19.07.2027.
- Certificado de conformidade do serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano, incluindo a exploração, construção e gestão da infraestrutura e a exploração de espaços comerciais com a norma NP EN ISO 14001:2015 – Sistema de Gestão Ambiental, válido até 19.07.2027.
- Certificado de conformidade do serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano com a norma NP 4475:2020 – Rede de metro, características e fornecimento do serviço, válido até 19.07.2027.

b) Compensações recebidas pelas Obrigações de Serviço Público

Compensação pelo cumprimento de Obrigações de Serviço Público

Em conformidade com a Cláusula 31.5, apresenta-se na tabela abaixo o valor que respeita ao exercício de 2025.

A metodologia de cálculo aplicada para o apuramento do valor de Compensação por Cumprimento das Obrigações de Serviço Público (Cosp) segue o ponto 1.2. – Parte 1 – do Anexo 4 do Aditamento ao Contrato de Concessão. Ademais, os pressupostos de cálculo utilizados, nomeadamente para o ajustamento de gastos e receitas operacionais, foram os constantes na nota de rodapé n.º 2 do Ponto 1.2 – Parte 1 – Anexo 4 do Aditamento. Assinala-se, portanto, que é efetuada a exclusão das contas que não incluem gastos/rendimentos que diretamente e/ou indiretamente contribuam para a exploração do serviço público de transporte. Dá-se nota ainda da exclusão dos Benefícios Pós-Emprego pelo facto de serem reembolsados por Remuneração Autónoma.

Por fim, para efeitos de apuramento da Cosp de 2025, apesar do Aditamento ao Contrato de Concessão produzir efeitos apenas a partir de 1 de agosto de 2024, foi utilizada a base anual de 2024 como dado de entrada para os cálculos, de acordo com a fórmula prevista no Anexo 4.

Quadro 70 – Apuramento da compensação pelo cumprimento das OSP

Rubrica (€)	2025
Gastos Operacionais	-155.074.052
Receita Operacional	126.674.694
Fator de Eficiência	0,92542
Prémio de Eficiência	0
Compensação pelo cumprimento de OSP	26.281.256
Penalidades	-270.000
Compensação Final pelo cumprimento de OSP	26.011.256

Da análise dos valores apurados, importa relevar que:

- O resultado operacional ajustado, ou seja, a soma dos gastos e receitas operacionais ajustadas, sofreu uma variação negativa face a 2024 de 13,4 M€, decorrente do facto da receita ter sofrido uma quebra, em contraste dos gastos que registaram um acréscimo significativo;
- A compensação apurada, resultado da aplicação da fórmula presente no Anexo 4, sofreu uma correção negativa aplicada pelo fator de eficiência, na ordem dos 2,1 M€;
- Os passageiros.km transportados com título pago em 2025 registaram um decréscimo de 2,2%, o que originou a correção do fator de eficiência;
- Comparativamente com a previsão do valor da C_{OSP} para 2025, observa-se um desvio de 15 M€ no valor da Compensação Final pelo Cumprimento das OSP, que se explica pela diminuição da receita face ao previsto, mas sobretudo pelo incremento do valor relativo a gastos com amortizações e depreciações que, aquando da elaboração da estimativa inicial, não haviam sido considerados.

Após apuramento da Compensação por Cumprimento das OSP (Anexo 4), torna-se necessária a dedução de eventuais valores relativos a penalidades decorrentes das obrigações constantes no Anexo 5 que, relativamente a 2025, ascendem a 270 000 €. Assim, o valor final da compensação, considerando a dedução das penalidades apuradas, ascende a 26 011 256 €.

Quadro 71 – Compensações reconhecidas pelas Obrigações de Serviço Público

Compensação pelas obrigações de Serviço Público	2025		2024		2023	
	Montante	Observações	Montante	Observações	Montante	Observações
Indemnizações compensatórias / COSP	26.011.256 €		6.171.922 €		0 €	
Aumentos de capital*	0 €		0 €		0 €	
Empréstimos diretos do Estado*	0 €		1.300.000 € Financiamento ETF		5.677.374 € Suprimentos	
TOTAL	26.011.256 €		7.471.922 €		5.677.374 €	

Nota: * Valores de aumentos de capital para exclusiva utilização para fazer face a défice operacional

Importa ainda referir que, dado que os montantes aprovados na RCM n.º 57-D/2024, de 28 de março, são inferiores à COSP apurada, se torna necessária a respetiva atualização dos montantes constantes na referida RCM, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 72 – Análise de valores por receber e por autorizar

Ano	Autorizado ^(a)	Saldo inicial ^(b)	Recebimento ^(c)	Saldo final ^(d)	Apuramento ^(e)	Por receber ^(f)	Por autorizar ^(g)
2024	4.259.786	4.259.786	3.872.064	387.722	6.171.922	2.299.858	1.912.136
2025	18.264.256	18.651.978	10.108.622	8.543.356	26.011.256	15.902.634	7.747.000
Total						18.202.492	9.659.136

(a) Conforme RCM n.º 57-D/2024, de 28 de março

(b) = $(d)_{n-1} + (a)_n$

(c) = Transferências do GPIAAF

(d) = $(b)_n - (c)_n$ (e) = Valor da C_{osp} , de acordo com o Aditamento ao Contrato de Concessão(f) = $(e)_n - (c)_n$ (g) = $(e)_n - (a)_n$

6. Gestão do risco financeiro

Quadro 73 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

Anos	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	45 512 034	59 569 528	52 460 791	75 697 764	141 972 295
Taxa Média de Financiamento (%)	2,50	2,60	2,69	2,56	3,93

7. Limite de crescimento do endividamento

Quadro 74 – Variação do endividamento

Variação do Endividamento (execução)	2025 Valores (€)	2024 Valores (€)
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	4 429 928 143	4 276 458 143
Financiamento Remunerado	2 967 447 962	3 077 447 962
Novos Investimentos no ano com expressão material em 2025	0	
Variação do endividamento	0,59%	

Capital Estatutário e Instrumentos de Capital Próprio

Os valores de 4.429,93 M€ (2025) e 4.276,46 M€ (2024) correspondem à rubrica de Capital Subscrito, com um incremento de 153,47 M€ no exercício de 2025 explicado pelas Dotações de Capital recebidas.

Financiamento Remunerado

O montante do Financiamento Remunerado, que totaliza 2.967,45 M€ em 2025, é composto pela soma integral de todos os financiamentos obtidos (correntes e não correntes) afetos tanto às Infraestruturas de Longa Duração (ILD) como à operação (ML):

- Financiamentos Obtidos ILD: 458,46 M€ (Não Corrente) + 1.674,26 M€ (Corrente)
- Financiamentos Obtidos ML: 31,55 M€ (Não Corrente) + 803,18 M€ (Corrente)
- Redução da Dívida: Face aos 3.077,45 M€ registados em 2024, observa-se uma redução líquida de 110 M€.

Embora a dívida remunerada tenha diminuído em valor absoluto, a Variação do Endividamento de 0,59% apresentada está em linha com a evolução global do Ativo Total, que cresceu 0,5% (passando de 5.925 M€ para 5.957 M€) via dotações de capital.

8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 75 – Disponibilidades no IGCP

Unid.: €

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	160 511 875	139 023 891	145 929 003	8 447 161
Aplicações financeiras	0	0	0	132 000 000
Total	160 511 875	139 023 891	145 929 003	140 447 161

Nota: O saldo global do IGCP, apresentado neste quadro, difere em 1.920,00€, face ao balancete, devido a conciliação bancária.

Quadro 76 – Disponibilidades na Banca Comercial

Unid.: €

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Wells Fargo	22 805 365	18 577 577	18 577 577	18 075 621
Banco Português de Investimento	2 352 814	914 834	2 444 013	245 480
Banco Santander Totta	32 187	0	0	0
Caixa Banco Investimento	7 462	7 462	7 462	7 462
Caixa Geral de Depósitos	2 376	2 304	2 194	2 128
Total	25 200 204	19 502 178	21 031 247	18 330 691
Juros auferidos	0	0	0	0
Juros entregues	0	0	0	0
Data entrega dos Juros	-	-	-	-

Nota: O saldo no Banco Português de Investimento, apresentado neste quadro, difere em 366.891,98€, face ao balancete, devido a conciliação bancária.

O documento 0796/2024, emitido pelo IGCP, exceciona o ML do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), para os anos de 2024 e 2025, para os seguintes valores:

- a) Objeto de recolha, transporte e tratamento de valores;
- b) Das garantias bancárias e afins que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- c) Inerentes à custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

As disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP representaram 88,5% do total, contudo 18,1 M€ dos 18,3 M€ de disponibilidades na Banca Comercial referem-se a depósitos colaterais constituídos no âmbito das operações americanas de *leasing* operacional de material circulante.

9. Prazo médio de pagamentos (PMP) e “Arrears”

Quadro 77 – Prazo médio de pagamentos

PMP	2025	2024	Var. 2025/2024	
			Valor	%
Prazo (dias)	18	18	0	0,00

Quadro 78 – Dívidas vencidas

PAGAMENTOS EM ATRASO					
Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012					
Dívidas Vencidas (valores em euros)	2025				2024
	90-180 dias	180-365 dias	>365 dias	Total	Total
1 - Aquisição de Bens e Serviços	15 865	2 016	0	17 881	2 714
2 - Aquisições de Capital	0	4 631	18 644	23 275	26 691
3 - Total de dívida vencida >90 dias (1 + 2)	15 865	6 647	18 644	41 156	29 405
4 - Situações excluídas (n.º 2 art.º 4 DL 127/2012)	15 865	6 647	18 644	41 156	29 405
4.1 - Obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0	0	0	0	0
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	15 865	6 647	18 644	41 156	29 405
4.3 - Montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0	0	0	0	0
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0	0	0	0	0

Quadro 79 – Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 55.º da LOE 2025

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 55.º da LOE 2025 (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro)	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2023 (>90 dias) ¹	0
2 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	0
3 - Δ Pagamentos em atraso (2-1)	0
4 - Dotações orçamentais em 2024	0
5 - Saldo (3+4)	0

¹ - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011

10. Estatuto do Gestor Público

a) Objetivos de gestão

O artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, determina a obrigatoriedade de celebração de contrato de gestão nas empresas que prestem serviços de interesse geral. Este contrato deve definir as formas de concretização das orientações fixadas pela tutela, sempre que possível através da definição de metas quantificadas, bem como os parâmetros de eficiência da gestão e outros objetivos específicos.

Desde 2011, ano em que o ML passou a integrar o perímetro da Administração Pública, não foi celebrado qualquer contrato de gestão. Esta situação mantém-se apesar da recomendação da Inspeção-Geral de Finanças no sentido de a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no exercício da função acionista e em articulação com as tutelas setoriais, promover a definição de prioridades e objetivos de médio e longo prazo para a empresa, bem como a celebração de contratos de gestão com os gestores públicos designados, conforme auditoria de seguimento n.º 2019/219/A11/816.

No decurso de 2019, o ML submeteu à apreciação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças uma proposta de indicadores de atividade e de qualidade da oferta, devidamente quantificados. Não tendo esta proposta sido objeto de avaliação, foi solicitado ao ML, no final de 2020, o envio de uma nova proposta, a qual foi remetida em 16 de fevereiro de 2021. O painel de indicadores proposto contemplava, para cada indicador, a meta quantificada a atingir em cada período e a respetiva ponderação.

Na sequência da designação do Conselho de Administração para o mandato 2022-2024, através do Despacho n.º 9167/2022, de 27 de julho dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, e tendo presente a nota técnica elaborada pela UTAM de apoio à preparação das propostas de contratos de gestão para gestores do Setor Empresarial do Estado, o ML concebeu propostas diferenciadas para cada administrador. Estas propostas integravam indicadores destinados a aferir a eficiência das medidas de gestão a desenvolver ao longo do mandato, procurando identificar métricas de acompanhamento dos objetivos formulados no âmbito da estratégia de sustentabilidade económica, social e ambiental da empresa, bem como nos domínios previstos na referida nota técnica da UTAM.

Na sequência do Despacho n.º 8113/2023, de 8 de agosto, que designou a Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa como Vogal do Conselho de Administração do ML, para completar o mandato 2022-2024, foi igualmente preparada, com base nos mesmos pressupostos, uma proposta de indicadores para o respetivo contrato de gestão. De acordo com a última listagem disponível, de maio de 2025, relativa ao ponto de situação das análises efetuadas pela UTAM às propostas de contratos de gestão dos gestores das empresas públicas do Setor Empresarial do Estado, as propostas remetidas pelo ML em 2023 encontravam-se ainda em análise.

b) Artigos 32.º e 33.º do EGP

- Nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;
- Valor de despesas associadas a comunicações:

Quadro 80 – Gastos com comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	112,28	Voz
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	80,00	143,32	Voz
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	80,00	579,21	Voz
		834,81	

- iv. Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço de cada gestor público:

Quadro 81 – Gastos anuais associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	426,88	3 196,80	1 925,72	5 122,52	
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	426,88	441,34	164,60	605,94	Janeiro a Junho
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	426,88	3 823,76	1 290,19	5 113,95	
				10 842,41	

c) Despesas não documentadas ou confidenciais

O ML cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, Regime Jurídico do Sector Público Empresaria (RJSPE), e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), não tendo realizado despesas não documentadas ou confidenciais.

11. Contratação pública

a) Implementação das normas de Contratação Pública

Em 2025, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto na Orçamento do Estado para 2025 (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro), no que diz respeito as normas aplicáveis à contratação, conjugado com o Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025.

b) Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

O ML dispõe de uma Plataforma de registo e gestão dos procedimentos de contratação. Esta plataforma permite o acompanhamento efetivo do estado e o registo das informações relevantes dos procedimentos

de contratação tramitados pelo ML (excluindo as pequenas aquisições). Foi igualmente desenvolvido um relatório que permite a consulta e o reporte de indicadores de gestão e de cumprimento de obrigações desses procedimentos.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

c) Contratos celebrados com valor superior a 5.000.000 €

Em 2025 foram celebrados 3 contratos com valor superior a 5.000.000€, tendo um deles sido submetido para visto prévio do Tribunal de Contas, referente à Aquisição de Serviços de Coordenação, Fiscalização, Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente das Obras do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, do Metropolitano de Lisboa, EPE. Os outros dois:

- i) Aquisição de serviços de assistência técnica de operação, manutenção completa e piquete de assistência às Escadas Mecânicas e Elevadores das Estações Baixa Chiado e Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, EPE; e
- ii) Aquisição de energia elétrica para as instalações do Metropolitano de Lisboa, EPE e Metrocom, SA (Jan2024/ Set2025), estão isentos de fiscalização prévio do Tribunal de Contas, de acordo com al. c) do n.º 1 do art.º 47 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

12. Informação complementar

a) Sistema Nacional de Compras Públicas

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010–2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

b) Recomendações do acionista

A prestação de contas de 2024 ainda não foi alvo de aprovação pela Tutela. Com a última aprovação dos documentos de prestação de contas (2023), foi recomendado ao Conselho de Administração que diligencie pela:

- “Implementação de um Sistema que permita a obtenção e validação de forma automática das demonstrações orçamentais, em cumprimento do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, bem como da observação do cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental.”

O ML tem projetado desenvolver através do seu ERP novas funcionalidades que permitam dar cumprimento aos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental.

No entanto, dada a complexidade técnica inerente, não é possível nesta data apresentar um prazo para que esta implementação esteja em pleno funcionamento.

Atualmente a elaboração das demonstrações orçamentais é realizada tendo por base a informação registada no ERP da empresa, a qual é extraída e tratada para dar cumprimento a todas as obrigações de reporte do ML. Assim, embora ainda não disponha de um sistema que permita a obtenção e validação automática das demonstrações orçamentais, a preparação das mesmas considera a informação reportada em SIGO e demais reportes na DGO *online*.

No apuramento da conta de gerência, a execução orçamental é apresentada por programa, entidade financiadora e rubricas de classificação económica, assim como todas as alterações orçamentais realizadas,

que conduziram ao apuramento do saldo de gerência a transitar, o que permite replicar o reportado às entidades externas nos quadros que compõem as demonstrações orçamentais.

c) Diligências para solucionar reservas emitidas na última CLC

Relativamente às reservas 1. e 2. abaixo, informa-se que o ML aguarda a aceitação por parte do acionista da proposta de resolução da dívida ILD. Sobre esta matéria foram remetidas várias propostas, tendo a última sido enviada em dezembro de 2024, através da nossa carta com a referência 1850781. Adicionalmente foram enviados *emails* em 2025, o último dos quais em 25/09/2025, com pedidos de insistência para que o acionista se pronuncie sobre esta matéria, o que não ocorreu até à data. Sem a aceitação da proposta enviada pelo ML e confirmação da metodologia a aplicar, a mera transferência dos montantes inscritos nas rubricas ILD para uma rubrica de outras contas a receber não resolverá esta questão, uma vez que se manterão como um ativo de realização incerta.

Quanto à reserva 3., e após uma análise detalhada à rotatividade dos seus materiais, o ML aplicou nas contas de 2025 um critério de reconhecimento de imparidade que melhor reflete a realidade da sua utilização e valorização.

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Por sua vez, na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência findava em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. Foi, entretanto, celebrado em 27 de março de 2024, entre o Estado Português e o ML, um "Aditamento" ao contrato de concessão o qual, na sequência do visto do Tribunal de Contas, entrou em vigor em 15 de julho de 2024, e que prorrogou o prazo de concessão até 1 de julho de 2030. Com este "Aditamento", ficaram definidas regras referentes ao regime financeiro das infraestruturas ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração ao concessionário. Não obstante, por razões de complexidade, as demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024:
 - a. Ainda não refletem alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos afetos à concessão determinadas pelo "Aditamento", com exceção do rendimento estimado pela Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP), nos termos da cláusula 31.3a do "Aditamento", reconhecido por 6.161.922 euros na rubrica de "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados por Naturezas;
 - b. Com exceção do reconhecimento da COSP aludida no parágrafo anterior, e tal como explicitado na nota 5 do anexo, mantêm o registo de todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2024, o ativo não corrente compreende o montante de 5.496.169.211 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.275.964.191 euros), (ii) derivados mensurados ao justo valor em outros ativos financeiros (2.770.384 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.217.434.636 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, derivados mensurados ao justo valor, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.413.838.451 euros, do qual 922.123.686 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados.

Desta forma, face à indefinição contabilística que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto aos efeitos, seguramente materiais, que a inadequação da política contabilística adotada provoca nas demonstrações financeiras em apreço.

2. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2024, na rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros", o montante de 29.686.055 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do Setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

3. A rubrica de inventários do ativo corrente, apresentada por 9.998.665 euros, inclui uma extensão significativa de materiais com tempo de permanência em armazém elevada para os quais, mesmo considerando a antiguidade tecnológica de alguns equipamentos a ser mantidos, não temos evidência analítica que nos permita concluir sobre o seu valor recuperável.

d) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou IGF, nos últimos três anos

Tribunal de Contas:

Não existiram auditorias.

IGF:

Auditoria à UTE – Administração Central (2024) – Pedido de esclarecimentos ML (Proc.º 2025/450).

e) Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)

No âmbito da evolução do quadro europeu em matéria de relato de sustentabilidade, o Metropolitano de Lisboa, EPE tem acompanhado os desenvolvimentos associados à Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), bem como as alterações introduzidas pelo pacote legislativo Omnibus I, nomeadamente no que respeita ao calendário de aplicação, ao âmbito das entidades abrangidas e aos requisitos de reporte.

Sem prejuízo da obrigação de apresentação de informação não financeira nos termos do regime nacional aplicável, e da divulgação de informação em matéria de Taxonomia Ambiental quando aplicável, a sujeição plena do Metropolitano de Lisboa, EPE aos requisitos de relato de sustentabilidade previstos na CSRD deverá ser aferida em função da legislação nacional de transposição e da verificação dos critérios quantitativos e qualitativos legalmente estabelecidos.

Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa tem vindo a adotar medidas de adaptação progressiva dos seus sistemas de reporte e processos internos, designadamente através do reforço da recolha e sistematização de informação ambiental, social e de governação, da consolidação de indicadores de sustentabilidade, da articulação entre áreas responsáveis pela produção de informação financeira e não financeira e do acompanhamento dos requisitos associados às European Sustainability Reporting Standards (ESRS).

Estas medidas visam assegurar a preparação da empresa para o cumprimento atempado das obrigações de relato de sustentabilidade que lhe venham a ser aplicáveis, garantindo maior robustez, rastreabilidade e comparabilidade da informação divulgada.

13. Quadro-síntese do cumprimento das orientações

Quadro 82 – Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento S/N/N.A.	Página do Relatório de Gestão
1	Execução do PAO		
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Volume de Negócios	N	Pág. ^a 49
	Gastos Operacionais	N	Pág. ^a 52
	Rácio de Eficiência	S	Pág. ^a 82
	Variação de endividamento	S	Pág. ^a 89
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Pág. ^a 81
	Autorizações concedidas	S	Pág. ^a 81
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S / N	Pág. ^a 82 e 52
3	Recursos humanos e Massa salarial		
	Indicação da evolução dos RH	S	Pág. ^a 82
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	Pág. ^a 82
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	Pág. ^a 82
4	Plano de Investimentos	S	Pág. ^a 83
5	Contratualização do Serviço Público		
	Indicadores, metas e execução	S	Pág. ^a 84
	Compensações recebidas	S	Pág. ^a 88
6	Gestão do Risco Financeiro	S	Pág. ^a 89
7	Limites de Crescimento do Endividamento	S	Pág. ^a 89
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	Pág. ^a 90
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Pág. ^a 90
	Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento	S	Pág. ^a 90
9	PMP a Fornecedores e arrears		
	Evolução do PMP	S	Pág. ^a 90
	Pagamentos em atraso	S	Pág. ^a 91
10	Estatuto do Gestor Público		
	Objetivos de gestão (a)	S	Pág. ^a 91
	Artigos 32.º e 33.º do EGP	S	Pág. ^a 91
	Não utilização de cartões de crédito	S	Pág. ^a 91
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Pág. ^a 91
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Pág. ^a 91
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Pág. ^a 91
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	Pág. ^a 92
11	Contratação Pública	S	Pág. ^a 92
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Pág. ^a 92
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	Pág. ^a 93
	Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços	S	Pág. ^a 93
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Pág. ^a 92
12	Informação Complementar	S	Pág. ^a 93
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	Pág. ^a 93
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas	S	Pág. ^a 93
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	S	Pág. ^a 94
	Auditorias do Tribunal de Contas / IGF – Autoridade de Auditoria (b)	S	Pág. ^a 95
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD)	S	Pág. ^a 95
13	Sistematização Informação	S	Pág. ^a 96

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

IX. Síntese de resultados

1. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2025, verificaram-se acontecimentos de natureza política, climática e económica com potencial relevância para o enquadramento da atividade em 2026.

No plano político, realizaram-se, no início de 2026, eleições presidenciais em Portugal, das quais resultou a eleição de um novo Presidente da República. Esta alteração no quadro institucional ocorre num contexto de continuidade de um Governo sem maioria absoluta, mantendo-se, por isso, um enquadramento político exigente do ponto de vista da articulação institucional e da estabilidade decisória.

Paralelamente, o país foi afetado por fenómenos meteorológicos adversos no início de 2026, com impactos em diferentes regiões e reflexos ao nível social, económico e infraestrutural, evidenciando a importância do reforço da resiliência das infraestruturas críticas e da capacidade de resposta operacional.

No plano económico, o início de 2026 ficou marcado por um enquadramento de maior incerteza, associado ao abrandamento da atividade económica e à subida dos custos da energia, com reflexos nas perspetivas de inflação e nos custos de contexto para as organizações.

Em abril de 2026, a Comissão Europeia concluiu que um subcontratado de um consórcio concorrente ao procedimento da Linha Violeta beneficiou de subvenções estrangeiras que distorceram o processo, tendo o consórcio aceite substituí-lo. Esta alteração permite ao Metropolitano de Lisboa prosseguir com a adjudicação, competindo-lhe a decisão final, sujeita à verificação dos requisitos técnicos e acompanhada pela Comissão, não existindo lugar a ajustamento dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

À data de elaboração do presente relatório, estes acontecimentos não determinaram ajustamentos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, sem prejuízo de poderem vir a influenciar o enquadramento operacional e económico do exercício de 2026.

2. Perspetivas futuras

O ano de 2026 marca um ponto de viragem para o Metropolitano de Lisboa. O triénio 2026–2028, que coincide com o mandato do atual Conselho de Administração, é assumido como o período em que a empresa tem de inverter um conjunto de indicadores que, nos anos anteriores, se foram degradando e que condicionam hoje a experiência de quem utiliza a rede.

O ponto de partida é exigente e não se esconde. A perceção da qualidade do serviço, medida pelo inquérito de satisfação Nielsen, situou-se aquém do que a empresa pretende e do que os clientes esperam. A disponibilidade dos meios mecânicos de acesso (escadas mecânicas e elevadores) apresentou taxas de indisponibilidade elevadas, com impacto direto na acessibilidade e na confiança no sistema. A estes fatores juntou-se uma oferta de transporte que, em determinados períodos, ficou abaixo da capacidade instalada e da procura. Reconhecer este legado é a condição para o corrigir.

A resposta está estruturada no Plano Estratégico 2026–2028, alinhado com o Programa do XXV Governo Constitucional. O plano dá continuidade ao que já estava bem encaminhado e introduz um corte claro onde os resultados ficaram aquém, organizando-se em torno de seis eixos: melhorar de forma mensurável os níveis de serviço prestados ao cliente; expandir e modernizar a rede, renovando os ativos existentes; consolidar a sustentabilidade ambiental e energética; promover a inovação, a transformação digital e a eficiência operacional; assegurar a sustentabilidade financeira da empresa; e valorizar e fixar o capital humano.

No plano do investimento, prosseguem os projetos estruturantes: a expansão da rede, incluindo os estudos dos corredores Alcântara–Algés, Telheiras–Benfica–Damaia e da ligação à margem sul; a modernização do sistema de sinalização e do material circulante; a aquisição de novas unidades triplas; a promoção da acessibilidade; e a renovação de sistemas e equipamentos, com ganhos diretos na disponibilidade dos meios mecânicos e no conforto e segurança dos clientes.

A concretização destes objetivos depende da continuidade dos mecanismos de financiamento, da obtenção atempada das aprovações administrativas e regulatórias, da execução dos procedimentos de contratação pública e da articulação entre as entidades envolvidas. São condicionantes conhecidas, que o Conselho de Administração acompanha de perto e procura mitigar.

No final do triénio, o êxito deste mandato medir-se-á precisamente pela inversão dos indicadores que definiram o ponto de partida: mais disponibilidade dos acessos mecânicos, uma oferta ajustada à procura e uma melhoria visível da satisfação dos clientes. É esse o compromisso que distingue o Metropolitano de Lisboa anterior a 2026 daquele que se pretende construir a partir de 2026.

3. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2025, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa registou resultados líquidos consolidados negativos de € 4.822.245 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e cinco euros), e resultados líquidos negativos nas contas individuais de € 4.816.856 (quatro milhões, oitocentos e dezasseis mil, oitocentos e cinquenta e seis euros).

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE, o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado nas contas individuais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor de € 4.816.856 (quatro milhões, oitocentos e dezasseis mil, oitocentos e cinquenta e seis euros), seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Lisboa, 30 de junho de 2026

X. Anexos

1. Declarações finais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

1. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2025, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
2. Nos termos do artigo 228.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro), não existem dívidas em mora à Segurança Social;
3. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
4. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

Lisboa, 30 de junho de 2026

O Conselho de Administração

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

2. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de dezembro de 2025, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

Lisboa, 30 de junho de 2026

O Conselho de Administração

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

3. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho Fiscal não eram, à data de 31 de dezembro de 2025, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal

Dr. José Henrique Rodrigues Polaco

Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho

Lisboa, 30 de junho de 2026

4. Demonstrações Financeiras individuais e Anexo

Demonstrações Financeiras individuais

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

		Unid. monetária (Euro)	
Rubricas	Notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5.521.331.357	5.496.169.211
Ativos fixos tangíveis	6	594.732	117.340.249
Propriedades de investimento	7	14.010.967	14.374.082
Ativos intangíveis	8	118.113.615	1.909.559
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	9	25.450.536	49.972.581
Outros ativos financeiros	10	18.196.187	22.922.397
Total do ativo não corrente		5.697.697.395	5.702.688.079
Ativo corrente			
Inventários	11	8.936.372	9.998.665
Clientes	12	599.922	701.471
Estado e outros entes públicos	13	5.372.498	3.304.017
Outros créditos a receber	14	81.403.815	17.817.939
Diferimentos	15	22.627.799	29.921.290
Outros ativos financeiros	10	-	22.767.914
Caixa e depósitos bancários	16	140.712.078	138.653.307
Total do ativo corrente		259.652.486	223.164.603
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5.521.331.357	5.496.169.211
Total do ativo afeto à operação		436.018.524	429.683.471
TOTAL DO ATIVO		5.957.349.881	5.925.852.682
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	4.429.928.143	4.276.458.143
Reservas legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados	17	(2.028.683.255)	(2.008.841.945)
Excedentes de revalorização		37.234.076	37.234.076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	(20.134.623)	3.514.283
		2.419.867.816	2.309.888.032
Resultado líquido do período		(4.816.856)	(19.841.311)
Total do capital próprio		2.415.050.960	2.290.046.721
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	458.457.643	922.123.686
Provisões	18	11.974.048	4.888.198
Financiamentos obtidos	19	31.551.131	47.579.121
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	284.379.866	279.899.630
Total do passivo não corrente		786.362.689	1.254.490.634
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.725.706.624	1.491.714.765
Fornecedores	21	4.589.996	2.554.510
Estado e outros entes públicos	13	3.430.822	3.616.051
Financiamentos obtidos	19	803.176.300	787.148.310
Outras dívidas a pagar	22	214.807.863	90.292.891
Diferimentos	23	4.224.627	5.988.798
Total do passivo corrente		2.755.936.232	2.381.315.326
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2.184.164.267	2.413.838.451
Total do passivo afeto à operação		1.358.134.654	1.221.967.509
Total do passivo		3.542.298.921	3.635.805.961
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5.957.349.881	5.925.852.682

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	24	130.365.618	132.256.549
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	25	102.646.188	-
Subsídios à exploração	26	41.984.416	6.214.575
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27	(6.763.524)	(9.963.415)
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	6.699.988	6.716.249
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(3.630.006)	(3.097.100)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	25	(102.646.188)	-
Fornecimentos e serviços externos	28	(40.621.216)	(38.198.439)
Gastos com o pessoal	20 e 29	(105.203.621)	(102.288.041)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11	(975.063)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12 e 14	(294.504)	(35.306)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(3.482.716)	(592.250)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	10	-	(1.000.000)
Aumentos / reduções de justo valor	4.12 e 10	4.367.225	1.527.650
Outros rendimentos	30	1.544.349	4.003.961
Outros gastos	31	(5.024.835)	(1.886.423)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18.966.113	(6.341.990)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 8	(18.781.362)	(12.603.695)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 8	7.531	30.488
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		192.282	(18.915.197)
Juros e gastos similares suportados	32	(4.995.566)	(909.000)
Resultado antes de impostos		(4.803.284)	(19.824.197)
Imposto sobre o rendimento do período	33	(13.572)	(17.114)
Resultado líquido do período		(4.816.856)	(19.841.311)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unid. monetária (Euro)										
	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2024		3.906.805.655	21.597	1.501.878	(1.984.842.365)	37.234.076	10.597.455	(23.999.579)	1.947.318.717	1.947.318.717
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023					(23.999.579)			23.999.579	-	-
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais							(13.951.664)		(13.951.664)	(13.951.664)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							6.868.491		6.868.491	6.868.491
		-	-	-	(23.999.579)	-	(7.083.173)	23.999.579	(7.083.173)	(7.083.173)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024								(19.841.311)	(19.841.311)	(19.841.311)
Resultado Integral								(26.924.483)	(26.924.483)	(26.924.483)
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital		369.652.488							369.652.488	369.652.488
		369.652.488	-	-	-	-	-	-	369.652.488	369.652.488
Posição em 31 de dezembro de 2024		4.276.458.143	21.597	1.501.878	(2.008.841.945)	37.234.076	3.514.283	(19.841.311)	2.290.046.721	2.290.046.721
Posição em 1 de janeiro de 2025		4.276.458.143	21.597	1.501.878	(2.008.841.945)	37.234.076	3.514.283	(19.841.311)	2.290.046.721	2.290.046.721
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024	17				(19.841.311)			19.841.311	-	-
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais	20						(3.983.975)		(3.983.975)	(3.983.975)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17						(19.664.930)		(19.664.930)	(19.664.930)
		-	-	-	(19.841.311)	-	(23.648.905)	19.841.311	(23.648.905)	(23.648.905)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2025								(4.816.856)	(4.816.856)	(4.816.856)
Resultado Integral								(28.465.761)	(28.465.761)	(28.465.761)
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital	17	153.470.000							153.470.000	153.470.000
		153.470.000	-	-	-	-	-	-	153.470.000	153.470.000
Posição em 31 de dezembro de 2025		4.429.928.143	21.597	1.501.878	(2.028.683.255)	37.234.076	(20.134.623)	(4.816.856)	2.415.050.960	2.415.050.960

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2025

		Unid. monetária (Euro)	
	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		160.256.751	151.834.823
Pagamentos a fornecedores		(53.144.519)	(56.280.176)
Pagamentos ao pessoal		(100.964.044)	(97.957.191)
Caixa gerada pelas operações		6.148.188	(2.402.544)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		573.794	1.123.446
Outros recebimentos / pagamentos		24.451.661	(8.081.819)
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		31.173.643	(9.360.916)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	18.647
Outros ativos		12.293	44.588
Subsídios ao investimento		75.756.312	39.080.082
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(102.632.099)	(92.324.769)
Ativos intangíveis		(209.344)	(344.091)
Investimentos financeiros		-	(1.000.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		(27.072.838)	(54.525.543)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	7.520.109
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		153.470.000	369.652.488
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(110.000.000)	(300.000.000)
Juros e gastos similares		(45.512.034)	(59.569.528)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		(2.042.034)	17.603.069
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		2.058.771	(46.283.389)
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	138.653.307	184.936.697
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	140.712.078	138.653.307

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Anexo às Demonstrações Financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros no município de Lisboa e nos demais municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML), nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015, com a redação dada pelo Aditamento celebrado em 27 de março de 2024.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de junho de 2026, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do ML em 31 de dezembro de 2025 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, na sua redação atual, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

1.2. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 1 de julho de 1949, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e o Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L., celebraram uma escritura de concessão da instalação e exploração, em regime de exclusivo, de um sistema de transporte coletivo fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa, aprovada por Decreto do Governo, de 25 de julho de 1949. Esta concessão foi atribuída por um prazo de 75 anos, a contar da data de escritura pública, com termo a 1 de julho de 2024.

O contexto da prestação deste transporte público sofreu, ao longo do tempo, diversas alterações, entre as quais se destacam a nacionalização da empresa e a sua transformação em empresa pública, operadas, respetivamente, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, e do Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro, a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres (Lei n.º 10/90, de 17 de março) e, posteriormente, a evolução legislativa a nível europeu no setor dos transportes.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que procedeu à atualização do quadro jurídico geral da Concessão de Serviço Público atribuída ao ML, foi celebrado, entre o Estado Português (“Concedente”) e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“Concessionário”), em 23 de março de 2015, o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros (doravante designado por “Contrato de Concessão”). Da celebração do Contrato de Concessão não resultou qualquer alteração ao prazo de concessão inicialmente atribuído, no entanto, ficou prevista a possibilidade de prorrogação do mesmo, por razões de interesse público e/ou em função do tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rendibilidade da exploração, do capital investido pelo Concessionário.

Entre 2015 e 2023, o Estado Português aprovou a realização pelo ML de um conjunto de investimentos de médio-longo prazo, tendo reconhecido a existência de interesse público em cometer ao Concessionário a continuidade da execução do plano de investimentos para a consolidação da rede de Metropolitano de Lisboa, uma vez que, atendendo às especificidades da Concessão e do serviço público de transporte por metropolitano de passageiros, é do interesse público que o ML, pela experiência, *know-how* e o corpo técnico (estrutura de recursos humanos) adquiridos enquanto operador, continue a executar os investimentos previstos para os próximos anos.

Desta forma, em 27 de março de 2024, o Estado Português e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros (doravante designado “Aditamento”), estabelecendo:

- A prorrogação do prazo de concessão atribuído até 1 de julho de 2030; e
- A modificação do clausulado, no sentido da regulamentação de outras matérias carentes de atualização, designadamente no que se refere ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, o subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas (EPR) supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

2.2. DERROGAÇÕES AO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. COMPARABILIDADE

Na análise comparada das demonstrações financeiras com o período anterior, deverá ser tida em consideração a divulgação efetuada no ponto 4.2 do presente anexo.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A Empresa efetuou a transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em 1 de janeiro de 2009, tendo as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF sido apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.2. ATIVOS CONCESSIONADOS

A entrada em vigor do Aditamento implicou a existência de um conjunto significativo de alterações no tratamento contabilístico seguido pela Empresa, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e

mensuração dos ativos concessionados. Dada a complexidade envolvida neste processo, o ML optou por apenas fazer refletir estes registos com efeitos a partir de 1 de janeiro 2025. No entanto, importa acrescentar que não se procedeu à reexpressão das contas de 2024 pelo facto de nesse exercício as despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente ainda não terem sido financiadas de acordo com o disposto no Aditamento.

Conforme previsto no ponto 1.4 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, “Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada: Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002; Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC”.

IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviço

Aplicabilidade

Foi avaliada a aplicabilidade da IFRIC 12, tendo-se concluído que a mesma se aplica ao Aditamento assinado entre o ML e o Estado Português, tanto quanto: (i) às infraestruturas a construir após a entrada em vigor do Aditamento, uma vez que será o ML a construir ou a adquirir a um terceiro a construção das mesmas (independentemente de ser obrigação do Concedente reembolsar o ML por todas as despesas incorridas com estas operações no montante exato do seu custo); como (ii) relativamente às infraestruturas já existentes à data do Aditamento, uma vez que é dado acesso pelo Concedente ao ML para efeitos do acordo de prestação de serviços.

Despesas e encargos assumidos após a entrada em vigor do Aditamento

De acordo com as Cláusulas 11.ª e 32.ª do Aditamento, o ML tem direito ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, designadamente com o investimento em Infraestruturas Ferroviárias e Material Circulante, garantindo o Concedente (Estado) o reembolso das despesas e encargos com estas operações no montante exato do seu custo (a título de Remuneração Autónoma). Desta forma, é reconhecido um ativo financeiro relativamente à contabilização dos serviços de construção, sempre que os mesmos ocorram, na medida em que o Concessionário tem um direito contratual incondicional de receber uma quantia específica e determinável da parte do Concedente, não dispondo este último de poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser legalmente vinculativo.

No momento do recebimento da Remuneração Autónoma referente aos custos a incorrer com o investimento e financiamento de Infraestruturas Ferroviárias, a Empresa reconhece a entrada de dinheiro, por contrapartida de uma conta de adiantamento do Estado no passivo (passivo financeiro).

Na medida em que a Empresa incorra nas despesas e encargos assumidos com fornecedores em nome do Estado referentes a Infraestruturas Ferroviárias e outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante), a Empresa reconhece uma conta a pagar ao fornecedor por contrapartida dos gastos com o serviço de construção e um ativo financeiro (dedução ao passivo financeiro caso tenha existido adiantamento) por conta de um rendimento com o serviço de construção. Tendo em conta que o Estado irá cobrir a totalidade das despesas e encargos incorridos em seu nome, é expectável que os gastos e os rendimentos com o serviço de construção sejam de igual montante.

Este entendimento aplica-se também aos encargos incorridos com grandes reparações, na medida em que a IFRIC 12 prevê a possibilidade de que as obrigações de manutenção sejam consideradas como uma atividade geradora de receita, em particular, no caso do modelo do ativo financeiro. Neste caso, e se o Concedente reembolsar o Concessionário pelas despesas de manutenção, o Concessionário não deverá reconhecer uma obrigação no seu Balanço, mas sim, reconhecer um rendimento e um gasto quando essa despesa é incorrida. Ora, de acordo com o Aditamento, as despesas incorridas com grandes reparações, quer

com Infraestruturas Ferroviárias, quer com outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante), serão reembolsadas pelo Concedente (Estado) através da Remuneração Autónoma.

No caso das despesas e encargos assumidos com a manutenção corrente das Infraestruturas Ferroviárias e dos outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante), os mesmos são reconhecidos como gastos, quando são incorridos.

Despesas e encargos assumidos antes da entrada em vigor do Aditamento – Infraestruturas Ferroviárias

Relativamente às despesas e encargos incorridos pela Empresa em nome do Concedente (Estado) com a construção, instalação e renovação das Infraestruturas Ferroviárias até à data de entrada em vigor do Aditamento, tal como previsto no n.º 3 da Cláusula 11.ª, desde que as mesmas tenham sido previamente autorizadas por este, o Estado assume igualmente o reembolso das mesmas, em montante a apurar. Uma vez que o ML recebeu em exercícios anteriores financiamentos/subsídios para a aquisição daqueles ativos, o montante que venha a ser apurado será líquido dos mesmos e reconhecido no Balanço como um ativo financeiro.

Despesas e encargos assumidos antes da entrada em vigor do Aditamento – Outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante)

De acordo com a Cláusula 53.ª do Aditamento, no fim do período da Concessão *“todos os bens e direitos da propriedade ou titularidade do Estado reverterem gratuitamente para este, sendo que, pela reversão dos restantes bens e direitos que sejam da propriedade ou da titularidade do Metropolitano, o Estado paga ao Metropolitano uma compensação no montante correspondente ao valor que esteja atribuído aos referidos bens ou direitos nas contas deste”*.

Uma vez que o ML não será reembolsado diretamente pelo Concedente, através da Remuneração Autónoma, pelos investimentos efetuados em outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante), antes da entrada em vigor do Aditamento, a Empresa reconhece um ativo intangível na medida em que lhe foi conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público por si prestado.

4.3. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa tem tido ao longo dos anos a responsabilidade pela construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros, fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Até à entrada em vigor do Aditamento, esta foi uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, sendo o seu financiamento garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento

do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos a ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos a ILD, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados a ILD no balanço da Empresa.

Assim, até 31 de dezembro de 2024, todos os fluxos resultantes desta atividade foram registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As ILD do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”;
- As despesas de investigação e desenvolvimento e de instalação afetas à atividade de ILD;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo;
- As provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

Os gastos com a manutenção e reparação destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

Com a entrada em vigor do Aditamento e os respetivos reflexos contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2025, as despesas e encargos decorrentes das atividades de investimento em ILD passaram a ser registadas

de acordo com a política contabilística definida para os ativos concessionados, com exceção para os encargos com os financiamentos contraídos junto do Acionista Estado.

O quadro seguinte apresenta as reclassificações efetuadas, as quais serão mais detalhadas em cada uma das notas:

	31-dez-2024	Reclassificações decorrentes da entrada em vigor do Aditamento						Total Reclassificações
		Derivados Nota 5.4 / 5.5 / 14 / 22	Encargos financeiros Nota 5.5 / 5.10 / 14 / 22	Provisões Nota 5.5 / 5.7 / 14 / 18	Fornecedores de investimento Nota 5.9 / 22	Subsídios ao investimento Nota 5.10 / 22	Investimento Nota 6 / 8	
Ativo não corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.496.169.211	(3.501.878)	(118.222)	(3.782.500)				(7.402.600)
Ativos fixos tangíveis	117.340.249						(116.508.229)	(116.508.229)
Ativos intangíveis	1.909.559						116.508.229	116.508.229
Ativo corrente								
Outros créditos a receber	17.817.939	3.501.878	118.222	3.782.500				7.402.600
Passivo não corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	922.123.686	(3.501.878)		(3.782.500)				(7.284.378)
Provisões	4.888.198			3.782.500				3.782.500
Passivo corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1.491.714.765		(118.222)		(440.455)	(110.119.155)		(110.677.832)
Outras dívidas a pagar	90.292.891	3.501.878	118.222		440.455	110.119.155		114.179.709

O ML aguarda que seja aprovada a proposta de regularização dos ativos e passivos ILD registados no seu Balanço, de forma a poder dar cumprimento ao previsto no n.º 3 da Cláusula 11.ª do Aditamento.

4.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados à data de balanço. Caso existam alterações às vidas úteis, as mesmas são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	
Material Circulante de exploração	15 – 28
Material Circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 – 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Ferramentas e utensílios	4 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 4

Os gastos com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, quando aplicável, e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos/gastos.

4.5. LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e dedução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação igualmente numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Ativos concessionados	3 – 50
Propriedade industrial e outros direitos	3 – 10

4.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 – 50
Outros equipamentos	4 – 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas

de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

4.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos a favor da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

4.9. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.10. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes

encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.11. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

No decorrer de 2025, e após uma análise detalhada à rotatividade dos materiais, foram definidos os seguintes critérios de reconhecimento de imparidade:

- **Materiais incorporáveis no Material Circulante:** este critério teve por base a vida útil remanescente prevista e o período expectável para a ocorrência de um ciclo completo de intervenções, onde se prevê que ocorram consumos dos diferentes materiais associados (sete anos). Desta forma, considera-se uma imparidade de 26% (vinte e seis por cento) para os inventários que não tiverem movimento há mais de sete anos, com um crescimento adicional de 7% (sete por cento) por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75% (setenta e cinco por cento), no caso de não terem movimento há mais de quinze anos;
- **Restantes materiais:** registo total de imparidade para os que não são movimentados há mais de cinco anos.

4.12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

- a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo “Outros ativos financeiros”.

4.13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

4.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

As compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público (COSP) são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos, exceto se existirem fundadas dúvidas sobre a sua quantificação ou sobre o seu recebimento, situação em que apenas são reconhecidas no período em que se tornam recebíveis, o que se verifica com a respetiva validação pelo Gestor do Contrato. Estas compensações financeiras são objeto de dois pagamentos por conta, a realizar em 1 de fevereiro e 1 de julho de cada ano, correspondendo, o primeiro, a 50% (cinquenta por cento) do valor total da compensação e, o segundo, a 40% (quarenta por cento) do mesmo. O valor remanescente resultará do apuramento do

valor real da COSP para esse ano, sendo a sua estimativa reconhecida na demonstração de resultados, independentemente de ainda não ter sido obtida a respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

4.15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complementos de pensões de reforma por velhice;
- Complementos de reforma por invalidez; e
- Complementos de reforma por sobrevivência no ativo e na reforma.

Conforme disposto na Cláusula 32.^a do Aditamento, o ML tem direito, a título de Remuneração Autónoma, ao reembolso dos encargos com benefícios pós-emprego.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2025. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do período em que são pagos.

4.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo ML. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;

- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O sistema tarifário em vigor na AML encontra-se definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações financeiras devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a imparidades e provisões não aceites fiscalmente, não sendo reconhecidos por não existir segurança razoável de que serão gerados lucros futuros.

Os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida, não sendo reconhecidos por não haver expectativa que venha a ser gerado um exfluxo de recursos, em resultado do efeito fiscal relacionado com os subsídios ao investimento.

4.19. CLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.20. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média 2025	Cotação final 31-dez-2025	Cotação média 2024	Cotação final 31-dez-2024
Estados Unidos da América	USD	1,13	1,18	1,08	1,04
Reino Unido	GBP	0,86	0,87	0,85	0,83

Fonte: Banco de Portugal

4.21. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.22. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Empresa é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas estrangeiras.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por este concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” da Empresa são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e os eventuais financiamentos obtidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

4.23. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- a) Registo dos ativos concessionados;
- b) Apuramento da Remuneração Autónoma e COSP previstas no Aditamento;
- c) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- d) Perdas por imparidade de contas a receber e de inventários;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário;
- f) Reconhecimento de provisões – análise das obrigações que resultem de acontecimentos passados e determinação da probabilidade e montante do exfluxo financeiro necessário para o respetivo pagamento;
- g) Recuperabilidade dos investimentos em ILD.

4.24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2025	31-dez-2024
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.447.853.272	3.447.864.385
Propriedades de investimento	5.2	1.804.209	1.804.209
Ativos intangíveis	5.3	7.955.924	7.955.924
Outros ativos financeiros	5.4	-	2.770.384
Conta a receber do Estado	5.5	3.313.090.001	3.275.964.191
Subsídios	5.6	(1.249.372.048)	(1.240.189.883)
		5.521.331.357	5.496.169.211
Total do ativo		5.521.331.357	5.496.169.211
Passivo não corrente			
Provisões	5.7	-	3.782.500
Financiamentos obtidos	5.8	458.457.643	914.839.309
Outros passivos financeiros	5.4	-	3.501.878
		458.457.643	922.123.686
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	5.8	1.674.262.889	1.327.881.223
Fornecedores	5.9	-	440.455
Outras dívidas a pagar	5.10	51.443.735	163.393.088
		1.725.706.624	1.491.714.765
Total do passivo		2.184.164.267	2.413.838.451
Total ILD líquido		3.337.167.090	3.082.330.759

Com a entrada em vigor do Aditamento, as despesas e encargos com o investimento em Infraestruturas Ferroviárias passaram a ser registadas de acordo com a política contabilística definida para os ‘Ativos concessionados’ (Nota 4.2).

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2025						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	14 311 055	2 678 500 938	473 838 439	261 319 983	20 585 822	3 448 556 237
Aquisições	-	836 406	624 073	68 481 654	-	69 942 132
Transferências	-	448 044	-	(448 044)	(2 469 997)	(2 469 997)
Abates	-	-	(11 113)	-	-	(11 113)
Transferência Remuneração Autônoma	-	(836 406)	(624 073)	(68 481 654)	2 469 997	(67 472 136)
Saldo final	14 311 055	2 678 948 982	473 827 325	260 871 939	20 585 822	3 448 545 123
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	691 852	-	-	-	691 852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	691 852	-	-	-	691 852
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	14 311 055	2 678 257 130	473 827 325	260 871 939	20 585 822	3 447 853 272

31 de dezembro de 2024						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 677 389 944	470 214 028	184 888 125	10 312 594	3 356 315 746
Aquisições	800 000	334 367	1 703 071	79 171 266	11 358 251	93 366 955
Transferências	-	776 627	1 927 025	(2 739 408)	(1 085 023)	(1 120 780)
Abates	-	-	(5 685)	-	-	(5 685)
Saldo final	14 311 055	2 678 500 938	473 838 439	261 319 983	20 585 822	3 448 556 237
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	694 852	-	-	-	694 852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(3 000)	-	-	-	(3 000)
Saldo final	-	691 852	-	-	-	691 852
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	14 311 055	2 677 809 086	473 838 439	261 319 983	20 585 822	3 447 864 385

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 68.481.654 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular (50.375.471 euros) e ao prolongamento de São Sebastião a Alcântara (10.425.296 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 2.469.997 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular (2.295.341 euros).

De acordo com as Cláusulas 11.^a e 32.^a do Aditamento, o ML tem direito, a título de Remuneração Autônoma, ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, tendo dos movimentos apresentados, acrescido do montante de 73.168 euros evidenciado na Nota 5.3, resultado um ativo financeiro no valor de 67.472.136 euros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 6.513.282 euros e 6.550.656 euros, respetivamente.

5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça Marechal Humberto Delgado	1.804.209	-	-	1.804.209	7.499.037	1.804.209	-	-	1.804.209	7.646.660
	1.804.209			1.804.209	7.499.037	1.804.209			1.804.209	7.646.660

5.3. ATIVO INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2025			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924
Aquisições	-	-	73 168	73 168
Transferência Remuneração Autônoma	-	-	(73 168)	(73 168)
Saldo final	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924
Total do ativo intangível (ILD)	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924

	31 de dezembro de 2024			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	566 178	7 724 548
Aquisições	-	-	231 376	231 376
Saldo final	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924
Total do ativo intangível (ILD)	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924

De acordo com as Cláusulas 11.^a e 32.^a do Aditamento, o ML tem direito, a título de Remuneração Autônoma, ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, tendo dos movimentos apresentados resultado um ativo financeiro no valor de 73.168 euros.

5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade ⁽¹⁾	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2025	31-dez-2024
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	24/07/2025	100.000.000	100.000.000	-	2.770.384
					-	2.770.384

Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade ⁽¹⁾	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2025	31-dez-2024
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	05/09/2025	100.000.000	100.000.000	-	1.751.955
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	05/09/2025	30.000.000	30.000.000	-	1.749.922
					-	3.501.878

⁽¹⁾ No decorrer do ano de 2025, o IGCP E.P.E., em nome do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., negociou o encerramento de todas as transações que compunham a carteira de derivados do ML, pelo que a maturidade respeita à data de cancelamento de cada derivado, referenciada no Acordo de Confirmação ("Confirmation") respetivo.

5.5. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301
Juros, taxa de aval e imposto do selo	2.999.231.768	2.957.591.965
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150
Instrumentos financeiros derivados	-	731.493
Fornecimentos e serviços externos	2.563.836	2.563.836
Provisões	4.312.309	8.094.809
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	691.852	691.852
Alienação terreno	(3.495.216)	(3.495.216)
	3.313.090.001	3.275.964.191

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com ILD que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD seguindo o princípio descrito na Nota 4.3. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

Juros, taxa de aval e imposto do selo

Não obstante a entrada em vigor do Aditamento e o modelo de financiamento nele definido, nomeadamente no que diz respeito ao reembolso do serviço da dívida através de Remuneração Autónoma, constata-se que os juros dos empréstimos obrigacionistas que se venceram em 2025 foram ainda assumidos pelo Acionista por via de dotação de capital, tendo sido registados de acordo com a política contabilística que vinha sendo adotada para os ILD até 31 de dezembro de 2024.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação de terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.6. SUBSÍDIOS

	31-dez-2025	31-dez-2024
Fundo Coesão / PACS	(533.866.986)	(505.634.485)
FEDER	(229.464.397)	(229.464.397)
PIDDAC	(187.039.717)	(187.039.717)
Fundo Ambiental	(94.227.161)	(96.186.968)
PRR	-	(17.298.920)
Subsídios diversos	(204.773.788)	(204.565.396)
	(1.249.372.048)	(1.240.189.883)

5.7. PROVISÕES

31 de dezembro de 2025					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Reclassificação Aditamento
Processos judiciais em curso	3.782.500	-	-	-	(3.782.500)
	3.782.500	-	-	-	(3.782.500)

31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	5.062.500	70.000	(1.350.000)	-	3.782.500
	5.062.500	70.000	(1.350.000)	-	3.782.500

Com a entrada em vigor do Aditamento e a respetiva assunção de dívida por parte do Concedente prevista na Cláusula 32.^a, o saldo desta sub-rubrica foi reclassificado para a rubrica “Provisões” (Nota 18).

5.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	-	-	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
			400.000.000	400.000.000	800.000.000		110.000.000	800.000.000	910.000.000
Empréstimos bancários:									
Emp. LP 613,9 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244
Emp. LP 32,6 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	17.158.204	17.158.204	-	17.158.204	17.158.204	17.158.204	-	17.158.204
Emp. LP 421,97 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	262.008.399	262.008.399	-	262.008.399	262.008.399	262.008.399	-	262.008.399
Emp. LP 131,88 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	108.328.053	108.328.053	-	108.328.053	108.328.053	90.273.377	18.054.676	108.328.053
Emp. LP 154,51 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	137.118.041	114.265.034	22.853.007	137.118.041	137.118.041	91.412.027	45.706.014	137.118.041
Emp. LP 100,86 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	71.615.776	47.743.850	23.871.925	71.615.776	71.615.776	35.807.888	35.807.888	71.615.776
Emp. LP 35,19 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	16.198.725	8.099.363	8.099.363	16.198.725	16.198.725	5.399.575	10.799.150	16.198.725
Suprimentos 9,02 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	3.346.911	1.115.637	2.231.274	3.346.911	3.346.911	557.819	2.789.093	3.346.911
Suprimentos 1,68 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	1.682.489	280.415	1.402.074	1.682.489	1.682.489	-	1.682.489	1.682.489
			1.274.262.889	58.457.643	1.332.720.531		1.217.881.223	114.839.309	1.332.720.531
Total de empréstimos obtidos			1.674.262.889	458.457.643	2.132.720.531		1.327.881.223	914.839.309	2.242.720.531

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), anteriormente designada Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de cinco anos, amortizável em oito prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de cinco anos, amortizável em oito prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2023.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um financiamento no montante de 35.197.631 euros, dos quais 16.198.725 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2024.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 9.024.285 euros, dos quais 3.346.911 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2025.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTf, um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 1.682.489 euros, associado a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2026.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a ETF, anteriormente designada DGTf, acima enunciados,

sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada ao abrigo do Despacho n.º 452/2026 da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, de 25 de maio de 2026, com diferimento para até 30 de maio de 2027.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2027	438.326.990
2028	15.473.983
2029	3.538.021
2030 e seguintes	1.118.648
	458.457.643

Em 31 de dezembro de 2025, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em dívida a 31-12-2025 (€)	DATA VENCIMENTO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS / IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 . JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027. BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	800.000.000									

5.9. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores, em 31/12/2024, era essencialmente compostapor dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

Com a entrada em vigor do Aditamento e a respetiva assunção de dívida por parte do Concedente prevista na Cláusula 32.^a, o saldo desta sub-rubrica foi reclassificado para a rubrica “Outras dívidas a pagar” (Nota 22).

5.10. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte.

Com a entrada em vigor do Aditamento e a respetiva assunção de dívida por parte do Concedente prevista na Cláusula 32.^a, o saldo desta sub-rubrica foi reclassificado para a rubrica “Outras dívidas a pagar” (Nota 22), com exceção dos encargos com os financiamentos contraídos junto do Acionista Estado.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2025								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 232 091	541 610 136	129 208	24 130 550	4 383 122	32 955 775	6 313 349	847 721 416
Aquisições	-	15 440	1 093 246	-	797 779	109 490	27 512 192	6 700 000	36 228 147
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	17 886 576	-	(774)	-	-	(1 502 352)	16 383 450
Abates	-	-	(285 065)	-	(79 854)	(23 613)	-	-	(388 531)
Transferência Remuneração Autônoma	-	(15 440)	(1 093 246)	-	(794 377)	(109 490)	(27 512 192)	(5 197 648)	(34 722 392)
Saldo final	20 967 185	217 232 091	559 211 648	129 208	24 053 325	4 359 509	32 955 775	6 313 349	865 222 090
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(209 848 296)	(493 924 149)	(129 208)	(22 963 021)	(3 516 493)	-	-	(730 381 167)
Depreciações do período	-	(333 888)	(16 780 976)	-	(438 943)	(56 229)	-	-	(17 610 036)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	157 010	-	79 662	23 547	-	-	260 218
Saldo final	-	(210 182 184)	(510 548 115)	(129 208)	(23 322 302)	(3 549 175)	-	-	(747 730 984)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação Aditamento	(20 967 185)	(6 790 821)	(48 662 475)	-	(724 792)	(253 353)	(32 955 775)	(6 313 349)	(116 667 750)
	-	259 086	1 058	-	6 230	556 981	-	-	823 356

	31 de dezembro de 2024								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 176 309	522 780 485	129 208	23 603 175	4 321 004	28 977 198	3 514 443	821 469 007
Aquisições	-	20 025	1 176 622	-	611 671	64 623	6 228 853	2 929 665	11 031 459
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	35 757	19 194 721	-	500	-	(2 250 276)	(130 759)	16 849 942
Abates	-	-	(1 541 691)	-	(84 795)	(2 504)	-	-	(1 628 991)
Saldo final	20 967 185	217 232 091	541 610 136	129 208	24 130 550	4 383 122	32 955 775	6 313 349	847 721 416
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(209 513 342)	(484 834 108)	(129 208)	(22 625 633)	(3 459 499)	-	-	(720 561 789)
Depreciações do período	-	(334 954)	(10 466 309)	-	(402 868)	(59 499)	-	-	(11 263 630)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	(59)	-	-	-	(59)
Abates	-	-	1 376 268	-	65 538	2 504	-	-	1 444 311
Saldo final	-	(209 848 296)	(493 924 149)	(129 208)	(22 963 021)	(3 516 493)	-	-	(730 381 167)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	7 383 795	47 685 988	-	1 167 529	866 629	32 955 775	6 313 349	117 340 249

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 27.512.192 euros, referem-se essencialmente à aquisição de 14 Unidades Triplas (UT) da série ML20 (22.389.557 euros) e aos equipamentos de controlo e vendas de títulos das novas estações do empreendimento da Linha Circular (1.194.251 euros).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 6.700.000 euros, referem-se à aquisição de 24 Unidades Triplas (UT) da série ML24.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Equipamento básico”, no montante de 17.886.576 euros, refletem essencialmente a operação de reconhecimento de 19 UT da série ML99 no ativo fixo tangível do ML (17.885.802 euros), na sequência da transferência definitiva para a sua propriedade e através da transferência do montante que já estava reconhecido como investimento financeiro no TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.

De acordo com as Cláusulas 11.^a e 32.^a do Aditamento, o ML tem direito, a título de Remuneração Autônoma, ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, tendo dos movimentos apresentados, acrescido do montante de 251.250 euros evidenciado na Nota 8, resultado um ativo financeiro no valor de 34.722.392 euros.

Adicionalmente, e de acordo com o mesmo Aditamento, uma vez que o ML não será reembolsado diretamente pelo Concedente, foi realizada a operação de reconhecimento do valor líquido dos ativos fixos tangíveis pertencentes à concessão no ativo intangível, num valor total de 116.667.750 euros, onde se encontram incluídos 22.627 euros evidenciados na Nota 7 e 134.000 euros na Nota 8.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 150.762 euros e 120.883 euros, respetivamente.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis para arrendamento	22.243.218	11.755.917	30.474	10.456.827	14.616.080	22.134.855	11.312.982	38.005	10.783.868	12.650.163
Praça Marechal Humberto Delgado	22.309.373	18.732.606	-	3.576.767	92.726.963	22.309.373	18.719.159	-	3.590.214	94.552.340
	44.552.592	30.488.524	30.474	14.033.594	107.343.043	44.444.229	30.032.142	38.005	14.374.082	107.202.503

Os imóveis para arrendamento detidos pela Empresa referem-se a um edifício administrativo e 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis para arrendamento	836 088	203 704	442 935	189 449	498 584	168 389	442 742	(112 547)
Praça Marechal Humberto Delgado	-	250 545	13 447	(263 992)	-	242 909	13 447	(256 356)
	836 088	454 249	456 382	(74 543)	498 584	411 298	456 189	(368 903)

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos concessionados	Ativos intangíveis em curso	Total	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo							
Saldo inicial	5 361 877	-	134 000	5 495 877	5 039 622	-	5 039 622
Aquisições	127 242	-	251 250	378 492	322 755	134 000	456 755
Transferências	-	-	-	-	(500)	-	(500)
Transferência Remuneração Autónoma	(127 242)	-	(251 250)	(378 492)	-	-	-
Saldo final	5 361 877	-	134 000	5 495 877	5 361 877	134 000	5 495 877
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	(3 586 318)	-	-	(3 586 318)	(2 702 501)	-	(2 702 501)
Amortizações do período	(714 944)	-	-	(714 944)	(883 876)	-	(883 876)
Transferências	-	-	-	-	59	-	59
Saldo final	(4 301 262)	-	-	(4 301 262)	(3 586 318)	-	(3 586 318)
Perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação Aditamento	-	116 667 750	-	116 667 750	-	-	-
	1 060 615	116 667 750	134 000	117 862 365	1 775 559	134 000	1 909 559

Conforme referido na Nota 6, e de acordo com o Aditamento, encontram-se reconhecidos os ativos afetos à concessão e não reembolsados diretamente pelo Concedente, no valor de 116.667.750 euros.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2025						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Subsidiárias						
Ferconsult	560.010	1.838.610	(1.278.599)	(126.611)	100%	– (a)
Metrocom	4.390.982	710.252	3.680.730	137.525	100%	3.680.730
TREM	33.322	49.735.258	(49.701.936)	(4.215)	90%	298.064 (b)
TREM II	48.147	105.290.615	(105.242.468)	(4.815)	90%	21.424.199 (c)
Associadas						
Publimetro	3.747.708	3.628.848	118.860	(61.452)	40%	47.544
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	141.587	155.000	(13.414)	(13.414)	5%	– (a)
						25.450.536

31 de dezembro de 2024						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Subsidiárias						
Ferconsult	547.712	1.699.700	(1.151.989)	(27.881)	100%	–
Metrocom	4.166.925	623.720	3.543.205	88.306	100%	3.543.205
TREM	34.539	49.732.260	(49.697.721)	(4.219)	90%	302.279
TREM II	51.855	105.289.508	(105.237.653)	(4.819)	90%	46.058.643
Associadas						
Publimetro	3.258.226	3.087.090	171.136	147.718	40%	68.454
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	141.254	154.725	(13.471)	(13.471)	5%	–
						49.972.581

Notas:

- (a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.
- (b) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 50 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM, da última prestação do contrato de mútuo celebrado pelo ACE com uma entidade bancária.
- (c) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 105,6 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM II, da última prestação do contrato de mútuo celebrado pelo ACE com uma entidade bancária, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM II com as políticas contabilísticas do Grupo, nomeadamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2025	31-dez-2024
Bank of America Leasing & Capital, LCC – Colateral		
Saldo inicial	22.805.365	23.128.595
Desembolso	(2.990.815)	(2.901.156)
Variação justo valor	761.032	1.218.778
Diferenças cambiais	(2.499.962)	1.359.148
Saldo final	18.075.621	22.805.365
Wilmington Trust – Colateral		
Saldo inicial	22.767.914	21.115.565
Desembolso	(21.881.208)	-
Variação justo valor	-	308.872
Diferenças cambiais	(886.706)	1.343.478
Saldo final	-	22.767.914
Investimentos noutras empresas		
Saldo inicial	-	-
Participação de capital CCF	2.000.000	2.000.000
Perdas por imparidade	(2.000.000)	(2.000.000)
Saldo final	-	-
Fundo Compensação Trabalho		
Saldo inicial	117.032	125.707
Aumentos	3.535	(8.674)
Variação justo valor	-	-
Saldo final	120.567	117.032
Total	18.196.187	45.690.311

Em resultado das descidas do *rating* atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.

O depósito colateral Wilmington Trust tinha como objetivo garantir o cumprimento das obrigações financeiras da Empresa no âmbito da operação *US Cross Border Lease* (USCBL). O termo desta operação ocorreu em 15 de dezembro de 2024, com a formalização da transferência definitiva da propriedade de 18 carruagens (Unidades Triplas) para o ML. Findas as obrigações inerentes à operação USCBL, foi efetuado o pedido de reembolso do colateral Wilmington Trust, tendo o respetivo reembolso sido creditado em 27 de março de 2025, no montante de 21,9 milhões de euros (23,7 milhões de dólares).

11. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	8.623.801	(945.648)	7.678.153	8.576.355	-	8.576.355
Ferramentas	43.765	(2.817)	40.948	37.013	-	37.013
Produtos de limpeza	115.352	(1.226)	114.125	111.429	-	111.429
Material de escritório	57.154	(15.611)	41.543	64.928	-	64.928
Combustíveis	30.064	(610)	29.455	34.057	-	34.057
Títulos transporte	430.276	-	430.276	421.307	-	421.307
Outros materiais	571.181	(6.390)	564.792	719.704	-	719.704
Artigos promocionais/publicações	39.841	(2.761)	37.080	33.874	-	33.874
	9.911.435	(975.063)	8.936.372	9.998.665	-	9.998.665
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
	2025	2024		2025	2024	
Saldo inicial	9.998.665	10.381.802		9.998.665	10.381.802	
Compras	4.130.490	3.185.058		4.130.490	3.185.058	
Regularizações	(587.714)	(471.094)		(587.714)	(471.094)	
Saldo final	9.911.435	9.998.665		9.911.435	9.998.665	
	3.630.006	3.097.100		3.630.006	3.097.100	

12. CLIENTES

	31-dez-2025	31-dez-2024
Publimetro	529.742	349.669
Ar Telecom	-	463.383
Associação de Turismo de Lisboa	-	289.522
Outros	198.208	227.009
	727.950	1.329.583
Perdas por imparidade	(128.028)	(628.112)
	599.922	701.471

Perdas por imparidade clientes	31-dez-2025	31-dez-2024
Saldo inicial	(628.112)	(766.172)
Aumentos	(42)	(12.337)
Reversões	13.692	47.954
Utilizações	486.434	102.443
Saldo final	(128.028)	(628.112)

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	605.465	-	573.794	125
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	10.046	1.122.489	12.855	1.243.660
Imposto sobre o valor acrescentado	4.756.988	-	2.717.368	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.809.429	-	1.873.362
Outros impostos	-	498.904	-	498.904
	5.372.498	3.430.822	3.304.017	3.616.051

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2025	31-dez-2024
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	105.555.556	105.555.556
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	50.000.000	50.000.000
Remuneração Autónoma	49.501.753	-
COSP concessão	18.202.492	2.289.858
Acréscimo de rendimentos	8.838.458	10.784.496
Receitas de tráfego	2.393.637	2.196.194
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	961.038	961.038
Pessoal	210.044	205.812
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	334.622	333.296
Outros	1.988.886	2.070.127
	237.986.487	174.396.376
Perdas por imparidade	(156.582.672)	(156.578.438)
	81.403.815	17.817.939

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2025	31-dez-2024
Saldo inicial	(156.578.438)	(156.574.100)
Aumentos	(5.128)	(5.333)
Reversões	894	995
Utilizações	-	-
Saldo final	(156.582.672)	(156.578.438)

O saldo constante na sub-rubrica “Remuneração Autónoma” corresponde às despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente (vide Nota 4.2) que ainda não foram objeto de reembolso e que se detalham da seguinte forma:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Investimento não participado	26.730.921	-
Benefícios Pós-Emprego	13.572.400	-
Provisões	5.080.000	-
Juros / Taxa de aval	4.353.147	-
PRR – Restituição	3.167.301	-
Protocolo MLS / LIOS	(527.316)	-
Instrumentos financeiros derivados	(2.874.700)	-
	49.501.753	-

O saldo constante na sub-rubrica “COSP Concessão” corresponde aos montantes remanescentes de 2024 (2.289.858 euros) e 2025 (15.912.634 euros), cujo recebimento aguarda a respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

15. DIFERIMENTOS ATIVOS

	31-dez-2025	31-dez-2024
<u>Trabalhos por conta de terceiros</u>	<u>22.529.809</u>	<u>29.686.055</u>
Transtejo	22.529.809	22.529.809
Infraestruturas de Portugal	-	7.156.247
<u>Outros</u>	<u>97.991</u>	<u>936.404</u>
	22.627.799	30.622.459
Perdas por imparidade	-	(701.169)
	22.627.799	29.921.290

A sub-rubrica “Trabalhos por conta de terceiros” inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- Transtejo: Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada;
- Infraestruturas de Portugal: Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré. No exercício de 2025 foi finalmente possível chegar a um entendimento com a Infraestruturas de Portugal, tendo sido celebrado um Aditamento ao referido Protocolo que teve por objeto o acerto final de contas e a regularização dos montantes que ainda se encontravam pendentes.

16. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2025	31-dez-2024
Caixa	11.766	14.059
Depósitos à ordem	8.700.312	20.939.248
Depósitos a prazo	132.000.000	117.700.000
Caixa e depósitos bancários	140.712.078	138.653.307

Em 31 de dezembro de 2025, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 8 do art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria do ML no montante de cerca de 132 milhões de euros, com maturidade a 2 de janeiro de 2026.

Os montantes evidenciados encontram-se disponíveis para uso.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2025 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 4.429.928.143 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 153.470.000 euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, o resultado líquido negativo do exercício de 2024, no montante de 19.841.310,63 euros, foi transferido para a rubrica 'Resultados transitados'.

A variação registada na rubrica "Ajustamentos/outras variações no capital próprio" deve-se fundamentalmente a: (i) desreconhecimento de 19.439.415 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Modernização dos Sistemas de Sinalização — 1.ª Fase», o qual foi posteriormente subsidiado pelo PACS; (ii) perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20); e (iii) imputação de subsídios ao investimento (Nota 30).

18. PROVISÕES

31 de dezembro de 2025						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Reclassificação Aditamento	Saldo final
Processos judiciais em curso	3.174.103	3.531.330	(235.667)	(153.473)	3.782.500	10.098.793
Cobertura de prejuízos						
Ferconsult	1.151.989	126.611	-	-	-	1.278.599
Ensitrans	674	671	-	(674)	-	671
Outras provisões	561.433	34.552	-	-	-	595.985
	4.888.198	3.693.164	(235.667)	(154.147)	3.782.500	11.974.048

31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	2.644.241	573.095	(38.796)	(4.437)	3.174.103
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1.124.108	27.881	-	-	1.151.989
Ensitrans	670	674	-	(670)	674
Outras provisões	503.482	57.951	-	-	561.433
	4.272.501	659.600	(38.796)	(5.107)	4.888.198

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários:									
Emp. LP 613,9 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	105.974.436	52.987.218	-	52.987.218	105.974.436	52.987.218	-	52.987.218
Emp. LP 648,6 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	410.833.969	308.125.476	-	308.125.476	410.833.969	308.125.476	-	308.125.476
Emp. LP 412,9 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	129.885.756	129.885.756	-	129.885.756	129.885.756	129.885.756	-	129.885.756
Emp. LP 32,6 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	15.426.066	15.426.066	-	15.426.066	15.426.066	15.426.066	-	15.426.066
Emp. LP 421,97 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	159.965.533	159.965.533	-	159.965.533	159.965.533	159.965.533	-	159.965.533
Emp. LP 131,88 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	23.556.727	23.556.727	-	23.556.727	23.556.727	19.630.606	3.926.121	23.556.727
Emp. LP 154,51 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	17.395.008	14.495.840	2.899.168	17.395.008	17.395.008	11.596.672	5.798.336	17.395.008
Emp. LP 100,86 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	29.239.923	19.493.282	9.746.641	29.239.923	29.239.923	14.619.962	14.619.962	29.239.923
Emp. LP 35,19 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	18.998.906	9.499.453	9.499.453	18.998.906	18.998.906	6.332.969	12.665.937	18.998.906
Suprimentos 49,3 M EUR	ETF – Ex-DGTF	49.300.000	49.300.000	-	49.300.000	49.300.000	49.300.000	-	49.300.000
Suprimentos 18,33 M EUR	ETF – Ex-DGTF	18.331.823	18.331.823	-	18.331.823	18.331.823	18.331.823	-	18.331.823
Suprimentos 9,02 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	5.677.374	1.892.458	3.784.916	5.677.374	5.677.374	946.229	4.731.145	5.677.374
Suprimentos 1,3 M EUR	ETF (parte) – Ex-DGTF	1.300.000	216.667	1.083.333	1.300.000	-	-	1.300.000	1.300.000
Suprimentos 24 UT 4,57 M EUR	ETF – Ex-DGTF	4.537.620	-	4.537.620	4.537.620	-	-	4.537.620	4.537.620
Total de empréstimos obtidos			803.176.300	31.551.131	834.727.431		787.148.310	47.579.121	834.727.431

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, suprimentos no montante de 49.300.000 euros para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, designadamente as despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de um ano, “bullet”, tendo-se vencido em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um suprimento no montante de 18.331.823 euros para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, designadamente as despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de um ano, “bullet”, tendo-se vencido em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 1.300.000 euros para cobrir despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2026.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um suprimento no montante de 4.537.620 euros para cobrir os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato de aquisição de 24 UT, com direito de opção de aquisição de até 12 UT adicionais. As condições do empréstimo, sob a forma de suprimento, preveem um montante de até 101.868.000 euros, a ser transferido através de diversas tranches, entre 2024 e 2027, com a opção de modalidade de pagamento “bullet”.

As restantes informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a ETF, anteriormente designada DGTF, encontram-se divulgadas na Nota 5.8.

O Conselho de Administração entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2027	12.101.869
2028	9.202.700
2029 e seguintes	10.246.562
	31.551.131

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 4.16, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de

sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2025, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 842 e 1.225, respetivamente (880 e 1.232 em 31 de dezembro de 2024).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas com base no tempo de serviço e no salário pensionável (última remuneração mensal auferida pelo trabalhador).

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Trabalhadores ativos	141.001.875	133.628.963
Reformados	143.377.991	146.270.666
	284.379.866	279.899.630

O aumento verificado no total das Responsabilidades deve-se ao incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano, e ao aumento do pressuposto da taxa de crescimento de salários e pensões considerado, apesar de atenuado pelo aumento da taxa de desconto.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2025 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV88/90
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	4,00%	3,40%
Taxa de Crescimento Salarial	3,50%	3,00%
Taxa de desconto	4,00%	3,40%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Responsabilidades totais no início do período	279.899.630	266.801.355
Custos dos serviços correntes	4.206.595	4.153.546
Custo dos juros	9.365.805	7.873.143
Benefícios pagos no exercício	(13.076.139)	(12.880.077)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	3.983.975	13.951.664
Reponsabilidades totais no fim do período	284.379.866	279.899.630

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2025, nos montantes de 4.206.595 euros e 4.153.546 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	(62.564.628)	(48.612.964)
Ganho atuarial	-	-
Perda atuarial	(3.983.975)	(13.951.664)
Saldo final	(66.548.603)	(62.564.628)

Em 31 de dezembro de 2025, a perda atuarial resultou essencialmente do incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano, bem como do aumento da taxa de crescimento salarial e de pensões, apesar de atenuado pelo aumento da taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

21. FORNECEDORES

	31-dez-2025	31-dez-2024
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	1.759.490	236.840
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	1.588.339	1.250.594
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	329.703	391.221
DST/DTE/CARI/EFACEC - Arroios, A.C.E.	138.227	-
Schmitt - Elevadores, Lda.	128.443	-
Knorr-Bremse España, S.A.	96.565	-
Leasys Mobility Portugal, S.A.	67.037	(611)
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	56.956	102.278
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	48.287	41.817
Socomec Ibérica S.A. - Sucursal	45.579	-
Epal - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	35.730	38.310
LRQA Inspection Iberia, S.A.	26.750	-
André, Miranda e Associados - Sociedade de Advogados, S.P., R.L.	21.966	-
Trablisa Esegur - Serviços de Segurança, S.A.	20.719	6.856
SAMSIC Portugal - Facility Services, S.A.	4.534	85.231
Dellner Italy, S.R.L.	-	52.647
Transportes Rodrigues & Lourenço, Lda.	-	49.109
VERVOER - Consulting and Trading, Lda.	-	28.410
Maxiglobal - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.	-	27.614
Consulgal Tecnoplano, A.C.E.	-	24.486
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(39.660)	32.137
Outros	261.331	187.571
	4.589.996	2.554.510

22. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-dez-2025	31-dez-2024
Subsídios - Fundo Ambiental	76.668.689	26.862.157
Subsídios - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	75.315.781	2.357.446
Acréscimo de gastos - Juros a liquidar	34.719.464	31.559.234
Acréscimo de gastos - Remunerações a liquidar	14.807.346	14.469.228
Fornecedores de investimentos	6.945.603	5.057.608
Títulos de transporte	1.855.986	3.309.907
Outros	4.494.995	6.677.311
	214.807.863	90.292.891

Na sequência do despacho da Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, de 20 de março de 2026, o ML foi notificado para proceder à restituição dos montantes subsidiados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no valor total de 75.315.781 euros, do qual 42.377.863 euros relativos ao Investimento C15-i01 – “Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara” e 32.937.918 euros relativos ao Investimento C15-i03 – “Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures”.

23. DIFERIMENTOS PASSIVOS

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos a reconhecer – Indemnizações Compensatórias	1.903.548	3.561.855
Rendimentos a reconhecer – Protocolos	2.196.367	2.392.231
Rendimentos a reconhecer – Rendas	124.712	34.712
	4.224.627	5.988.798

24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2025	2024
Vendas	28.513	11.924
Prestação de serviços		
Bilhetes	45.557.553	48.392.867
Passes	37.166.429	39.516.968
Compensação tarifária AML	40.688.481	36.525.636
Cartões	2.460.538	2.942.592
Espaços comerciais	1.910.826	1.852.456
Exploração publicidade	1.761.971	1.598.028
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	-	433.099
Personalização Lisboa Viva	189.446	262.904
Outros	601.860	720.076
	130.365.618	132.256.549

25. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO (IFRIC12)

	2025	2024
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	102 646 188	-
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	(102 646 188)	-
	-	-

Conforme descrito na Nota 4.2, os rendimentos de construção e os gastos associados são evidenciados na demonstração dos resultados do período, atendendo ao disposto na IFRIC 12. Desta forma, o rendimento resultante de serviços de construção refere-se ao aumento do investimento bruto em bens afetos à concessão registado como um ativo financeiro, o qual foi reconhecido sem margem, tendo em conta que o Estado irá cobrir a totalidade das despesas e encargos incorridos em seu nome.

26. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2025	2024
COSP Concessão	26.021.256	6.161.922
Remuneração Autônoma	15.651.132	-
Benefícios Pós-Emprego	13.572.400	-
Provisões	1.450.000	-
Serviço da Dívida	628.732	-
Outros subsídios à exploração	312.028	52.653
Fundo Ambiental - Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC)	312.028	-
MOBIL-T	-	43.246
AEROSOLFD	-	9.406
	41.984.416	6.214.575

A sub-rubrica “COSP Concessão” corresponde à compensação por cumprimento de obrigações de serviço público, apurada através da metodologia e fórmula de cálculo constantes no Anexo 4 do Aditamento.

A sub-rubrica “Remuneração Autônoma” corresponde às despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, nomeadamente serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego e outras que não correspondam aos custos correntes de exploração do serviço público de transporte, conforme previsto na Cláusula 32.^a do Aditamento.

27. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	2025	2024
Subsidiárias		
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	(126.611)	(27.881)
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	137.525	88.306
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(4.215)	(3.059.774)
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(6.748.642)	(7.041.856)
Associadas		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	(20.910)	59.817
Empreendimentos conjuntos		
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(671)	(674)
Outras empresas		
Transporlis	-	18.647
	(6.763.524)	(9.963.415)

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2025	2024
Eletricidade	(12.925.187)	(13.328.561)
Vigilância e segurança	(8.136.428)	(7.578.145)
Conservação e reparação	(6.953.805)	(6.090.127)
Limpeza, higiene e conforto	(5.544.993)	(5.559.070)
Trabalhos especializados	(1.459.343)	(1.204.830)
Rendas e alugueres	(547.771)	(404.707)
Outros	(5.053.689)	(4.032.999)
	(40.621.216)	(38.198.439)

29. GASTOS COM O PESSOAL

	2025	2024
Remunerações do pessoal	(71.193.827)	(69.489.325)
Encargos sobre remunerações	(16.203.451)	(15.935.299)
Benefícios pós-emprego	(13.568.226)	(12.031.351)
Seguros de saúde	(1.377.864)	(1.424.123)
Gastos de ação social	(1.324.795)	(1.329.611)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(783.173)	(1.354.853)
Remunerações dos órgãos sociais	(298.753)	(338.401)
Outros gastos com o pessoal	(453.531)	(385.076)
	(105.203.621)	(102.288.041)

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa no exercício de 2025 foi de 1.583 (1.571 em 2024). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2025 era de 1.585 (1.567 em 2024).

30. OUTROS RENDIMENTOS

	2025	2024
Rendas de imóveis	868.059	512.593
Cedência de energia	148.435	159.600
Subsídios ao investimento	135.988	135.988
Correções relativas a períodos anteriores	71.588	295.684
Impostos	68.133	-
Diferenças de câmbio favoráveis	1.438	2.702.994
Outros	250.708	197.102
	1.544.349	4.003.961

31. OUTROS GASTOS

	2025	2024
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.388.066)	(4.286)
Impostos	(643.565)	(1.098.409)
Indemnizações por danos causados	(312.028)	(5.916)
Perdas em investimentos não financeiros	(139.426)	(190.365)
Juros de mora e compensatórios	(138.969)	(6.037)
Quotizações	(115.626)	(113.428)
Correções relativas a períodos anteriores	(106.846)	(28.271)
Perdas em inventários	(81.022)	(107.906)
Outros	(99.288)	(331.804)
	(5.024.835)	(1.886.423)

A sub-rubrica “Diferenças de câmbio desfavoráveis” reflete essencialmente a desvalorização do dólar em relação ao euro, observada em 2025, repercutindo-se na valorização dos dois colaterais constituídos em moeda USD, nos termos do referido na Nota 10.

32. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

	2025	2024
Juros financiamentos obtidos	(3.160.230)	(909.000)
Comissões / Avals financiamentos obtidos	(1.835.336)	-
	(4.995.566)	(909.000)

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 20%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 21,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontrasse em curso naquela data. Desta forma, os prejuízos fiscais dedutíveis do ML são os seguintes:

	31 de dezembro de 2025			
	Saldo inicial	Aumentos	Deduções	Saldo final
Prejuízos Fiscais	162 972 274	6 970 461	(1 475 140)	168 467 594
	162 972 274	6 970 461	(1 475 140)	168 467 594

Nota: O montante inscrito na coluna 'Aumentos' inclui o prejuízo fiscal do exercício de 2024 (10.467.181 euros) deduzido do prejuízo fiscal do exercício de 2014 (3.496.720 euros), dado que este último deixou de poder ser utilizado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é a seguinte:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	(4 803 284)	(19 824 197)
Diferenças permanentes	6 770 137	9 357 016
Resultado tributável	1 966 854	(10 467 181)
Prejuízos fiscais deduzidos	(1 475 140)	-
Matéria coletável	491 713	-
Taxa nominal de imposto	20%	21%
Coleta	(98 343)	-
Derrama municipal	(29 503)	-
Tributações autónomas	(6 039)	(17 114)
Imposto sobre o rendimento	(133 885)	(17 114)
Taxa efetiva de imposto	-	-

Nota: O Imposto sobre o rendimento de 2025 difere do montante inscrito na demonstração de resultados por insuficiente estimativa, sendo que a respetiva diferença (120.313 euros) irá ser refletida nos resultados do exercício de 2026.

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2025	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2.167.447.962	-	-
Subsidiárias				
Ferconsult	334.622	-	-	-
Metrocom	-	-	1.924.488	(6.015)
TREM	-	269.490	-	-
TREM II	-	267.948	-	-
Associadas				
Publimetro	529.742	-	1.773.705	-
Empreendimentos conjuntos				
Ensitrans	12.613	-	-	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(312.946)
2024	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2.167.447.962	-	-
Subsidiárias				
Ferconsult	333.296	-	-	-
Metrocom	2.317	-	1.866.839	(7.408)
TREM	-	269.490	-	-
TREM II	-	267.948	-	-
Associadas				
Publimetro	349.669	-	1.742.609	-
Ensitrans	6.197	-	-	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(371.397)

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2025 e 2024 referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

35. GARANTIAS PRESTADAS

			31-dez-2025	31-dez-2024
Entidade	Data Início	Beneficiário	Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2º JUÍZO	7.494	7.494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4º BAIRRO FISCAL	95.482	95.482
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7.661	7.661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7.500	7.500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438.047	438.047
			556.184	556.184

36. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas ascenderam a 28.695 euros.

37. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Até à data de emissão deste relatório, não foram recebidas informações acerca de condições que existiam à data do balanço e que pudessem afetar materialmente a posição financeira e os resultados da Empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.^a Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.^a Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

5. Demonstrações Financeiras consolidadas e Anexo

Demonstrações Financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unid. monetária (Euro)			
Rubricas	Notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
ATIVO			
ivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5.521.331.357	5.496.169.211
Ativos fixos tangíveis	6	899.778	163.445.472
Ativos sob direito de uso	7	756.210	562.888
Propriedades de investimento	8	14.010.967	14.374.082
Ativos intangíveis	9	139.224.726	1.909.559
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	10	47.544	68.454
Outros ativos financeiros	11	18.255.087	23.010.746
total do ativo não corrente		5.694.525.670	5.699.540.413
ivo corrente			
Inventários	12	8.936.372	9.998.665
Clientes	13	705.127	796.366
Estado e outros entes públicos	14	5.937.746	3.880.789
Outros créditos a receber	15	104.147.898	47.486.800
Outros ativos financeiros	11	-	22.767.914
Caixa e depósitos bancários	16	144.185.368	142.172.787
total do ativo corrente		263.912.511	227.103.321
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5.521.331.357	5.496.169.211
Total do ativo afeto à operação		437.106.824	430.474.523
OTAL DO ATIVO		5.958.438.181	5.926.643.734
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
apital próprio			
Capital subscrito	17	4.429.928.143	4.276.458.143
Reservas legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(2.028.683.255)	(2.008.841.945)
Excedentes de revalorização		37.234.076	37.234.076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	(33.666.985)	(29.683.010)
		2.406.335.454	2.276.690.739
Resultado líquido do período		(4.822.245)	(19.844.593)
total do capital próprio		2.401.513.209	2.256.846.146
ssivo			
ssivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	458.457.643	922.123.686
Provisões	18	11.405.813	4.309.099
Financiamentos obtidos	19	31.551.131	47.579.121
Passivos de locação	7	451.518	336.716
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	284.379.866	279.899.630
Outros passivos financeiros	21	13.532.362	33.061.305
total do passivo não corrente		799.778.332	1.287.309.557
ssivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.725.706.624	1.491.714.765
Fornecedores	22	5.333.196	3.329.172
Estado e outros entes públicos	14	3.568.818	3.739.492
Financiamentos obtidos	19	803.176.300	787.148.310
Passivos de locação	7	310.082	229.455
Outras dívidas a pagar	23	219.051.620	96.326.837
total do passivo corrente		2.757.146.639	2.382.488.031
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2.184.164.267	2.413.838.451
Total do passivo afeto à operação		1.372.760.705	1.255.959.137
total do passivo		3.556.924.972	3.669.797.588
OTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5.958.438.181	5.926.643.734

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.^a Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.^a Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	24	131.101.362	132.970.029
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	25	102.646.188	-
Subsídios à exploração	26	41.984.416	6.214.575
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27	(21.555)	77.760
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	6.699.988	6.716.249
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(3.630.006)	(3.097.100)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	25	(102.646.188)	-
Fornecimentos e serviços externos	28	(40.695.413)	(38.337.618)
Gastos com o pessoal	20 e 29	(105.444.200)	(102.548.149)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	(975.063)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13 e 15	(291.614)	(35.306)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(3.620.215)	(622.670)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	11	-	(1.000.000)
Aumentos / reduções de justo valor	11 e 21	4.367.225	1.527.650
Outros rendimentos	30	1.700.055	4.149.110
Outros gastos	31	(5.027.275)	(1.909.763)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26.147.706	4.104.767
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 9	(25.906.738)	(23.009.774)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 9	7.531	30.488
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		248.499	(18.874.520)
Juros e gastos similares suportados	32	(5.023.434)	(927.954)
Resultado antes de impostos		(4.774.935)	(19.802.474)
Imposto sobre o rendimento do período	33	(47.310)	(42.119)
Resultado líquido do período		(4.822.245)	(19.844.593)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(4.822.245)	(19.844.593)
Interesses que não controlam		-	-
		(4.822.245)	(19.844.593)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unid. monetária (Euro)										
	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2024		3.906.805.655	21.597	1.501.878	(1.984.842.365)	37.234.076	(15.731.346)	(24.002.041)	1.920.987.453	1.920.987.453
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023					(24.002.041)			24.002.041	(0)	(0)
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais	20						(13.951.664)		(13.951.664)	(13.951.664)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					2.462				2.462	2.462
		-	-	-	(23.999.579)	-	(13.951.664)	24.002.041	(13.949.202)	(13.949.202)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024								(19.844.593)	(19.844.593)	(19.844.593)
Resultado integral					(23.999.579)		(13.951.664)	4.157.448	(33.793.795)	(33.793.795)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		369.652.488							369.652.488	369.652.488
		369.652.488	-	-	-	-	-	-	369.652.488	369.652.488
Posição em 31 de dezembro de 2024		4.276.458.143	21.597	1.501.878	(2.008.841.945)	37.234.076	(29.683.010)	(19.844.593)	2.256.846.146	2.256.846.146
Posição em 1 de janeiro de 2025		4.276.458.143	21.597	1.501.878	(2.008.841.945)	37.234.076	(29.683.010)	(19.844.593)	2.256.846.146	2.256.846.146
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024					(19.844.593)			19.844.593	(0)	(0)
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais	20						(3.983.975)		(3.983.975)	(3.983.975)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					3.283				3.283	3.283
		-	-	-	(19.841.311)	-	(3.983.975)	19.844.593	(3.980.692)	(3.980.692)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2025								(4.822.245)	(4.822.245)	(4.822.245)
Resultado integral					(19.841.311)		(3.983.975)	15.022.349	(8.802.937)	(8.802.937)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital	17	153.470.000							153.470.000	153.470.000
		153.470.000	-	-	-	-	-	-	153.470.000	153.470.000
Posição em 31 de dezembro de 2025		4.429.928.143	21.597	1.501.878	(2.028.683.255)	37.234.076	(33.666.985)	(4.822.245)	2.401.513.209	2.401.513.209

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

		Unid. monetária (Euro)	
	Notas	2025	2024
Resultado líquido do período		(4.822.245)	(19.844.593)
Outro rendimento integral do período			
Plano de benefícios definidos – perdas atuariais	20	(3.983.975)	(13.951.664)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		3.283	2.462
		(3.980.692)	(13.949.202)
Total do rendimento integral do período		(8.802.937)	(33.793.795)
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(8.802.937)	(33.793.795)
Interesses que não controlam		-	-
		(8.802.937)	(33.793.795)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		161.158.858	152.730.553
Pagamentos a fornecedores		(53.617.668)	(56.632.882)
Pagamentos ao pessoal		(101.203.318)	(98.220.424)
Caixa gerada pelas operações		6.337.872	(2.122.753)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		1.025.359	1.640.700
Outros recebimentos / pagamentos		23.764.357	(8.717.223)
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		31.127.588	(9.199.277)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	18.647
Outros ativos		12.293	44.588
Subsídios ao investimento		75.756.312	39.080.082
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(102.632.099)	(92.324.769)
Ativos intangíveis		(209.344)	(344.091)
Investimentos financeiros		-	(1.000.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		(27.072.838)	(54.525.543)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	7.520.109
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		153.470.000	369.652.488
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(110.000.000)	(300.000.000)
Juros e gastos similares		(45.512.034)	(59.569.528)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		(2.042.034)	17.603.069
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		2.012.717	(46.121.750)
Efeito das diferenças de câmbio		(135)	96
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	142.172.787	188.294.440
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	144.185.368	142.172.787

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO E PERÍODO DE RELATO

1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros no município de Lisboa e nos demais municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML), nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015, com a redação dada pelo Aditamento celebrado em 27 de março de 2024.

O ML é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano de Lisboa (“Grupo”) formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de junho de 2026, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

1.2. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 1 de julho de 1949, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e o Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L., celebraram uma escritura de concessão da instalação e exploração, em regime de exclusivo, de um sistema de transporte coletivo fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa, aprovada por Decreto do Governo, de 25 de julho de 1949. Esta concessão foi atribuída por um prazo de 75 anos, a contar da data de escritura pública, com termo a 1 de julho de 2024.

O contexto da prestação deste transporte público sofreu, ao longo do tempo, diversas alterações, entre as quais se destacam a nacionalização da empresa e a sua transformação em empresa pública, operadas, respetivamente, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, e do Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro, a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres (Lei n.º 10/90, de 17 de março) e, posteriormente, a evolução legislativa a nível europeu no setor dos transportes.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que procedeu à atualização do quadro jurídico geral da Concessão de Serviço Público atribuída ao ML, foi celebrado, entre o Estado Português (“Concedente”) e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“Concessionário”), em 23 de março de 2015, o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros (doravante designado por “Contrato de Concessão”). Da celebração do Contrato de Concessão não resultou qualquer alteração ao prazo de concessão inicialmente atribuído, no entanto, ficou prevista a possibilidade de prorrogação do mesmo, por razões de interesse público e/ou em função do tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rentabilidade da exploração, do capital investido pelo Concessionário.

Entre 2015 e 2023, o Estado Português aprovou a realização pelo ML de um conjunto de investimentos de médio-longo prazo, tendo reconhecido a existência de interesse público em cometer ao Concessionário a continuidade da execução do plano de investimentos para a consolidação da rede de Metropolitano de Lisboa, uma vez que, atendendo às especificidades da Concessão e do serviço público de transporte por metropolitano de passageiros, é do interesse público que o ML, pela experiência, *know-how* e o corpo técnico (estrutura de recursos humanos) adquiridos enquanto operador, continue a executar os investimentos previstos para os próximos anos.

Desta forma, em 27 de março de 2024, o Estado Português e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros (doravante designado “Aditamento”), estabelecendo:

- A prorrogação do prazo de concessão atribuído até 1 de julho de 2030; e
- A modificação do clausulado, no sentido da regulamentação de outras matérias carentes de atualização, designadamente no que se refere ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025. Estas normas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias (Nota 3.2), no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para a revalorização de certos ativos não correntes (propriedades de investimento) e de certos instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor. O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado dessa avaliação concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo Grupo, no exercício de 2025, foram consistentes com os aplicados pelo Grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025, da adoção das quais não resultaram impactes significativos no rendimento integral ou na posição financeira do Grupo. Na análise comparada das demonstrações financeiras com o período anterior, deverá ser tida em consideração a divulgação efetuada no ponto 3.3 do presente anexo.

3.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2862/2024	Emenda à IAS 21 Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: i) Avaliação da permutabilidade de uma moeda (alterações); ii) Determinação da taxa de câmbio em situações de impermutabilidade duradoura (alterações)	agosto 2023	1-jan-2025

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025 e não aplicadas antecipadamente

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1047/2025	IFRS 9 Instrumentos Financeiros e IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: Classificação, mensuração e divulgação de Instrumentos Financeiros (alterações)	maio 2024	1-jan-2026
Regulamento n.º 1266/2025	IFRS 9 Instrumentos Financeiros e IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis (alterações)	dezembro 2024	1-jan-2026
Regulamento n.º 1331/2025	Ciclo anual de melhorias às normas IFRS – Volume 11: i) IAS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS; ii) IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações; iii) IFRS 9 Instrumentos Financeiros ; iv) IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas; v) IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa	julho 2024	1-jan-2026
Regulamento n.º 338/2026	IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: i) Definição de uma estrutura para a Demonstração de Resultados; ii) Transparência no reporte de indicadores de desempenho e conciliação com informação financeira (alterações); iii) Requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras (alterações)	abril 2024	1-jan-2027

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026 e não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Não é expectável que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 19 Subsidiárias não Sujeitas à Prestação Pública de Informação Financeira – Divulgações: Requisitos de divulgação de subsidiárias elegíveis de aplicação da IFRS 19	maio 2024	1-jan-2027
IFRS 19 Subsidiárias não Sujeitas à Prestação Pública de Informação Financeira – Divulgações: Requisitos de divulgação de subsidiárias elegíveis de aplicação da IFRS 19 (alterações)	agosto 2025	1-jan-2027
IAS 21 Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionatária (alterações)	novembro 2025	1-jan-2027

A Administração está a avaliar o impacto da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral), pela maioria dos direitos de voto, são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2025	2024
Empresa-mãe:			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	-	-
Subsidiárias:			
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%

Notas:

(a) O TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. foi criado com o objetivo de adquirir e alugar 18 camuagens (unidades triplas) ao ML. Em 15 de dezembro de 2024, com a formalização da transferência definitiva da propriedade das 18 UT para o ML, o propósito da existência do agrupamento complementar de empresas extinguiu-se, pelo que é intenção do Conselho de Administração do TREM proceder à sua dissolução e liquidação no decorrer de 2026.

Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As entidades que se qualificam como empreendimentos conjuntos e associadas são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2025	2024
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	40,00%
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	50,00% (a)

Notas:

(a) Apesar da percentagem detida pelo Grupo ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., pelo que a sua participação é reconhecida de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3. ATIVOS CONCESSIONADOS

A entrada em vigor do Aditamento implicou a existência de um conjunto significativo de alterações no tratamento contabilístico seguido pela Empresa, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados. Dada a complexidade envolvida neste processo, o ML optou por apenas fazer refletir estes registos com efeitos a partir de 1 de janeiro 2025. No entanto, importa acrescentar que não se procedeu à reexpressão das contas de 2024 pelo facto de nesse exercício as despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente ainda não terem sido financiadas de acordo com o disposto no Aditamento.

IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviço

Aplicabilidade

Foi avaliada a aplicabilidade da IFRIC 12, tendo-se concluído que a mesma se aplica ao Aditamento assinado entre o ML e o Estado Português, tanto quanto: (i) às infraestruturas a construir após a entrada em vigor do Aditamento, uma vez que será o ML a construir ou a adquirir a um terceiro a construção das mesmas (independentemente de ser obrigação do Concedente reembolsar o ML por todas as despesas incorridas com estas operações no montante exato do seu custo); como (ii) relativamente às infraestruturas já existentes à data do Aditamento, uma vez que é dado acesso pelo Concedente ao ML para efeitos do acordo de prestação de serviços.

Despesas e encargos assumidos após a entrada em vigor do Aditamento

De acordo com as Cláusulas 11.^a e 32.^a do Aditamento, o ML tem direito ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, designadamente com o investimento em Infraestruturas Ferroviárias e Material Circulante, garantindo o Concedente (Estado) o reembolso das despesas e encargos com estas operações no montante exato do seu custo (a título de Remuneração Autónoma). Desta forma, é reconhecido um ativo financeiro relativamente à contabilização dos serviços de construção, sempre que os mesmos ocorram, na medida em que o Concessionário tem um direito contratual incondicional de receber uma quantia de dinheiro específica e determinável da parte do Concedente, não dispondo este último de poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser legalmente vinculativo.

No momento do recebimento da Remuneração Autónoma referente aos custos a incorrer com o investimento e financiamento de Infraestruturas Ferroviárias, a Empresa reconhece a entrada de dinheiro, por contrapartida de uma conta de adiantamento do Estado no passivo (passivo financeiro).

Na medida em que a Empresa incorra nas despesas e encargos assumidos com fornecedores em nome do Estado referentes a Infraestruturas Ferroviárias e outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante), a Empresa reconhece uma conta a pagar ao fornecedor por contrapartida dos gastos com o serviço de construção e um ativo financeiro (dedução ao passivo financeiro caso tenha existido adiantamento) por conta de um rendimento com o serviço de construção. Tendo em conta que o Estado irá cobrir a totalidade das despesas e encargos incorridos em seu nome, é expectável que os gastos e os rendimentos com o serviço de construção sejam de igual montante.

Este entendimento aplica-se também aos encargos incorridos com grandes reparações, na medida em que a IFRIC 12 prevê a possibilidade de que as obrigações de manutenção sejam consideradas como uma atividade geradora de receita, em particular, no caso do modelo do ativo financeiro. Neste caso, e se o Concedente reembolsar o Concessionário pelas despesas de manutenção, o Concessionário não deverá reconhecer uma obrigação no seu Balanço, mas sim, reconhecer um rendimento e um gasto quando essa despesa é incorrida. Ora, de acordo com o Aditamento, as despesas incorridas com grandes reparações, quer com Infraestruturas Ferroviárias, quer com outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante), serão reembolsadas pelo Concedente (Estado) através da Remuneração Autónoma.

No caso das despesas e encargos assumidos com a manutenção corrente das Infraestruturas Ferroviárias e dos outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante), os mesmos são reconhecidos como gastos, no momento em que são incorridos.

Despesas e encargos assumidos antes da entrada em vigor do Aditamento – Infraestruturas Ferroviárias

Relativamente às despesas e encargos incorridos pela Empresa em nome do Concedente (Estado) com a construção, instalação e renovação das Infraestruturas Ferroviárias até à data de entrada em vigor do Aditamento, tal como previsto no n.º 3 da Cláusula 11.ª, desde que as mesmas tenham sido previamente autorizadas por este, o Estado assume igualmente o reembolso das mesmas, em montante a apurar. Uma vez que o ML recebeu em exercícios anteriores financiamentos/subsídios para a aquisição daqueles ativos, o montante que venha a ser apurado será líquido dos mesmos e reconhecido no Balanço como um ativo financeiro.

Despesas e encargos assumidos antes da entrada em vigor do Aditamento – Outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante)

De acordo com a Cláusula 53.ª do Aditamento, no fim do período da Concessão “*todos os bens e direitos da propriedade ou titularidade do Estado reverterem gratuitamente para este, sendo que, pela reversão dos restantes bens e direitos que sejam da propriedade ou da titularidade do Metropolitano, o Estado paga ao Metropolitano uma compensação no montante correspondente ao valor que esteja atribuído aos referidos bens ou direitos nas contas deste*”.

Uma vez que o ML não será reembolsado diretamente pelo Concedente, através da Remuneração Autónoma, pelos investimentos efetuados em outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante), antes da entrada em vigor do Aditamento, a Empresa reconhece um ativo intangível na medida em que lhe foi conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público por si prestado.

3.4. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa tem tido ao longo dos anos a responsabilidade pela construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros, fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Até à entrada em vigor do Aditamento, esta foi uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, sendo o seu financiamento garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos a ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos a ILD, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados a ILD no balanço da Empresa.

Assim, até 31 de dezembro de 2024, todos os fluxos resultantes desta atividade foram registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As ILD do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”;
- As despesas de investigação e desenvolvimento e de instalação afetas à atividade de ILD;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;

- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo;
- As provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

Os gastos com a manutenção e reparação destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

Com a entrada em vigor do Aditamento e os respetivos reflexos contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2025, as despesas e encargos decorrentes das atividades de investimento em ILD passaram a ser registadas de acordo com a política contabilística definida para os ativos concessionados, com exceção para os encargos com os financiamentos contraídos junto do Acionista Estado.

O quadro seguinte apresenta as reclassificações efetuadas, as quais serão mais detalhadas em cada uma das notas:

	Reclassificações decorrentes da entrada em vigor do Aditamento							Total Reclassificações
	31-dez-2024	Derivados Nota 5.4 / 5.5 / 15 / 23	Encargos financeiros Nota 5.5 / 5.10 / 15 / 23	Provisões Nota 5.5 / 5.7 / 15 / 18	Fornecedores de investimento Nota 5.9 / 23	Subsídios ao investimento Nota 5.10 / 23	Investimento Nota 6 / 9	
Ativo não corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5 496 169 211	(3 501 878)	(118 222)	(3 782 500)				(7 402 600)
Ativos fixos tangíveis	117 340 249						(116 508 229)	(116 508 229)
Ativos intangíveis	1 909 559						116 508 229	116 508 229
Ativo corrente								
Outros créditos a receber	17 817 939	3 501 878	118 222	3 782 500				7 402 600
Passivo não corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	922 123 686	(3 501 878)		(3 782 500)				(7 284 378)
Provisões	4 888 198			3 782 500				3 782 500
Passivo corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1 491 714 765		(118 222)		(440 455)	(110 119 155)		(110 677 832)
Outras dívidas a pagar	90 292 891	3 501 878	118 222		440 455	110 119 155		114 179 709

O ML aguarda que seja aprovada a proposta de regularização dos ativos e passivos ILD registados no seu Balanço, de forma a poder dar cumprimento ao previsto no n.º 3 da Cláusula 11.ª do Aditamento.

3.5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados à data da posição financeira. Caso existam alterações às vidas úteis, as mesmas são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material Circulante de exploração	15 - 28
Material Circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

3.6. LOCAÇÕES

Em conformidade com a IFRS 16, o Grupo avalia se um contrato contém uma locação, isto é, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo específico, por um período de tempo definido em troca de uma retribuição.

Contabilização nos locatários:

Ativos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo de locação pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de quaisquer pagamentos entretanto efetuados e de quaisquer incentivos à locação recebidos e acrescido dos custos diretos adicionais incorridos e de uma estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa. O direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de início até ao termo da locação. Adicionalmente, o ativo de locação é periodicamente reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

Passivos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação o Grupo usa a sua taxa incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros e diminuído pelos pagamentos de locação.

Nos contratos de locação em que o Grupo é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor e nos contratos de locação a curto prazo (12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuado através do acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

Contabilização nos locadores:

A contabilização nos locadores não é alterada com a IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional nos termos da anterior IAS 17:

- Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação. Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado na demonstração consolidada da posição financeira e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um rendimento de forma linear os recebimentos da locação.

O Grupo é locador apenas em locações operacionais.

3.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Ativos concessionados	3 - 50
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10
Programas de computador	3

3.8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4 - 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos a favor da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.10. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.11. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso.

Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.12. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

No decorrer de 2025, e após uma análise detalhada à rotatividade dos materiais, foram definidos os seguintes critérios de reconhecimento de imparidade:

- **Materiais incorporáveis no Material Circulante:** este critério teve por base a vida útil remanescente prevista e o período expectável para a ocorrência de um ciclo completo de intervenções, onde se prevê que ocorram consumos dos diferentes materiais associados (sete anos). Desta forma, considera-se uma imparidade de 26% (vinte e seis por cento) para os inventários que não tiverem movimento há mais de sete anos, com um crescimento adicional de 7% (sete por cento) por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75% (setenta e cinco por cento), no caso de não terem movimento há mais de quinze anos;
- **Restantes materiais:** registo total de imparidade para os que não são movimentados há mais de cinco anos.

3.13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’.

3.14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de ‘Financiamentos obtidos’.

3.15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no passivo, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

As compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos, exceto se existirem fundadas dúvidas sobre a sua quantificação ou sobre o seu recebimento, situação em que apenas são reconhecidas no período em que se tornam recebíveis, o que se verifica com a respetiva validação pelo Gestor do Contrato. Estas compensações financeiras são objeto de dois pagamentos por conta, a realizar em 1 de fevereiro e 1 de julho de cada ano, correspondendo, o primeiro, a 50% (cinquenta por cento) do valor total da compensação e, o segundo, a 40% (quarenta por cento) do mesmo. O valor remanescente resultará do apuramento do valor real da COSP para esse ano, sendo a sua estimativa reconhecida na demonstração de resultados, independentemente de ainda não ter sido obtida a respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

3.16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complementos de pensões de reforma por velhice;
- Complementos de reforma por invalidez; e
- Complementos de reforma por sobrevivência no ativo e na reforma.

Conforme disposto na Cláusula 32.^a do Aditamento, o ML tem direito, a título de Remuneração Autónoma, ao reembolso dos encargos com benefícios pós-emprego.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2025. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do período em que são pagos.

3.18. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo ML. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O sistema tarifário em vigor na AML encontra-se definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações financeiras devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados.

Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a imparidades e provisões não aceites fiscalmente, não sendo reconhecidos por não existir segurança razoável de que serão gerados lucros futuros. Os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida, não sendo reconhecidos por não haver expectativa que venha a ser gerado um exfluxo de recursos, em resultado do efeito fiscal relacionado com os subsídios ao investimento.

3.20. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.21. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração consolidada dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média	Cotação final	Cotação média	Cotação final
		2025	31/12/2025	2024	31/12/2024
Estados Unidos da América	USD	1,13	1,18	1,08	1,04
Reino Unido	GBP	0,86	0,87	0,85	0,83
Brasil	BRL	6,31	6,44	5,83	6,43
Argélia	DZD	148,72	152,01	145,15	140,57

Fonte: Banco de Portugal / Exchange Rates UK

3.22. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.23. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas numa forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por estes concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos obtidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

3.24. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Registo dos ativos concessionados;
- b) Apuramento da Remuneração Autónoma e COSP previstas no Aditamento;
- c) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- d) Perdas por imparidade de contas a receber e de inventários;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário;
- f) Reconhecimento de provisões – análise das obrigações que resultem de acontecimentos passados e determinação da probabilidade e montante do exfluxo financeiro necessário para o respetivo pagamento;
- g) Recuperabilidade dos investimentos em ILD.

3.25. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as divulgações exigidas pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Grupo Metropolitano de Lisboa identificou a área de negócio ‘Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas’.

As informações sobre as outras áreas de negócio constam na categoria ‘Outros segmentos’.

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

A informação financeira por segmento de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

EXERCÍCIO 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	128.454.587	2.646.775	131.101.362
Subsídios à exploração	41.984.416	-	41.984.416
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	(21.581)	26	(21.555)
Trabalhos para a própria entidade	6.699.988	-	6.699.988
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3.630.006)	-	(3.630.006)
Fornecimentos e serviços externos	(40.269.226)	(426.188)	(40.695.413)
Gastos com o pessoal	(105.203.621)	(240.579)	(105.444.200)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	(975.063)	-	(975.063)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(294.504)	2.890	(291.614)
Provisões (aumentos / reduções)	(3.482.716)	(137.499)	(3.620.215)
Aumentos / reduções de justo valor	4.367.225	-	4.367.225
Outros rendimentos	1.530.489	169.566	1.700.055
Outros gastos	(5.024.835)	(2.440)	(5.027.275)
Resultados operacionais intersegmentos	(4.824.450)	4.824.450	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	19.310.705	6.837.001	26.147.706
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(19.103.475)	(6.803.263)	(25.906.738)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7.531	-	7.531
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	214.761	33.738	248.499
Juros e gastos similares suportados	(5.023.434)	-	(5.023.434)
Resultado antes de impostos	(4.808.673)	33.738	(4.774.935)
Imposto sobre o rendimento do período	(13.572)	(33.738)	(47.310)
Resultado líquido do período	(4.822.245)	-	(4.822.245)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(4.822.245)	-	(4.822.245)
Interesses que não controlam	-	-	-
	(4.822.245)	-	(4.822.245)

EXERCÍCIO 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	130.403.570	2.566.459	132.970.029
Subsídios à exploração	6.214.575	-	6.214.575
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	77.791	(30)	77.760
Trabalhos para a própria entidade	6.716.249	-	6.716.249
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3.097.100)	-	(3.097.100)
Fornecimentos e serviços externos	(37.921.309)	(416.308)	(38.337.618)
Gastos com o pessoal	(102.288.041)	(260.108)	(102.548.149)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(35.306)	-	(35.306)
Provisões (aumentos / reduções)	(592.250)	(30.420)	(622.670)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Aumentos / reduções de justo valor	1.527.650	-	1.527.650
Outros rendimentos	3.990.101	159.009	4.149.110
Outros gastos	(1.886.423)	(23.340)	(1.909.763)
Resultados operacionais intersegmentos	(8.181.773)	8.181.773	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(6.072.268)	10.177.035	4.104.767
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(12.857.746)	(10.152.029)	(23.009.774)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	30.488	-	30.488
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(18.899.526)	25.006	(18.874.520)
Juros e gastos similares suportados	(927.954)	-	(927.954)
Resultado antes de impostos	(19.827.480)	25.006	(19.802.474)
Imposto sobre o rendimento do período	(17.114)	(25.006)	(42.119)
Resultado líquido do período	(19.844.593)	-	(19.844.593)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(19.844.593)	-	(19.844.593)
Interesses que não controlam	-	-	-
	(19.844.593)	-	(19.844.593)

31 DE DEZEMBRO DE 2025	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5.932.370.144	26.068.036	5.958.438.181
Passivos do segmento	3.554.805.040	2.119.931	3.556.924.972

31 DE DEZEMBRO DE 2024	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5.876.177.594	50.466.140	5.926.643.734
Passivos do segmento	3.667.903.783	1.893.805	3.669.797.588

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2025	31-dez-2024
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.447.853.272	3.447.864.385
Propriedades de investimento	5.2	1.804.209	1.804.209
Ativos intangíveis	5.3	7.955.924	7.955.924
Outros ativos financeiros	5.4	-	2.770.384
Conta a receber do Estado	5.5	3.313.090.001	3.275.964.191
Subsídios	5.6	(1.249.372.048)	(1.240.189.883)
		5.521.331.357	5.496.169.211
Total do ativo		5.521.331.357	5.496.169.211
Passivo não corrente			
Provisões	5.7	-	3.782.500
Financiamentos obtidos	5.8	458.457.643	914.839.309
Outros passivos financeiros	5.4	-	3.501.878
		458.457.643	922.123.686
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	5.8	1.674.262.889	1.327.881.223
Fornecedores	5.9	-	440.455
Outras dívidas a pagar	5.10	51.443.735	163.393.088
		1.725.706.624	1.491.714.765
Total do passivo		2.184.164.267	2.413.838.451
Total ILD líquido		3.337.167.090	3.082.330.759

Com a entrada em vigor do Aditamento, as despesas e encargos com o investimento em Infraestruturas Ferroviárias passaram a ser registadas de acordo com a política contabilística definida para os ‘Ativos concessionados’ (Nota 3.3).

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2025					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	14 311 055	2 678 500 938	473 838 439	261 319 983	20 585 822	3 448 556 237
Aquisições	-	836 406	624 073	68 481 654	-	69 942 132
Transferências	-	448 044	-	(448 044)	(2 469 997)	(2 469 997)
Abates	-	-	(11 113)	-	-	(11 113)
Transferência Remuneração Autônoma	-	(836 406)	(624 073)	(68 481 654)	2 469 997	(67 472 136)
Saldo final	14 311 055	2 678 948 982	473 827 325	260 871 939	20 585 822	3 448 545 123
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	691 852	-	-	-	691 852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	691 852	-	-	-	691 852
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	14 311 055	2 678 257 130	473 827 325	260 871 939	20 585 822	3 447 853 272

31 de dezembro de 2024						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 677 389 944	470 214 028	184 888 125	10 312 594	3 356 315 746
Aquisições	800 000	334 367	1 703 071	79 171 266	11 358 251	93 366 955
Transferências	-	776 627	1 927 025	(2 739 408)	(1 085 023)	(1 120 780)
Abates	-	-	(5 685)	-	-	(5 685)
Saldo final	14 311 055	2 678 500 938	473 838 439	261 319 983	20 585 822	3 448 556 237
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	694 852	-	-	-	694 852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(3 000)	-	-	-	(3 000)
Saldo final	-	691 852	-	-	-	691 852
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	14 311 055	2 677 809 086	473 838 439	261 319 983	20 585 822	3 447 864 385

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 68.481.654 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular (50.375.471 euros) e ao prolongamento de São Sebastião a Alcântara (10.425.296 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 2.469.997 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular (2.295.341 euros).

De acordo com as Cláusulas 11.^a e 32.^a do Aditamento, o ML tem direito, a título de Remuneração Autônoma, ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, tendo dos movimentos apresentados, acrescido do montante de 73.168 euros evidenciado na Nota 5.3, resultado um ativo financeiro no valor de 67.472.136 euros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 6.513.282 euros e 6.308.640 euros, respetivamente.

5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça Marechal Humberto Delgado	1.804.209	-	-	1.804.209	7.499.037	1.804.209	-	-	1.804.209	7.646.660
	1.804.209			1.804.209	7.499.037	1.804.209			1.804.209	7.646.660

5.3. ATIVO INTANGÍVEL

31 de dezembro de 2025				
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924
Aquisições	-	-	73 168	73 168
Transferência Remuneração Autônoma	-	-	(73 168)	(73 168)
Saldo final	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924
Total do ativo intangível bruto (ILD)	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924

31 de dezembro de 2024				
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	566 178	7 724 548
Aquisições	-	-	231 376	231 376
Saldo final	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924
Total do ativo intangível bruto (ILD)	5 138 543	2 019 827	797 554	7 955 924

De acordo com as Cláusulas 11.^a e 32.^a do Aditamento, o ML tem direito, a título de Remuneração Autônoma, ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, tendo dos movimentos apresentados resultado um ativo financeiro no valor de 73.168 euros.

5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade ⁽¹⁾	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2025	31-dez-2024
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	24/07/2025	100.000.000	100.000.000	-	2.770.384
					-	2.770.384

Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade ⁽¹⁾	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2024	31-dez-2023
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	05/09/2025	100.000.000	100.000.000	-	1.751.955
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	05/09/2025	30.000.000	30.000.000	-	1.749.922
					-	3.501.878

⁽¹⁾ No decorrer do ano de 2025, o IGCP E.P.E., em nome do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., negociou o encerramento de todas as transações que compunham a carteira de derivados do ML, pelo que a maturidade respeita à data de cancelamento de cada derivado, referenciada no Acordo de Confirmação ("Confirmation") respetivo.

5.5. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301
Juros, taxa de aval e imposto do selo	2.999.231.768	2.957.591.965
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150
Instrumentos financeiros derivados	-	731.493
Fornecimentos e serviços externos	2.563.836	2.563.836
Provisões	4.312.309	8.094.809
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	691.852	691.852
Alienação terreno	(3.495.216)	(3.495.216)
	3.313.090.001	3.275.964.191

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD seguindo o princípio descrito na Nota 3.3. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

Juros, taxa de aval e imposto do selo

Não obstante a entrada em vigor do Aditamento e o modelo de financiamento nele definido, nomeadamente no que diz respeito ao reembolso do serviço da dívida através de Remuneração Autónoma, constata-se que os juros dos empréstimos obrigacionistas que se venceram em 2025 foram ainda assumidos pelo Acionista por via de dotação de capital, tendo sido registados de acordo com a política contabilística que vinha sendo adotada para os ILD até 31 de dezembro de 2024.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.6. SUBSÍDIOS

	31-dez-2025	31-dez-2024
Fundo Coesão	(533.866.986)	(505.634.485)
FEDER	(229.464.397)	(229.464.397)
PIDDAC	(187.039.717)	(187.039.717)
Fundo Ambiental	(94.227.161)	(96.186.968)
PRR	-	(17.298.920)
Subsídios diversos	(204.773.788)	(204.565.396)
	(1.249.372.048)	(1.240.189.883)

5.7. PROVISÕES

31 de dezembro de 2025						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Reclassificação Aditamento	Saldo final
Processos judiciais em curso	3.782.500	-	-	-	(3.782.500)	-
	3.782.500	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	5.062.500	70.000	(1.350.000)	-	3.782.500
	5.062.500	70.000	(1.350.000)	-	3.782.500

Com a entrada em vigor do Aditamento e a respetiva assunção de dívida por parte do Concedente prevista na Cláusula 32.^a, o saldo desta sub-rubrica foi reclassificado para a rubrica “Provisões” (Nota 18).

5.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	-	-	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
			400.000.000	400.000.000	800.000.000		110.000.000	800.000.000	910.000.000
Empréstimos bancários:									
Emp. LP 613,9 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244
Emp. LP 32,6 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	17.158.204	17.158.204	-	17.158.204	17.158.204	17.158.204	-	17.158.204
Emp. LP 421,97 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	262.008.399	262.008.399	-	262.008.399	262.008.399	262.008.399	-	262.008.399
Emp. LP 131,88 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	108.328.053	108.328.053	-	108.328.053	108.328.053	90.273.377	18.054.676	108.328.053
Emp. LP 154,51 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	137.118.041	114.265.034	22.853.007	137.118.041	137.118.041	91.412.027	45.706.014	137.118.041
Emp. LP 100,86 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	71.615.776	47.743.850	23.871.925	71.615.776	71.615.776	35.807.888	35.807.888	71.615.776
Emp. LP 35,19 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	16.198.725	8.099.363	8.099.363	16.198.725	16.198.725	5.399.575	10.799.150	16.198.725
Suprimentos 9,02 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	3.346.911	1.115.637	2.231.274	3.346.911	3.346.911	557.819	2.789.093	3.346.911
Suprimentos 1,68 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	1.682.489	280.415	1.402.074	1.682.489	1.682.489	-	1.682.489	1.682.489
			1.274.262.889	58.457.643	1.332.720.531		1.217.881.223	114.839.309	1.332.720.531
Total de empréstimos obtidos			1.674.262.889	458.457.643	2.132.720.531		1.327.881.223	914.839.309	2.242.720.531

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), anteriormente designada Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de cinco anos, amortizável em oito prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de cinco anos, amortizável em oito prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão

associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2023.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um financiamento no montante de 35.197.631 euros, dos quais 16.198.725 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2024.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 9.024.285 euros, dos quais 3.346.911 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2025.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 1.682.489 euros, associado a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2026.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a ETF, anteriormente designada DGTF, acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada ao abrigo do Despacho n.º 452/2026 da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, de 25 de maio de 2026, com diferimento para até 30 de maio de 2027.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2027	438.326.990
2028	15.473.983
2029	3.538.021
2030 e seguintes	1.118.648
	458.457.643

Em 31 de dezembro de 2025, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2025 (€)	DATA VENCIMENTO	NEGATIVE PLEDGE (SIM / NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 - JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 - BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	800.000.000									

5.9. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores, em 31/12/2024, era essencialmente composta por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

Com a entrada em vigor do Aditamento e a respetiva assunção de dívida por parte do Concedente prevista na Cláusula 32.^a, o saldo desta sub-rubrica foi reclassificado para a rubrica “Outras dívidas a pagar” (Nota 22).

5.10. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte.

Com a entrada em vigor do Aditamento e a respetiva assunção de dívida por parte do Concedente prevista na Cláusula 32.^a, o saldo desta sub-rubrica foi reclassificado para a rubrica “Outras dívidas a pagar” (Nota 22), com exceção dos encargos com os financiamentos contraídos junto do Acionista Estado.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2025									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 849 375	752 721 247	129 208	24 171 933	4 383 122	32 955 775	6 313 349	1 059 491 194
Aquisições	-	15 440	1 093 246	-	797 779	109 490	27 512 192	6 700 000	36 228 147
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(87 668 979)	-	(774)	-	-	(1 502 352)	(89 172 105)
Abates	-	-	(285 065)	-	(79 854)	(23 613)	-	-	(388 531)
Transferência Remuneração Autónoma	-	(15 440)	(1 093 246)	-	(794 377)	(109 490)	(27 512 192)	(5 197 648)	(34 722 392)
Saldo final	20 967 185	217 849 375	664 767 204	129 208	24 094 707	4 359 509	32 955 775	6 313 349	971 436 312
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(210 101 098)	(659 294 519)	(129 208)	(23 004 403)	(3 516 493)	-	-	(896 045 722)
Depreciações do período	-	(393 324)	(23 524 803)	-	(438 943)	(56 229)	-	-	(24 413 299)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	87 669 753	-	-	-	-	-	87 669 753
Abates	-	-	157 010	-	79 662	23 547	-	-	260 218
Saldo final	-	(210 494 422)	(594 992 559)	(129 208)	(23 363 685)	(3 549 175)	-	-	(832 529 050)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação Aditamento	(20 967 185)	(6 790 821)	(69 773 586)	-	(724 792)	(253 353)	(32 955 775)	(6 313 349)	(137 778 861)
	-	564 132	1 058	-	6 230	556 981	-	-	1 128 402

31 de dezembro de 2024									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 793 593	833 891 596	129 208	23 644 557	4 321 004	28 977 198	3 514 443	1 133 238 784
Aquisições	-	20 025	1 176 622	-	611 671	64 623	6 228 853	2 929 665	11 031 459
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	35 757	(80 805 279)	-	500	-	(2 250 276)	(130 759)	(83 150 058)
Abates	-	-	(1 541 691)	-	(84 795)	(2 504)	-	-	(1 628 991)
Saldo final	20 967 185	217 849 375	752 721 247	129 208	24 171 933	4 383 122	32 955 775	6 313 349	1 059 491 194
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(209 706 708)	(723 167 441)	(129 208)	(22 667 015)	(3 459 499)	-	-	(959 129 871)
Depreciações do período	-	(394 390)	(20 558 902)	-	(402 868)	(59 499)	-	-	(21 415 659)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	83 055 556	-	(59)	-	-	-	83 055 497
Abates	-	-	1 376 268	-	65 538	2 504	-	-	1 444 311
Saldo final	-	(210 101 098)	(659 294 519)	(129 208)	(23 004 403)	(3 516 493)	-	-	(896 045 722)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	7 748 277	93 426 728	-	1 167 529	866 629	32 955 775	6 313 349	163 445 472

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 27.512.192 euros, referem-se essencialmente à aquisição de 14 Unidades Triplas (UT) da série ML20 (22.389.557 euros) e aos equipamentos de controlo e vendas de títulos das novas estações do empreendimento da Linha Circular (1.194.251 euros).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 6.700.000 euros, referem-se à aquisição de 24 Unidades Triplas (UT) da série ML24.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na sub-rubrica “Equipamento básico” incluem a operação de reconhecimento de 19 UT da série ML99 no ativo fixo tangível do ML, na sequência da transferência definitiva para a sua propriedade.

De acordo com as Cláusulas 11.^a e 32.^a do Aditamento, o ML tem direito, a título de Remuneração Autônoma, ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, tendo dos movimentos apresentados, acrescido do montante de 251.250 euros evidenciado na Nota 9, resultado um ativo financeiro no valor de 34.722.392 euros.

Adicionalmente, e de acordo com o mesmo Aditamento, uma vez que o ML não será reembolsado diretamente pelo Concedente, foi realizada a operação de reconhecimento do valor líquido dos ativos fixos tangíveis pertencentes à concessão no ativo intangível, num valor total de 137.778.861 euros, onde se encontram incluídos 22.627 euros evidenciados na Nota 7 e 134.000 euros na Nota 8.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 150.762 euros e 120.883 euros, respetivamente.

7. LOCAÇÕES

7.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Equipamento de transporte	Total	Equipamento de transporte	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.449.084	1.449.084	942.100	942.100
Aquisições / Adições	515.435	515.435	506.984	506.984
Saldo final	1.964.519	1.964.519	1.449.084	1.449.084
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	(886.196)	(886.196)	(632.145)	(632.145)
Depreciações do período	(322.113)	(322.113)	(254.051)	(254.051)
Saldo final	(1.208.309)	(1.208.309)	(886.196)	(886.196)
	756.210	756.210	562.888	562.888

7.2. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

	31-dez-2025	31-dez-2024		
Locações não corrente				
Viaturas	451.518	336.716		
Locações corrente				
Viaturas	310.082	229.455		
Total	761.599	566.171		

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos
Futuros pagamentos mínimos				
Até 1 ano	325.373	310.082	241.035	229.455
Entre 1 e 5 anos	464.094	451.518	344.090	336.716
Total	789.467	761.599	585.125	566.171
Efeito financeiro do desconto	(27.868)	-	(18.954)	-
Valor presente dos pagamentos mínimos	761.599	761.599	566.171	566.171

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis para arrendamento	22 243 218	11 755 917	30 474	10 456 827	14 616 080	22 134 855	11 312 982	38 005	10 783 868	12 650 163
Praça Marechal Humberto Delgado	22 309 373	18 732 606	-	3 576 767	92 726 963	22 309 373	18 719 159	-	3 590 214	94 552 340
	44 552 592	30 488 524	30 474	14 033 594	107 343 043	44 444 229	30 032 142	38 005	14 374 082	107 202 503

Os imóveis para arrendamento detidos pela Empresa referem-se a um edifício administrativo e 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2025				2024			
	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis para arrendamento	836 088	203 704	442 935	189 449	498 584	168 389	442 742	(112 547)
Praça Marechal Humberto Delgado	-	250 545	13 447	(263 992)	-	242 909	13 447	(256 356)
	836 088	454 249	456 382	(74 543)	498 584	411 298	456 189	(368 903)

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Programas de computador	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos concessionados	Ativos intangíveis em curso	Total	Programas de computador	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total	
Ativo										
Saldo inicial	18 050	5 361 877	-	134 000	5 513 928	18 050	5 039 622	-	5 057 673	
Aquisições	-	127 242	-	251 250	378 492	-	322 755	134 000	456 755	
Transferências	-	-	-	-	-	-	(500)	-	(500)	
Transferência Remuneração Autónoma	-	(127 242)	-	(251 250)	(378 492)	-	-	-	-	
Saldo final	18 050	5 361 877	-	134 000	5 513 928	18 050	5 361 877	134 000	5 513 928	
Amortizações acumuladas										
Saldo inicial	(18 050)	(3 586 318)	-	-	(3 604 369)	(18 050)	(2 702 501)	-	(2 720 552)	
Amortizações do período	-	(714 944)	-	-	(714 944)	-	(883 876)	-	(883 876)	
Transferências	-	-	-	-	-	-	59	-	59	
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo final	(18 050)	(4 301 262)	-	-	(4 319 313)	(18 050)	(3 586 318)	-	(3 604 369)	
Reclassificação Aditamento	-	-	137 778 861	-	137 778 861	-	-	-	-	
	-	1 060 615	137 778 861	134 000	138 973 476	-	1 775 559	134 000	1 909 559	

Conforme referido na Nota 6, e de acordo com o Aditamento, encontram-se reconhecidos os ativos afetos à concessão e não reembolsados diretamente pelo Concedente, no valor de 137.778.861 euros.

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2025						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Associadas						
Publimetro	3.747.708	3.628.848	118.860	(61.452)	40%	47.544
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	141.587	155.000	(13.414)	(13.414)	50%	– (a)
						47.544

31 de dezembro de 2024						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Associadas						
Publimetro	3.258.226	3.087.090	171.136	147.718	40%	68.454
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	141.254	154.725	(13.471)	(13.471)	50%	–
						68.454

Nota:

(a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2025	31-dez-2024
Bank of America Leasing & Capital, LCC – Colateral		
Saldo inicial	22.805.365	23.128.595
Desembolso	(2.990.815)	(2.901.156)
Variação justo valor	761.032	1.218.778
Diferenças cambiais	(2.499.962)	1.359.148
Saldo final	18.075.621	22.805.365
Wilmington Trust – Colateral		
Saldo inicial	22.767.914	21.115.565
Desembolso	(21.881.208)	–
Variação justo valor	–	308.872
Diferenças cambiais	(886.706)	1.343.478
Saldo final	–	22.767.914
Investimentos noutras empresas		
Saldo inicial	–	–
Participação de capital CCF	2.000.000	2.000.000
Perdas por imparidade	(2.000.000)	(2.000.000)
Saldo final	–	–
Fundo Compensação Trabalho		
Saldo inicial	117.032	125.707
Aumentos	3.535	(8.674)
Variação justo valor	–	–
Saldo final	120.567	117.032
Clientes		
Saldo inicial	88.349	117.799
Aumentos	(29.450)	(29.450)
Variação justo valor	–	–
Saldo final	58.899	88.349
Total	18.255.087	45.778.660

Em resultado das descidas do rating atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.

O depósito colateral Wilmington Trust tinha como objetivo garantir o cumprimento das obrigações financeiras da Empresa no âmbito da operação US Cross Border Lease (USCBL). O termo desta operação ocorreu em 15 de dezembro de 2024, com a formalização da transferência definitiva da propriedade de 18 carruagens (Unidades Triplas) para o ML. Findas as obrigações inerentes à operação USCBL, foi efetuado o pedido de reembolso do colateral Wilmington Trust, tendo o respetivo reembolso sido creditado em 27 de março de 2025, no montante de 21,9 milhões de euros (23,7 milhões de dólares).

12. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	8 623 801	(945 648)	7 678 153	8 576 355	-	8 576 355
Ferramentas	43 765	(2 817)	40 948	37 013	-	37 013
Produtos de limpeza	115 352	(1 226)	114 125	111 429	-	111 429
Material de escritório	57 154	(15 611)	41 543	64 928	-	64 928
Combustíveis	30 064	(610)	29 455	34 057	-	34 057
Títulos transporte	430 276	-	430 276	421 307	-	421 307
Outros materiais	571 181	(6 390)	564 792	719 704	-	719 704
Artigos promocionais/publicações	39 841	(2 761)	37 080	33 874	-	33 874
	9 911 435	(975 063)	8 936 372	9 998 665	-	9 998 665

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2025	2024
Saldo inicial	9 998 665	10 381 802
Compras	4 130 490	3 185 058
Regularizações	(587 714)	(471 094)
Saldo final	9 911 435	9 998 665
	3 630 006	3 097 100

13. CLIENTES

	31-dez-2025	31-dez-2024
Publimetro	529.742	349.669
GIBB Portugal	29.450	29.450
Ar Telecom	-	463.383
Associação de Turismo de Lisboa	-	289.522
Outros	273.962	334.215
	833.154	1.466.239
Perdas por imparidade	(128.028)	(669.873)
	705.127	796.366

Perdas por imparidade clientes	31-dez-2025	31-dez-2024
Saldo inicial	(669.873)	(812.769)
Aumentos	(42)	(12.337)
Reversões	16.582	47.954
Utilizações	525.305	107.279
Saldo final	(128.028)	(669.873)

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1.089.479	110	1.064.758	125
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	10.046	1.255.662	12.855	1.362.891
Imposto sobre o valor acrescentado	4.838.221	-	2.803.176	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.814.141	-	1.877.572
Outros impostos	-	498.904	-	498.904
	5.937.746	3.568.818	3.880.789	3.739.492

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2025	31-dez-2024
Remuneração Autônoma	49.501.753	-
Transtejo	22.529.809	22.529.809
COSP concessão	18.202.492	2.289.858
Acréscimo de rendimentos	8.850.502	10.801.211
Receitas de tráfego	2.393.637	2.196.194
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	961.038	961.038
Infraestruturas de Portugal	-	7.156.247
Outros	2.792.761	3.339.534
	105.231.992	49.273.890
Perdas por imparidade	(1.084.094)	(1.787.090)
	104.147.898	47.486.800

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2025	31-dez-2024
Saldo inicial	(1.787.090)	(1.722.198)
Aumentos	(309.048)	(706.502)
Reversões	6.956	641.610
Utilizações	1.005.089	-
Saldo final	(1.084.094)	(1.787.090)

Os saldos afetos à Transtejo e à Infraestruturas de Portugal incluem os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- **Transtejo:** Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada;
- **Infraestruturas de Portugal:** Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré. No exercício de 2025 foi finalmente possível chegar a um entendimento com a Infraestruturas de Portugal, tendo sido celebrado um Aditamento ao referido Protocolo que teve por objeto o acerto final de contas e a regularização dos montantes que ainda se encontravam pendentes.

O saldo constante na sub-rubrica “Remuneração Autônoma” corresponde às despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente (vide Nota 4.3) que ainda não foram objeto de reembolso e que se detalham da seguinte forma:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Investimento não participado	26.730.921	-
Benefícios Pós-Emprego	13.572.400	-
Provisões	5.080.000	-
Juros / Taxa de aval	4.353.147	-
PRR - Restituição	3.167.301	-
Protocolo MLS / LIOS	(527.316)	-
Instrumentos financeiros derivados	(2.874.700)	-
	49.501.753	-

O saldo constante na sub-rubrica “COSP Concessão” corresponde aos montantes remanescentes de 2024 (2.289.858 euros) e 2025 (15.912.634 euros), a transferir após a respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

16. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2025	31-dez-2024
Caixa	15.556	17.953
Depósitos à ordem	8.769.812	21.554.833
Depósitos a prazo	135.400.000	120.600.000
Caixa e depósitos bancários	144.185.368	142.172.787

Em 19 de dezembro de 2025, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 8 do art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria da Metrocom no montante de 3 milhões de euros, com maturidade a 19 de junho de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 8 do art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria da Metrocom no montante de 400 mil euros, com maturidade a 2 de janeiro de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 8 do art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, uma operação de aplicação em CEDIC das disponibilidades de tesouraria do ML no montante de cerca de 132 milhões de euros, com maturidade a 2 de janeiro de 2026.

Os montantes evidenciados encontram-se disponíveis para uso.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2025 o capital da empresa-mãe, subscrito e realizado, ascendia a 4.429.928.143 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 153.470.000 euros.

A variação registada na rubrica “Ajustamentos/outras variações no capital próprio” deve-se fundamentalmente a: (i) desreconhecimento de 19.439.415 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Modernização dos Sistemas de Sinalização — 1.ª Fase», o qual foi posteriormente subsidiado pelo PACS; (ii) perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20); e (iii) imputação de subsídios ao investimento (Nota 30).

18. PROVISÕES

31 de dezembro de 2025						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Reclassificação Aditamento	Saldo final
Processos judiciais em curso	3.174.103	3.531.330	(235.667)	(153.473)	3.782.500	10.098.793
Impostos	272.118	-	(5.118)	-	-	267.000
Cobertura de prejuízos	6.735	6.707	-	(6.735)	-	6.707
Outras provisões	856.144	177.169	-	-	-	1.033.313
	4.309.099	3.715.206	(240.784)	(160.209)	3.782.500	11.405.813

31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	2.134.116	573.095	(38.796)	(4.437)	3.174.103
Impostos	272.118	-	-	-	272.118
Cobertura de prejuízos	7.270	6.735	-	(6.702)	6.735
Outras provisões	702.072	88.370	-	-	856.144
	3.115.576	668.201	(38.796)	(11.139)	4.309.099

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários:									
Emp. LP 613,9 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	105.974.436	52.987.218	-	52.987.218	105.974.436	52.987.218	-	52.987.218
Emp. LP 648,6 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	410.833.969	308.125.476	-	308.125.476	410.833.969	308.125.476	-	308.125.476
Emp. LP 412,9 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	129.885.756	129.885.756	-	129.885.756	129.885.756	129.885.756	-	129.885.756
Emp. LP 32,6 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	15.426.066	15.426.066	-	15.426.066	15.426.066	15.426.066	-	15.426.066
Emp. LP 421,97 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	159.965.533	159.965.533	-	159.965.533	159.965.533	159.965.533	-	159.965.533
Emp. LP 131,88 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	23.556.727	23.556.727	-	23.556.727	23.556.727	19.630.606	3.926.121	23.556.727
Emp. LP 154,51 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	17.395.008	14.495.840	2.899.168	17.395.008	17.395.008	11.596.672	5.798.336	17.395.008
Emp. LP 100,86 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	29.239.923	19.493.282	9.746.641	29.239.923	29.239.923	14.619.962	14.619.962	29.239.923
Emp. LP 35,19 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	18.998.906	9.499.453	9.499.453	18.998.906	18.998.906	6.332.969	12.665.937	18.998.906
Suprimentos 49,3 M EUR	ETF - Ex-DGTF	49.300.000	49.300.000	-	49.300.000	49.300.000	49.300.000	-	49.300.000
Suprimentos 18,33 M EUR	ETF - Ex-DGTF	18.331.823	18.331.823	-	18.331.823	18.331.823	18.331.823	-	18.331.823
Suprimentos 9,02 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	5.677.374	1.892.458	3.784.916	5.677.374	5.677.374	946.229	4.731.145	5.677.374
Suprimentos 1,3 M EUR	ETF (parte) - Ex-DGTF	1.300.000	216.667	1.083.333	1.300.000	-	-	1.300.000	1.300.000
Suprimentos 24 UT 4,57 M EUR	ETF - Ex-DGTF	4.537.620	-	4.537.620	4.537.620	-	-	4.537.620	4.537.620
Total de empréstimos obtidos			803.176.300	31.551.131	834.727.431		787.148.310	47.579.121	834.727.431

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, suprimentos no montante de 49.300.000 euros para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, designadamente as despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de um ano, “bullet”, tendo-se vencido em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um suprimento no montante de 18.331.823 euros para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, designadamente as despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de um ano, “bullet”, tendo-se vencido em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 1.300.000 euros para cobrir despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de sete anos, amortizável em doze prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2026.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a ETF, anteriormente designada DGTF, um suprimento no montante de 4.537.620 euros para cobrir os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato de aquisição de 24 UT, com direito de opção de aquisição de até 12 UT adicionais. As condições do empréstimo, sob a forma de suprimento, preveem um montante de até 101.868.000 euros, a ser transferido através de diversas tranches, entre 2024 e 2027, com a opção de modalidade de pagamento “bullet”.

As restantes informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a ETF, anteriormente designada DGTF, encontram-se divulgadas na Nota 5.8.

O Conselho de Administração entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2027	12.101.869
2028	9.202.700
2029 e seguintes	10.246.562
	31.551.131

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 3.17, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2025, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 842 e 1.225, respetivamente (880 e 1.232 em 31 de dezembro de 2024).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas com base no tempo de serviço e no salário pensionável (última remuneração mensal auferida pelo trabalhador).

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Trabalhadores ativos	141.001.875	133.628.963
Reformados	143.377.991	146.270.666
	284.379.866	279.899.630

O aumento verificado no total das Responsabilidades deve-se ao incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano, e ao aumento do pressuposto da taxa de crescimento de salários e pensões considerado, apesar de atenuado pelo aumento da taxa de desconto.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2025 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV88/90
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	4,00%	3,40%
Taxa de Crescimento Salarial	3,50%	3,00%
Taxa de desconto	4,00%	3,40%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Responsabilidades totais no início do período	279.899.630	266.801.355
Custos dos serviços correntes	4.206.595	4.153.546
Custo dos juros	9.365.805	7.873.143
Benefícios pagos no exercício	(13.076.139)	(12.880.077)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	3.983.975	13.951.664
Responsabilidades totais no fim do período	284.379.866	279.899.630

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2025, nos montantes de 4.206.595 euros e 4.153.546 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	(62.564.628)	(48.612.964)
Ganho atuarial	-	-
Perda atuarial	(3.983.975)	(13.951.664)
Saldo final	(66.548.603)	(62.564.628)

Em 31 de dezembro de 2025, a perda atuarial resultou essencialmente do incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano, bem como do aumento da taxa de crescimento salarial e de pensões, apesar de atenuado pelo aumento da taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2025	31-dez-2024
Subsídios ao investimento – Fundo Ambiental	13.532.362	32.971.777
Subsídios ao investimento – PRR-LV	-	89.528
	13.532.362	33.061.305

22. FORNECEDORES

	31-dez-2025	31-dez-2024
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	1.773.499	245.396
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	1.588.339	1.250.594
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690.500	690.500
CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	329.703	391.221
DST/DTE/CARI/EFACEC – Arroios, A.C.E.	138.227	-
Schmitt – Elevadores, Lda.	128.443	-
Knorr-Bremse España, S.A.	96.565	-
Leasys Mobility Portugal, S.A.	67.037	(611)
TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	56.956	102.278
LIMPERSADO – Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	48.287	41.817
Socomec Ibérica S.A. – Sucursal	45.579	-
Epal – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	35.730	38.310
Samsic Portugal – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	28.545	68.013
LRQA Inspection Iberia, S.A.	26.750	-
André, Miranda e Associados – Sociedade de Advogados, S.P., R.L.	21.966	-
Trablis Esegur – Serviços de Segurança, S.A.	20.719	6.856
SAMSIC Portugal – Facility Services, S.A.	4.534	85.231
Dellner Italy, S.R.L.	-	52.647
VERVOER – Consulting and Trading, Lda.	-	28.410
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	(39.660)	32.137
Outros	271.477	296.372
	5.333.196	3.329.172

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-dez-2025	31-dez-2024
Acréscimo gastos – Juros a liquidar	34.719.464	31.559.234
Acréscimo gastos – Remunerações a liquidar	14.838.146	14.498.724
Subsídios – Fundo Ambiental	76.668.689	26.862.157
Subsídios – Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	75.315.781	2.357.446
Fornecedores de investimentos	6.945.603	5.057.608
Títulos de transporte	1.855.986	3.309.907
Rendimentos a reconhecer – Protocolos	2.196.367	2.392.231
Rendimentos a reconhecer – Indemnizações Compensatórias	1.903.548	3.561.855
Outros	4.608.036	6.727.674
	219.051.620	96.326.837

Na sequência do despacho da Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, de 20 de março de 2026, o ML foi notificado para proceder à restituição dos montantes subsidiados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no valor total de 75.315.781 euros, do qual 42.377.863 euros relativos ao Investimento C15-i01 – “Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara” e 32.937.918 euros relativos ao Investimento C15-i03 – “Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures”.

24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2025	2024
Vendas	28.513	11.924
Prestação de serviços		
Bilhetes	45.557.553	48.392.867
Passes	37.166.429	39.516.968
Compensação tarifária AML	40.688.481	36.525.636
Cartões	2.460.333	2.942.068
Contratos de exploração	2.646.775	2.566.459
Exploração publicidade	1.761.971	1.598.028
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	-	433.099
Outros	791.306	982.980
	131.101.362	132.970.029

25. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO (IFRIC12)

	2025	2024
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	102.646.188	-
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	(102.646.188)	-
	-	-

Conforme descrito na Nota 3.3, os rendimentos de construção e os gastos associados são evidenciados na demonstração dos resultados do período, atendendo ao disposto na IFRIC 12. Desta forma, o rendimento resultante de serviços de construção refere-se ao aumento do investimento bruto em bens afetos à concessão registado como um ativo financeiro, o qual foi reconhecido sem margem, tendo em conta que o Estado irá cobrir a totalidade das despesas e encargos incorridos em seu nome.

26. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2025	2024
COSP Concessão	26.021.256	6.161.922
Remuneração Autônoma	15.651.132	-
Benefícios Pós-Emprego	13.572.400	-
Provisões	1.450.000	-
Serviço da Dívida	628.732	-
Outros subsídios à exploração	312.028	52.653
Fundo Ambiental – Projeto Modernização Sistemas Sinali;	312.028	-
MOBIL-T	-	43.246
AEROSOLFD	-	9.406
	41.984.416	6.214.575

A sub-rubrica “COSP Concessão” corresponde à compensação por cumprimento de obrigações de serviço público, apurada através da metodologia e fórmula de cálculo constantes no Anexo 4 do Aditamento.

A sub-rubrica “Remuneração Autônoma” corresponde às despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, nomeadamente serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego e outras que não correspondam aos custos correntes de exploração do serviço público de transporte, conforme previsto na Cláusula 32.ª do Aditamento.

27. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	2025	2024
Associadas		
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	(20.910)	59.817
Empreendimentos conjuntos		
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(645)	(704)
Outras empresas		
Transporlis	-	18.647
	(21.555)	77.760

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2025	2024
Eletricidade	(13.010.842)	(13.414.714)
Vigilância e segurança	(8.136.428)	(7.578.145)
Conservação e reparação	(7.243.847)	(6.371.970)
Limpeza, higiene e conforto	(5.545.004)	(5.559.075)
Trabalhos especializados	(1.494.871)	(1.237.989)
Outros	(5.264.423)	(4.175.725)
	(40.695.413)	(38.337.618)

29. GASTOS COM O PESSOAL

	2025	2024
Remunerações do pessoal	(71.384.405)	(69.694.413)
Encargos sobre remunerações	(16.246.303)	(15.981.277)
Benefícios pós-emprego	(13.568.226)	(12.031.351)
Seguro de saúde	(1.377.864)	(1.424.123)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(785.568)	(1.357.481)
Gastos de ação social	(1.324.795)	(1.329.611)
Remunerações dos órgãos sociais	(298.753)	(338.401)
Outros	(458.285)	(391.490)
	(105.444.200)	(102.548.149)

O número médio de trabalhadores ao serviço do Grupo no exercício de 2025 foi de 1.588 (1.577 em 2024).
O número de efetivos em 31 de dezembro de 2025 era de 1.590 (1.573 em 2024).

30. OUTROS RENDIMENTOS

	2025	2024
Rendas de imóveis	854.199	498.733
Cedência de energia	250.958	256.300
Subsídios ao investimento	135.988	135.988
Correções relativas a períodos anteriores	85.926	301.184
Impostos	71.819	1.000
Juros	39.001	60.193
Diferenças de câmbio favoráveis	1.438	2.702.994
Outros	260.727	192.718
	1.700.055	4.149.110

31. OUTROS GASTOS

	2025	2024
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.388.066)	(4.286)
Impostos	(645.610)	(1.104.052)
Indemnizações por danos causados	(312.028)	-
Perdas em investimentos não financeiros	(139.426)	(190.365)
Juros de mora e compensatórios	(138.969)	-
Quotizações	(115.626)	(113.428)
Correções relativas a períodos anteriores	(106.996)	(31.906)
Perdas em inventários	(81.022)	(107.906)
Outros	(99.533)	(357.820)
	(5.027.275)	(1.909.763)

A sub-rubrica “Diferenças de câmbio desfavoráveis” reflete essencialmente a desvalorização do dólar em relação ao euro, observada em 2025, repercutindo-se na valorização dos dois colaterais constituídos em moeda USD, nos termos do referido na Nota 11.

32. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

	2025	2024
Juros financiamentos obtidos	(3.160.230)	(909.000)
Comissões / Avals financiamentos obtidos	(1.835.336)	-
Juros de locações (Nota 7)	(27.868)	(18.954)
	(5.023.434)	(927.954)

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 20%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, com exceção para as que se qualificam como Pequenas e Médias Empresas (PME), em que se aplica uma taxa reduzida de 16% nos primeiros 50.000 euros de matéria coletável.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais do Grupo estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontrasse em curso naquela data. Desta forma, os prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo são os seguintes:

31 de dezembro de 2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Deduções	Saldo final
Prejuízos Fiscais				
ML	162.972.274	6.970.461	(1.475.140)	168.467.594
Ferconsult	3.810.942	4.216	(841)	3.814.317
Metrocom	-	-	-	-
	166.783.216	6.974.677	(1.475.981)	172.281.911

Nota: O montante inscrito na coluna 'Aumentos' (ML) inclui o prejuízo fiscal do exercício de 2024 (10.467.181 euros) deduzido do prejuízo fiscal do exercício de 2014 (3.496.720 euros), dado que este último deixou de poder ser utilizado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	2025				2024			
	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL
Resultado antes de impostos	(4.803.284)	(126.501)	171.153		(19.824.197)	(27.881)	113.312	
Diferenças permanentes	6.770.137	127.794	(5.442)		9.357.016	23.665	6.715	
Resultado tributável	1.966.854	1.293	165.710		(10.467.181)	(4.216)	120.026	
Prejuízos fiscais deduzidos	(1.475.140)	(841)	-		-	-	-	
Matéria coletável	491.713	453	165.710		-	-	120.026	
Taxa nominal de imposto	20%	20%	16 / 20%		21%	21%	17 / 21%	
Coleta	(98.343)	(91)	(31.142)		-	-	(23.205)	
Derrama municipal	(29.503)	(19)	(2.486)		-	-	(1.800)	
Tributações autónomas	(6.039)	-	-		(17.114)	-	-	
Imposto sobre o rendimento	(133.885)	(110)	(33.628)	(167.623)	(17.114)	-	(25.006)	(42.119)
Taxa efetiva de imposto	-	-	19,65%		-	-	22,07%	

Nota: O Imposto sobre o rendimento de 2025 difere do montante inscrito na demonstração de resultados por insuficiente estimativa no ML, sendo que a respetiva diferença (120.313 euros) irá ser refletida nos resultados do exercício de 2026.

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2025	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2.167.447.962	-	-
Associadas				
Publímetro	529.742	-	1.773.705	-
Empreendimentos conjuntos				
Ensitrans	27.373	-	6.000	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(312.946)
2024	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2.167.447.962	-	-
Associadas				
Publímetro	349.669	-	1.742.609	-
Empreendimentos conjuntos				
Ensitrans	13.577	-	6.000	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(371.397)

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2025 e 2024 referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

35. GARANTIAS PRESTADAS

Entidade	Data Início	Beneficiário	31-dez-2025	31-dez-2024
			Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2º JUÍZO	7.494	7.494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4º BAIRRO FISCAL	95.482	95.482
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7.661	7.661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7.500	7.500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438.047	438.047
Banco BBVA	21-03-2007	Fazenda Pública	1.632	1.632
Banco BBVA	06-12-2010	Fazenda Pública	272.118	272.118
			829.934	829.934

36. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelas sociedades de revisores oficiais de contas ascenderam a 35.815 euros.

37. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de emissão deste relatório, não foram recebidas informações acerca de condições que existiam à data do balanço e que pudessem afetar materialmente a posição financeira e os resultados do Grupo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DECLARAÇÃO

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G, do Código dos Valores Mobiliários, que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, EPE foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 29.º-G, do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, EPE e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Lisboa, 30 de junho de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

6. Demonstrações orçamentais

Orçamento e Plano orçamental plurianual

Un.: Euros						
Rubricas	Designação	Orçamento				PAO
		2023	2024	2025	Soma	2026
	RECEITA CORRENTE	177.158.149	225.935.560	169.688.539	572.782.248	645.244.927
R1	Receita Fiscal	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e substid. de saúde	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0
R5	Transferências Correntes	56.798.752	87.725.843	11.892.496	156.417.091	486.680.807
R51	Administrações Públicas	4.928.058	5.239.537	11.892.496	22.060.091	486.680.807
R511	Administração Central - Estado	4.928.058	5.239.537	11.892.496	22.060.091	486.680.807
R512	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0
R515	Administração Local	7.578.734	0	0	7.578.734	0
R52	Exterior - UE	51.870.694	82.486.306	0	134.357.000	0
R53	Outras	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	109.908.082	126.648.885	146.959.863	383.516.830	147.352.606
R7	Outras receitas correntes	10.451.315	11.560.832	10.836.180	32.848.327	11.211.514
	RECEITA DE CAPITAL	85.693.876	68.252.297	190.635.624	344.581.797	240.027.215
R8	Venda de bens de investimento	200.000	0	0	200.000	0
R9	Transferências de Capital	85.493.876	68.252.297	190.635.624	344.381.797	240.027.215
R91	Administrações Públicas	53.850.000	19.862.066	44.694.729	118.406.795	112.754.339
R911	Administração Central - Estado	53.850.000	19.862.066	44.694.729	118.406.795	112.754.339
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0
R915	Administração Local	0	0	0	0	0
R92	Exterior - UE	31.643.876	48.390.231	145.940.895	225.975.002	127.272.876
R93	Outras	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0	0	0	0	0
	Receita efetiva [1]	262.852.025	294.187.857	360.324.163	917.364.045	885.272.142
	Receita não efetiva [2]	141.411.884	527.019.081	240.721.709	909.152.674	264.976.286
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	23.169.358	23.169.358	0
R13	Receita com passivos financeiros	141.411.884	449.195.539	189.448.454	780.055.877	264.976.286
	Receita total [3] = [1] + [2]	404.263.909	821.206.938	601.045.872	1.826.516.719	1.150.248.428

		Un.: Euros				
Rubricas	Designação	Orçamento				PAO
		2023	2024	2025	Soma	2026
DESPESA CORRENTE		214.966.400	238.234.690	216.951.871	670.152.961	238.692.882
D1	Despesas com o pessoal	89.513.987	102.291.427	105.210.736	297.016.150	109.700.029
D11	Remunerações certas e permanentes	58.944.233	66.787.450	68.839.238	194.570.921	71.842.554
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4.755.700	6.094.495	5.996.037	16.846.232	6.617.037
D13	Segurança social	25.814.054	29.409.482	30.375.461	85.598.997	31.240.438
D2	Aquisição de bens e serviços	72.943.397	67.699.836	61.251.667	201.894.900	80.513.997
D3	Juros e outros encargos	52.509.016	67.629.905	43.979.140	164.118.061	37.255.580
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0
D415	Administração Local	0	0	0	0	0
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0
D43	Famílias	0	0	0	0	0
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	0	613.522	6.510.328	7.123.850	11.223.276
DESPESA DE CAPITAL		196.876.243	282.972.248	274.093.981	680.072.489	511.555.546
D7	Investimento	196.876.243	282.972.248	274.093.981	753.942.472	511.555.546
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0
D815	Administração Local	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Despesa efetiva [4]		411.842.643	521.206.938	491.045.852	1.376.547.864	750.248.428
Despesa não efetiva [5]		0	300.000.000	110.000.000	410.000.000	400.000.000
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	0	300.000.000	110.000.000	410.000.000	400.000.000
Despesa total [6] = [4] + [5]		411.842.643	821.206.938	601.045.852	1.834.095.433	1.150.248.428
Saldo total [3] - [6]		-7.578.734	0	20	-7.578.714	0
Saldo global [1] - [4]		-148.990.618	-227.019.081	-130.721.689	-506.731.388	135.023.714
Despesa primária		359.333.627	453.577.033	447.066.712	1.259.977.372	712.992.848
Saldo corrente		-37.808.251	-12.299.130	-47.263.332	-97.370.713	406.552.045
Saldo de capital		-111.182.367	-214.719.951	-83.458.357	-409.360.675	-271.528.331
Saldo primário		-96.481.602	-159.389.176	-86.742.549	-342.613.327	172.279.294

Plano plurianual de investimentos

Un.: Euros																				
Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto [21] = [13] + ... + [20]
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizados em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do período t-1 [14]	Períodos seguintes						
														2026 [t]	2027	2028	2029	2030	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	
		1 Remodelação da Rede	D.7	E	800.000			11.025.469			n.a.		6.629.705	1.339.933					7.969.638	
		2 Expansão da Rede	D.2	E					2020	2027	5								0	
		2 Expansão da Rede	D.7	E		17.443.523	51.334.960	611.767	2020	2027	5	222.659.025	45.458.685	39.270.166	27.562.502				334.950.378	
		3 Modernização e CBTC	D.7/D.6	E/O		17.186.979		19.836.342	2020	2028	4	44.086.687	28.433.901	46.717.782	8.107.214	20.566.444			147.912.028	
		4 Investimento ML	D.7	E		20.089.245	4.731.755				n.a.		4.473.435	5.460.989					9.934.424	
		5 Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.02	E					2021	2029	3	12.825							12.825	
		5 Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	E			80.677.334		2021	2029	3	18.703.607	11.065.880	134.220.775	89.915.694	77.626.861	78.441.766		409.974.582	
		6 Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2/D.6	E					2021	2029	1								0	
		6 Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	E				29.294.729	2021	2029	1	1.574.700	259.073	77.821.268	170.324.333	234.714.872	217.800.204		702.494.450	
		7 Aquisição 24 UT (Unidades Triplas)	D.7	E/O		8.073.395	9.196.846	2.569.675	2024	2029	2	25.572	6.704.764	13.789.321	18.850.667	61.264.667	40.744.786		141.379.776	
		8 IVA SSebastião/Alcântara Proj.11730	D.7	E		620.483			2021	2029	3	244.181	85.516						329.697	
		9 IVA MLS Odivelas/Loures Proj.12350	D.7	E		601.479			2021	2029	3	69.997	59.587						129.584	
		10 Expansão Metro Sul Teja/ C. Caparica Proj. 15395	D.02	O		760.755			2025	2026	2	0	381.732	1	1.647.767				2.029.500	
Total					800.000	64.775.859	145.940.895	63.337.982	Total			287.376.594	103.552.278	318.620.235	316.408.177	394.172.843	336.986.757	0	0	1.757.116.883

Demonstrações de relato individual

1 – Demonstração de desempenho orçamental – Receita

Un.: Euros

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2025						2024
	RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo de gestão anterior	12.744.256	0	809.616	6.225.326		19.779.198	0
Operações orçamentais [1]						0	51.548.894
Restituição do saldo de operações orçamentais						0	0
Operações de tesouraria [A]			12.209.310			12.209.310	23.275.190
RECEITA CORRENTE	143.546.686	10.108.622	0	0	0	153.655.308	143.198.991
R1 Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R11 Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12 Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2 Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0
R4 Rendimentos de propriedade	12.293	0	0	0	0	12.293	34.911
R5 Transferências correntes	0	10.108.622	0	0	0	10.108.622	3.915.310
R51 Administrações públicas	0	10.108.622	0	0	0	10.108.622	3.915.310
R511 Administração central - Estado	0	10.108.622	0	0	0	10.108.622	3.872.064
R512 Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
R513 Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R514 Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R515 Administração Local	0	0	0	0	0	0	43.246
R52 Exterior - UE	0	0	0	0	0	0	43.246
R53 Outras	0	0	0	0	0	0	0
R6 Venda de bens e serviços	137.861.312	0	0	0	0	137.861.312	136.981.289
R7 Outras receitas correntes	5.673.081	0	0	0	0	5.673.081	2.267.481
RECEITA DE CAPITAL	21.821.851	800.000	69.189.192	0	0	91.811.043	86.513.625
R8 Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	18.647
R9 Transferências de capital	16.833.000	800.000	69.189.192	0	0	86.822.192	86.484.648
R91 Administrações públicas	16.833.000	800.000	0	0	0	17.633.000	19.862.066
R911 Administração central - Estado	16.833.000	800.000	0	0	0	17.633.000	19.862.066
R912 Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
R913 Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R914 Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R915 Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
R92 Exterior - UE	0	0	69.189.192	0	0	69.189.192	66.622.582
R93 Outras	0	0	0	0	0	0	0
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	4.988.851	0	0	0	0	4.988.851	10.330
Receita efetiva [2]	165.368.537	10.908.622	69.189.192	0	0	245.466.351	229.712.616
Receita não efetiva [3]	93.346.723	153.470.000	0	30.000.000	0	276.816.723	442.781.260
R12 Receita com ativos financeiros	93.346.723	0	0	30.000.000	0	123.346.723	65.608.663
	65.600.000	0	0	30.000.000	0	95.600.000	62.707.507
	65.600.000	0	0	30.000.000	0	95.600.000	62.707.507
R13 Receita com passivos financeiros	0	153.470.000	0	0	0	153.470.000	377.172.597
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	258.715.260	164.378.622	69.189.192	30.000.000	0	522.283.074	724.042.770
Operações de tesouraria [B]						0	0

1 - Demonstração de desempenho orçamental - Despesa

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2025						2024
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	DESPESA CORRENTE	147.120.563	53.578.622	0	0	0	200.699.185	214.935.709
D1	Despesas com pessoal	100.946.968	0	0	0	0	100.946.968	97.898.187
D11	Remunerações certas e permanentes	65.936.131	0	0	0	0	65.936.131	63.143.657
D12	Abonos variáveis ou eventuais	6.327.561	0	0	0	0	6.327.561	5.717.417
D13	Segurança social	28.683.276	0	0	0	0	28.683.276	29.037.112
D2	Aquisição de bens e serviços	43.035.897	10.108.622	0	0	0	53.144.519	56.280.176
D3	Juros e outros encargos	2.042.034	43.470.000	0	0	0	45.512.034	59.569.527
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	1.095.664	0	0	0	0	1.095.664	1.187.819
	DESPESA DE CAPITAL	34.424.440	0	67.475.006	959.073	0	102.858.519	92.727.864
D7	Investimento	34.424.440	0	67.475.006	959.073	0	102.858.519	92.727.864
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0	0	0
	Despesa efetiva [5]	181.545.003	53.578.622	67.475.006	959.073	0	303.557.704	307.663.572
	Despesa não efetiva [6]	87.976.198	110.000.000	2.523.802	30.300.000	0	230.800.000	366.600.000
D10	Despesa com ativos financeiros	87.976.198	0	2.523.802	30.300.000	0	120.800.000	65.600.000
D11	Despesa com passivos financeiros	0	110.000.000	0	0	0	110.000.000	300.000.000
	Soma [7] = [5] + [6]	269.521.201	163.578.622	69.998.808	31.259.073	0	534.357.704	674.263.572
	Operações de tesouraria [C]	0	0	0	0	0	0	0
	Saldo para a gerência seguinte	0	0	0	0	0	0	0
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	-10.805.941	800.000	-809.616	-1.259.073	0	-12.074.630	-674.263.572
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	0	0	12.209.310	0	0	12.209.310	0
	Saldo global [2] - [5]	-16.176.466	-42.670.000	1.714.186	-959.073	0	-58.091.353	-307.663.572
	Despesa primária	179.502.969	10.108.622	67.475.006	959.073	0	258.045.670	248.094.046
	Saldo de capital	-12.602.589	800.000	1.714.186	-959.073	0	-11.047.476	-92.727.864
	Saldo primário	-14.134.432	800.000	1.714.186	-959.073	0	-12.579.319	-248.094.046
	Receita total [1] + [2] + [3]	258.715.260	164.378.622	69.189.192	30.000.000	0	522.283.074	0
	Despesa total [5] + [6]	269.521.201	163.578.622	69.998.808	31.259.073	0	534.357.704	674.263.572

2 – Demonstração de execução orçamental da receita

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	2024 (8)	2025 (9)	Total (10) = (5) - (7)		Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100	Período corrente (13) = (9) / (2) x 100
		(1)					(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (5) - (7)		(12) = (8) / (2) x 100	(13) = (9) / (2) x 100
	RECEITA CORRENTE	168.147.501	0	153.655.308	0	153.655.308	0	0	0	153.655.308	153.655.308	0		
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R4	Rendimentos da propriedade	12.294	0	12.293	0	12.293	0	0	0	12.293	12.293	0		
R5	Transferências correntes	11.892.496	0	10.108.622	0	10.108.622	0	0	0	10.108.622	10.108.622	0		
R51	Administrações públicas	11.892.496	0	10.108.622	0	10.108.622	0	0	0	10.108.622	10.108.622	0		
R511	Administração central - Estado	11.892.496	0	10.108.622	0	10.108.622	0	0	0	10.108.622	10.108.622	0		
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R515	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R52	Exterior - UE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R53	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R6	Venda de bens e serviços	146.218.825	0	137.861.312	0	137.861.312	0	0	0	137.861.312	137.861.312	0		
R7	Outras receitas correntes	10.023.886	0	5.673.081	0	5.673.081	0	0	0	5.673.081	5.673.081	0		
	RECEITA DE CAPITAL	500.394.474	0	368.627.766	0	368.627.766	0	0	0	368.627.766	368.627.766	0		
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R9	Transferências de capital	190.635.624	0	86.822.192	0	86.822.192	0	0	0	86.822.192	86.822.192	0		
R91	Administrações públicas	44.694.729	0	17.633.000	0	17.633.000	0	0	0	17.633.000	17.633.000	0		
R911	Administração central - Estado	44.694.729	0	17.633.000	0	17.633.000	0	0	0	17.633.000	17.633.000	0		
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R915	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R92	Exterior - UE	145.940.895	0	69.189.192	0	69.189.192	0	0	0	69.189.192	69.189.192	0		
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	5.000.000	0	4.988.851	0	4.988.851	0	0	0	4.988.851	4.988.851	0		
R12	Ativos financeiros	132.671.437	0	123.346.723	0	123.346.723	0	0	0	123.346.723	123.346.723	0		
R13	Passivos financeiros	172.087.413	0	153.470.000	0	153.470.000	0	0	0	153.470.000	153.470.000	0		
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	47.883.098	0	31.988.508	0	31.988.508	0	0	0	31.988.508	31.988.508	0		
		716.425.073	0	554.271.582	0	554.271.582	0	0	0	554.271.582	554.271.582	0		

3 – Demonstração de execução orçamental da despesa

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau de execução orçamental	
							Período anterior (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Períodos anteriores (11) = (6) / (2) x 100	Período corrente (12) = (7) / (2) x 100
	DESPESA CORRENTE	1.450.392	225.609.857	20.333.247	202.575.490	202.575.490	1.450.392	199.248.797	200.699.189	0	1.876.301	0,6	88,3
D1	Despesas com pessoal	0	105.210.736	3.625.318	101.244.122	101.244.122	0	100.946.968	100.946.968	0	297.154	0,0	95,9
D11	Remunerações certas e permanentes	0	68.543.308	2.322.076	66.036.691	66.036.691	0	65.936.131	65.936.131	0	100.560	0,0	96,2
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	6.729.867	278.620	6.328.285	6.328.285	0	6.327.561	6.327.561	0	724	0,0	94,0
D13	Segurança social	0	29.937.561	1.024.622	28.879.146	28.879.146	0	28.683.276	28.683.276	0	195.870	0,0	95,8
D2	Aquisição de bens e serviços	1.446.840	64.927.030	10.197.601	54.723.670	54.723.670	1.446.840	51.697.682	53.144.522	0	1.579.148	2,2	79,6
D3	Juros e outros encargos	3.470	47.554.070	0	45.512.034	45.512.034	3.470	45.508.564	45.512.034	0	0	0,0	95,7
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D411	Administração Central – Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D412	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D6	Outras despesas correntes	82	7.918.021	6.510.328	1.095.664	1.095.664	82	1.095.583	1.095.665	0	-1	0,0	13,8
	DESPESA DE CAPITAL	3.139.387	490.815.196	12.204.548	378.888.158	378.888.158	3.139.387	330.519.132	333.658.519	0	45.229.639	0,6	67,3
D7	Investimento	3.139.387	250.520.146	12.204.548	148.088.158	148.088.158	3.139.387	99.719.132	102.858.519	0	45.229.639	1,3	39,8
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D811	Administração Central – Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D812	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D9	Outras despesas de capital	0	130.295.050	0	120.800.000	120.800.000	0	120.800.000	120.800.000	0	0	0,0	92,7
D10	Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D11	Passivos financeiros	0	110.000.000	0	110.000.000	110.000.000	0	110.000.000	110.000.000	0	0	0,0	100,0
		4.589.779	716.425.053	32.537.795	581.463.648	581.463.648	4.589.779	529.767.929	534.357.708	0	47.105.940	0,6	73,9

4 – Demonstração da execução plurianual de investimentos

Un.: Euros																		
Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			execução financeira anual (%)	execução financeira global (%)
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano t 2025	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	2025	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	[15]	[16]	[17] = [15] + [16]	[17]	[18]
		1 Remodelação da Rede	D.6	E									0			0	0,00%	-
		1 Remodelação da Rede	D.7	E	700.000	5.929.705					11.825.469		11.825.469		6.629.705	6.629.705	9,55%	56,06%
		2 Expansão da Rede	D.2	E					2020	2027			0			0	0,00%	-
		2 Expansão da Rede	D.7	E		11.941.062	33.517.623		2020	2027	69.390.250	66.832.668	136.222.918	222.659.025	45.458.685	268.117.710	65,51%	65,51%
		3 Modernização e CBTC	D.6	E/O		312.028									312.028		0,84%	-
		3 Modernização e CBTC	D.7	E/O		5.230.370	22.891.503		2020	2028	37.023.321	75.391.440	112.414.761	44.086.687	28.121.873	72.208.560	75,96%	75,96%
		4 Outros	D.7	E		4.473.435					24.821.000		24.821.000		4.473.435	4.473.435	18,02%	18,02%
		5 Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2/D.6	E					2021	2029			0	12.825		12.825	0,00%	-
		5 Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	E			11.065.880				80.677.334	380.205.096	460.882.430	18.703.607	11.065.880	29.769.487		13,72%
		6 Metro Ligeiro Superfície Odiveiras/Loures	D.2/D.6	E									0			0	-	-
		6 Metro Ligeiro Superfície Odiveiras/Loures	D.7	E				259.073	2021	2029	29.294.729	700.660.677	729.955.406	1.574.700	259.073	1.833.773	1,31%	0,88%
		7 Aquisição 24 UT (Unidades Triplas)	D.7	E/O		6.704.764			2024	2029	19.839.916	134.649.441	154.489.357	25.572	6.704.764	6.730.336	2,44%	33,79%
		8 IVA SSebastião/Alcântara Proj.11730	D.7	E		85.516			2021	2029	620.483		620.483	244.181	85.516	329.697	-	13,78%
		9 IVA MLS Odiveiras/Loures Proj.12350	D.7	E		59.587			2021	2029	601.479		601.479	69.997	59.587	129.584	7944,92%	9,91%
		10 Expansão Metro Sul Teja/ C. Caparica Proj.	D.02	O		381.732			2021	2029	760.755	1.647.768	2.408.523	0	381.732	381.732	-	50,18%
				Total	700.000	35.118.199	67.475.006	259.073	Total		274.854.736	1.359.387.090	1.634.241.826	287.376.594	103.552.278	390.616.844	37,68%	142,53%

Anexo às Demonstrações orçamentais

1 – Alterações orçamentais da receita

		Receita					Un. Euros
Rubricas	Descrição	Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
RECEITA CORRENTE		169.688.539	12.396.028	13.937.066	0	168.147.501	
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	
R4	Rendimentos da propriedade	0	12.294	0	0	12.294	
R5	Transferências correntes	11.892.496	10.108.622	10.108.622	0	11.892.496	
R51	Administrações públicas	11.892.496	10.108.622	10.108.622	0	11.892.496	
R511	Administração central - Estado	11.892.496	10.108.622	10.108.622	0	11.892.496	
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	
R515	Administração Local	0	0	0	0	0	
R6	Venda de bens e serviços	146.959.863	1.071.962	2.213.000	0	145.818.825	
R7	Outras receitas correntes	10.836.180	803.150	1.615.444	0	10.023.886	
RECEITA DE CAPITAL		190.635.624	0	0	0	190.635.624	
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	
R9	Transferências de capital	190.635.624	0	0	0	190.635.624	
R91	Administrações públicas	44.694.729	0	0	0	44.694.729	
R911	Administração central - Estado	44.694.729	0	0	0	44.694.729	
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0	
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	
R915	Administração Local	0	0	0	0	0	
R92	Exterior - UE	145.940.895	0	0	0	145.940.895	
R93	Outras	0	0	0	0	0	
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	
Receita efetiva [1]		360.324.163	12.396.028	13.937.066	0	358.783.125	
Receita não efetiva [2]		240.721.709	129.281.280	17.361.041	0	336.830.287	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	0	5.000.000	0	-5.000.000	
R13	Passivos financeiros	189.448.454	0	17.361.041	0	172.087.413	
Saldo da gestão anterior - operações orçamentais		0	0	0	0	0	
Receita total [3] = [1] + [2]		601.045.872	141.677.308	31.298.107	0	711.425.073	

2 – Alterações orçamentais da despesa

		Despesa					Un. Euros
Rubricas	Descrição	Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D1	Despesas com o pessoal	216.951.871	16.991.281	8.333.295	0	225.609.857	
D11	Remunerações certas e permanentes	105.210.736	3.164.930	3.164.930	0	105.210.736	
D12	Abonos variáveis ou eventuais	68.839.238	1.815.000	2.110.930	0	68.543.308	
D13	Segurança social	5.996.037	733.830	0	0	6.729.867	
D2	Aquisição de bens e serviços	30.375.461	616.100	1.054.000	0	29.937.561	
D2	Aquisição de bens e serviços	61.251.667	8.843.728	5.168.365	0	64.927.030	
D3	Juros e outros encargos	43.979.140	3.574.930	0	0	47.554.070	
D6	Outras despesas correntes	6.510.328	1.407.693	0	0	7.918.021	
Despesa efetiva [4]		274.093.981	163.450.415	56.729.200	0	380.815.196	
D7	Investimento	274.093.981	33.155.365	56.729.200	0	250.520.146	
D9	Outras despesas de capital	0	130.295.050	0	0	130.295.050	
Despesa não efetiva [5]		110.000.000	0	0	0	110.000.000	
D11	Despesa com passivos financeiros	110.000.000	0	0	0	110.000.000	
Despesa total [6] = [4] + [5]		601.045.852	180.441.696	65.062.495	0	716.425.053	
Saldo total [3] - [6]		20	-38.764.388	-33.764.388	0	-4.999.980	
Saldo global [1] - [4]		-130.721.689	-168.045.668	-51.125.429	0	-247.641.928	
Despesa primária		447.066.712	176.866.766	65.062.495	0	558.870.983	
Saldo corrente		-47.263.332	-4.595.253	5.603.771	0	-57.462.356	
Saldo de capital		-83.458.357	-163.450.415	-56.729.200	0	-190.179.572	
Saldo primário		-86.742.549	-164.470.738	-51.125.429	0	-200.087.858	

3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

													Un.: Euros
Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
				Início	Fim	2025		Períodos seguintes					
						Dotação anual	Dotação corrigida	2025	2026	2027	2028	Outros	
[1]	[2]	[3]		[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]
	1	Remodelação da Rede	D.6										0
	1	Remodelação da Rede	D.7			11.825.469	10.534.546	6.629.705	1.339.933				-1.290.923
	2	Expansão da Rede	D.2	2020	2027								0
	2	Expansão da Rede	D.7	2020	2027	69.390.250	67.823.370	45.458.685	39.270.166	27.562.502			-1.566.880
	3	Modernização e CBTC	D.7/D.6	2020	2028	37.023.321	40.983.187	28.121.873	46.717.782	8.107.214	20.566.444		3.959.866
	4	Outros	D.7			24.821.000	7.254.700	4.473.435	5.460.989				-17.566.300
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2	2021	2029								0
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	2021	2029	80.677.334	80.677.334	11.065.880	134.220.775	89.915.694	77.626.861	78.441.766	0
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2/D.6	2021	2029								0
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	2021	2029	29.294.729	30.607.687	259.073	77.821.268	170.324.333	234.714.872	217.800.204	1.312.958
	7	Aquisição 24 UT (Unidades Triplas)	D.7	2024	2029	19.839.916	11.729.388	6.704.764	13.789.321	18.850.667	61.264.667	40.744.786	-8.110.528
	8	IVA SSebastião/Alcântara Proj.11730	D.7	2021	2029	620.483	620.483	85.516					0
	9	IVA MLS Odivelas/Loures Proj.12350	D.7	2021	2029	601.479	601.479	59.587					0
	10	Expansão Metro Sul Teja/ C. Caparica Proj. 15395	D.02	2025	2026	760.755	1.141.837	381.732	1	1.647.767			381.082
Total						274.854.736	251.974.011	103.240.250	318.620.235	316.408.177	394.172.843	336.986.757	-22.880.725

4 – Operações de tesouraria

Un. Euros					
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
RECEITA		23.275.190	0	11.065.880	12.209.310
R.17	Operações Extraorçamentais	23.275.190	0	11.065.880	12.209.310
R.17.02	Outras operações de tesouraria	23.275.190	0	11.065.880	12.209.310
R.17.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	23.275.190		11.065.880	12.209.310
DESPESA		0	0	0	0
D.12	Operações Extraorçamentais	0	0	0	0
D.12.02.00	Outras operações de tesouraria	0	0	0	0
D.12.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria		0		0
Total		23.275.190	0	11.065.880	12.209.310

5 – Contratação administrativa

5.1 – Situação dos contratos

ND

5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público s/ publicação JOUE		Concurso público c/ publicação JOUE		Consulta prévia		Ajuste direto		Outros			
	Número dos contratos [1]	Preço contratual [2]	Número dos contratos [3]	Preço contratual [4]	Número dos contratos [5]	Preço contratual [6]	Número dos contratos [7]	Preço contratual [8]	Número dos contratos [9]	Preço contratual [10]	Número de contratos [11]	Valor [12]
Locação de bens	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
Aquisição de bens	2	79.914,72 €	1	463.099,53 €	1	130.281,96 €	0	- €	2	1.272.600,00 €	6	1.945.896,21 €
Aquisição de serviços	18	2.516.312,47 €	6	16.396.212,92 €	9	258.913,00 €	26	11.127.617,04 €	3	74.610,00 €	62	30.373.665,43 €
Aquisição de bens e serviços	4	501.195,22 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	4	501.195,22 €
Empreitadas	5	1.400.182,45 €	0	- €	2	188.304,62 €	0	- €	0	- €	7	1.588.487,07 €
Total	29	4.497.604,86 €	7	16.859.312,45 €	12	577.499,58 €	26	11.127.617,04 €	5	1.347.210,00 €	79	34.409.243,93 €

6 – Transferências e subsídios

6.1 – Transferências e subsídios — despesa

Tipo de despesa	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade beneficiária (3)	Despesas orçamentadas (4)	Despesas autorizadas (5)	Despesas pagas (6)	Despesas autorizadas e não pagas (7) = (5) - (6)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferências correntes									
Total transferências correntes	-	-	-	0	0	0	0	0	-
Transferências de capital							0		
Total transferências de capital	-	-	-	0	0	0	0	0	-
Subsídios							0		
Total subsídios	-	-	-	0	0	0	0	0	-

6.2 – Transferências e subsídios — receita

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes								
Indemnizações compensatórias	RCM n° 196/2024	Atribuição de indemnizações compensatórias no âmbito do passe Social +	GPIAAF	966.816	0	966.816	-966.816	
Contrato de concessão	RCM n°57-D/2024	Atribuição de compensação financeira no âmbito das obrigações de serviço público	GPIAAF	10.925.680	10.108.622	817.058	0	
Total transferências correntes	-	-	-	11.892.496	10.108.622	1.783.874	-966.816	-
Transferências de capital								
Apoio Remodelação Rede	Despacho n° 152/2024/SEO	Remodelação da Rede	GPIAAF	800.000	700.000	100.000	0	
Expansão linha Circular	RCM n° 89/2023	Expansão Rato/Cais do Sodré	PACS 2030 – Fundo de Coesão, IP	36.109.312	32.708.006	3.401.306		
Expansão linha Circular	RCM n° 89/2023	Expansão Rato/Cais do Sodré	FA – Fundo Ambiental	17.443.523	0	17.443.523		
Modernização e CBTC	RCM n° 33/2024	Modernização Sistema de Sinalização Linha Azul, Anel Amarela/Verde e PMOs e Aquisição de 14 Unidades Triplas (Material Circulante) – CBTC	FA – Fundo Ambiental	10.500.000	10.500.000	0		
Modernização e CBTC	RCM n° 33/2024	Modernização Sistema de Sinalização Linha Azul, Anel Amarela/Verde e PMOs e Aquisição de 14 Unidades Triplas (Material Circulante) – CBTC	PACS 2030 – Fundo de Coesão, IP	0	25.415.305	-25.415.305		
Aquisição 24 Uts	RCM n° 122/2023	Aquisição de 24 Unidades Triplas (UT) no âmbito da expansão da Linha Vermelha	FA – Fundo Ambiental	6.333.000	6.333.000	0		
Aquisição 24 Uts	RCM n° 122/2023	Aquisição de 24 Unidades Triplas (UT) no âmbito da expansão da Linha Vermelha	PACS 2030 – Fundo de Coesão, IP	9.196.846	0	9.196.846		
Expansão Linha Vermelha	RCM n° 31/2024	Expansão S.Sebastião/Alcantara	PRR – Estrutura de Missão Recuperar Portugal	80.677.334	11.065.880	69.611.454		
Construção Linha Violeta	RCM n° 155/2023	Expansão Odivelas/Loures	PRR – financiamento prévio ETF	29.294.729	259.073	29.035.656		
Total transferências de capital	-	-	-	190.354.744	86.981.265	103.373.479	0	-
Subsídios						0		
Total subsídios	-	-	-	202.247.240	97.089.887	105.157.353	0	-

7. Declaração de conformidade da informação reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Lisboa, 30 de junho de 2026

O Conselho de Administração

Eng.^a Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Eng. Bruno Manuel Curto Marques

Dr.^a Sónia Alexandra Martins Páscoa

8. Parecer do Conselho Fiscal às Contas individuais e consolidadas



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 2025

1. ENQUADRAMENTO

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial que se rege pelos respetivos Estatutos¹ e pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)². O seu objeto principal consiste na prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português a 23 de março de 2015 e do [Aditamento](#) ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros (daqui em diante designado abreviadamente de Aditamento) celebrado em 27 de março de 2024 e que entrou em vigor em 15 de julho de 2024, na sequência do visto prévio do Tribunal de Contas.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)³ e dos Estatutos do ML, cabe ao Conselho Fiscal (CF) fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade do ML, bem como emitir parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão⁴, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do ML (“Grupo ML”⁵) e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025⁶, atentas as respetivas Certificações Legais de Contas (CLC), emitidas pelo Revisor Oficial de Contas

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, com as alterações do [Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro](#), do [Decreto-Lei n.º 124/2025, de 25 de novembro](#) e do [Decreto-Lei n.º 106/2026, de 27 de maio](#).

² Este diploma estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial e foi aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro](#), na sua atual redação.

³ O n.º 2, do artigo 60.º, do RJSPE, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Regime Jurídico.

⁴ Apresentado ao abrigo do disposto no n.º 6, do artigo 508.º-C, do CSC.

⁵ As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult), Metrocom, S.A. - Exploração de Espaços Comerciais, S.A., TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E. e Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.), estão incluídas nas contas consolidadas, através do método de equivalência patrimonial.

⁶ Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão na sequência da respetiva aprovação, em 30 de junho de 2026, pelo Conselho de Administração (CA).



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

(ROC)⁷, os Relatórios de Auditoria emitidos pelo Auditor Externo⁸ e os correspondentes Relatórios Adicionais⁹.

O relatório e o parecer do CF tiveram em conta o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações do Estado, enquanto detentor do capital estatutário, relativas ao processo de prestação de contas de 2025, constantes do [Ofício-Circular n.º SAI/2026/904, de 26/01/2026](#), da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF).

Também foram tidos em consideração os despachos de 28 de fevereiro e de 11 de março de 2025, respetivamente, da Senhora Secretária de Estado da Mobilidade e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, que aprovaram o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025-2027 do ML, circunscrito apenas ao ano de 2025¹⁰.

Neste âmbito, e para efeitos do presente relatório e parecer, importa salientar o seguinte:

- a) O ML é considerado, para efeitos do Orçamento do Estado, como entidade pública reclassificada, de regime geral, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública;
- b) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2025, aprovadas pelo CA, em 30 de junho de 2026, foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal, com a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)¹¹ e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), respetivamente, e a informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI) Standards*;
- c) Através de Despacho dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Mobilidade, de 19 de dezembro de 2024, foram aprovados os documentos de prestação de contas,

⁷ João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC Dr. João Amaro Santos Cipriano.

⁸ Kreston & Associados, SROC, LDA., representada pelo Dr. Pedro Morais dos Santos.

⁹ Nos termos do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.

¹⁰ No âmbito do processo de aprovação do PAO 2025-2027 do ML, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças emitiu o Despacho n.º 215/2025-SETF, de 24 de fevereiro, através do qual concedeu autorizações nomeadamente para: a extensão do prazo de contratação de 30 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-2025 até 30 de setembro de 2025; o aumento dos Gastos operacionais, limitados em execução à despesa orçamental aprovada no Orçamento do Estado para 2025, enquanto não for garantido financiamento adicional; e a aquisição/locação até 5 viaturas para a frota operacional em 2025.

¹¹ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na redação atual. O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que, de acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação atual, o subsistema de contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas, supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central de Contabilidade e Contas Públicas, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025 (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março), e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

individuais e consolidadas, do ML, referentes ao exercício de 2023, com recomendações¹², atentas as reservas e as ênfases expressas nas certificações legais das contas e nos relatórios dos auditores externos, assim como o parecer do CF. Quanto aos documentos de prestação de contas de 2024, ainda não foi proferido o despacho de aprovação, tendo o CA procedido ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, por considerar que as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas;

- d) Conforme referido, foi celebrado, em 2024, um [Aditamento](#), que prorrogou o prazo de vigência da concessão até 1 de julho de 2030 e modificou o clausulado em matérias que careciam de tratamento e atualização, designadamente ao nível dos mecanismos de monitorização do desempenho e reporte de informação, do modelo de remuneração do concessionário, bem como das regras referentes ao regime financeiro das infraestruturas ferroviárias;
- e) O novo modelo de remuneração do concessionário compreende as seguintes componentes: i) receita tarifária, proveniente diretamente dos utilizadores do serviço e das compensações tarifárias; ii) receita complementar; iii) compensação por cumprimento de obrigações de serviço público (COSP Concessão); e iv) remuneração autónoma, destinada a compensar o ML pelas atividades realizadas por conta do Estado (investimentos realizados em bens afetos à concessão, serviço da dívida, derivados e benefícios pós-emprego), as quais apenas produzem efeitos financeiros após aprovação expressa do Concedente;
- f) O ML informa que tem vindo a desenvolver esforços junto de diferentes entidades, no sentido de clarificar/estabilizar os novos modelos de remuneração e de contabilização dos ativos e passivos afetos à concessão, decorrentes do Aditamento, e que ainda não foi possível finalizar este processo. Neste contexto, o órgão de gestão do ML optou por refletir nas demonstrações financeiras de 2025 as alterações decorrentes do referido Aditamento, aplicando a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, a partir de 1 de janeiro de 2025.

¹² Foi recomendado ao CA que diligenciasse pela implementação de um Sistema que permita a obtenção e validação de forma automática das demonstrações orçamentais, em cumprimento do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, bem como da observação do cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em 25 de outubro de 2023¹³, acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade do ML no decurso do ano de 2025, bem como os procedimentos de encerramento e revisão das contas.

Em 2025, é de destacar as seguintes atividades realizadas pelo CF:

- a) Análise da proposta de PAO para 2026, incluindo o plano plurianual de investimentos e respetivas fontes de financiamento para o período de 2026-2028, com a emissão do respetivo parecer já em início de 2026;
- b) Consulta das atas das reuniões do CA que foram disponibilizadas;
- c) Consulta dos Relatórios mensais de Indicadores de Capital Humano;
- d) Realização de 19 reuniões.

Em 2025, e com especial enfoque nos procedimentos de encerramento e revisão das contas de 2025, são de realçar as seguintes atividades:

- a) Elaboração dos relatórios da execução referentes ao 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2025, os últimos já concluídos no início de 2026;
- b) Emissão de parecer sobre aumento de capital da FERCONSULT;
- c) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
- d) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, datados de 31 de julho de 2026, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
- e) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;
- f) Acompanhamento da atividade desenvolvida pelo Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, através da realização de contactos e reuniões;

¹³ O CF foi nomeado para o mandato 2023-2025, através de Despacho dos então Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, respetivamente, de 11/10/2023 e de 25/10/2023.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

- g) Análise do Relatório Consolidado de gestão, das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2025 e respetivos anexos, do Relatório de governo societário e das Demonstrações não financeiras.

Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores Externos e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2025, com a presença do CA, do ROC, dos Auditores Externos e do CF, em conformidade com o disposto no n.º 4, do artigo 14.º, dos Estatutos do ML.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira (interlocutora designada pelo CA), bem como dos colaboradores do ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

3. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Relatório Consolidado de Gestão reflete adequadamente a atividade do ML e do Grupo ML do exercício de 2025, estando aquele coerente com as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme expresso nos relatórios de auditoria referentes ao mesmo exercício. Com este enquadramento, o CF destaca as matérias constantes dos pontos seguintes.

3.1. Indicadores de atividade (ML)

Em 2025, verificou-se um decréscimo da **procura** do ML, face a 2024, tanto no número de passageiros transportados com título pago (-1,52%), como no de passageiros totais transportados (-1,84%)¹⁴.

Em comparação com o ano anterior, verificou-se um aumento da **oferta** (+329.552 carruagens*Km | +1,1%), com destaque para a linha amarela (+209.567 carruagens*Km | +2,9%). Sublinha-se que, em 2025, o serviço de transporte passou a integrar circulações de comboios com seis carruagens de forma permanente, pelo que seria expectável um aumento da oferta mais expressivo, o que não se verificou devido à evolução desfavorável (-1,57 p.p.) da taxa de realização de circulações na rede face a 2024¹⁵.

¹⁴ Inclui passes gratuitos, sujeitos a compensações tarifárias e fraude.

¹⁵ A evolução desfavorável da taxa de realização de circulação (95,98% em 2025 e 97,55% em 2024) deveu-se, essencialmente, à imobilização de material circulante para manutenção programada, à modificação e instalação de equipamento embarcado associado ao novo sistema de sinalização CBTC (*Communications-Based Train Control*) e a outros sistemas embarcados, bem como ao absentismo de maquinistas.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3.2. Demonstrações financeiras (ML)

O ML encerrou o exercício de 2025 com um **prejuízo de 4,8 milhões de euros (M€)**, o que traduz uma evolução favorável de 15 M€ em relação ao valor registado no ano anterior e um desvio favorável de 5,7 M€ face ao orçamento para o mesmo período. Para este desvio contribuíram diferentes fatores, sendo determinante a variação, igualmente favorável, registada nos subsídios à exploração (+284% | +31,1 M€).

As **vendas e serviços prestados** registados em 2025, de 130,4 M€, representam uma contração de 1,4% (-1,9 M€) comparativamente a 2024, correspondendo 82,7 M€ (-5,9% face a 2024) a receitas geradas pela venda de títulos ocasionais e passes, 40,7 M€ (+10,1% face a 2024) a compensações tarifárias¹⁶ e 7,0 M€ (-5,9% face a 2024) a receitas complementares¹⁷.

Os **subsídios à exploração** registados em 2025, no valor global de 42,0 M€, decorrem essencialmente do reconhecimento das compensações previstas no Aditamento, correspondendo 26,0 M€ à COSP Concessão¹⁸ e 15,7 M€ à remuneração autónoma¹⁹. Os subsídios à exploração constituíram o principal fator para a evolução favorável do resultado do ML, os quais compensaram os aumentos registados em diferentes rubricas de gastos.

Em 2025, os **gastos operacionais** (totais) ascenderam a 287,4 M€, o que representa um aumento de 69,4% (+117,8 M€), face ao ano anterior, essencialmente pelo efeito dos gastos de construção em ativos concessionados (102,6 M€ em 2025 | 0 euros em 2024). Sem os referidos gastos de construção, os gastos operacionais (totais) registariam um aumento de 8,9%, destacando-se os seguintes incrementos: (i) 6,2 M€ (+49%) nos gastos com depreciações e amortizações; (ii) 3,1 M€ (+166,4%) nos outros gastos²⁰; (iii) 2,9 M€ (+2,9%) nos gastos com pessoal (GcP); e (iv) 2,4 M€ (+6,3%) nos gastos com fornecimentos e serviços externos (FSE)²¹.

¹⁶ Compensações: compensação tarifária, comparticipação 4_18/Sub 23 e Social +, gratuitos Lisboa (CML) e outros, antigos combatentes e congelamento de passes, entre outros.

¹⁷ Cartões, subconcessões, alugueres de espaços, filmagens e *merchandising*.

¹⁸ Prevista na cláusula 31.ª do aditamento. A COSP Concessão foi apurada através da metodologia e fórmula de cálculo constantes no Anexo 4 do Aditamento.

¹⁹ Prevista na cláusula 32.ª do aditamento ao contrato de concessão. A remuneração autónoma corresponde às despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, nomeadamente serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego e outras que não correspondam aos custos correntes de exploração do serviço público de transporte.

²⁰ Reflete essencialmente a desvalorização do dólar em relação ao euro, observada em 2025, repercutindo-se na valorização dos dois colaterais constituídos em moeda USD.

²¹ O aumento dos gastos com FSE é essencialmente fundamentado pelo aumento dos encargos com serviços de vigilância e segurança e serviços de limpeza.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Por efeito do Aditamento e por aplicação da IFRIC 12, em 2025, foram registados rendimentos de construção em ativos concessionados²², de 102,6 M€, e **gastos associados de construção em ativos concessionados**²³, de igual valor, considerando que o Estado irá cobrir a totalidade das despesas e encargos incorridos em seu nome.

Os **gastos com pessoal** totalizaram 105,2 M€, em 2025, o que traduz um desvio favorável de 1,8 M€ (- 1,7%) face ao orçamentado e aprovado para o período (107,0 M€) e um aumento de 2,9 M€ (+ 2,9%) comparativamente ao período homólogo. Esta evolução decorre da combinação de um conjunto de fatores, salientando-se os acréscimos homólogos de 12,9% (1,5 M€) e 2,4% (+1,7 M€) das responsabilidades com pensões e da componente “remunerações”²⁴.

A 31 de dezembro de 2025, a **situação patrimonial** do ML evoluiu favoravelmente, face a 2024, em resultado do aumento de capital (153,5 M€) que sobrecompensou o prejuízo do exercício e os ajustamentos/outras variações no capital próprio, destacando-se, desta rubrica, os impactos desfavoráveis: (i) do desconhecimento de 19,4 M€ relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Modernização dos Sistemas de Sinalização — 1.ª Fase»; e (ii) das perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (4,0 M€).

Na mesma data, o capital próprio do ML representa 55% do capital social, o que se aproxima do limite de 50% estabelecido no artigo 35.º do CSC, pelo que o CF alerta para a necessidade de o Estado continuar a assegurar o “financiamento” do ML e o CA adotar medidas adicionais que permitam melhorar o resultado operacional da empresa.

O **Ativo total** situou-se nos 5.957,3 M€, correspondendo a um aumento pouco expressivo (0,5% | +31,5 M€) face a 2024. Contudo, registaram-se alterações significativas na forma de reconhecer os ativos concessionados, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025, por aplicação da IFRIC 12. Neste âmbito, registaram-se variações nos “ILD”, “ativos fixos tangíveis”, “ativos fixos intangíveis” e “outros créditos a receber”, destacando-se que o saldo desta rubrica integra os valores apurados pelo ML a

²² Refere-se ao aumento de investimento bruto em bens afetos à concessão, registado como um ativo financeiro.

²³ Despesas e encargos assumidos pelo ML com fornecedores, em nome do Estado, referentes a Infraestruturas Ferroviárias, outros ativos da Concessão (incluindo o Material Circulante) e grandes reparações, considerando que o Estado irá cobrir a totalidade das despesas e encargos incorridos pelo ML em seu nome, sendo expectável que os gastos e os rendimentos com o serviço de construção sejam de igual montante (ver nota 4.2. do anexo às DF).

²⁴ Resultante de: novas contratações (0,8 M€); atualizações salariais em 56,58 euros e 2,15%, decorrentes do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro (0,3 M€); aplicação dos Acordos de Empresa - promoções e progressões (0,3 M€); e medidas gestionárias e valorizações remuneratórias (0,3 M€).



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

título de Remuneração Autónoma (49,5 M€)²⁵ e COSP concessão (18,2 M€)²⁶, por receber do Estado ao abrigo do Aditamento. Estes valores carecem de validação do Gestor do Contrato e do Concedente, nos termos previstos nas cláusulas 31.6 e 32.2 do Aditamento.

O **Passivo total** fixou-se em 3.542,3 M€, o que traduz uma redução (-2,6% | -93,5 M€) face a 2024, destacando-se: (i) a diminuição (-229,7 M€) do passivo total associado às ILD, que inclui os efeitos da liquidação do empréstimo obrigacionista “Metro 2025” (-110 M€); e (ii) o aumento (+124,5 M€) das “*outras dívidas a pagar*”, afetas à operação ML, justificado essencialmente pela restituição a efetuar dos montantes subsidiados no âmbito do PRR²⁷ e pelo desreconhecimento de subsídios atribuídos pelo Fundo Ambiental²⁸.

O exercício de 2025 registou uma **variação líquida de caixa** positiva em 2,1M €, em contraste com a redução observada em 2024.

O excedente gerado pelas **atividades operacionais** ascendeu a 31,2 M€, traduzindo uma recuperação face a 2024.

As **atividades de investimento** registaram um fluxo líquido negativo de 27,1 M€, valor que representa uma redução de 50,3% do esforço de investimento face a 2024 e que ficou 103,5 M€ abaixo do montante previsto no PAO 2025 aprovado, enquanto as **atividades de financiamento** refletem, essencialmente, o recebimento de 153,5 M€ de dotações de capital para a cobertura da amortização do empréstimo obrigacionista 2025 e juros.

3.3. Proposta de Aplicação de Resultados (ML)

A proposta de aplicação do resultado do ML, apresentada pelo CA, no sentido de o prejuízo de 4.816.856 euros apurado no exercício de 2025 ser transferido para a conta de Resultados Transitados, merece a concordância do CF, uma vez que se encontra em consonância com o quadro legal aplicável.

²⁵ Corresponde às despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente (consultar nota 4.2. do anexo às DF) que ainda não foram objeto de reembolso, designadamente os investimentos não comparticipados, benefícios pós-emprego, provisões, juros, PRR – restituição, entre outros.

²⁶ O saldo desta rubrica corresponde aos montantes remanescentes de 2024 (2,3 M€) e de 2025 (15,9 M€), cujo recebimento aguarda a validação pelo Gestor do Contrato.

²⁷ Na sequência do despacho, de 20 de março de 2026, da Secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, o ML foi notificado para proceder à restituição dos montantes subsidiados no âmbito do PRR, no valor total de 75.315.781 euros, dos quais 42.377.863 euros relativos ao Investimento com a “*Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara*” e 32.937.918 euros relativos ao Investimento com o “*Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures*”.

²⁸ Posteriormente subsidiados pelo Sustentável 2030.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3.4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2025, refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado líquido e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

Face ao peso muito significativo do ML no conjunto do Grupo ML, não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e consolidadas, evidenciando estas um ativo total de 5.958,4 M€, um passivo total de 3.556,9 M€ e um capital próprio de 2.401,5 M€.

O **resultado líquido consolidado** ascendeu, em 2025, a -4,8 M€, representando um agravamento face ao resultado registado em 2024 (-19,8 M€). No final de 2025, observa-se uma evolução favorável do resultado operacional (0,2 M€ em 2025 e -18,9 M€ em 2024).

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

Nas CLC emitidas pelo ROC²⁹, em 31 de julho de 2026, e nos Relatórios de Auditoria emitidos pelos auditores externos³⁰, em 31 de julho de 2026, foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

Ambas as CLC, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expressam opiniões modificadas, com a emissão de reservas por limitação de âmbito relativas à/ao:

- a) Reconhecimento e recuperabilidade do rendimento decorrente do aditamento ao contrato de concessão;
- b) Política de reconhecimento e mensuração das infraestruturas de longa duração e falta de validação dos saldos com o Estado; e
- c) Ativo referente a rendimentos reconhecidos em anos anteriores por obras prestadas e não protocoladas.

As CLC e os Relatórios de Auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva.

As matérias objeto de ênfases nas CLC e relatórios de Auditoria, estão relacionadas com: i) o pressuposto de continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do

²⁹ Em cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 451.º, do CSC.

³⁰ Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 45.º, do RJSPE.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

apoio financeiro do Estado; ii) a comparabilidade das demonstrações financeiras; e iii) aguardar-se a aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2024.

Conforme referido na alínea f), do ponto 1. do presente parecer, relativamente às matérias objeto de reservas, o CA encontra-se a desenvolver esforços no sentido de clarificar/estabilizar os novos modelos de contabilização e remuneração, decorrentes do Aditamento.

5. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS³¹ E ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA³²

Com relevância para o presente ponto, reforça-se que o PAO 2025 do ML foi aprovado e que, neste âmbito, foram concedidas as autorizações indicadas no ponto 1. do presente parecer. Com este enquadramento e tendo em consideração os esclarecimentos prestados e a informação constante no ponto VIII do Relatório Consolidado de Gestão, destaca-se:

a) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O Relatório Consolidado de Gestão evidencia o grau de **execução** de diversos indicadores orçamentais e aprovados para o exercício, nomeadamente de volume de negócios, resultados, investimento e endividamento, bem como do orçamento carregado no Sistema de Orçamento do Estado, justificando os principais desvios.

Neste âmbito, destaca-se que o Resultado Líquido do ML registado em 2025 (-4,8 M€) traduz um desvio favorável de 5,7 M€ face ao orçamentado (-10,5 M€) e um desagravamento de 15 M€, em relação ao final do ano anterior (-19,8 M€), como explicado no ponto 3.2 do presente parecer.

b) Execução do Plano de Investimentos

O **investimento** realizado (formação bruta de capital fixo), no valor global de 114 M€, representa uma taxa de execução de apenas 35 % face ao valor previsto (325,1 M€), sendo que os projetos com valores de execução mais elevados, referentes ao “*Prolongamento Rato/Cais do Sodré*” (45,4 M€), “*Projeto de modernização do sistema de sinalização e material circulante*” (22,9 M€) e “*Prolongamento S. Sebastião/Alcântara*” (9,5 M€) registaram taxas de execução de 18,6%, 57%, e 88,1%, respetivamente.

³¹ Designadamente as normas contidas na Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2025, e no Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025.

³² Através do ofício circular SAI/2026/904 atrás citado, sobre o processo de prestação de contas de 2025.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

O investimento executado no ano foi financiado pelo Orçamento do Estado (73,7%)³³, Fundos Europeus (26,2%) e receitas próprias (0,1%).

c) Eficiência Operacional³⁴

Em 2025, o peso dos gastos operacionais³⁵ (149,5 M€) sobre o volume de negócios³⁶ (156,4 M€) – 95,6% – registou um desvio favorável de 9 p.p. face ao orçamentado para 2025.

Para o cálculo do referido rácio, sublinha-se que o volume de negócios integra a COSP (subsídio à exploração de 26 M€) e que os gastos operacionais (149,5 M€) ficaram globalmente dentro do limite de 178,06 M€ aprovado para o mesmo período, por Despacho das Tutelas Financeira e Setorial que procedeu à aprovação do PAO de 2025.

d) Evolução dos recursos humanos, gastos com pessoal e massa salarial

A 31 de dezembro de 2025, o ML dispunha de um total de 1.585³⁷ trabalhadores, que representa um aumento líquido de 18 trabalhadores face a 2024 (1.567³⁸), decorrente da movimentação de trabalhadores ocorrida no exercício³⁹.

Não obstante se verifique que, no final de 2025, o quadro de pessoal ficou muito aquém dos 1.639 trabalhadores autorizados para o mesmo período (-54 trabalhadores), os GcP atingiram o montante de 105,2 M€, o que representa um aumento de 2,9 M€ face a 2024 e um desvio favorável de 1,8 M€ comparativamente ao orçamentado e aprovado para o período, traduzindo um nível de contratações inferior ao inicialmente previsto.

De acordo com os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2025, a massa salarial registou um aumento de 3,6% face a 2024, cumprindo o limite de 4,7% estabelecido no referido [Despacho n.º 1103-B/2025](#), do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, de 22 de janeiro de 2025.

³³ Fundo Ambiental (45,1M€), Remuneração Autónoma (38,1 M€) e Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (0,7 M€).

³⁴ Medida através do rácio Gastos Operacionais/ Volume de Negócios (GO/VN). Para o cálculo deste rácio poderão ser excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais devidamente fundamentadas.

³⁵ Os GO, para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), aos gastos com FSE e aos GcP.

³⁶ Para efeitos de aferição da eficiência operacional, o VN integra as vendas e os serviços prestados dos subsídios à exploração correspondentes à COSP Concessão.

³⁷ Não considerando os órgãos sociais (2 membros do CA e 3 membros do CF).

³⁸ Não considerando os órgãos sociais (3 membros do CA e 3 membros do CF).

³⁹ No ano de 2025, registaram-se 55 saídas de trabalhadores, na sua maioria por reforma, e concretizaram-se 27 novas contratações (das 30 autorizadas no âmbito da aprovação do PAO), 48 contratações para substituição de saídas e 4 reingressos.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

e) Estatuto do Gestor Público (EGP)⁴⁰

Não foram fixados objetivos de gestão para 2025, conforme dispõe o artigo 38.º do RJSPE, o que impossibilita a aferição do desempenho e dos resultados alcançados pelo CA, em cumprimento do previsto no EGP e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro⁴¹.

Tanto quanto é do conhecimento do CF, o ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não autorização de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite dos gastos com comunicações e ao limite estabelecido para combustível e portagens (fixado em ¼ do valor das despesas de representação).

As remunerações dos membros do CA foram atualizadas em 2,15%⁴².

f) Limites ao crescimento do endividamento

O endividamento cresceu 0,59% face a 31 de dezembro de 2025, por aplicação da fórmula de cálculo constante nas orientações transmitidas pela ETF, o que constitui o não cumprimento da meta de aumento de 0,41% orçamentado e aprovado no âmbito do PAO 2025. Releva-se que a meta fixada no PAO 2025 teve como pressupostos (entre outros) a conversão da dívida respeitante a ILD (empréstimos ETF) por incorporação em ativo do Estado (100,6 M€) e a conversão de passivo corrente em capital (44,1 M€), operações que não se concretizaram.

g) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Através de Despacho de 26/11/2024 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., o ML foi dispensado do cumprimento do princípio da UTE, no biénio 2024/2025, exclusivamente para os valores: i) objeto de recolha por empresa de transporte de valores; ii) referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados; e iii) inerentes à custódia de títulos que não sejam dívida pública.

No final do período, o ML registava uma taxa de 88,5% de centralização dos saldos junto do IGCP, estando os restantes 11,5% depositados na banca comercial, na sua esmagadora maioria compostos por depósitos colaterais de operações americanas de *leasing* de material circulante.

⁴⁰ Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação.

⁴¹ O ML apresentou propostas de indicadores, metas quantificadas e a respetiva ponderação, a incluir nos contratos de gestão a celebrar com os membros do CA, nomeados para o mandato 2022-2024. As referidas propostas encontram-se em análise na ETF, de acordo com a consulta realizada em 11 de julho de 2026.

⁴² Cfr. Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, que estabeleceu a atualização de 2,15%, como valor mínimo, da base remuneratória da Administração Pública, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2025.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

h) Contratação Pública

No Relatório Consolidado de Gestão, o ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP)⁴³, e que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública.

Neste âmbito, o CF destaca que os contratos celebrados no ano de 2025 e publicados no [Portal Base dos Contratos Públicos](#)⁴⁴ totalizam os 437, num preço contratual global de 44,8 M€. O concurso público foi o tipo de procedimento cujo preço contratual foi mais expressivo (29,3 M€ | 65,6% do total | 38 procedimentos), seguido dos procedimentos realizados ao abrigo do artigo 11.º do CCP - Setores especiais (8,3 M€ | 18,6% do total | 371 procedimentos) e do ajuste direto de regime geral (5,2 M€ | 11,7% do total | 11 procedimentos), dos quais 96 mil euros (2 procedimentos), por critérios materiais (motivos técnicos).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que:

- A “*Aquisição de Serviços de Coordenação, Fiscalização, Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente das Obras do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara...*” (8 M€ | 17,9% do total) é o [contrato](#) mais relevante, na sequência de concurso público, o qual aguarda o visto prévio do Tribunal de Contas, segundo o ML;
- A totalidade dos 26 procedimentos, qualificados como ajuste direto e consulta prévia (5,8 M€), foram objeto de publicação, no Portal Base, antes da data do pagamento e ou data de fecho do contrato.

i) Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e Pagamentos em Atraso

Segundo os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de pagamentos era de 18 dias (igual ao registado em 2024) e o ML não apresentava pagamentos em atraso, nos termos do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio⁴⁵, em virtude de a dívida vencida há mais de 90 dias, no valor de 41,2 mil euros, decorrer de situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor⁴⁶.

j) Recomendações do acionista/Demonstrações Orçamentais

O SNC-AP é apenas aplicável ao ML quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de

⁴³ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

⁴⁴ Pesquisa efetuada em 11/07/2026.

⁴⁵ Tendo igualmente em consideração o disposto no n.º 1, do artigo 55.º, da Lei do Orçamento do Estado para 2025.

⁴⁶ Correspondendo a uma das exclusões previstas no [n.º 2, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho](#), na redação atual.

integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas. Neste enquadramento, o ML apresentou as demonstrações orçamentais referentes ao exercício de 2025, em anexo ao Relatório Consolidado de Gestão, cujo processo e divulgação ainda carece de melhorias.

De acordo com informação prestada pelo ML, ainda não estão reunidas as condições técnicas para o cumprimento integral das recomendações transmitidas ao CA, por Despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Mobilidade de 19 de dezembro de 2024⁴⁷, mas continuam a ser desenvolvidos esforços nesse sentido.

k) Programa de Cumprimento Normativo

Em observância do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, o ML dispõe de um Programa de Cumprimento Normativo e disponibiliza no seu sítio na *internet* toda a informação exigível, incluindo o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e os relatórios de avaliação intercalar e anual de 2025.

l) Divulgação de informação

Tanto quanto é do conhecimento do CF, o ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo sítio na *internet* e no sítio do SEE e o Relatório Consolidado 2025 integra a informação exigida para as demonstrações não financeiras, prevista no n.º 2, do artigo 66.º-B, do CSC, a qual foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards.

6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO (RGS)

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º, do RJSPE, o ML apresentou o RGS 2025, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela ETF.

Atenta a análise que o CF fez ao RGS 2025, incluindo os seus anexos e o parecer expresso pelo ROC nas CLC, o CF é de parecer que o RGS 2025 do ML, aprovado em reunião do CA de 30 de junho de 2026, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5, do artigo 420.º, do CSC, somos de parecer que o RGS 2025 inclui os elementos que são exigíveis ao ML, nos termos previstos no artigo 29.º-H, do Código dos Valores Mobiliários, na sua redação atual, e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis.

⁴⁷ Vide nota de pé de página 12.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do ML evidenciam a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem, de forma verdadeira e apropriada, a sua situação económica e financeira, à data de 31 de dezembro de 2025, e que o Relatório do Governo Societário apresentado contém informação atual e completa sobre todas as matérias previstas no capítulo II do RJSPE e no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6, do artigo 420.º, do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que seja/m:

- a) Aprovados o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da ML, e respetivos anexos, respeitantes ao exercício de 2025, atentas as reservas e ênfases expressas nas correspondentes Certificações Legais das Contas, bem como o Relatório do Governo Societário referente àquele exercício;
- b) Aprovada a proposta apresentada pelo Conselho de Administração de transferência integral do Resultado Líquido apurado nas contas individuais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor negativo de 4.816.856 euros (quatro milhões, oitocentos e dezasseis mil, oitocentos e cinquenta e seis euros) para a conta de Resultados Transitados.

O Conselho Fiscal destaca a relevância do Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros, especialmente os efeitos nas Demonstrações Financeiras do ML e do Grupo decorrentes da aplicação, pela primeira vez, do modelo contabilístico previsto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, salientando, sobre este assunto, o descrito no ponto 1., alínea f), do presente parecer.

Lisboa, em 31 de julho de 2026.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva

(José Henrique Rodrigues
Polaco)

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)

(Maria Teresa de Figueiredo
Ferreira Alves Carvalho)

9. Certificação Legal das Contas individuais e consolidadas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (a Entidade ou ML)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.957.349.881 euros e um total de capital próprio de 2.415.050.960 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.816.856 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Por sua vez, e conforme referido na Nota 1.2 do Anexo, na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência findava em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. Foi, entretanto, celebrado em 27 de março de 2024, entre o Estado Português e o ML, um "Aditamento" ao contrato de concessão o qual, na sequência do visto do Tribunal de Contas, entrou em vigor em 15 de julho de 2024, e que prorrogou o prazo de concessão até 1 de julho de 2030. Com este "Aditamento", ficaram definidas regras referentes ao regime financeiro das infraestruturas ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração ao concessionário. Deste modo, nas demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025:

- a. Conforme descrito na nota 4.2 do Anexo às demonstrações financeiras, os efeitos contabilísticos decorrentes do Aditamento ao Contrato de Concessão foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tendo a Empresa aplicado, pela primeira vez, o modelo contabilístico previsto na IFRIC 12 — Acordos de Concessão de Serviços, do qual resultou o reconhecimento de um ativo intangível e de um ativo financeiro.

A rubrica de "Outros créditos a receber" do ativo corrente inclui uma quantia de 49.501.753 euros relativa ao saldo acumulado a recuperar a título de Remuneração Autónoma. Por sua vez, na rubrica de "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados por naturezas incluem-se 26.021.256 euros de rendimentos referentes à compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público (COSP) e 15.651.132 euros de rendimentos de Remuneração autónoma do ano. Quer as verbas do ativo quer as de rendimentos foram reconhecidas e mensuradas com base nos, e com referência aos, pressupostos estabelecidos no "Aditamento", mas carecem da validação do Gestor do Contrato e do Concedente, nos termos previstos nas respetivas cláusulas 31.6 e 32.2. Esta situação é condicionadora da concretização legal da despesa pública associada e da recuperabilidade atual das quantias em causa para o ML.



Consequentemente, não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada que nos permitisse concluir quanto à adequação do reconhecimento e mensuração dos referidos rendimentos e quanto à recuperabilidade dos ativos reconhecidos.

- b. Conforme referido nas notas 4.3 e 5 do Anexo às demonstrações financeiras, até 31 de dezembro de 2024 a Entidade reconheceu contabilisticamente os fluxos decorrentes da concessão em rubricas específicas de ativo e de passivo, designadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração” (“ILD”).

Em 31 de dezembro de 2025, estas rubricas apresentavam um saldo de 5.521.331.357 euros no ativo não corrente, constituído essencialmente por ativos fixos tangíveis e montantes a receber do Estado, e saldos de 458.457.643 euros e de 1.725.706.624 euros, respetivamente, no passivo não corrente e no passivo corrente, relacionados, designadamente, com financiamentos e outras responsabilidades perante o Estado. Não tendo a metodologia contabilística aplicada, nem os correspondentes saldos a receber e a pagar, sido formalmente validados ou confirmados pelo Concedente, não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada que permitisse concluir sobre a adequação do tratamento contabilístico adotado e sobre a razoabilidade, mensuração, recuperabilidade/exigibilidade dos saldos reconhecidos.

2. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2025, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 22.529.809 euros, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora, não se encontrando este montante evidenciado nos documentos de prestação de contas da contraparte como passivo. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto à existência de todas as condições indispensáveis para o reconhecimento deste montante como ativo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, tendo estes últimos desde 30 de novembro de 2014, sido objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, razão pela qual não tratamos esta matéria como uma incerteza quanto à continuidade da Entidade.
2. Chamamos a atenção para a nota 4.2 do anexo às demonstrações financeiras, na qual se refere que os efeitos contabilísticos decorrentes do Aditamento ao Contrato de Concessão foram reconhecidos a partir de 1 de janeiro de 2025, não tendo sido reexpressa a informação comparativa de 2024. Consequentemente, os valores apresentados para 2025 e 2024 não são integralmente comparáveis.
3. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Entidade relativas ao exercício de 2024, em base individual e consolidada, ainda não tiveram aprovação da(s) Tutela(s).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

**Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre estas matérias.

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições com as quais foram contratados.

No decorrer do exercício de 2025, o IGCP, E.P.E., em nome do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., negociou o encerramento da totalidade das transações que integravam a carteira de instrumentos financeiros derivados da Empresa. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, não subsistiam instrumentos financeiros derivados em aberto, correspondendo as respetivas maturidades às datas de cancelamento estabelecidas nos Acordos de Confirmação. As notas 4.3, 4.12, 5 e 5.4 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria. Não obstante este encerramento, consideramos que em 2025 esta matéria continuou a assumir relevância para ser relatada como tal.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Análise das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Reconciliação dos montantes de liquidação com os registos contabilísticos e os respetivos movimentos bancários, incluindo a verificação do desconhecimento dos instrumentos e do adequado reconhecimento dos resultados decorrentes do seu encerramento; e • Avaliação da adequação da apresentação e das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, designadamente quanto à extinção da carteira de derivados e à inexistência de posições em aberto em 31 de dezembro de 2025

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefícios definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional aos valores pagos pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas com referência a cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço com pensões a reconhecer no período.

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2025, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 284.379.866 euros. As notas 4.16 e 20 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.



Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas relativamente a diversos pressupostos atuariais, nomeadamente, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade, bem como à complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Análise da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Confirmação do universo de pessoas abrangidas; • Verificação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito e compensações tarifárias

O rédito da Entidade resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros, da participação na receita gerada pela venda do Navegante e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa, encontra-se em definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público. As compensações indicadas podem estar sujeitas à devolução de montante ou a acerto de contas em pagamentos subsequentes.

O ML apresenta, em 2025, vendas e serviços prestados, no montante de 130.365.618 euros. As notas 4.17 e 24 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria. Face à relevância dos montantes envolvidos, e da complexidade dos cálculos e julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, entendemos que as compensações/indemnizações tarifárias constituem uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Levantamento e análise dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética; • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; • Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML face à repartição efetuada por esta Entidade; • Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.



4.Reconhecimento e Mensuração das Provisões

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2025, provisões no montante de 11.974.048. As notas 4.3, 4.15, 5, 5.7 e 18 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a complexidade e nível de julgamento inerentes à diversidade dos riscos envolvidos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho, e a materialidade das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade da Entidade, assim como das atividades relacionadas com a construção, instalação, renovação, manutenção e gestão das ILD que lhe estão afetas, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção e análise da listagem detalhada dos processos em contencioso preparada pelo gabinete jurídico; • Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no período na rubrica de provisões; • Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com os cálculos das provisões; • Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais o ML enquanto E.P.E. assumiu obrigações legais ou construtivas; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados; • Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório único de gestão, designado pela Entidade como Relatório Consolidado, do Relatório de Governo Societário e da Demonstração não Financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 554.271.582 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 534.357.708 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: (i) O sistema contabilístico da Entidade não está organizado de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, nem o subsistema de contabilidade orçamental se encontra organizado de acordo com a Classe "0" desagregada segundo as classificações económicas vigentes, conforme previsto na NCP 26, que permita obter e validar de forma automática e rigorosa as demonstrações orçamentais ou obter um balancete da classe "0", bem como observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações efetuado de forma manual e tendo por base um conjunto de mapas de suporte ao controlo da execução orçamental; e (ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a "Contratação administrativa".

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 3 al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. De salientar que a Entidade optou pela apresentação de um relatório de gestão único, abarcando as contas individuais e consolidadas, conforme permitido pelo n.º 6, do art.º 508º - C, do Código das Sociedades Comerciais.

Conforme referido no artigo 451º, nº 7, do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado "Relatório Consolidado".

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do nº 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado "Relatório Consolidado" e no Relatório de Governo Societário.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML para o mandato 2023-2025, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023. Esta nomeação surgiu na sequência de procedimento concursal desencadeado pelo Conselho Fiscal da Entidade e sob sua proposta, nos termos legais e estatutários aplicáveis ao ML.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material nas demonstrações financeiras da Entidade devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

LISBOA, em 31 de julho de 2026

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Inscrita na OROC sob o n.º 119 e registada na CMVM com o n.º 20161438)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(ROC inscrito sob o n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (o Grupo ou ML)**, que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.958.438.181 euros e um total de capital próprio de 2.401.513.209 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.822.245 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Por sua vez, e conforme referido na Nota 1.2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência findava em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. Foi, entretanto, celebrado em 27 de março de 2024, entre o Estado Português e o ML, um “Aditamento” ao contrato de concessão o qual, na sequência do visto do Tribunal de Contas, entrou em vigor em 15 de julho de 2024, e que prorrogou o prazo de concessão até 1 de julho de 2030. Com este “Aditamento”, ficaram definidas regras referentes ao regime financeiro das infraestruturas ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração ao concessionário. Deste modo, nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025:
 - a. Conforme descrito na nota 3.3. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, os efeitos contabilísticos decorrentes do Aditamento ao Contrato de Concessão foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tendo a Empresa aplicado, pela primeira vez, o modelo contabilístico previsto na IFRIC 12 — Acordos de Concessão de Serviços, do qual resultou o reconhecimento de um ativo intangível e de um ativo financeiro.

A rubrica de “Outros créditos a receber” do ativo corrente inclui uma quantia de 49.501.753 euros relativa ao saldo acumulado a recuperar a título de Remuneração Autónoma. Por sua vez, na rubrica de “Subsídios à exploração” da Demonstração dos Resultados por naturezas incluem-se 26.021.256 euros de rendimentos referentes à compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público (COSP) e 15.651.132 euros de rendimentos de Remuneração autónoma do ano. Quer as verbas do ativo quer as de rendimentos foram reconhecidas e mensuradas com base nos, e com referência aos, pressupostos



estabelecidos no “Aditamento”, mas carecem da validação do Gestor do Contrato e do Concedente, nos termos previstos nas respetivas cláusulas 31.6 e 32.2. Esta situação é condicionadora da concretização legal da despesa pública associada e da recuperabilidade atual das quantias em causa para o ML.

Consequentemente, não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada que nos permitisse concluir quanto à adequação do reconhecimento e mensuração dos referidos rendimentos e quanto à recuperabilidade dos ativos reconhecidos.

- b. Conforme referido nas notas 3.4. e 5 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, até 31 de dezembro de 2024 a Entidade reconheceu contabilisticamente os fluxos decorrentes da concessão em rubricas específicas de ativo e de passivo, designadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração” (“ILD”).

Em 31 de dezembro de 2025, estas rubricas apresentavam um saldo de 5.521.331.357 euros no ativo não corrente, constituído essencialmente por ativos fixos tangíveis e montantes a receber do Estado, e saldos de 458.457.643 euros e de 1.725.706.624 euros, respetivamente, no passivo não corrente e no passivo corrente, relacionados, designadamente, com financiamentos e outras responsabilidades perante o Estado. Não tendo a metodologia contabilística aplicada, nem os correspondentes saldos a receber e a pagar, sido formalmente validados ou confirmados pelo Concedente, não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada que permitisse concluir sobre a adequação do tratamento contabilístico adotado e sobre a razoabilidade, mensuração, recuperabilidade/exigibilidade dos saldos reconhecidos.

2. Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a demonstração da posição financeira consolidada inclui em 31 de dezembro de 2025, na rubrica “Outros créditos a receber”, o montante de 22.529.809 euros, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Não se encontrando este montante evidenciado nos documentos de prestação de contas da contraparte como passivo. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto à existência de todas as condições indispensáveis para o reconhecimento deste montante como ativo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, sido objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, razão pela qual não tratamos esta matéria como uma incerteza quanto à continuidade da Entidade.



2. Chamamos a atenção para a nota 3.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, na qual se refere que os efeitos contabilísticos decorrentes do Aditamento ao Contrato de Concessão foram reconhecidos a partir de 1 de janeiro de 2025, não tendo sido reexpressa a informação comparativa de 2024. Consequentemente, os valores apresentados para 2025 e 2024 não são integralmente comparáveis.
3. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Entidade relativas ao exercício de 2024, em base individual e consolidada, ainda não tiveram aprovação da(s) Tutela(s).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre estas matérias.

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições com as quais foram contratados.

No decorrer do exercício de 2025, o IGCP, E.P.E., em nome do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., negociou o encerramento da totalidade das transações que integravam a carteira de instrumentos financeiros derivados da Empresa. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, não subsistiam instrumentos financeiros derivados em aberto, correspondendo as respetivas maturidades às datas de cancelamento estabelecidas nos Acordos de Confirmação. As notas 3.4., 3.13, 5 e 5.4 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria. Não obstante este encerramento, consideramos que em 2025 esta matéria continuou a assumir relevância para ser relatada como tal.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Análise das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Reconciliação dos montantes de liquidação com os registos contabilísticos e os respetivos movimentos bancários, incluindo a verificação do desreconhecimento dos instrumentos e do adequado reconhecimento dos resultados decorrentes do seu encerramento; e • Avaliação da adequação da apresentação e das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, designadamente quanto à extinção da carteira de derivados e à inexistência de posições em aberto em 31 de dezembro de 2025



2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O ML tem um plano de benefícios definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional aos valores pagos pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas com referência a cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço com pensões a reconhecer no período.

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2025, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 284.379.866 euros. As notas 3.17 e 20 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas relativamente a diversos pressupostos atuariais, nomeadamente, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade, bem como a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Análise da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Confirmação do universo de empregados ativos e reformados/pensionistas abrangidos; • Verificação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito e compensações tarifárias

O rédito do Grupo resulta, fundamentalmente, da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros, da comparticipação na receita gerada pela venda do Navegante e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa, encontra-se em definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público. As compensações indicadas podem estar sujeitas à devolução de montante ou a acerto de contas em pagamentos subsequentes.

O Grupo apresenta, em 2025, vendas e serviços prestados, no montante de 131.101.362 euros. As notas 3.18 e 24 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Levantamento e análise dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética; • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados;



Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<i>Continuação</i> Face à relevância dos montantes envolvidos, e da complexidade dos cálculos e julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, entendemos que as compensações/indenizações tarifárias constituem uma matéria relevante de auditoria.	<i>Continuação</i> • Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML face à repartição efetuada por esta Entidade; • Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

4.Reconhecimento e Mensuração das Provisões

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2025, provisões no montante de 11.405.813 euros. As notas 3.16, 5.7 e 18 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a complexidade e nível de julgamento inerentes à diversidade dos riscos envolvidos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho, e a materialidade das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade do Grupo Entidade, assim como das atividades relacionadas com a construção, instalação, renovação, manutenção e gestão das ILD que lhe estão afetas, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção e análise da listagem detalhada dos processos em contencioso preparada pelo gabinete jurídico; • Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no período na rubrica de provisões; • Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com os cálculos das provisões; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados; • Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório único de gestão, designado pela Entidade como Relatório Consolidado, do Relatório de Governo Societário e da Demonstração não Financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do



Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 3 al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. De salientar que a Entidade optou pela apresentação de um relatório de gestão único, abrangendo as contas individuais e consolidadas, conforme permitido pelo n.º 6, do art.º 508º - C, do Código das Sociedades Comerciais.

Conforme referido no artigo 451º, nº 7, do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado "Relatório Consolidado".



Sobre o Formato Eletrónico Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm de cumprir os requisitos estabelecidos no Regulamento Delegado (U E) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o GAT - Guia de Aplicação Técnica 20 da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- A obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;
- A identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela Entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do nº 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado "Relatório Consolidado" e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Entidade-mãe do Grupo), para o mandato 2023-2025, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023. Esta nomeação surgiu na sequência de procedimento concursal desencadeado pelo Conselho Fiscal da Entidade e sob sua proposta, nos termos legais e estatutários aplicáveis ao ML.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.



- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

LISBOA, em 31 de julho de 2026

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Inscrita na OROC sob o n.º 119 e registada na CMVM com o n.º 20161438)

Representada por:

João Amaro Santos Cipriano

(ROC n.º 631; registo na CMVM n.º 20160277)

10. Relatório do Auditor Externo (Contas individuais e consolidadas)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.957.349.881 euros e um total de capital próprio de 2.415.050.960 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.816.856 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

- 1) O contrato de concessão celebrado com o Estado em 2015 atribuiu à Entidade a concessão do transporte público metropolitano de passageiros na área metropolitana de Lisboa, compreendendo todos os bens afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados ao desenvolvimento dessa atividade. Em 15 de julho de 2024 entrou em vigor o aditamento celebrado ao referido contrato de concessão, que implicou um conjunto significativo de alterações na política contabilística adotada, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados. Conforme descrito na nota 4.2 do anexo às demonstrações financeiras, estas alterações só foram refletidas contabilisticamente no período findo em 31 de dezembro de 2025, tendo sido aplicada, pela primeira vez, a política preconizada pela IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços, da qual resultou o reconhecimento de um ativo intangível e de um ativo financeiro. Dado que os valores estimados para os respetivos ativos e rendimentos decorrentes do financiamento da concessão, designadamente a compensação pelas obrigações de serviço público e a remuneração autónoma, assentam em pressupostos que não se encontram validados pelo concedente e cuja despesa não se encontra autorizada nos termos da lei, não nos é possível validar o rendimento registado e a recuperabilidade dos ativos reconhecidos.

- 2) Conforme divulgado nas notas 4.3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras, até 31 de dezembro de 2024, a Entidade adotou o procedimento de registar todos os fluxos relacionados com a concessão em rubricas do balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração” (ILD), apresentadas no ativo e no passivo e cujos saldos a 31 de dezembro de 2025 ascendem a 5.521.331.357 euros no ativo não corrente (que compreende, essencialmente, ativos fixos tangíveis e créditos a receber do Estado), e a 458.457.643 euros no passivo não corrente e a 1.725.706.624 euros no passivo corrente (respeitantes a financiamentos e outras contas a pagar ao Estado relacionados com as ILD). De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Dado que a metodologia adotada e os saldos a receber/pagar do/ao Estado reconhecidos, decorrentes deste procedimento, não foram validados, nem confirmados pelo concedente, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada e à razoabilidade dos respetivos saldos reconhecidos.
- 3) Como consta da nota 15 do anexo às demonstrações financeiras, a rubrica “Diferimentos” no ativo inclui o montante de 22.529.809 euros, referente a obras efetuadas pela Entidade por conta da Transtejo, que ainda não foram faturadas por falta de formalização do respetivo protocolo. A informação disponível não permite concluir quanto à recuperabilidade deste montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

- 1) A Entidade tem vindo a gerar sistematicamente prejuízos, sendo o financiamento necessário à prossecução da sua atividade assegurado pelo acionista Estado Português, por via de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Contudo, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, dado se tratar de uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e dos resultados a apurar no futuro.
- 2) Na análise comparativa das demonstrações financeiras, deverá ser tido em consideração o facto de a Entidade não ter procedido à reexpressão das contas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, conforme divulgado na nota 4.2 do anexo às demonstrações financeiras.
- 3) Não obstante as contas de 2024 ainda não terem sido aprovadas pela Tutela, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

1. Reconhecimento do rédito

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
A rubrica Vendas e serviços prestados inclui o rédito da venda de títulos de transporte e compensações tarifárias, cujo montante depende de leis e regulamentos, de dotações orçamentais e de repartições de receita comunicadas por entidades externas, fatores não controlados pela Entidade. Acresce o elevado número de registos no sistema de bilhética, de que decorre o risco de o rendimento ser incorretamente reconhecido, pelo que entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante de auditoria. O saldo desta rubrica no período findo em 31 de dezembro de 2025 ascende a 130.365.618 euros (132.256.549 euros no período anterior). As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.17 e 24 do anexo às demonstrações financeiras. A materialidade dos montantes envolvidos, a dimensão das transações e os julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, justificam que esta área seja considerada como matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Análise da política contabilística de reconhecimento do rédito; • Avaliação do desenho e implementação dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita e, em particular, no sistema de bilhética; • Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração da receita na contabilidade; • Apreciação da razoabilidade das especializações de rendimentos efetuadas e dos pressupostos considerados; • Validação do reconhecimento do rendimento com os respetivos recebimentos e ofícios da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A.; • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; • Para uma amostra de títulos de transporte, verificação se as vendas registadas no sistema de bilhética da Entidade são coincidentes com os registos no sistema de informação da TML;

	• Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; • Realização da revisão analítica por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.
--	---

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
A entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. A responsabilidade decorrente deste plano é determinada por avaliação atuarial efetuada em cada data de relato, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16 e 20 do anexo às demonstrações financeiras. Dado que os pressupostos utilizados quanto à mensuração das responsabilidades envolvem um grau de incerteza e um nível de julgamento elevado por parte do órgão de gestão, consideramos que esta é uma área significativa de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento e mensuração das provisões

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a complexidade dos processos judiciais, o elevado número de processos, o nível de julgamento envolvido na determinação dos riscos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho e a materialidade das responsabilidades que podem vir a resultar, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.15 e 18 do anexo às demonstrações financeiras.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção e análise da relação dos processos em contencioso preparada pelo departamento jurídico; • Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com o cálculo das provisões; • Análise crítica e discussão dos pressupostos considerados na quantificação das provisões; • Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais a Entidade assumiu obrigações legais ou construtivas; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados; • Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, relatório do governo societário e demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria do governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida 554.271.582 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 534.357.708 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

- i) A Entidade não adotou o Plano de Contas Multidimensional, não dispondo de contas da Classe "0" nos moldes previstos na NCP 26, o que não permite obter e validar as demonstrações orçamentais de forma automática e rigorosa. Adicionalmente, não é possível observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações manual e suportado num conjunto de mapas de controlo da execução orçamental; e
- ii) O Anexo às demonstrações orçamentais não inclui toda a informação exigida pela NCP 26, designadamente quanto à "Contratação administrativa".

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos contratados como auditores externos da Entidade pela primeira vez em 27 de dezembro de 2023 para os exercícios de 2023 a 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos à Entidade e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Porto, 31 de julho de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.

Representada por Pedro Morais dos Santos

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**, (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.958.438.181 euros e um total de capital próprio de 2.401.513.209 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.822.245 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada do rendimento integral e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

- 1) O contrato de concessão celebrado com o Estado em 2015 atribuiu à Entidade a concessão do transporte público metropolitano de passageiros na área metropolitana de Lisboa, compreendendo todos os bens afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados ao desenvolvimento dessa atividade. Em 15 de julho de 2024 entrou em vigor o aditamento celebrado ao referido contrato de concessão, que implicou um conjunto significativo de alterações na política contabilística adotada, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados. Conforme descrito na nota 3.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, estas alterações só foram refletidas contabilisticamente no período findo em 31 de dezembro de 2025, tendo sido aplicada, pela primeira vez, a política preconizada pela IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços, da qual resultou o reconhecimento de um ativo intangível e de um ativo financeiro. Dado que os valores estimados para os respetivos ativos e rendimentos decorrentes do financiamento da concessão, designadamente a compensação pelas obrigações de serviço público e a remuneração autónoma, assentam em pressupostos que não se encontram validados pelo concedente e cuja despesa não se encontra autorizada nos termos da lei, não nos é possível validar o rendimento registado e a recuperabilidade dos ativos reconhecidos.

- 2) Conforme divulgado nas notas 3.4 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, até 31 de dezembro de 2024, a Entidade adotou o procedimento de registar todos os fluxos relacionados com a concessão em rubricas do balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração” (ILD), apresentadas no ativo e no passivo e cujos saldos a 31 de dezembro de 2025 ascendem a 5.521.331.357 euros no ativo não corrente (que compreende, essencialmente, ativos fixos tangíveis e créditos a receber do Estado), e a 458.457.643 euros no passivo não corrente e a 1.725.706.624 euros no passivo corrente (respeitantes a financiamentos e outras contas a pagar ao Estado relacionados com as ILD). De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Dado que a metodologia adotada e os saldos a receber/pagar do/ao Estado reconhecidos, decorrentes deste procedimento, não foram validados, nem confirmados pelo concedente, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada e à razoabilidade dos respetivos saldos reconhecidos.
- 3) Como consta da nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica “Outros créditos a receber” no ativo inclui o montante de 22.529.809 euros, referente a obras efetuadas pela Entidade por conta da Transtejo, que ainda não foram faturadas por falta de formalização do respetivo protocolo. A informação disponível não permite concluir quanto à recuperabilidade deste montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

- 1) A Entidade tem vindo a gerar sistematicamente prejuízos, sendo o financiamento necessário à prossecução da sua atividade assegurado pelo acionista Estado Português, por via de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Contudo, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, dado se tratar de uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e dos resultados a apurar no futuro.
- 2) Na análise comparativa das demonstrações financeiras consolidadas, deverá ser tido em consideração o facto de a Entidade não ter procedido à reexpressão das contas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, conforme divulgado na nota 3.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.
- 3) Não obstante as contas de 2024 ainda não terem sido aprovadas pela Tutela, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

1. Reconhecimento do rédito

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
A rubrica Vendas e serviços prestados inclui o rédito da venda de títulos de transporte e compensações tarifárias, cujo montante depende de leis e regulamentos, de dotações orçamentais e de repartições de receita comunicadas por entidades externas, fatores não controlados pela Entidade. Acresce o elevado número de registos no sistema de bilhética, de que decorre o risco de o rendimento ser incorretamente reconhecido, pelo que entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante de auditoria. O saldo desta rubrica no período findo em 31 de dezembro de 2025 ascende a 130.365.618 euros (132.256.549 euros no período anterior). As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.17 e 24 do anexo às demonstrações financeiras. A materialidade dos montantes envolvidos, a dimensão das transações e os julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, justificam que esta área seja considerada como matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Análise da política contabilística de reconhecimento do rédito; • Avaliação do desenho e implementação dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita e, em particular, no sistema de bilhética; • Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração da receita na contabilidade; • Apreciação da razoabilidade das especializações de rendimentos efetuadas e dos pressupostos considerados; • Validação do reconhecimento do rendimento com os respetivos recebimentos e ofícios da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A.; • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; • Para uma amostra de títulos de transporte, verificação se as vendas registadas no sistema de bilhética da Entidade são coincidentes com os registos no sistema de informação da TML;

	• Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; • Realização da revisão analítica por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas. •
--	--

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
A entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. A responsabilidade decorrente deste plano é determinada por avaliação atuarial efetuada em cada data de relato, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16 e 20 do anexo às demonstrações financeiras. Dado que os pressupostos utilizados quanto à mensuração das responsabilidades envolvem um grau de incerteza e um nível de julgamento elevado por parte do órgão de gestão, consideramos que esta é uma área significativa de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento e mensuração das provisões

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a complexidade dos processos judiciais, o elevado número de processos, o nível de julgamento envolvido na determinação dos riscos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho e a materialidade das responsabilidades que podem vir a resultar, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.16 e 18 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção e análise da relação dos processos em contencioso preparada pelo departamento jurídico; • Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com o cálculo das provisões; • Análise crítica e discussão dos pressupostos considerados na quantificação das provisões; • Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais a Entidade assumiu obrigações legais ou construtivas; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados; • Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório do governo societário e demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo com base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório consolidado de gestão.

Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório consolidado de gestão.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos contratados como auditores externos do Grupo pela primeira vez em 27 de dezembro de 2023 para os exercícios de 2023 a 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do grupo nesta mesma data.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos ao Grupo e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Porto, 31 de julho de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.

Representada por Pedro Morais dos Santos

11. Indicadores GRI e tabela de indicadores GRI

Limites do relatório

O Relatório Integrado do ML referente a 2025 reúne, de forma articulada, a informação financeira e de sustentabilidade, em linha com as melhores práticas de reporte. Ao longo do documento, evidencia-se a criação de valor económico, social e ambiental, suportada pela integração dos princípios ESG (Ambiental, Social e de Governação) no modelo de negócio da empresa.

Este documento reflete, de forma abrangente, a abordagem da empresa aos temas relevantes para os seus *stakeholders*. A apresentação dos desempenhos relativos aos diferentes capitais — financeiro, humano, intelectual, social e natural — segue as diretrizes de reporte aplicáveis, nomeadamente o *Integrated Reporting Framework* e as normas da *Global Reporting Initiative (GRI)*.

A informação divulgada abrange ainda o modelo de governo societário, as demonstrações financeiras e os dados de sustentabilidade, com particular destaque para os indicadores de desempenho nas dimensões ambiental, social e de governação.

As Demonstrações Financeiras relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas na União Europeia. Por sua vez os indicadores de sustentabilidade são apresentados em conformidade com as Normas da *Global Reporting Initiative (GRI)*.

Análise de materialidade

De acordo com o IIRC – Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, *International Integrated Reporting Council*) a materialidade define-se pelos assuntos ou tópicos que impactam de forma significativa na capacidade duma organização gerar valor no curto, médio e longo prazo. O IIRC destaca, ainda que “um relatório integrado é uma comunicação concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspetivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à criação, preservação ou corrosão de valor no curto, no médio e no longo prazo.” (IIRC, 2021).

Com o propósito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam representar riscos ou oportunidades para o negócio, foi realizada uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2025. Esta seleção levou em consideração as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI)* e os impactos económicos, ambientais e sociais que estes tópicos têm sobre a organização. Adicionalmente, esta análise considerou como estas questões influenciam quer as avaliações, quer as decisões das partes interessadas.

Os temas materiais identificados estão alinhados com a abordagem de sustentabilidade do METRO e com as áreas estratégicas de atuação, constituindo o foco principal do presente relatório.

Quadro 83 – Priorização dos aspetos materiais



Metodologia

Para a elaboração deste relatório foram utilizadas diversas formas de auscultação às partes interessadas, cujos detalhes são aqui apresentadas. Estas auscultações conferem uma visão mais abrangente sobre os tópicos que impactam significativamente as decisões estratégicas do ML e a sua visão a longo prazo.

As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Os factos ocorridos no ano de 2025;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho; e,
- A análise do contexto externo onde a organização se insere.

Quadro 84 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia e os ODS



Indicadores GRI

1) Desempenho Económico

GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2023	2024	2025
Valor económico gerado (€)	137.046.139	142.475.085	173.894.383
Valor económico distribuído (€)	144.741.639	146.424.404	159.475.326
Valor económico acumulado (€)	-7.695.500	-3.949.319	14.419.057

GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

GRI 201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma

O valor estimado em 2025 para as responsabilidades do plano é de 284.379.866 euros.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

GRI 201-4 Apoio financeiro recebido do Governo

	2023	2024	2025
Dotações de capital (€)	57.511.019	369.652.488	153.470.000
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente e da Ação Climática / AML (€)	(i) 15.696.318	(iii) 36.958.735	(v) 42.672.388
Subsídio ao Investimento / PIDDAC / Fundo Ambiental / IMT (€)	(ii) 96.075.730	(iv) 39.143.318	(vi) 312.028
Empréstimos DGTF (€)	9.024.285	7.520.109	0

(i) Comparticip. 4-18, Sub_23 e Social+ 3,5 M€, Antigos Combatentes 1,7 M€, Gratuidade CML 5,6 M€, PART 4,9 M€

(ii) Sub. Invest. do Estado 800 m€, F.Ambiental 53,9 M€, POSEUR 39,1 M€, PRR 2,3 M€

(iii) Cong. Passe Navegante: 2,5 M€; Comp. Tarif. COSP: 17,2 M€; Comp. 4_18/Sub23: 13,7 M€; Congel. Passes Sub18 e Sub 23: 0,9 M€; Comp. Social+: 28 m€; Cong. SocialH: 1,8 M€; Gratuidade CML e PAC: 2,7 M€

(iv) Sub. Invest. do Estado 1,3 M€, F.Ambiental 19,1 M€, PACS 2023: 17,7 M€, PRR: 1,0 M€

(v) Comparticip. 4-18, Sub_23 e Social+ 3,5 milhões de euros, Antigos Combatentes 1,7 milhões de euros, Gratuidade CML 5,6 milhões de euros, PART 4,9 milhões de euros

(vi) Sub. Invest. do Estado 800 mil euros, F.Ambiental 53,9 milhões de euros, POSEUR 39,1 milhões de euros, PRR 2,3 milhões de euros.

GRI 202-1 Rácio entre o salário mais baixo por género em comparação com o salário mínimo local

	2023	2024	2025
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	147,7	140,7	128,6

	Ano 2024		Ano 2025	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	140,71	140,71	131,56	128,59
Proporção do salário mais baixo no ML comparado com o salário mínimo nacional	140,71	140,71	131,56	128,59

GRI 202-2 Proporção de membros de direção contratados na comunidade local

	2023	2024	2025
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	92,3%	96,2%	100,0%

GRI 203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados 60.879.651 euros.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferrovia pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O “efeito de rede” é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

GRI 204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais

	2023	2024	2025
Gastos com fornecedores locais (%)	97,1%	98,3%	94,7%

GRI 205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção

	2023	2024	2025
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	100% 22	96% (*) 22	100% 22
N.º de casos de corrupção identificados	(**) 1	0	0
Direções de estrutura (n.º)	22	23	22

(*) A partir de 01.12.2024 as unidades de negócio passaram a ser 23 com a criação da DCI.

(**) Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

GRI 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

	2023		2024		2025	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	29	100,0%	29	100,0%	27	100,0%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1571	100,0%	1571	100,0%	1583	100,0%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	913	100,0%	1283	100,0%	1291	100,0%
Membros dos órgãos de governança que receberam formação no combate à corrupção	28	96,6%	28	96,6%	4	14,8%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	786	50,0%	786	50,0%	(**) 160	10,1%

(*) Coincide com o n.º total de fornecedores do ML com movimentos contabilísticos 2024-2025, com e-mail associado, incluindo outras entidades públicas.

(**) Contribuiu para a redução face a 2023 e 2024 o facto do curso de e-learning em Ética e Integridade ter continuidade ao longo dos anos (iniciada em 2023, contava já com 62% de conclusão no início de 2025). Também contribui o facto de em 2024 se ter realizado a formação 'Combate ao Conluio na Contratação Pública' para Diretores e restantes órgãos de estrutura.

GRI 205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

	2023	2024	2025
Incidentes de corrupção	(*) 1	0	0

(*) Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

GRI 206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de confiança e monopólio

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

GRI 207-1 Abordagem tributária

O Metropolitano de Lisboa é uma Entidade Pública Empresarial (EPE) que se rege por estatutos próprios e desenvolve a sua atividade de acordo com as leis e regulamentos que lhe são aplicáveis.

Desde 2011 que o ML foi incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas como entidade pública reclassificada (EPR), equiparada a Serviços e Fundos Autónomos (SFA), decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, Lei do Enquadramento Orçamental e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República é desde 2010 uma unidade parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, que presta apoio na elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

GRI 207-2 Governança, controlo e gestão de risco fiscal

O ML monitoriza e faz a gestão das matérias fiscais por forma a garantir a melhor tomada de decisão e a minimizar os potenciais riscos fiscais.

O Conselho Fiscal é o órgão responsável por garantir a conformidade neste domínio, fiscalizando o processo de preparação e divulgação de informação financeira. O Conselho Fiscal elabora pareceres aos relatórios trimestrais de execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e um relatório anual, dando o seu parecer ao relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração.

2) Desempenho ambiental**GRI 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume**

	2023	2024	2025
Lâmpadas (un.)	10.451	13.587	12.912
Papel (kg)	43.875,00	26.616,00	17.271,00
Betão (m3)	69.968,00	37.801,00	36.758,20
Aço (t)	5.703,00	6.720,00	3.896,91
Toners (un.)	97,00	84,00	71,00
Abraçadeiras (un.)	43.079,00	46.514,00	42.633,00
Cabo (m)	15.686	6.726	8.394

GRI 301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados
Dados não disponíveis.

GRI 301-3 Produtos e embalagens recuperados
Não aplicável.

GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização, e

GRI 302-2 Consumo de energia fora da organização

	2023	2024	2025
Gasóleo (MWh)	780	627	406
Gasolina (MWh)	7,42	41,15	165,82
Gás natural (MWh)	2.186	2.045	2.132
Elettricidade (MWh)	100.369	99.179	97.869
Total (MWh)	103.342	101.891	100.573

Em 2025, o consumo total de energia da empresa foi de 100.572.936 kWh. Do total de consumo de energia, 97,3% foi proveniente de energia elétrica comprada, 2,1% de gás natural para aquecimento oficial, cozinha e balneários e 0,6% de combustível para as viaturas de serviço.

GRI 302-3 Intensidade energética

	2023	2024	2025
Eficiência energética (kWh/Ck)	3,46	3,37	3,29

O ML consumiu 97.869.391 kWh de energia em 2025, com uma oferta de 29.764.753 carruagens x km. Apesar do aumento da oferta em 2025, a intensidade energética foi de 3,29 kWh por cada Carruagem x km oferecida, representando uma melhoria de 2,4%, face ao ano anterior.

GRI 302-4 Redução do consumo de energia

O ML continua a implementar várias iniciativas voltadas para a redução do consumo de energia, com o objetivo de melhorar a sua eficiência energética e reduzir a sua pegada de carbono.

Em 2025, procedeu-se à substituição da iluminação por tecnologia LED no Edifício das Laranjeiras e no PMO II. A substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED continua em curso, estando já implementada em 63% das estações do ML.

	2023	2024	2025
Eficiência energética (Pass.km/kWh)	8,73	9,31	9,19

GRI 302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços

Durante o ano de 2025 deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações e restantes instalações por solução energeticamente mais eficiente baseada em tecnologia LED, com a instalação de lâmpadas LED no Edifício das Laranjeiras e nas instalações do Parque de Material e Oficinas, em Calvanas. Estas medidas refletiram-se na redução dos consumos de energia, tendo-se registado um decréscimo de 1,3% (ou seja, -1,3 milhões de kWh) face ao ano de 2024.

Em relação à “Redução de consumos de gás natural”, em 2025, executaram-se as seguintes medidas: conclusão do sistema da automatização do fecho de portões da Oficina de Inspeção do PMO III e a substituição das caldeiras por bombas de calor nos Edifícios Administrativo do PMO III e da Via-Férrea no PMO II.

GRI 303-1 Interações com a água como recurso partilhado

Consumos de água

GRI 303-2 Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 Reutilização e reciclagem de água

0 (zero).

GRI 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

As infraestruturas estão localizadas na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes de Amadora e Odivelas. O ML possui unidades próprias fora das áreas protegidas ou de alto valor para a biodiversidade. Por conseguinte, este indicador não se aplica às operações da empresa.

GRI 304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

O ML está localizado dentro da cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes de Amadora e Odivelas, não possuindo operações em áreas protegidas ou de alto valor para a biodiversidade. Como resultado, não há impactos significativos das nossas atividades, produtos ou serviços sobre a biodiversidade em tais áreas.

GRI 304-3 Habitats protegidos ou restaurados

O ML está localizado dentro da cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes de Amadora e Odivelas, não possuindo operações em áreas protegidas ou de alto valor para a biodiversidade. Assim, não há registo de impactos significativos das nossas atividades, produtos ou serviços sobre a biodiversidade em tais áreas. O ML, comprometido com a redução do impacto das suas operações, tem realizado ações de plantação de árvores no Parque Natural Sintra-Cascais com o intuito de restaurar áreas degradadas, aumentar a cobertura vegetal, contribuir para a captura de carbono, ajudando a melhorar a qualidade do ar e a promover a biodiversidade.

GRI 304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)

	2023	2024	2025
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO ₂ e)	645	585	569

GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de aquisição de energia (âmbito 2)

	2023	2024	2025
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO ₂ e)	0	0	0

GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 3)

	2023	2024	2025
Outras emissões indiretas GEE (t CO ₂ e)	24,5	22,1	22,8

GRI 305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

	2023	2024	2025
Intensidade de GEE (g CO ₂ e/Pkm)	0	0	0

GRI 305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

	2023	2024	2025
Total de emissões evitadas (t CO ₂ e)	20.671	5.885	-2.974

GRI 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono
0 (zero).**GRI 305-7 Emissões de óxidos de nitrogénio (NO_x), óxidos de enxofre (SO_x) e outras emissões atmosféricas significativas**

	2023	2024	2025
Emissões SO ₂ - gás acidificante (t)	262	259	255
Emissões NO ₂ - gás precursor do ozono (t)	121	120	118

GRI 306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

	2023	2024	2025
Total de água residual, com potencial carácter industrial, descarregada pelo ML (m ³)	57.006	56.283	61.709

Fonte	Qualidade	Destino	Tratamento efetuado	Estimativa Anual 2025 (m3)
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	ETAR de Alcântara – tratamento primário avançado, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m3/s em tempo seco (com desinfecção final do efluente) e 6,6 m3/s em tempo de chuva (com tratamento físico-químico). ETAR de Chelas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfecção final do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m3/dia. ETAR de Beirilol – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfecção do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m3/dia. ETAR de Bucelas – tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfecção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m3/dia. ETAR de Frias – tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfecção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m3/dia. ETAR de São João da Talha – tratamento secundário, por lamas ativadas, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m3/dia.	5.662
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		16.208
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		39.839
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures		
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas		
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora		
Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são: · Parques de Materiais e Oficinas II e III – onde são produzidas águas residuais de caráter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); · Estações do ML – onde são produzidas águas que podem ter caráter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas características. Estima-se, com base nos consumos de 2021 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 26.347 m3 e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 37.954 m3.			Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (caráter industrial)	21.870
			Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial caráter industrial)	39.839

GRI 306-2 Quantidade total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição

	2023	2024	2025
Resíduos perigosos (t)	22	34	33
Resíduos não perigosos (t)	1.176	1.148	1.193
Resíduos para eliminação (t)	839	900	889
Resíduos para recuperação (t)	359	282	338

	2023	2024	2025
Resíduos não perigosos - Estações	803,7	856,7	851,4
Resíduos não perigosos - PMO	323,8	235,7	292,4
Resíduos perigosos - PMO	20,1	32,6	31,3
Resíduos para valorização - PMO	258,3	170,2	226,2

	2023	2024	2025
Peso total de resíduos perigosos	1,8%	2,9%	2,7%
Peso total de resíduos não perigosos	98,2%	97,1%	97,3%
Peso total de resíduos para eliminação	70,0%	76,1%	72,5%
Peso total de resíduos para recuperação	30,0%	23,9%	27,5%

GRI 306-3 Número total e volume de derramamentos significativos

Em 2025 não se verificou nenhum derrame significativo.

GRI 306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente

Todos os resíduos são integralmente geridos em território português.

GRI 306-5 Identificação, tamanho, *status* de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para as ETAR.

GRI 307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2025, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

GRI 308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de carácter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que os fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

	2023	2024	2025
Procedimentos utilizando critérios ambientais (%)	19,2	2,1	13,2

GRI 308-2 Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacto o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

3) Desempenho social**GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região**

	2023	2024	2025
Efetivos (mulheres)	419	425	438
Efetivos (homens)	1.162	1.148	1.152
Número total de efetivos	1.581	1.573	1.590
Admissões (*)	50	43	76
Saídas (**)	45	51	58
Taxa de rotatividade	6,0%	6,0%	8,4%

(*) Inclui 1 reingresso em 2023 e 3 em 2024

(**) Inclui 3 saídas temporárias em 2023 e 2 em 2024

IDADE	Ano 2023		Ano 2024		Ano 2025	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
< 30 anos	8,4%	6,9%	8,5%	6,9%	9,1%	8,1%
Entre 30 e 50 anos	43,4%	35,1%	36,9%	32,4%	35,6%	30,4%
> 50 anos	48,2%	58,0%	51,9%	38,4%	54,6%	61,2%

GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre trabalhadores a tempo inteiro e a tempo parcial.

GRI 401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género

	Ano 2023		Ano 2024		Ano 2025	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Empregados com direito a licença parental	416	1.159	425	1.148	438	1.152
Empregados que tiraram licença parental no período	3	12	6	28	9	28
Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença parental	3	12	6	28	5	20
Empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o regresso motivado por licença parental	3	12	3	12	5	20
Taxa de retorno ao trabalho	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	55,6%	71,4%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	100%	100%	100%	100%	100%	100%

GRI 402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403-1 Percentagem de empregados representados em Comitês formais de gestão – Comitês de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança

	2023	2024	2025
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100,0%	100,0%	100,0%

GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género

	2023	2024	2025
Índice de incidência	52,20	49,65	49,91
Índice de frequência	34,06	29,98	30,35
Índice de gravidade	1,98	1,70	1,46
Acidentes de trabalho	96	107	98
Dias perdidos	4.778	4.412	3.790
Número de óbitos	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	7,93	7,59	7,74

	2023		2024		2025	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Índice de incidência	24,39	62,02	33,49	55,51	32,48	56,42
Índice de frequência	16,19	40,23	20,26	33,50	19,72	34,33
Índice de gravidade	0,85	2,38	0,48	2,13	1,21	1,55
Acidentes de trabalho (n.º)	13	83	27	80	19	79
Dias perdidos	523	4.255	335	4.077	861	2.929
Número de óbitos	0	0	0	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	7,82	8,00	7,30	8,00	7,83	8,00

GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação
Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos

Manutenção de um serviço responsável pelo cumprimento das condições de segurança e saúde no trabalho, conforme o Acordo de Empresa (AE).

Cumprimento do Regulamento de segurança e saúde no trabalho (Anexo II do Acordo de Empresa).

GRI 404-1 Horas médias de formação por ano e por empregado

	2023	2024	2025
Dirigentes	56,05	39,00	31,82
Quadros superiores	50,35	45,66	52,69
Quadros médios	10,58	14,07	14,35
Quadros intermédios	17,70	20,59	23,96
Profissionais qualificados / altamente qualificados	29,88	22,91	31,14
Profissionais não qualificados / semiqualeificados	2,25	0,92	0,00
Média	30,60	25,77	32,33

	Ano 2023		Ano 2024		Ano 2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Dirigentes	34,10	62,51	52,65	36,12	33,27	31,50
Quadros superiores	57,62	44,31	44,87	46,36	54,95	50,64
Quadros médios	10,58	10,57	17,26	10,76	16,50	12,12
Quadros intermédios	27,08	17,02	41,08	18,96	12,58	24,65
Profissionais qualificados / altamente qualificados	33,64	28,73	20,73	23,57	49,70	25,25
Profissionais não qualificados / semiqualeificados	0,00	2,25	0,00	0,92	0,00	0,00
Média	36,69	28,31	28,16	24,90	45,63	27,35

GRI 404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma

	2023	2024	2025
Executive MBA (Diretores)	0	0	0
Licenciatura	16	12	12
Mestrado	4	1	1
Doutoramento	0	0	0

Como assistência (quando aplicável), a Empresa concede o Estatuto de Trabalhador-estudante que consta do Código do Trabalho e da legislação que regulamenta e altera aquele código.

GRI 404-3 Percentagem de empregados que recebem regulamente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Em 2025 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 Composição dos grupos responsáveis pela governação e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade

	2023		2024		2025	
ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	H	M	H	M	H	M
Conselho de Administração	2	2	1	2	0	2
Assessoria do CA	0	0	0	0	0	0
Comissão de Fiscalização	1	2	1	2	1	2
Diretores	17	5	19	4	18	4
Total	20	9	21	8	19	8

	2023		2024		2025	
DIRETORES	H	M	H	M	H	M
Inferior a 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	2	1	2	1	2	1
Superior a 50 anos	15	4	17	3	16	3
Total	17	5	19	4	18	4

Em 2025 a idade média dos Diretores situa-se nos 56,7 anos, situando-se as mulheres e os homens nos 50,5 e 58,1 anos, respetivamente.

GRI 405-2 Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres face aos homens

	2023	2024	2025
Quadros superiores	112,6%	107,4%	109,0%
Quadros médios	106,8%	106,5%	104,8%
Quadros intermédios	108,7%	97,2%	100,0%
Profissionais altamente qualificados	96,2%	92,4%	92,5%
Profissionais qualificados	97,9%	94,9%	98,0%

GRI 406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas

	2023	2024	2025
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

GRI 407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito

A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (liberdade de associação e negociação coletiva) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML.

Em 2025, o ML não identificou operações ou fornecedores onde o direito à liberdade de associação e à negociação coletiva estivesse a ser violado ou onde houvesse risco de violência desses direitos. Neste contexto, a empresa promove um ambiente de trabalho onde os colaboradores possam formar sindicatos ou associações, fomentando o diálogo social e a negociação coletiva. Estas medidas fortalecem a imagem da empresa e contribuem para que os seus partes interessadas adotem também estas práticas.

GRI 408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil

O ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração do trabalho infantil em todas as suas operações e com fornecedores. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML.

O ML, em 2025, não identificou operações e fornecedores como sendo de risco para a ocorrência de trabalho infantil.

GRI 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor.

O ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML.

No ano de 2025, o ML não identificou operações ou fornecedores onde houvesse o risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

GRI 410-1 Pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos

	2023	2024	2025
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações.	85,0%	79,3%	65,0%

Neste âmbito, a empresa garante que o pessoal de segurança tenha formação contínua em políticas relativas a direitos humanos. Desta forma, é possível que estes profissionais estejam cientes destas políticas e capacitados para atuar de acordo com os princípios dos direitos humanos, evitando qualquer violação desses direitos no desempenho das suas funções.

GRI 411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas

Em 2025 não houve registo de incidentes.

GRI 412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 412-2 Número total de horas de formação de trabalhadores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de trabalhadores formados

	2023	2024	2025
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	1017,0	832,9	12571,5
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	50,98%	38,70%	29,00%

GRI 412-3 Acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

O Metropolitano de Lisboa em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/conservação que obriguem a intervenções à superfície tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

GRI 413-2 Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais

As obras de expansão da rede obrigam à instalação de estaleiros e a atividades ruidosas e potencialmente geradoras de poeiras e outros incómodos para os habitantes próximos. O Metropolitano de Lisboa implementa um conjunto de ações com vista a minimizar estes impactos negativos e assegura o cumprimento de todos os limites impostos pela legislação em vigor.

GRI 414-1 Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho

NC (Não calculado).

GRI 414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

GRI 415-1 Contribuições políticas

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

GRI 416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

GRI 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

Foram cumpridos todos os normativos legais existentes para o efeito, sendo sujeitos a frequentes auditorias que atestam o cumprimento dos requisitos definidos.

Os requisitos que dizem respeito à informação ao cliente, reclamações, assim como aos estudos “Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC)” e “Inquérito de Cliente Mistério (ICM)” (que são estruturados de acordo com os mesmos critérios de qualidade), estão definidos nas normas [NP 4475](#) e [NP EN 13816](#).

	2023	2024	2025
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
Índice de Satisfação do Cliente	7,18	7,35	
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0	0	0

GRI 417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços

Não aplicável.

GRI 417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing

0 (zero).

GRI 418-1 Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente

A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

Em 2025, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

GRI 419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica

0 (zero).

4) Tabela de Indicadores GRI

Quadro 85 – Tabela Resumo GRI (I)

INDICADOR	GRI Standards	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 102 Conteúdos Gerais 2016				
Perfil Organizacional				
Nome da organização	102-1	Metropolitano de Lisboa, EPE Pág.ª 12		
Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	102-2	Pág.ª 13		
Localização da Sede da Organização	102-3	Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-065 Lisboa, Pág.: www.metrolisboa.pt		
Local das Operações	102-4			
Natureza da propriedade e forma jurídica	102-5	Pág.ª 13		
Mercados atendidos	102-6	Pág.ª 13		
Porte da organização	102-7	Pág.ª 63		
Informações sobre empregados e outros trabalhadores	102-8	Pág.ª 63		
Cadeia de fornecedores	102-9	Pág.ª 14		
Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	102-10			
Princípio ou abordagem da precaução	102-11			
Iniciativas externas	102-12	Pág.ª 69		
Participação em associações	102-13	Pág.ª 75		
Estratégia				
Declaração do mais alto executivo	102-14	Pág.ª 10		
Principais impactos, riscos e oportunidades	102-15	Pág.ª 22		
Ética e integridade				
Valores, princípios, normas e códigos de comportamento	102-16	Código de Ética e de Conduta do ML		
Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética	102-17	Relatório de execução do PPR		
Governança				
Estrutura de Governança	102-18	Pág.ª 24 RGS 2024		
Delegação de autoridade	102-19	As delegações de competências do CA concretizam-se por Deliberações aprovadas em reunião de CA		
Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais	102-20	Pág.ª 26		
Consulta às partes interessadas sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	102-21	Pág.ª 14		
Composição do mais alto órgão de governação e dos seus comités	102-22	RGS 2024		
Presidente do mais alto órgão de governação	102-23	RGS 2024		
Seleção e nomeação para o mais alto órgão de governação	102-24	RGS 2024		
Conflitos de interesse	102-25	RGS 2024		
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governação na definição de propósito, valores e estratégias	102-26	RGS 2024		
Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governação	102-27	Pág.ª 24		
Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governação	102-28	RGS 2024		
Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais	102-29	Pág. 218		
Eficácia dos processos de gestão de risco	102-30	RGS 2024 ; Relatório de execução do PPR		
Análise dos tópicos económicos, ambientais e sociais	102-31	Reuniões de CA; RGS 2024		

Quadro 86 – Tabela Resumo GRI (II)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Governança (continuação)				
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governação no relato de sustentabilidade	102-32	Pág. ^a 24		
Comunicação de preocupações cruciais	102-33	Pág. ^a 24		
Natureza e número total de preocupações cruciais	102-34	Pág. ^a 24		
Políticas de remuneração	102-35	Pág. ^a 24		
Processo para determinação da remuneração	102-36	Pág. ^a 24		
Envolvimento das partes interessadas na remuneração	102-37			
Proporção da remuneração total anual	102-38	Pág. ^a 24		
Proporção do aumento percentual na remuneração total anual	102-39	Pág. ^a 24		
Envolvimento das partes interessadas				
Lista de grupos de partes interessadas	102-40	Pág. ^a 14		
Acordos de negociação coletiva	102-41	Pág. ^a 220		
Identificação e seleção de partes interessadas	102-42	Pág. ^a 14		
Abordagem para o envolvimento das partes interessadas	102-43	Pág. ^a 14		
Principais preocupações e tópicos levantados	102-44			
Prática de relato				
Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	102-45	Pág. ^a 12		
Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	102-46	Pág. ^a 208		
Lista de tópicos materiais	102-47	Pág. ^a 209		
Reformulações das informações	102-48			
Alterações no Relato	102-49			
Período coberto pelo relatório	102-50	Pág. ^a 9		
Data do relatório mais recente	102-51	Relatório e Contas 2024		
Ciclo de emissão de relatórios	102-52	Anual		
Contato para perguntas sobre o relatório	102-53	www.metrolisboa.pt relacoes.publicas@metrolisboa.pt		
Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI	102-54	Pág. ^a 9		
Sumário de conteúdo da GRI	102-55	Pág. ^a 225		
Verificação externa	102-56	Pág. ^a 204		
GRI 201: Desempenho económico 2016				
Valor económico direto gerado e distribuído	201-1	Pág. ^a 210		5; 9
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas	201-2	Pág. ^a 210		13
Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma	201-3	Pág. ^a 210		
Apoio financeiro recebido do Governo	201-4	Pág. ^a 210		
GRI 202: Presença no mercado 2016				
Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	202-1	Pág. ^a 210		
Proporção de membros da direção contratados na comunidade local	202-2	Pág. ^a 211		
GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016				
Investimentos em infraestrutura e serviços fornecidos	203-1	Pág. ^a 211		5; 9
GRI 204: Práticas de compra 2016				
Proporção de gastos com fornecedores locais	204-1	Pág. ^a 211		

Quadro 87 – Tabela Resumo GRI (III)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 205: Combate à corrupção 2016				
Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	205-1	Pág.ª 211		16
Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	205-2	Pág.ª 211		
Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	205-3	Pág.ª 212		16
GRI 206: Concorrência desleal 2016				
Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	206-1	Pág.ª 212		
GRI 207: Tributos 2019				
Abordagem tributária	207-1	Pág.ª 212		
Governança, controlo e gestão de risco fiscal	207-2	Pág.ª 212		
GRI 301: Materiais 2016				
Materiais utilizados, por peso ou volume	301-1	Pág.ª 212		
Materiais reciclados utilizados (input)	301-2	Pág.ª 213		
Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	301-3	Pág.ª 213		
GRI 302: Energia 2016				
Energia consumida na organização	302-1	Pág.ª 213		13
Energia consumida fora da organização	302-2	Pág.ª 213		13
Intensidade energética	302-3	Pág.ª 213		13
Redução do consumo de energia	302-4	Pág.ª 213		13
Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	302-5	Pág.ª 213		13
GRI 303: Água 2018				
Captação de água por fonte	303-1	Pág.ª 214		
Recursos de água afetados significativamente pela captação de água	303-2	Pág.ª 214		
Reutilização e reciclagem de água	303-3	Pág.ª 214		
GRI 304: Biodiversidade 2016				
Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas	304-1	Pág.ª 214		
Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade	304-2	Pág.ª 214		
Habitats protegidos ou recuperados	304-3	Pág.ª 214		
Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações.	304-4	Pág.ª 214		
GRI 305: Emissões 2016				
Emissões GEE diretas (âmbito 1)	305-1	Pág.ª 214		13
Emissões GEE indiretas (âmbito 2)	305-2	Pág.ª 215		13
Outras emissões GEE (âmbito 3)	305-3	Pág.ª 215		13
Intensidade de emissões GEE	305-4	Pág.ª 215		13
Redução das emissões GEE	305-5	Pág.ª 215		13
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	305-6	Pág.ª 215		13
Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	305-7	Pág.ª 215		13
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016				
Descargas de água, discriminadas por qualidade e destino	306-1	Pág.ª 215		13
Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	306-2	Pág.ª 217		13
Número total e volume de derramamentos significativos	306-3	Pág.ª 217		13
Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentagem de resíduos transportados internacionalmente	306-4	Pág.ª 217		
Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização	306-5	Pág.ª 217		

Quadro 88 – Tabela Resumo GRI (IV)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 307: Conformidade ambiental 2016				
Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	307-1	Pág.ª 217		
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	308-1	Pág.ª 218		
Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	308-2	Pág.ª 218		
GRI 401: Emprego 2016				
Novas contratações e rotatividade de empregados	401-1	Pág.ª 218		5
Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são fornecidos a empregados temporários ou de período parcial	401-2	Pág.ª 218		
Licença de maternidade/paternidade	401-3	Pág.ª 219		5
GRI 402: Relações de trabalho 2016				
Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	402-1	Pág.ª 219		
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2016				
Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-1	Pág.ª 219		
Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	403-2	Pág.ª 219		
Serviços de saúde do trabalho	403-3	Pág.ª 220		
Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	403-4	Pág.ª 220		
Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	403-5	Pág.ª 63		
-Promoção da saúde do trabalhador	403-6	Pág.ª 63		
Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança	403-7	Pág.ª 63		
Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-8	Pág.ª 63		
Acidentes de trabalho	403-9	Pág.ª 63		
Doenças profissionais	403-10	Pág.ª 63		
GRI 404: Capacitação e Educação 2016				
Médias de horas de capacitação por ano, por empregado	404-1	Pág.ª 220		5
Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	404-2	Pág.ª 220		
Porcentagem de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	404-3	Pág.ª 221		5
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016				
Diversidade em órgãos de governação e empregados	405-1	Pág.ª 221		5
Proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	405-2	Pág.ª 221		5
GRI 406: Não Discriminação 2016				
Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	406-1	Pág.ª 221		5
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016				
Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	407-1	Pág.ª 222		
GRI 408: Trabalho Infantil 2016				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	408-1	Pág.ª 222		
GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	409-1	Pág.ª 222		
GRI 410: Práticas de Segurança 2016				
Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	410-1	Pág.ª 222		

Quadro 89 – Tabela Resumo GRI (V)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 411: Direitos de Povos Indígenas 2016				
Casos de violação de direitos de povos indígenas	411-1	Pág.ª 222		
GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos 2016				
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou avaliações de impacto nos direitos humanos	412-1	Pág.ª 222		
Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	412-2	Pág.ª 223		
Acordos e contratos de investimentos significativos em que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	412-3	Pág.ª 223		
GRI 413: Comunidades Locais 2016				
Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados para a comunidade local	413-1	Pág.ª 223		
Operações com impactos negativos (reais e potenciais) nas comunidades locais	413-2	Pág.ª 223		
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	414-1	Pág.ª 223		5
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas	414-2	Pág.ª 223		5
GRI 415: Políticas Públicas 2016				
Contribuições políticas	415-1	Pág.ª 223		
GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016				
Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	416-1	Pág.ª 223		
Casos de não conformidade em relação aos impactos de saúde e segurança causados por produtos e serviços	416-2	Pág.ª 224		
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016				
Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	417-1	Pág.ª 224		
Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	417-2	Pág.ª 224		
Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	417-3	Pág.ª 224		
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016				
Reclamações comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	418-1	Pág.ª 224		
GRI 419: Conformidade Socioeconómica 419				
Não conformidade com leis e regulamentos da área socioeconómica	419-1	Pág.ª 224		

12. Relato da taxonomia ambiental – 2025

1. Enquadramento

Em junho de 2020, foi publicado o Regulamento da Taxonomia Ambiental da União Europeia (2020/852), um sistema de classificação de atividades económicas, que permite identificar as atividades que uma entidade exerce que podem ser consideradas como sustentáveis ou “verdes”. Este Regulamento tem como objetivo levar a um maior investimento em projetos e atividades com um impacto ambiental positivo. A Regulamentação define seis objetivos ambientais para os quais as atividades económicas podem contribuir e estabelece os critérios de elegibilidade e alinhamento para os mesmos (critérios técnicos de Contribuição Substancial e de Não Prejudicar Significativamente, e Salvaguardas Mínimas sociais). As empresas devem reportar a proporção do seu Volume de negócios, Capex e Opex que é elegível e que se encontra alinhada com a Taxonomia Europeia.

Para uma atividade económica ser considerada elegível para a Taxonomia, esta tem apenas de constar num dos Atos Delegados do seu Regulamento (Ato Delegado Clima, Ato Delegado Complementar e Ato Delegado Ambiental). No entanto, para poder ser considerada alinhada com a Taxonomia, e assim ambientalmente sustentável, para além de ser elegível, a atividade deve: Contribuir Substancialmente (CS) para pelo menos um dos seis objetivos ambientais definidos (Mitigação das alterações climáticas, Adaptação às alterações climáticas, Utilização sustentável e a proteção dos recursos hídricos e marinhos, Transição para uma economia circular, Prevenção e o controlo da poluição e Proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas); Não prejudicar Significativamente (NPS) nenhum dos objetivos ambientais para os quais não contribui; e cumprir com os requisitos das Salvaguardas Mínimas sociais (SM).

Desde que entrou em vigor, esta regulamentação tem sido aplicada de forma progressiva. Relativamente ao ano 2024, é exigido que as empresas não financeiras reportem elegibilidade e alinhamento das atividades que exercem para com os seis objetivos ambientais definidos na Taxonomia.

2. Análise de elegibilidade

Em 2025, o Metropolitano de Lisboa, analisou a elegibilidade das suas atividades, de acordo o Ato Delegado Clima, Ato Delegado Complementar e Ato Delegado Ambiental, e definiu as seguintes atividades como elegíveis para a Taxonomia Ambiental Europeia:

- MAC 3.19 Fabrico de componentes de material circulante
- MAC 5.5 Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem
- MAC 6.3 Transportes urbanos e suburbanos, transporte rodoviário de passageiros
- MAC 6.14 Infraestruturas de transporte ferroviário
- MAC 7.2 / EC 3.2 Renovação de edifícios existentes
- MAC 7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)

3. Análise de alinhamento

Para averiguar o alinhamento das suas atividades elegíveis com a Taxonomia, o ML realizou uma análise dos critérios técnicos (CS e NPS) correspondentes, assim como dos requisitos definidos nas Salvaguardas Mínimas sociais.

1.1. Contribuição substancial e não prejudicar significativamente

Código da atividade	Nome da atividade	Análise de alinhamento (critérios técnicos CS e NPS)
MAC 3.19	Fabrico de componentes de material circulante	O ML faz investimentos (Capex) e tem gastos operacionais (Opex) associados à manutenção de todos os equipamentos de material circulante mencionados no ponto 2.7 do Anexo II da Diretiva, sendo que a ausência desta manutenção reduziria drasticamente a vida útil deste material (material de propulsão elétrica). Esta atividade cumpre ainda com os critérios NPS definidos, sendo assim considerada alinhada com a Taxonomia.
MAC 5.5	Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	O ML realiza a recolha e triagem dos resíduos que produz, já o seu transporte é feito por operadores externos licenciados para o efeito e contratados pelo Metro. Os resíduos não perigosos recolhidos e triados pelo ML destinam-se a ser preparados para operações de reutilização ou de reciclagem, cumprindo assim com o critério CS definido. A esta atividade estão associados valores de Opex, considerados alinhados com a taxonomia por também cumprirem com os critérios NPS exigidos.
MAC 6.3	Transportes urbanos e suburbanos, transporte rodoviário de passageiros	A principal atividade desenvolvida pelo ML é a exploração de transporte de passageiros em metropolitano subterrâneo, que se insere nesta atividade da taxonomia. Para esta atividade são consideradas todas as receitas associadas à venda de passes, bilhetes e cartões, compensações tarifárias, comissões de venda e personalização Lisboa Viva, bem como investimentos e custos operacionais associados à exploração do metropolitano. Esta atividade também foi considerada alinhada com a taxonomia.
MAC 6.14	Infraestruturas de transporte ferroviário	O ML é também responsável pela construção, manutenção e exploração das linhas de metropolitano. Esta atividade foi considerada não-alinhada com a taxonomia porque, apesar de cumprir com os critérios CS, não consegue ainda dar uma resposta total aos critérios NPS do objetivo "Transição para uma economia circular". Associados a esta atividade, o ML considerou valores de Capex e Opex como elegíveis.
MAC 7.2 / EC 3.2	Renovação de edifícios existentes	O ML efetua intervenções de manutenção, renovação e recuperação do edificado existente, através de empresas externas. Esta atividade não foi considerada alinhada com a taxonomia por não conseguir dar resposta aos critérios CS exigidos pelo Regulamento.
MAC 7.4	Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	Em 2025, o ML realizou a instalação/manutenção de postos de carregamento de veículos elétricos nos seus edifícios. Esta atividade cumpre com o critério CS por se tratar da instalação/manutenção/reparação de postos de carregamento de veículos elétricos. Cumprir ainda com o critério NPS relativo à adaptação às alterações climáticas, sendo assim considerada alinhada com a taxonomia.

Legenda: MAC: Mitigação das alterações climáticas; EC: Economia circular

1.2. Gestão de riscos climáticos físicos (Apêndice A)

O Apêndice A da Taxonomia define os critérios de "não prejudicar significativamente" o objetivo de adaptação às alterações climáticas e é aplicável a todas as atividades consideradas elegíveis para a taxonomia pelo Metro de Lisboa. Como resposta aos requisitos deste apêndice, o ML apresenta um Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, onde descreve o processo de identificação e avaliação dos riscos climáticos físicos relevantes para as suas atividades. Neste processo, o ML analisa a vulnerabilidade das suas infraestruturas face a diferentes riscos climáticos físicos (por exemplo, incêndios, cheias, calor excessivo, secas, entre outros) e identifica a sua suscetibilidade ao risco através de uma escala (inexistente, baixa,

média, alta ou muito alta). Esta análise é feita com base nas principais projeções climáticas para Portugal para o espaço temporal atual e futuro. Para efeitos de implementação de medidas de adaptação e mitigação, o ML irá priorizar áreas cuja suscetibilidade ao risco seja igual ou superior à categoria "média", garantindo uma atuação focada nas zonas mais vulneráveis e com maior necessidade de intervenção.

3.3. Salvaguardas Mínimas Sociais

As Salvaguardas Mínimas têm por base a Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, e a Carta Internacional dos Direitos Humanos. Como apoio para a implementação destes requisitos, a Plataforma de Finanças Sustentáveis, publicou o Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas, onde estabelece os Direitos Humanos, a Corrupção, a Tributação e a Concorrência Justa como os quatro pilares com os quais as empresas devem demonstrar o alinhamento das suas atividades.

3.3.1. Direitos Humanos

Em matéria de Direitos Humanos, o Metropolitano de Lisboa compromete-se a respeitar e proteger os direitos humanos e dos trabalhadores. Aborda o tema no seu Código de Ética e Conduta onde evidencia que a sua atuação é pautada pela excelência, adequação, rigor, integridade e transparência.

A empresa é membro do Pacto Mundial das Nações Unidas (Global Compact), e do BCSD Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), onde é signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos e subscritor da Carta de Princípios do BCSD Portugal. No âmbito da Igualdade de Género, o ML implementou um Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens para 2025, é membro do Union Internationale des Transports Publics (UITP), onde aderiu à declaração sobre igualdade de oportunidades para mulheres e homens no setor dos transportes públicos, é membro do iGen-Fórum Organizações para a Igualdade, e é subscritor do Pacto contra a Violência Doméstica (PAC).

3.3.2. Corrupção, Tributação e Concorrência Justa

O ML assume uma posição de combate à corrupção e suborno, espelhando-o nas suas políticas internas. A sua atuação encontra-se descrita no seu Código de Ética e Conduta e no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR). Anualmente publica o Relatório de Avaliação Anual e Relatório de Avaliação Intercalar, de forma a monitorizar e acompanhar a implementação do PPR. A empresa providencia formação aos seus colaboradores e comunica frequentemente o tema, de forma a criar maior conhecimento e sensibilização no combate à corrupção.

O ML é uma Entidade Pública Empresarial, rege-se por estatutos próprios e desenvolve a sua atividade de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis. A empresa assegura a monitorização e gestão das matérias fiscais, de forma a garantir a melhor tomada de decisão e a minimizar os potenciais riscos fiscais nas suas atividades. O Conselho Fiscal é o órgão responsável por acompanhar todo o processo e reportar no âmbito. No âmbito de Concorrência, a empresa cumpre a lei aplicada às suas atividades, garantido total respeito para com a legislação da Concorrência e promoção de práticas de mercado justas, transparentes e competitivas.

O ML tem em prática uma Política de gestão com o objetivo de identificar requisitos aplicáveis à empresa, quer seja legislação, normas ou compromissos assumidos voluntariamente, e definir medidas que assegurem o cumprimento das mesmas. Tem ainda um Programa de *Compliance*, um Sistema de Gestão de Risco e um Comité de Risco da Organização. São promovidas ações de formação a todos os colaboradores, incluindo chefias e Conselho de Administração, no âmbito da ética empresarial, e a empresa disponibiliza um Canal de Denúncias para a comunicação de qualquer irregularidade verificada pelas partes interessadas.

Durante o ano de 2024, o Metropolitano de Lisboa não identificou quaisquer casos de não conformidade em matéria de Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

4. KPI

O Ato Delegado (Artigo 8.º) da taxonomia estabelece um conjunto de indicadores de desempenho (KPI) associados a atividades económicas ambientalmente sustentáveis que as empresas não financeiras devem divulgar: a proporção do seu volume de negócios (KPI de Volume de Negócios), a proporção das suas despesas de capital (KPI de CapEx) e a proporção das suas despesas operacionais (KPI de OpEx).

Políticas contabilísticas

Tal como definido pela taxonomia, os valores reportados foram calculados de acordo com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 do Metropolitano de Lisboa, as quais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), em vigor em 1 de janeiro de 2025 e conforme adotadas pela União Europeia.

A taxonomia europeia exige que as empresas divulguem a forma como evitaram a duplicação na consideração das atividades económicas elegíveis (numerador), ou seja, na determinação do volume de negócios, despesas de capital e despesas de exploração. O Metropolitano de Lisboa apurou as despesas elegíveis de Capex, Opex e Volume de Negócios com base na contabilidade analítica, recorrendo à identificação dos centros de custo associados a cada uma das atividades consideradas elegíveis nos termos da taxonomia. Esta abordagem permitiu assegurar que cada rubrica foi considerada uma única vez, evitando-se duplicações na afetação dos montantes às atividades relevantes. O processo foi complementado por uma verificação interna da coerência e da não sobreposição entre centros de custo, garantindo a fiabilidade e conformidade da informação reportada.

4.1. Volume de Negócios

Exercício financeiro 2025			2025			Critérios de contributo substancial															Critérios NPS ("não prejudicarsignificativamente")										Categoria — atividade capitante	Categoria — atividade de transição
Atividades económicas	Código	Volume de negócios	Proporção do volume de negócios, ano 2024	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Polição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Polição	Economia circula	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Proporção do volume de negócios alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2023	C	T													
Texto		Moeda	%	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T												
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																																
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																																
Transportes urbanos e suburbanos, transporte rodoviário de passageiros	MAC 6.3	126.174.503 €	96%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0%														
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		126.174.502,78 €	96%	96%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0%														
Das quais, capacitantes		0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0%	C													
Das quais, de transição		0 €	0%	0%						S	S	S	S	S	S	S	S	0%		T												
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																																
Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%									0%														
A. Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		126.174.503 €	96%	96%	0%	0%	0%	0%	0%									0%														
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																																
Volume de negócios das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		4.926.860 €	4%																													
Total (A + B)		131.101.362 €	100%																													

O volume de negócios foi apurado tendo por base a Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 15, ou seja, considerando as vendas e prestações de serviços no âmbito das atividades normais do Metropolitano de Lisboa. O total do volume de negócios (denominador do cálculo do rácio de atividades elegíveis) corresponde, assim, ao rédito reportado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nota 24 do anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

O volume de negócios da atividade elegível e alinhada corresponde ao transporte urbano e suburbano, transporte rodoviário de passageiros.

4.2. CAPEX

Exercício financeiro 2025				2025			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicarsignificativamente")										Categoria — atividade capacitante	Categoria — atividade de transição
Atividades económicas	Código	Capex	Proporção do Capex ano 2024	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Proporção do Capex alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2023								
Texto		Moeda	%	S/ N/ N/EL	S/ N/ N/EL	S/ N/ N/EL	S/ N/ N/EL	S/ N/ N/EL	S/ N/ N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T					
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																								
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																								
Fabrico de componentes de material circulante	MAC 3.19	1.589.029 €	4%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C						
Transportes urbanos e suburbanos, transporte rodoviário de passageiros	MAC 6.3	29.092.640 €	78%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%							
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	MAC 7.4	3.440 €	0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C						
Capex das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		30.685.108 €	83%	83%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%							
Das quais, capacitantes		1.592.468 €	4%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%	C						
Das quais, de transição		0 €	0%	0%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T					
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																								
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14	857.529 €	2%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%							
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / EC 3.2	138.531 €	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL								0%							
Capex das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		996.060 €	3%	3%	0%	0%	0%	0%	0%								0%							
A. Capex das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		31.681.168 €	85%	85%	0%	0%	0%	0%	0%								0%							
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																								
Capex das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		5.440.905 €	15%																					
Total (A + B)		37.122.073 €	100%																					

O valor apresentado como total de CapEx, no denominador, corresponde ao somatório das aquisições de ativos tangíveis, ativos intangíveis e ativos sob direito de uso realizadas em 2025, divulgadas nas Notas 6, 7 e 9 do anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Metropolitano de Lisboa.

Os valores de CapEx classificados como elegíveis, quer sejam considerados alinhados ou não alinhados com a taxonomia, correspondem aos investimentos em ativos ou processos associados às respetivas atividades, designadamente:

- Fabrico de componentes de material circulante,
- Transportes urbanos e suburbanos, transporte rodoviário de passageiros,
- Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios),
- Infraestruturas de transporte ferroviário,
- Renovação de edifícios existentes.

4.3. OPEX

Exercício financeiro 2025	2025			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicarsignificativamente")									
Atividades económicas	Código	Opex	Proporção do Opex, ano 2024	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Polição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Polição	Economia circular	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Proporção do Opex alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2023	Categoria – atividade capacitante	Categoria – atividade de transição
Texto		Moeda	%	S/N/EL	S/N/EL	S/N/EL	S/N/EL	S/N/EL	S/N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Fabrico de componentes de material circulante	MAC 3.19	7.860.439 €	57%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
S.5. Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	MAC 5.5	14.126,89 €	0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%		
Transportes urbanos e suburbanos, transporte rodoviário de passageiros	MAC 6.3	176.990 €	1%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%		
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	MAC 7.4	3.798 €	0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Opex das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		8.055.355 €	59%	59%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%		
Das quais, capacitantes		7.864.238 €	57%	57%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%		
Das quais, de transição		0 €	0%	0%						S	S	S	S	S	S	S	0%		
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																			
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14	2.970.754 €	22%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / EC 3.2	295.853 €	2%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL								0%		
Opex das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		3.266.607 €	24%	24%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
A. Opex das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		11.321.962 €	83%	83%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
Opex das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		2.381.212 €	17%																
Total (A + B)		13.703.173 €	100%																

Em 2025, o valor apresentado como total de OpEx, no denominador ascendeu ao valor de 13 703 173€. O valor inclui 7 815 040€ relativos a gastos relacionados com manutenções e reparações e 5 888 134€ associados a gastos com pessoal alocados a manutenções e reparações.

O total de OpEx apresentado no denominador do cálculo do rácio de atividades alinhadas e não alinhadas corresponde aos seguintes gastos, determinados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2025:

- Fabrico de componentes de material circulante,
- Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem,
- Transportes urbanos e suburbanos, transporte rodoviário de passageiros,
- Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios),
- Infraestruturas de transporte ferroviário,
- Renovação de edifícios existentes.

4.4. Modelos normalizados de acordo com o Regulamento 2022/1214

O Regulamento da Taxonomia exige a divulgação de modelos normalizados para atividades relacionadas com energia nuclear e gás fóssil conforme o Ato Delegado do Artigo 8.º. O ML não desenvolve nenhuma atividade descrita no quadro abaixo.

Linha	Atividades relacionadas com a energia nuclear	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	Não
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	Não
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	Não
Linha	Atividades relacionadas com o gás fóssil	
4.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não
5.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	Não
6.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não

13. Aprovação do Plano de Atividade e Orçamento – 2025



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

Visto. Concorde.

Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

**JOSÉ
MANUEL
DE MATOS
PASSOS**

Assinado de forma digital por JOSÉ MANUEL DE MATOS PASSOS
Dados: 2025.02.07 16:42:42 Z

Despacho n.º 215/2025-SETF

Visto. Atento o exposto, e nos termos solicitados, aprova-se a presente Informação da UTAM no que respeita ao plano anual e ao plano de investimentos para o exercício de 2025 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa e com as seguintes limitações:

- i) aumento dos gastos operacionais em 2025, limitados em execução à despesa orçamental aprovada no OE 2025, enquanto não for garantido financiamento adicional;
- ii) extensão do prazo para a contratação de 30 trabalhadores (autorizados em sede do PAO 2023-25) até 30 de setembro de 2025, e
- iii) aquisição/locação de 5 viaturas para a frota operacional em 2025.

A restante contratação de 68 trabalhadores em 2025 (na medida em que ainda não foram concretizados os recrutamentos anteriormente autorizados), pode ser apresentada em pedido autónomo com vista à respetiva aprovação, bem como a reclassificação de trabalhadores em 2025 após a obtenção do parecer prévio favorável da tutela setorial.

Remeta-se para a Senhora SEMob. para devolução do despacho assinado em caso de concordância, e dê-se conhecimento à UTAM e à DGTF.

**João
Silva
Lopes**

Assinado de forma digital por João Silva Lopes
Dados: 2025.02.24 18:00:29 Z

RELATÓRIO DE ANÁLISE N.º 19/2025, de 7 de fevereiro

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("ML")
(SISEE, 2024-11-28, e correio eletrónico de 2025-01-31)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

1. SÍNTESE

1A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO UTAM
Proposta de PAO: é composta pelo Plano de Atividades e Orçamento, anual e plurianual, e pelo Plano de Investimentos. Pareceres do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal: favoráveis à aprovação da proposta.	A proposta está adequadamente instruída.

1B. Autorizações Necessárias

AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS	FUNDAMENTAÇÃO	NORMATIVO	ANÁLISE	RECOMENDAÇÃO UTAM
Para aumento dos Gastos Operacionais em 11,2 milhões de 2024 para 2025 (8%).	Em resultado do conjunto de situações elencadas no ponto 3.4 adiante.	Alínea vi) do ponto 3 das IEPAO2025 ¹	A diferença na ótica contabilística não permite a comparação direta dos valores no OE2025 e na Demonstração de Resultados, mas verifica-se que na ótica orçamental o valor em <i>Aquisição de bens e serviços correntes</i> na proposta de PAO excede o inscrito no OE2025 em 3,8 milhões de euros (cf. ponto 6).	Concessão de autorização , limitada em termos de despesa ao cumprimento do OE2025, enquanto não for encontrado financiamento adicional.
Para extensão do prazo de contratação de 30 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2025	Devido à complexidade processual, aos períodos longos de desvinculação dos candidatos e à escassez de candidatos com as competências definidas.	Alínea viii) do ponto 3 das IEPAO2025	A extensão do prazo de contratação está fundamentada (cf. ponto 3.19)	Concessão de autorização
Para a contratação de 68 trabalhadores em 2025 (cf. ponto 3.20).	Em resultado do conjunto de situações elencadas no ponto 3.20 adiante.	Alínea vii) do ponto 3 das IEPAO2025	A contratação está fundamentada. Contudo considera-se extemporâneo, para já, a contratação de mais trabalhadores do que os aprovados em anos anteriores, não contratados e cuja a extensão do prazo de recrutamento se propõe ser autorizada.	Não concessão de autorização , até serem concretizadas as contratações de pessoal anteriormente autorizadas. (cf. ponto 3.20).
Para a reclassificação de trabalhadores em 2025 (cf. ponto 3.21).	De acordo com a empresa o orçamento de gastos com pessoal proposto considera as reclassificações solicitadas	Ponto 5 das IEPAO2025	Entende-se que as requalificações solicitadas requerem parecer prévio favorável da tutela setorial. O orçamento de gastos com pessoal proposto no PAO2025-27 contempla e comporta as referidas reclassificações.	Não concessão de autorização , a menos que seja obtido parecer prévio favorável da tutela setorial.

¹ Despacho N.º 335/2024-SETF, de 13 de agosto, que aprova em anexo as: “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do SEE, com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS”.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS	FUNDAMENTAÇÃO	NORMATIVO	ANÁLISE	RECOMENDAÇÃO UTAM
Para a aquisição/locação de cinco viaturas para a frota operacional em 2025 (cf. ponto 3.7).	Atenta a expansão da rede do ML e sua infraestrutura, com uma consequente dispersão pela cidade.	Alínea ix) do ponto 3 das IEPAO2025	Os gastos com a frota automóvel, incluindo a referida aquisição, estão incluídos no orçamento para 2025.	Concessão de autorização.

1C. Evolução Económica e Financeira

	Volume de negócios	Gastos operacionais	CMVMC	FSE	Gastos c/ pessoal	EBITDA	EBIT	Resultado líquido	Financ.	Invest.*	Recursos humanos**
Valores 2024	134 593	144 645	3 525	40 900	100 221	-2 390	-14 415	-15 260	3 015 047	151 995	1 604
Valores 2025 (10³ €)	149 029	155 876	3 652	45 182	107 042	762	-9 946	-10 535	2 815 254	325 102	1 751
Valores 2026	151 479	154 312	3 714	42 052	108 546	3 467	-23 058	-23 400	2 368 883	373 989	1 781
Valores 2027	159 500	157 006	3 776	43 142	110 088	33 635	1 519	1 278	1 959 050	348 435	1 793
Δ 2025-2024	+11%	+8%	+3,6%	+10%	+7%	+132%	+31%	+31%	-7%	+114%	+9%
Δ 2026-2025 (%)	+1,6%	-1,0%	+1,7%	-7%	+1,4%	+355%	-132%	-122%	-16%	+15%	+1,7%
Δ 2027-2026	+5%	+1,7%	+1,7%	+2,6%	+1,4%	+870%	+107%	+105%	-17%	-7%	+0,7%
Taxa média anual											
Δ 2027-2024 (%)	+6%	+2,8%	+2,3%	+1,8%	+3,2%	+152%	+28%	+28%	-13%	+32%	+3,8%

* formação bruta de capital fixo diferente da perspetiva orçamental.

** Os Recursos humanos estão expressos em número de trabalhadores (exclui órgãos sociais).

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

INDICADOR	OBSERVAÇÕES
Apreciação geral	A empresa prevê o aumento do <i>Volume de Negócios</i> de 11% e o aumento dos <i>Gastos Operacionais</i> de 8% em 2025. No triénio prevê-se que o <i>Volume de Negócios</i> e os <i>Gastos Operacionais</i> aumentem às taxas médias anuais de 6% e 2,8%, respetivamente.
Resultados	Prevê-se a seguinte evolução dos resultados em 2025 e no triénio: i. o <i>EBITDA</i> melhora de 2,4 milhões de euros negativos para 762 mil euros positivos (132%). Prevê-se que aumente nos anos seguintes a uma taxa média anual de 152%, atingindo o valor de 33,6 milhões de euros em 2027; ii. o <i>Resultado operacional (EBIT)</i> melhora de 14,4 milhões de euros negativos para 9,9 milhões de euros negativos (31%), piora para 23,1 milhões de euros negativos em 2026 e melhora para 1,5 milhões de euros positivos em 2027; e iii. o <i>Resultado líquido</i> melhora de 15,3 milhões de euros negativos, para 10,5 milhões de euros negativos (31%), piora para 23,4 milhões de euros negativos em 2026 e melhora para 1,3 milhões de euros positivos em 2027. Ou seja, o <i>EBITDA</i>, <i>EBIT</i> e <i>Resultado Líquido</i> melhoram em 2025 face a 2024, salientando-se a obtenção de um <i>EBITDA</i> positivo em 2025 e no triénio. Para 2027 a empresa prevê a obtenção de resultados positivos (<i>EBITDA</i>, <i>EBIT</i> e <i>Resultado Líquido</i>).
Eficiência operacional	A eficiência operacional apresenta uma evolução favorável em 2025 e no triénio (cf. ponto 3.17).
Orientações financeiras	As orientações financeiras expressas nas IEPAO2025 são observadas integralmente em 2025.
Conformidade com o OE2025	Os valores previstos para 2025 na proposta de PAO para a despesa total, despesa com o pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, juros e outros encargos e aquisição de bens de capital (investimentos) excedem os inscritos no OE2025. O ML deve ater-se em execução aos limites inscritos no OE2025, até conseguir receitas adicionais e serem autorizadas as alterações orçamentais que eventualmente forem necessárias (cf. ponto 6).



1D. Plano de Investimentos

O plano de investimentos proposto pelo ML (desenvolvido adiante no ponto 4), ascende a 1048 milhões de euros (formação bruta de capital fixo), dos quais 325 milhões de euros a realizar em 2025 (31%), 374 milhões de euros em 2026 (36%) e 348 milhões de euros em 2027 (33%). O investimento em 2025 (formação bruta de capital fixo), será coberto pelas seguintes fontes de financiamento: PRR (46%), Fundo Ambiental (14%), Fundo de Coesão-PACS 2030 (13%), dotações de capital (15%) e empréstimos a conceder pelo acionista (12%). Em termos de despesa orçamental para 2025 (344,8 milhões de euros), o valor de investimento previsto pelo ML é superior ao previsto no OE2025 (274,1 milhões de euros) em 70,7 milhões de euros. Dado que o plano de investimentos proposto excede o previsto no OE2025, o ML deve priorizar os investimentos de forma a que o valor total do investimento a executar não ultrapasse o valor previsto no OE2025, exceto e na medida em que for encontrado financiamento adicional (cf. ponto 6).

1E. Conclusão

A proposta de *Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2025-2027* do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., requer a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças para:

- i. o aumento dos *Gastos Operacionais*, que se considera fundamentado e se recomenda que seja autorizado, limitado em execução à despesa orçamental aprovada no OE2025, enquanto não for garantido financiamento adicional;
- ii. a extensão do prazo de contratação de 30 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2025, que se recomenda seja autorizado;
- iii. a contratação de 68 trabalhadores em 2025, que se considera fundamentada, mas que se recomenda que não seja autorizada enquanto não forem concretizados os recrutamentos anteriormente autorizados (cf. ponto 3.20);
- iv. a reclassificação de trabalhadores em 2025 (cf. ponto 3.21), que se recomenda que não seja autorizada a menos que seja obtido parecer prévio favorável da tutela setorial; e
- v. a aquisição/locação de cinco viaturas para a frota operacional em 2025, que se recomenda que seja autorizada.

Note-se que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. deve ater-se em execução aos limites inscritos no OE2025, até conseguir receitas adicionais e serem autorizadas as alterações orçamentais que eventualmente forem necessárias (cf. ponto 6).

Assim, e nestas condições, a proposta de *Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027* do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., incluindo o Plano de Investimentos, pode merecer aprovação, concordando e querendo, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, limitando a sua execução aos valores aprovados em OE2025, exceto e na medida em que for encontrado financiamento adicional.



2. ANTECEDENTES

O ML submeteu no portal da internet do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado ("SISEE") a proposta de "Plano de Atividades e Orçamento / Plano de Investimentos e Financiamentos [2025-2027]" ("PAO2025-27"), o "Parecer do ROC", o "Parecer do Conselho Fiscal" e o livro Excel de apoio, em 2024-11-28. Em 2025-01-31, por correio eletrónico, o ML enviou esclarecimentos adicionais sobre a sua proposta PAO2025-27. Os esclarecimentos adicionais referidos não se revestem de valor material ou de substância que possa colocar em causa as conclusões dos pareceres do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal acima referido. A UTAM procedeu à análise dos documentos, do que resultou o presente relatório.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise incidiu sobre a proposta de PAO2025-27. Foi verificado o cumprimento das IEPAO2025 e da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprova o OE2025. As tabelas apresentadas a seguir ilustram a atividade da empresa e retratam as suas previsões.

3A. Coerência da proposta

Na tabela seguinte é apresentada a comparação das principais rubricas da proposta em análise com os valores do PAO2024-26. Face a este observa-se uma diminuição no valor do *Volume de Negócios* e dos *Gastos Operacionais* na comparação de 2024. Observa-se um aumento do *Volume de negócios* quer dos *Gastos operacionais* na comparação de 2025. O *Investimento* regista uma diminuição significativa na comparação de 2024 e de 2025. Este facto cria alguma incerteza quanto à capacidade de execução da ML.

Unidade: milhares de euros

Coerência com o PAO do triénio anterior	PAO2024-26			Proposta de PAO2025-27			Δ PAO2025 - PAO2024		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Volume de negócios	133 249	139 671	142 613	133 249	134 593	149 029	0%	-4%	+4%
Gastos Operacionais	140 151	146 277	155 138	140 151	144 645	155 876	0%	-1%	+0,5%
CMVMC	2 862	3 486	4 037	2 862	3 525	3 652	0%	+1%	-10%
FSE	38 004	42 133	47 317	38 004	40 900	45 182	0%	-3%	-5%
Pessoal	99 286	100 657	103 784	99 286	100 221	107 042	0%	-0%	+3%
Investimento*	90 059	234 341	496 612	n.d.	151 995	325 102		-35%	-35%

* Na ótica financeira (formação bruta de capital fixo)

Fontes: Proposta de PAO para 2025-27 e PAO2024-26

O erro médio de previsão, avaliado pelo *Tracking Error* ("TE"), é de 12,5% para o *Volume de Negócios* ("VN") e de 2,5% para os *Gastos Operacionais* ("GO"), como podemos observar na tabela seguinte. Da análise do *p-value*² associado ao teste não paramétrico de aleatoriedade, conclui-se que há uma tendência de sobrestimação dos GO.

	N.º de oc.	TE	p-value	Tendência
VN	16	12,5%	23%	Aleatória
GO	15	2,5%	0,049%	Sobrestimação

3B. Fluxos de Caixa

A evolução dos fluxos de caixa é apresentada na tabela seguinte, sendo de salientar que a caixa gerada pelas atividades operacionais não permite cobrir, em 2025, as atividades de

² O *p-value* é a probabilidade, na hipótese de os desvios de execução serem aleatórios (a hipótese nula), de serem obtidos desvios iguais ou superiores aos observados.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

investimento sem necessidade de recurso a financiamento. O ML prevê o aumento do *Capital subscrito* (cf. ponto 3.14).

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-9 280	-1 097	4 529	39 651	8 182	+88%
Caixa gerada pelas operações	-14 733	-11 972	-6 784	-1 057	2 761	+19%
Caixa adicional gerada pelas operações	5 453	10 874	11 313	40 708	5 421	+99%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-86 345	-130 587	-164 056	-336 201	-44 242	-51%
(-) Pagamentos respeitantes a investimento	184 129	344 816	395 724	369 137	160 687	+87%
(-) Ativos fixos tangíveis	184 129	344 816	395 724	369 137	160 687	+87%
Recebimentos provenientes de investimento	97 784	214 229	231 668	32 936	116 444	+119%
Outros ativos	0	23 169	0	0	23 169	
Subsídios ao investimento	97 784	191 059	231 668	32 936	93 275	+95%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	32 617	84 043	100 252	296 550	51 426	+158%
Recebimentos provenientes de financiamento	398 847	239 448	538 324	716 625	-159 398	-40%
Financiamentos obtidos	10 819	52 449	25 821	40 379	41 630	+385%
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	385 506	187 000	512 502	676 245	-198 506	-51%
Outras operações de financiamento	2 522	0	0	0	-2 522	-100%
(-) Pagamentos respeitantes a financiamento	366 230	155 405	438 072	420 075	-210 825	-58%
(-) Financiamentos obtidos	300 000	110 000	400 000	400 000	-190 000	-63%
(-) Juros e gastos similares	66 230	45 405	38 072	20 075	-20 825	-31%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-63 008	-47 642	-59 275	0	15 366	+24%
Caixa e seus equivalentes no início do período	184 937	121 929	74 287	15 012	-63 008	-34%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	121 929	74 287	15 012	15 012	-47 642	-39%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

3C. Rendimentos, gastos e resultados

A Demonstração de resultados consta da tabela seguinte.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	132 251	138 103	150 287	157 779	5 852	+4%
Vendas	33	34	44	34	0	+1%
Prestações de serviços	132 218	138 069	150 244	157 746	5 851	+4%
Subsídios à exploração	2 342	10 926	1 192	1 721	8 584	+367%
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias	19	0	0	0	-19	-100%
Trabalhos para a própria empresa	6 866	6 935	6 345	6 368	69	+1%
(-) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 525	3 652	3 714	3 776	128	+4%
(-) Fornecimentos e serviços externos	40 900	45 182	42 052	43 142	4 282	+10%
(-) Gastos com o pessoal	100 221	107 042	108 546	110 088	6 821	+7%
(-) Imparidades	-3	0	0	0	3	+100%
Aumentos / reduções de justo valor	1 505	754	-1	-1	-751	-50%
Outros rendimentos	1 514	794	810	25 657	-720	-48%
(-) Outros gastos	2 244	873	855	884	-1 371	-61%
EBITDA	-2 390	762	3 467	33 635	3 152	+132%
(-) Gastos / reversões de depreciação e de amortização	12 026	10 708	26 526	32 116	-1 317	-11%
Resultado operacional (EBIT)	-14 415	-9 946	-23 058	1 519	4 469	+31%
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	845	588	342	241	-257	-30%
Resultado antes de impostos	-15 260	-10 535	-23 400	1 278	4 726	+31%
Resultado líquido do período	-15 260	-10 535	-23 400	1 278	4 726	+31%
Volume de negócios (VN)*	134 593	149 029	151 479	159 500	14 435	+11%
(-) Gastos operacionais	144 645	155 876	154 312	157 006	11 231	+8%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

* Vendas e prestações de serviços + Indemnizações compensatórias

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

Relativamente à evolução dos rendimentos, gastos e resultados em 2025 e no triénio, realçam-se os seguintes aspetos:

3.1. O *Volume de negócios (Vendas e prestações de serviços + Indemnizações compensatórias)* aumenta de 134,6 milhões de euros para 149 milhões de euros em 2025 (14,4 milhões de euros, 11%), em resultado essencialmente do aumento da indemnização compensatória em 8,6 milhões de euros (compensação financeira pela



prestação de serviço público), das receitas tarifárias em 3,8 milhões de euros (passes e títulos ocasionais), e de outras compensações/receitas em cerca de dois milhões de euros. Nos anos seguintes aumenta a uma taxa média de 6%, atingindo 159,5 milhões de euros em 2027.

- 3.2. Os *Trabalhos para a própria empresa permanecem estáveis nos 6,9 milhões de euros de 2024 para 2025*. Nos anos seguintes diminuem para valores próximos dos 6,4 milhões.
- 3.3. Os *Outros rendimentos* diminuem de 1,5 milhões de euros para 794 mil euros em 2025 (720 mil euros, 48%), aumentam para 810 mil euros em 2026 e para 25,7 milhões de euros em 2027 “(...) pelo efeito do valor de venda do [Parque de Material e Oficinas] PMO I (32,2 M€) e o respetivo abate”.
- 3.4. Os *Gastos operacionais* aumentam de 144,6 milhões de euros para 155,9 milhões de euros em 2025 (11,2 milhões de euros, 8%), com principal incidência no aumento dos *Fornecimentos e serviços externos* (“FSE”) em 4,3 milhões de euros, e dos *Gastos com pessoal* em 6,8 milhões de euros. Nos anos seguintes diminui para 154,3 milhões de euros em 2026 e aumenta para 157 milhões de euros em 2027.

De uma forma mais objetiva, sobre a evolução dos *Gastos operacionais* é de realçar:

- i. O *Custo das mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)* aumenta de 3,5 milhões de euros para 3,7 milhões de euros em 2025 (128 mil euros, 4%). Nos anos seguintes aumenta para os 3,7 milhões de euros em 2026 e para os 3,8 milhões de euros em 2027, ou seja, o aumento do CMVMC no triénio é pouco expressivo e sem impacto relevante no que concerne à evolução prevista dos *Gastos operacionais*.
- ii. Os *FSE* aumentam de 40,9 milhões de euros para 45,2 milhões de euros em 2025 (4,3 milhões de euros, 10%), em resultado essencialmente do aumento de encargos relacionados com conservação, reparação de edifícios, equipamento afeto à manutenção de material circulante (1,9 milhões de euros), contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (624 mil euros) e serviços de limpeza (526 mil euros), conforme se pode verificar na tabela seguinte. Em 2026 os *FSE* diminuem para os 42,1 milhões de euros e aumentam em 2027 para os 43,1 milhões de euros.

Unidade: milhares de euros

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos ²²	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Vigilância e segurança	7 333	7 486	7 572	7 789	153	2%
Conservação e Reparação	7 466	9 372	10 014	10 828	1 906	26%
Energia (média/baixa tensão + alta tensão)	13 491	13 782	9 480	9 005	291	2%
Serviços de limpeza	5 538	6 065	6 398	6 756	526	10%
Deslocações e alojamento	138	223	245	269	85	61%
Ajudas de custo	20	20	20	21	0	0%
Associados à frota automóvel	415	406	416	416	-8	-2%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	2 074	2 697	2 769	2 843	624	30%
Outros	4 425	5 131	5 138	5 215	706	16%
TOTAL	40 900	45 182	42 052	43 142	4 282	10%

Fonte: Proposta de PAO para 2025-2027



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

iii. Os *Gastos com pessoal* aumentam de 100,2 milhões de euros para 107 milhões de euros em 2025 (6,8 milhões de euros, 7%), em resultado, de forma sintética:

- do aumento de gastos, por efeito ano completo, relacionado com as contratações autorizadas em anos anteriores (1,8 milhões de euros);
- do aumento da massa salarial, nomeadamente taxa social única, tabelas salariais e respetivas expressões pecuniárias (1,9 milhões de euros);
- das reclassificações/alteração na categoria profissional pretendidas (300 mil euros);
- dos acréscimos remuneratórios previstos nos acordos de empresa (1,3 milhões de euros);
- do acréscimo de custos com processos judiciais (500 mil euros); e
- no remanescente, do crescimento do efetivo (cf. ponto 3.18), gastos com órgãos sociais e cargos de direção.

Nos anos seguintes aumentam a uma taxa média de 3,2%, atingindo 110,1 milhões de euros em 2027.

Unidade: milhares de euros

	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
<i>Gastos com pessoal</i>	<i>Estimativa</i>	<i>Previsão</i>	<i>Previsão</i>	<i>Previsão</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
Gastos com órgãos sociais	394	458	465	471	65	+16%
Gastos com cargos de direção	2 269	2 305	2 337	2 370	36	+2%
Remunerações do pessoal	68 651	74 443	75 468	76 525	5 792	+8%
Ajudas de custo	22	20	20	21	-2	-7%
Restantes encargos	28 885	29 815	30 255	30 701	931	+3%
Gastos totais com pessoal	100 221	107 042	108 546	110 088	6 821	+7%

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

iv. Atento o exposto nas alíneas anteriores, relativamente à *Otimização dos gastos*, e dada a tabela seguinte, verifica-se que os *Gastos operacionais* aumentam em termos reais em 2025, e de forma global no triénio.

Unidade: milhares de euros

	2024	2025	2026	2027	Varição média
<i>Otimização de gastos</i>	<i>Estimativa</i>	<i>Previsão</i>	<i>Previsão</i>	<i>Previsão</i>	<i>anual no triénio</i>
Gastos operacionais	144 645	155 876	154 312	157 006	+4 120
Taxas de variação					
IHPC	+2,5%	+2,1%	+2,0%	+2,0%	+2,0%
Gastos operacionais	3,2%	+7,8%	-1,0%	+1,7%	+2,8%

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

A diferença na ótica contabilística não permite a comparação direta dos valores no OE2025 e na Demonstração de Resultados, mas verifica-se que na ótica orçamental o valor em *Aquisição de bens e serviços correntes* na proposta de PAO excede o inscrito no OE2025 em 3,8 milhões de euros (cf. ponto 6). Assim, atento o exposto e dada a fundamentação apresentada nas alíneas anteriores, recomenda-se a autorização do acréscimo de gastos operacionais, limitado em termos de despesa orçamental ao cumprimento do OE2025, enquanto não for encontrado financiamento adicional.

3.5. Sobre a evolução dos resultados, é de referir o seguinte:



- i. o *EBITDA* melhora de 2,4 milhões de euros negativos para 762 mil euros positivos (132%). Prevê-se que aumente nos anos seguintes a uma taxa média anual de 152%, atingindo o valor de 33,6 milhões de euros em 2027;
- ii. o *Resultado operacional (EBIT)* melhora de 14,4 milhões de euros negativos para 9,9 milhões de euros negativos (31%), piora para 23,1 milhões de euros negativos em 2026 e melhora para 1,5 milhões de euros positivos em 2027; e
- iii. o *Resultado líquido* melhora de 15,3 milhões de euros negativos, para 10,5 milhões de euros negativos (31%), piora para 23,4 milhões de euros negativos em 2026 e melhora para 1,3 milhões de euros positivos em 2027.

Ou seja, o *EBITDA*, *EBIT* e *Resultado Líquido* melhoram em 2025 face a 2024, salientando-se a obtenção de um *EBITDA* positivo em 2025 e no triénio. Para 2027 a empresa prevê a obtenção de resultados positivos (*EBITDA*, *EBIT* e *Resultado Líquido*).

- 3.6. A evolução do **conjunto dos encargos com deslocações e alojamento, ajudas de custo, frota automóvel e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria** é apresentada na tabela seguinte, prevendo-se em 2025 um valor de 3,3 milhões de euros, ou seja, um aumento do conjunto de encargos em 700 mil euros (26%), em resultado essencialmente do aumento de encargos com *contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria*, “(...) por despesas com assessoria de imprensa e jurídica orientada para o plano de Expansão de Rede, aquisição de serviços relativos a Responsabilidade Social e serviços específicos de recrutamento externo, contratos relativos a projetos piloto na operação de comboios, estudos de viabilidade económico-financeira de projetos de expansão da rede, bem como consultoria para a venda do PMO I (que se prevê realizar em 2027) e pareceres técnicos diversos motivados pelo plano de expansão do ML (...)”, atenta a impossibilidade de satisfação das necessidades por via de recursos próprios.

Unidade: milhares de euros

	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
Outros gastos operacionais / N.º de viaturas	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	138	223	245	269	85	+61%
Ajudas de custo	20	20	20	21	0	0%
Associados à frota automóvel	415	406	416	416	-8	-2%
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	2 074	2 697	2 769	2 843	624	+30%
Conjunto dos outros gastos operacionais	2 647	3 347	3 450	3 549	700	+26%
Viaturas operacionais	22	27	27	27	5	+23%
Viaturas não operacionais	24	24	24	24	0	0%

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

- 3.7. Relativamente à **Frota automóvel**, atenta a tabela anterior, a empresa prevê para 2025 dispor de mais cinco viaturas operacionais, face à necessidade de adequar a frota de veículos à “(...) expansão da rede do ML e sua infraestrutura, com uma consequente dispersão pela cidade, [o que coloca] um desafio importante a que é necessário responder, sempre numa perspetiva de melhoria da qualidade e eficiência da prestação do serviço público de transportes”. De forma global os gastos com a frota automóvel não aumentam. Os gastos com a frota automóvel estão incluídos no orçamento para 2025.



Atento o exposto, recomenda-se que seja concedida a autorização para aquisição/locação das cinco viaturas operacionais requeridas no ano de 2025.

3D. Orientações financeiras

O cumprimento das orientações financeiras em 2025 e no triénio é apresentado na tabela seguinte. Realçam-se os seguintes aspetos:

- 3.8. O *Volume de negócios (Vendas e prestações de serviços + Indemnizações compensatórias)* evolui em 2025 a uma taxa superior à do crescimento nominal do PIB (cf. ponto 3.1). Evolui a taxa inferior em 2026 e em 2027 a uma taxa superior, resultando numa evolução a uma taxa superior à do crescimento nominal do PIB no triénio.
- 3.9. Os *Gastos operacionais* evoluem a uma taxa inferior à do *Volume de negócios* em 2025, assim como nos anos seguintes, resultando numa evolução a uma taxa inferior à do *Volume de negócios* no triénio (cf. ponto 3.4).

Orientações financeiras	2025 vs. 24	2026 vs. 25	2027 vs. 26	Variação média anual no triénio
<i>Taxa de variação nominal do PIB</i>	+4,5%	+4,5%	+3,8%	+4,3%
a) Volume de negócios (VN)	+10,7%	+1,6%	+5,3%	+5,8%
Gastos operacionais	+7,8%	-1,0%	+1,7%	+2,8%
<i>Taxa de variação do IHPC</i>	+2,1%	+2,0%	+2,0%	+2,0%
b) EBIT, líquido de provisões, imparidades e justo valor (10 ³ €)	+5 223	-12 358	+24 577	+5 814
c) Resultado líquido (10 ³ €)	+4 726	-12 865	+24 678	+5 513
d) Rentabilidade do ativo (RoA)	+0,1 p.p.	-0,2 p.p.	+0,4 p.p.	+0,1 p.p.
e) EBIT/n.º de trabalhadores	+3,3	-7,2	+13,7	+3,3
f) Rentabilidade do capital próprio (RoE)	+0,3 p.p.	-0,3 p.p.	+0,8 p.p.	+0,2 p.p.
g) Endividamento	+0,4%	+1,1%	+3,7%	+1,7%
h) Pagamentos em atraso (10 ³ €)	0	0	0	0

Fontes: IEPAO2025 e proposta de PAO para 2025-27

- 3.10. O *EBIT líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor (EBITlíq)* aumenta 5,2 milhões de euros em 2025. Diminui 12,4 milhões de euros em 2026 e aumenta 24,6 milhões de euros em 2027, resultando num aumento médio anual de 5,8 milhões de euros no triénio.
- 3.11. Em linha com o ponto anterior, o *Resultado líquido* melhora 4,7 milhões de euros em 2025, degrada-se 12,9 milhões de euros em 2026 e melhora 24,7 milhões de euros em 2027, resultando num aumento médio anual de 5,5 milhões de euros no triénio.
- 3.12. Atenta a melhoria dos resultados em 2025, a *Rentabilidade do ativo (RoA)* e a *Rentabilidade do capital próprio (RoE)* melhoram em 2025.
- 3.13. O *EBIT/n.º de trabalhadores* melhora em 2025 3,3 mil euros/trabalhador. Degrada-se para 2026 e melhora para 2027, resultando numa melhoria média anual de 3,3 mil euros/trabalhador no triénio.
- 3.14. O *Endividamento* não aumenta em termos reais no período em análise. Para o ano de 2025 a empresa prevê diminuir o recurso a financiamento remunerado em 199,8 milhões de euros (7%) e o aumento do *Capital subscrito* em 230,1 milhões de euros (5%), este último conforme tabela seguinte.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

Variação Património / Capital Realizado - Unidade: milhares de euros

Estimativa 31/12/2024	4 321 012	
Dotações DGTF p/ amortizações de empréstimos	110 000	
Dotações DGTF p/ encargos financeiros (juros - exclui swap)	45 405	
Dotações DGTF p/ cobertura de défice de investimento	31 595	
Conversão de dívida DGTF ML (juros + financiamento) em capital	43 061	230 061
TOTAL 31/12/2025	4 551 072	

Não estão previstos investimentos com expressão material, atento o disposto no ponto 4 das IEPAO2025, prevendo-se que o endividamento da empresa aumente 0,41% para 2025, 1,12% para 2026 e 3,74% para 2027, conforme tabela seguinte.

	Unidade: milhares de euros					
Endividamento (fórmula)	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	4 321 012	4 551 072	5 079 727	5 768 098	230 061	5%
Financiamento remunerado	3 015 047	2 815 254	2 368 883	1 959 050	-199 793	-7%
(-) Novos investimentos com expressão material						
Δ de endividamento (%)		0,41%	1,12%	3,74%	0,4 p.p.	

3.15. Não são previstos *Pagamentos em atraso* no período em análise (cf. ponto 5).

3.16. Em conclusão, as orientações financeiras expressas nas IEPAO2025 são integralmente observadas em 2025.

3E. Eficiência operacional

3.17. A *Eficiência operacional*, aferida pelo rácio dos *Gastos operacionais sobre o Volume de negócios (Vendas e prestações de serviços + Indemnizações compensatórias)*, como disposto na alínea v) do ponto 3 das IEPAO2025, apresenta uma evolução favorável em 2025, com o rácio a diminuir 2,9 p.p.

Unidade: milhares de euros						
Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
CMVMC	3 525	3 652	3 714	3 776	128	+4%
FSE	40 900	45 182	42 052	43 142	4 282	+10%
Gastos com pessoal	100 221	107 042	108 546	110 088	6 821	+7%
Gastos operacionais (GO)	144 645	155 876	154 312	157 006	11 231	+8%
Vendas e prestações de serviços	132 251	138 103	150 287	157 779	5 852	+4%
Indemnizações compensatórias	2 342	10 926	1 192	1 721	8 584	+367%
Volume de negócios (VN)	134 593	149 029	151 479	159 500	14 435	+11%
Gastos operacionais / Volume de negócios (GO/VN)	107,5%	104,6%	101,9%	98,4%	-2,9 p.p.	
Fonte: Proposta de PAO para 2025-27						

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

Contabilizando para efeitos de *Volume de negócios* os *Trabalhos para a própria empresa*³, o rácio dos *Gastos operacionais sobre o Volume de negócios ajustados* melhora 2,3 p.p., passando de 102,3% em 2024 para os 99,9% em 2025, conforme tabela seguinte. Prevê-se que melhore para 97,8% em 2026 e para 94,7% em 2027.

³ “Os rendimentos associados aos trabalhos para a própria empresa, decorrem das horas/homem de arquitetos, desenhadores, engenheiros civis, engenheiros mecânicos, entre outras especialidades, cujo trabalho está diretamente relacionado com os projetos de investimento em curso, sendo o custo dessas horas/homem imputadas ao respetivo projeto. Assim, (...) na realidade, este rendimento reduz o custo operacional reconhecido em gastos com pessoal destes trabalhadores. Este rendimento não está contabilizado no quadro da eficiência operacional”.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

Unidade: milhares de euros

Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
CMVMC	3 525	3 652	3 714	3 776	128	+4%
FSE	40 900	45 182	42 052	43 142	4 282	+10%
Gastos com pessoal	100 221	107 042	108 546	110 088	6 821	+7%
Gastos operacionais (GO)	144 645	155 876	154 312	157 006	11 231	+8%
Vendas e prestações de serviços	132 251	138 103	150 287	157 779	5 852	+4%
Indemnizações compensatórias	2 342	10 926	1 192	1 721	8 584	+367%
Trabalhos para a própria empresa	6 866	6 935	6 345	6 368	69	+1%
Volume de negócios ajustado (VNa)	141 459	155 963	157 825	165 868	14 505	+10%
Gastos operacionais / Volume de negócios (GO/VNa)	102,3%	99,9%	97,8%	94,7%	-2,3 p.p.	

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

3F. Recursos humanos

Em anexo (Anexo 1 – Mapa de Pessoal, assinado pela Tutela Setorial) incluímos o mapa de pessoal aprovado para o ML por Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Mobilidade (tutela setorial) para o ano de 2025.

3.18. Para 2025, excluindo órgãos sociais, a empresa prevê dispor de 1751 trabalhadores, o que representa um acréscimo de 147 trabalhadores face ao efetivo de 2024, em resultado da substituição de saídas de 73 trabalhadores⁴, das entradas já autorizadas por normativo legal/despacho de cinco trabalhadores, e da previsão de contratação de 68 trabalhadores. O número de profissionais proposto para 2025 não excede na globalidade nem por grupo profissional a dotação de pessoal aprovada pela tutela setorial. A empresa prevê um aumento de 30 trabalhadores em 2026 e de 12 trabalhadores em 2027. Note-se que a avaliação do mérito dos recrutamentos solicitados para os anos de 2026 e 2027 será objeto de análise com as propostas de PAO para cada um dos anos.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal - 2025					Situação a 31/12/2025	Mapa de pessoal aprovado Tutela setorial para 2025		Situação a 31/12/2026	Situação a 31/12/2027
		Saídas esperadas	Autorizações de recrutamento concedidas em anos anteriores	Substituição de saídas de 2024 e 2025	Entradas ao abrigo de normativo legal/despacho	Autorizações de recrutamento solicitadas					
								(1)	(2)		
Órgãos Sociais (OS)	6	0		0	1		7	n.d.		7	7
Cargos de direção (s/ OS)	22	3		3			22	22	0	22	22
Dirigentes Intermediários	82	5		5			82	82	0	82	82
Técnico Superior	179	4	1	6	5	26	213	213	0	218	218
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	251	8		8			251	251	0	251	251
Assistente operacional, operário, auxiliar	1 070	8	28	51		42	1183	1 183	0	1 208	1 220
Total	1610	28	29	73	6	68	1758	1751	0	1788	1800
Total excluindo órgãos sociais	1604	28	29	73	5	68	1751	1751	0	1781	1793

3.19. Atento o Despacho Conjunto de Sua Exa. o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e de Sua Exa. a Secretária de Estado da Mobilidade de aprovação do PAO2024 (que junto se anexa – Anexo 2), e de acordo com a empresa, o referido despacho “(...) limitou a 30

⁴ “(...) às Saídas esperadas (reformas/outros) em 2025 (28), soma-se a Substituição de saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira) (45), perfazendo um total de 73. As autorizações para substituições do efetivo decorrem do cumprimento do artigo 133.º, do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro”.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

de setembro de 2024 a data para a realização das admissões aprovadas no âmbito do PAO de 2023, e, por outro, não aprovou as admissões solicitadas para 2024. A 30 de setembro de 2024 [encontravam-se] por admitir 30 trabalhadores dos 53 autorizados no PAO de 2023:

- Agente de tráfego – 26 vagas;
- Inspetor de Obras – 2 vagas;
- Oficial de Manutenção (Eletromecânico) – 2 vagas.

A não admissão destes 30 trabalhadores teve como motivos subjacentes:

- O diferimento do prazo de conclusão das empreitadas da Linha Circular, no que refere aos Agentes de Tráfego, já que a data prevista para a abertura da Linha Circular sofreu um adiamento face a constrangimentos de obra, situando-se, neste momento no 1.º trimestre de 2026, o que significa que a necessidade de contratação fundamentada de efetivos, muito especialmente dos 26 Agentes de Tráfego (...) deverá ocorrer em sintonia com este adiamento.
- A escassez de especialistas nas áreas de manutenção e de obras disponíveis no mercado de trabalho, o que torna as empresas com maior flexibilidade salarial mais competitivas e diminui a atratividade do ML provocando uma maior morosidade dos processos de recrutamento”.

Assim, pelo segundo ano consecutivo⁵, atenta a pretensão da empresa e para responder às necessidades decorrentes dos projetos de expansão e modernização, muito especialmente na operação da Linha Circular, recomenda-se que a autorização de recrutamento aprovada até 30 de setembro de 2024, referente às admissões autorizadas no PAO de 2023 e ainda não efetivadas (30 contratações), sejam estendidas até 30 de setembro de 2025.

3.20. Para 2025, as necessidades identificadas de recrutamento correspondem ainda à contratação de mais 68 trabalhadores, de acordo com o seguinte detalhe:

- Para as áreas de Operação e Comercial, 10 Agentes de tráfego, indispensáveis para garantir as movimentações de categoria necessárias para a operação da Linha Circular e que não foram aprovadas no PAO de 2024, ficando previstas no PAO de 2025;
- Para reforço das equipas de manutenção, por forma a suprir necessidades decorrentes do prolongamento da rede, com novos troços e estações, da

⁵ Despacho Conjunto de Sua Exa. o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e de Sua Exa. a Secretária de Estado da Mobilidade de aprovação do PAO2024 “(...) considero que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento apresentada, poderá ser aprovada, pelo que concedo apenas, conforme proposto pela UTAM, para o ano de 2024, e sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa, as seguintes autorizações:

- para a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024;
- para o aumento dos Gastos Operacionais em (...)”



modernização dos sistemas operacionais e da receção do novo material circulante, 26 Oficiais de Manutenção, repartidos por um Carpinteiro, seis Eletricistas, cinco Eletromecânicos, um Pedreiro, dois Pintores, um Soldador, um Torneiro, três Oficiais de Via, seis Técnicos de Eletrónica e dois Técnicos Principais;

- Para assegurar o adequado acompanhamento e fiscalização das empreitadas de modernização e expansão da rede, bem como das obras de conservação e manutenção das infraestruturas afetas ao serviço público de transporte de passageiros, assegurando o cumprimento dos projetos e cadernos de encargos respetivos: quatro Inspectores de Obras; e
- Com o objetivo de reforçar e rejuvenescer o *know-how* especializado, nomeadamente ao nível dos projetos de expansão e modernização da rede e reforço de competências técnicas em várias áreas da Empresa: 26 Técnicos Especializados (técnicos superiores).

A empresa, apresenta no ponto 3, paginas 27 a 29 da sua proposta de PAO, “*Análise Custo-Benefício das Contratações e Reclassificações Previstas*”.

Atento o mapa de pessoal aprovado pela tutela setorial (cf. Anexo 1 – Quadro pessoal aprovado), os *Gastos com pessoal* previstos no PAO2025 27 terem comportabilidade na rubrica “01 - DESPESAS COM O PESSOAL” do Orçamento do Estado aprovado para 2025 (cf. ponto 6), bem como a dificuldade recorrente de contratação de pessoal exposta pela empresa, **recomenda-se, por se considerar extemporâneo, que a solicitação de contratação de 68 trabalhadores não seja autorizada enquanto a empresa não conseguir contratar os RH autorizados em anos anteriores (30 trabalhadores)**.

A sugestão de não autorização das 68 contratações solicitadas, concordando e querendo, não impede que a empresa, concluídas e efetivadas as contratações autorizadas em anos anteriores, possa apresentar de forma autónoma à sua proposta de PAO, uma proposta devidamente fundamentada e atenta a legislação em vigor, para a contratação dos restantes trabalhadores solicitados, e a ocorrer de forma efetiva no ano de 2025.

- 3.21. Para além das referidas contratações, o orçamento de gastos com pessoal proposto considera ainda as reclassificações “(...) de 3 Desenhadores em Projetista, 1 Técnico Principal em Inspetor de Obras, 1 Técnico Principal em Técnico Superior, 11 Técnicos Administrativos/Auxiliares em Técnicos Principais, 49 Agentes de Tráfego em Operador Comercial, 2 Operadores Comerciais em Técnicos Principais, 2 Operadores Comerciais em Maquinistas de Manobras, 36 Operadores Comerciais em Maquinistas e 1 Eletricista em Técnico Superior”. Recomenda-se que não seja autorizado o pretendido, a menos que seja obtido parecer prévio favorável da tutela setorial. Caso a tutela setorial aprove as referidas reclassificações, nada a obstar, atento a que o orçamento de gastos com pessoal proposto no PAO2025-27 contempla e comporta as referidas reclassificações.



3G. Situação patrimonial

Em termos gerais, atenta a evolução das rubricas da estrutura patrimonial, o *Ativo* aumenta 208,4 milhões de euros em 2025 (3%), o *Capital próprio* aumenta 410,6 milhões de euros (17%) e o *Passivo* diminui 202,2 milhões de euros (6%), refletindo o elevado investimento previsto e as correspondentes necessidade de financiamento. Os rácios financeiros, com exceção da *Autonomia financeira*, evoluem desfavoravelmente para 2025, conforme se pode observar na tabela seguinte.

Rátios financeiros	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	
Endividamento corrente ⁵	38,9%	41,1%	38,9%	30,9%	+2,2 p.p.
Autonomia financeira ⁶	40,5%	45,7%	55,0%	63,1%	+5,2 p.p.
Liquidez geral ⁷	8,0%	5,9%	4,1%	5,5%	-2,1 p.p.

⁵ Endividamento corrente = Passivo corrente / Ativo; ⁶ Autonomia financeira = Capital próprio / Ativo; ⁷ Liquidez geral = Ativo corrente / Passivo corrente
Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

A evolução das rubricas da estrutura patrimonial é apresentada na tabela seguinte.

Unidade: milhares de euros						
BALANÇO	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
ATIVO	6 032 024	6 240 456	6 528 029	6 838 630	208 431	+3%
Ativo não corrente	5 844 403	6 088 801	6 422 649	6 721 896	244 398	+4%
Ativos fixos tangíveis	3 629 059	3 950 843	4 305 108	4 628 251	321 785	+9%
Propriedades de investimento	16 148	15 691	15 235	9 409	-456	-3%
Ativos intangíveis	9 081	9 081	9 081	9 081	0	0%
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	76 871	76 871	76 871	76 871	0	0%
Outros ativos financeiros	44 748	22 299	20 444	20 483	-22 449	-50%
Outras contas a receber	2 068 498	2 014 016	1 995 911	1 977 802	-54 482	-3%
Ativo corrente	187 621	151 655	105 380	116 733	-35 966	-19%
Inventários	10 632	11 471	12 341	13 241	839	+8%
Clientes	1 180	1 180	1 180	1 180	0	0%
Estado e outros entes públicos	9 950	20 786	31 870	42 324	10 836	+109%
Outras contas a receber	12 554	12 554	13 601	13 601	0	0%
Diferimentos	31 376	31 376	31 376	31 376	0	0%
Caixa e depósitos bancários	121 929	74 287	15 012	15 012	-47 642	-39%
Capital próprio	2 442 582	2 853 167	3 590 090	4 312 676	410 585	+17%
Capital subscrito	4 321 012	4 551 072	5 079 727	5 768 098	230 061	+5%
Reservas legais	1 523	1 523	1 523	1 523	0	0%
Excedentes de revalorização	37 234	37 234	37 234	37 234	0	0%
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	106 915	297 974	529 642	562 578	191 059	+179%
Resultados transitados	-2 008 842	-2 024 102	-2 034 637	-2 058 036	-15 260	-1%
Resultado líquido do período	-15 260	-10 535	-23 400	1 278	4 726	+31%
Passivo	3 589 443	3 387 289	2 937 939	2 525 954	-202 154	-6%
Passivo não corrente	1 244 796	823 396	395 733	410 630	-421 400	-34%
Provisões	9 335	9 335	9 335	9 335	0	0%
Financiamentos obtidos	971 098	552 858	128 467	145 734	-418 240	-43%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	262 571	260 267	257 930	255 562	-2 304	-1%
Outras contas a pagar	1 792	936	0	0	-856	-48%
Passivo corrente	2 344 647	2 563 893	2 542 206	2 115 324	219 246	+9%
Fornecedores	3 567	3 527	3 453	3 450	-40	-1%
Estado e outros entes públicos	4 039	4 039	4 039	4 039	0	0%
Financiamentos obtidos	2 043 949	2 262 396	2 240 416	1 813 316	218 447	+11%
Outras contas a pagar	288 577	289 417	289 785	290 004	839	+0%
Diferimentos	4 514	4 514	4 514	4 514	0	0%

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

Relativamente aos valores das rubricas do Balanço propostos, realçam-se os seguintes aspetos:

- 3.22. O **Ativo não corrente** aumenta de 6032 milhões de euros para 6240 milhões de euros (4%) e continua a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 5%, atingindo o valor de 6722 milhões de euros em 2027, devido essencialmente ao aumento em *Ativos fixos tangíveis* e diminuição em *Outros ativos financeiros* e *Outras contas a receber*;
- 3.23. O **Ativo corrente** diminui de 187,6 milhões de euros para 151,7 milhões de euros (19%), devido à diminuição em *Caixa e depósitos bancários* e aumento em *Estado e outros entes públicos*, continua a diminuir em 2026 e aumenta em 2027, atingindo o valor de 116,7 milhões de euros;



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

3.24. **Capital próprio** aumenta para 2853 milhões de euros em 2025 (17%), atento essencialmente o aumento em *Ajustamento em ativos financeiros, Resultado líquido no período* e do *Capital subscrito* (cf. ponto 3.14). Prevê-se que continue a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 23%, atingindo 4313 milhões de euros em 2027.

3.25. O **Passivo** diminui de 3589 milhões de euros para 3387 milhões de euros de 2024 para 2025 (202,2 milhões de euros, 6%). Prevê-se que continue a diminuir nos anos seguintes a uma taxa média anual de 14%, atingindo os 2526 milhões de euros em 2027.

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

O plano plurianual de investimentos para 2025-2027 (formação bruta de capital fixo) ascende a 1048 milhões de euros⁶, dos quais 325 milhões de euros a realizar em 2025 (31%), 374 milhões de euros em 2026 (36%) e 348 milhões de euros em 2027 (33%), com o detalhe apresentado na tabela seguinte.

Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2024	2025	2026	2027	TOTAL 2025-2027
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	79 659	55 786	26 898	0	82 684
Prolongamento S. Sebastião / Alcântara	35 262	80 057	125 998	121 309	327 363
Projeto Modernização Sistema Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C	9 857	53 270	12 621	11 749	77 640
Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	9 637	70 233	99 096	100 696	270 026
Máquina Esmeriladora	0	5 596	0	0	5 596
Remodelação da estação Cais do Sodré	0	4 163	5 635	4 111	13 909
Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	7 280	6 556	8 288	14 015	28 860
Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	335	2 651	0	0	2 651
Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	1 684	10 171	12 957	3 483	26 611
Renov. Sist. vídeo e comunicação + SADI carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	0	598	2 575	3 220	6 394
Sistema de Informação ao Cliente	460	2 240	3 000	3 000	8 240
Central Fotovoltaica no PMO III	0	1 750	0	0	1 750
Remod. e Renovação de Instalações Sociais - Ampliação e Requalificação PMO III	0	0	4 108	9 131	13 239
Remodelação Geral de MAVT	0	1 673	1 900	1 000	4 573
Aquisição de 24 UT - SCEP n.º 13/2022 - RCM n.º 122/2023	7 200	15 881	33 948	47 610	97 439
Central Fotovoltaica PMO II	6	731	4 562	3 800	9 093
Substituição travessas de pinho - PMO II	117	118	0	0	118
Aquisição Draisine Grua	0	900	2 100	0	3 000
Empreitada de Manutenção dos Sistemas de Iluminação das estações	0	716	641	601	1 958
Remodelação da Estação Marquês de Pombal	0	1 332	8 358	8 346	18 036
Conversores de Tração ML90	0	0	2 400	3 300	5 700
Projeto Normalização Imagem ML	0	625	1 123	0	1 748
SADI - Estações + Edifícios	247	877	2 393	559	3 828
Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida (obsoletos)	0	650	800	400	1 850
Upgrade unidades remotas de telecommando - Subestações de Tração	152	288	0	0	288
CITY + Sistemas de Detecção de Descida à Via	99	614	48	48	710
Empreitada de Vias de Inversão da estação Alameda e Bela Vista	0	415	0	0	415
Empreitada EPAL S. Sebastião	0	221	0	0	221
Implementação de Sistemas de Otimização do Investimento Sustentável	0	380	25	385	790
Obra de reabilitação do edifício FPM	0	450	0	0	450
Reabilitação Campo Grande	0	687	4 207	3 230	8 124
Reabilitação Colégio Militar - 2ª Fase	0	816	2 616	0	3 432
Reabilitação de Interiores ML_90_95	0	0	2 160	3 840	6 000
Reabilitação do edifício da Barbosa du Bocage	0	150	153	156	459
Reabilitação Estação Odivelas	0	0	0	473	473
Remodelação Esquadra PSP da Estação do Marquês de Pombal	0	410	0	0	410
Remodelação Posto de Tração PMO II	0	0	518	0	518
Outros Investimentos	0	4 098	4 863	3 972	12 934
TOTAL	151 995	325 102	373 989	348 435	1 047 526
<i>Dotação de Capital</i>	<i>10 380</i>	<i>49 875</i>	<i>75 428</i>	<i>67 070</i>	<i>192 374</i>
<i>Fundo de Coesão (PACS 2030)</i>	<i>53 984</i>	<i>41 452</i>	<i>28 830</i>	<i>16 016</i>	<i>86 298</i>
<i>PRR</i>	<i>44 899</i>	<i>150 290</i>	<i>225 094</i>	<i>222 005</i>	<i>597 389</i>
<i>Fundo Ambiental</i>	<i>31 316</i>	<i>44 937</i>	<i>30 817</i>	<i>27 994</i>	<i>103 748</i>
<i>Financiamento DGTF</i>	<i>11 416</i>	<i>38 548</i>	<i>13 819</i>	<i>15 350</i>	<i>67 717</i>

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

⁶ Conforme parecer do Conselho Fiscal: "Dos investimentos previstos para o triénio 2025-2027, destacam-se os seguintes:

- i) **Linha Circular (Prolongamento Rato/Cais do Sodré)**, aprovado através da RCM n.º 173/2018, de 14 de dezembro. A RCM n.º 89/2023, de 4 de agosto, autorizou a atualização do valor da despesa em 331,4M€ e a conclusão dos trabalhos no último trimestre de 2025 (início em 2017). Prevê-se a abertura à exploração no 1.º trimestre de 2026;
- ii) **Expansão da Linha Vermelha até Alcântara**, aprovado em julho de 2021, pelo Conselho da União Europeia, no Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. A reprogramação dos encargos plurianuais foi autorizada através da RCM n.º 31/2024, de 1 de março. O valor global estimado atualmente a 405,4M€ (início em 2021 e conclusão em 2026);
- iii) **Metro ligeiro de superfície de Odivelas/Loures** cujo contrato de financiamento foi celebrado em 17/09/2021, entre a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal" e o ML. Através da RCM n.º 155/2023, de 27 de novembro, foi aprovada despesa, o valor global de 527,3M€, dos quais 390 M€ serão financiados pelo PRR (início em 2021 e conclusão em 2026). Em 15/03/2024 foi lançado o procedimento de concurso público internacional".



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

A estratégia a desenvolver pelo ML no triénio 2025-2027 assenta sobretudo na continuidade do Plano de Expansão da Rede do ML, modernização e melhoria de acessibilidades e intraconectividade da rede com outros meios de transporte.

Em anexo à proposta de PAO estão incluídas as fichas descritivas de investimento e de acompanhamento dos projetos de maior relevância. A tabela seguinte apresenta um resumo da cobertura estimada do plano de investimentos.

Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2024	2025	2026	2027	TOTAL 2025-2027
TOTAL	151 995	325 102	373 989	348 435	1 047 526
Dotação de Capital	10 380	49 875	75 428	67 070	192 374
Fundo de Coesão (PACS 2030)	53 984	41 452	28 830	16 016	86 298
PRR	44 899	150 290	225 094	222 005	597 389
Fundo Ambiental	31 316	44 937	30 817	27 994	103 748
Financiamento DGTf	11 416	38 548	13 819	15 350	67 717

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

De realçar que os investimentos relacionados com o PRR têm um peso de 57% do investimento total no triénio, 18% em Dotações de capital, 10% Fundo ambiental, 8% Fundo de Coesão (PACS 2030) e 6% Financiamento DGTf.

Tal como já referido, em 2025 prevê-se que o Plano de Investimentos do ML atinja cerca de 325,1 milhões de euros (formação bruta de capital fixo). Verifica-se que o investimento em 2025 (formação bruta de capital fixo), será coberto pelas seguintes fontes de financiamento: PRR (46%), Fundo Ambiental (14%), Fundo de Coesão-PACS 2030 (13%), dotações de capital (15%) e empréstimos a conceder pelo acionista (12%). Na tabela infra, evidenciam-se os projetos de investimento superiores a cinco milhões de euros (ótica financeira), que constituem cerca de 87% do total do investimento estimado para 2025, bem como a respetiva cobertura financeira.

Projetos de Investimento (FBCF) (ano 2024)	(em euros)	Cobertura Financeira				
		Fundo Coesão	PRR	Fundo Ambiental	Dotações capital	Empréstimos a conceder pela DGTf
Valor Total	325 101 905	41 451 646	150 290 025	44 936 898	49 875 041	38 548 295
do qual: (>5ME)	281 782 956	41 451 646	150 290 025	44 936 898	22 323 238	38 548 295
Prolongamento Rato/Cais do Sodré	55 785 836	36 109 312		19 676 524		
Prolongamento S.Sebastião/Alcântara	80 056 851		80 056 851			
Metro Ligeiro de superfície Odivelas-Loures	70 233 174		70 233 174			
Projeto modernização sistema sinalização e do material circulante - linhas azul, amarela e verde	53 269 701			17 186 979		36 082 722
Aquisição 24 Unidades Triplas +SCEP n.º13/2	15 881 302	5 342 334		8 073 395		2 465 573
Plano Promoção Acessibilidades	6 556 092				6 556 092	
Renovação sistema conforto (esc.mecânicas, tapetes rolantes, elevadores)					10 171 250	
Máquina Esmeriladora	5 595 896				5 595 896	

Fonte: PAO 2024-2026 ML

Do investimento projetado para os anos subsequentes 2026-2027, destacam-se os investimentos no projeto do prolongamento da linha de S.Sebastião/Alcântara (247 milhões de euros) e no Metro ligeiro de superfície Odivelas/Loures (200 milhões de euros), cujo respetivo plano de financiamento pressupõe o recurso ao PRR.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

Note-se que para 2025, em termos de despesa orçamental⁷ (344,8 milhões de euros, cf. Anexo 3 – Plano de Investimentos – Ótica Mapa Fluxos de Caixa), o valor de investimento previsto pelo ML é superior ao previsto no OE2025 (274,1 milhões de euros) em 70,7 milhões de euros. Dado que o plano de investimentos proposto excede o previsto no OE2025, o ML deve priorizar os investimentos de forma a que o valor total do investimento a executar não ultrapasse o valor previsto no OE2025, exceto e na medida em que for encontrado financiamento adicional (cf. ponto 6).

5. PAGAMENTOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação do prazo médio de pagamento a fornecedores do ML, calculado de acordo com o disposto no n.º 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atual. O PMP previsto para 2025 é 45 dias e não há pagamentos em atraso de 2024 a 2027.

	Estimativa 2024	Previsão 2025	Previsão 2026	Previsão 2027
PMP médio (dias)	45	45	45	45
Δ PMP anual		0%	0%	0%
Pagamentos em atraso (milhares de euros)	0	0	0	0

Fonte: Proposta de PAO para 2025-27

6. CONFORMIDADE DA PROPOSTA COM O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

O ML é uma entidade reclassificada. Na tabela seguinte resume-se a conformidade da proposta com o OE2025, na ótica orçamental. Os valores previstos para 2025 na proposta de PAO para a despesa total, despesa com o pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, juros e outros encargos, e aquisição de bens de capital (investimentos) excedem os inscritos no OE2025.

Unidade: milhares de euros

	Proposta de OE2025	Proposta de PAO2025 (Conforme DFC)	Dif.	Conform.	Observações
Despesa total	601 046	671 007	69 961	*	Valor superior em 12% ao inscrito na proposta de OE2025
01 - DESPESAS COM O PESSOAL	105 211	105 213	2	*	Valor superior em 0% ao inscrito na proposta de OE2025
02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	61 252	64 967	3 715	*	Valor superior em 6% ao inscrito na proposta de OE2025
03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS	43 979	45 405	1 426	*	Valor superior em 3% ao inscrito na proposta de OE2025
06 - OUTRA DESPESAS CORRENTES (RESERVA)	6 510	606	-5 904	✓	Valor inferior ao inscrito na proposta de OE2025
07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL (Investimentos)	274 094	344 816	70 722	*	Valor superior em 26% ao inscrito na proposta de OE2025
10 - PASSIVOS FINANCEIROS	110 000	110 000	0	✓	Valor em conformidade com a proposta de OE2025

Fontes: Proposta de PAO para 2025-27 e OE2025

De forma resumida e de acordo com a empresa, a diferença de dois mil euros em gastos com pessoal “(...) decorre do facto de na elaboração do PAO o montante [relativo a despesas com funerais] ser considerado na rubrica [01] mas não constar no Mapa de Pessoal, o qual é validado no SIGO com o total da [01] e obriga a que despesa tenha sido carregada nessa plataforma na rubrica [02] – Aquisição de Bens e Serviços (ABS)”. Relativamente ao valor da rubrica 02 – ABS, a diferença resulta do acréscimo de gastos referidos anteriormente ao qual acresce o “(...) ajustamento DGO para ABS da estimativa de gastos com estudos do projeto Metro Sul do Tejo, registado como investimento no PAO, e da aplicação de um corte DGO, no

⁷ A diferença entre 325,1 milhões de euros para os 344,8 milhões de euros decorre essencialmente do valor de IVA dos projetos.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

item de vigilância e segurança (...)). A diferença observada na rubrica 03 – Juros e outros encargos resulta do “valor de ajustamento DGO para juros de financiamento”. No que concerne à rubrica 06 – Outras despesas correntes (reservas) a diferença resulta do “ajustamento DGO respeitante ao valor proposto para impostos e taxas e outras despesas correntes (-606 mil€). Incluído valor de 6.510 mil€ relativo à reserva de receita própria”. Por fim a diferença ao nível da rubrica 07 – Aquisição de bens e capital (investimentos) resulta do seguinte:

D.07	
PAO	344 816 015 €
-	760 755 € Estudos Rede Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica (D.02*)
-	41 540 194 € Projeto S.Sebastião / Alcântara
-	28 421 085 € Outros projetos (sem identificação do projeto a que respeita o ajustamento DGO inscrito no projeto de Lei)
SIGO/DGO	274 093 981 €

7. CONCLUSÃO

A proposta de *Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2025-2027* do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., requer a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças para:

- o aumento dos *Gastos Operacionais*, que se considera fundamentado e se recomenda que seja autorizado, limitado em execução à despesa orçamental aprovada no OE2025, enquanto não for garantido financiamento adicional;
- a extensão do prazo de contratação de 30 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2025, que se recomenda seja autorizado;
- a contratação de 68 trabalhadores em 2025, que se considera fundamentada, mas que e se recomenda que não seja autorizada em quanto não forem concretizados os recrutamentos anteriormente autorizados (cf. ponto 3.20);
- a reclassificação de trabalhadores em 2025 (cf. ponto 3.21), que se recomenda não seja autorizada a menos que seja obtido parecer prévio favorável da tutela setorial; e
- a aquisição/locação de cinco viaturas para a frota operacional em 2025, que se recomenda que seja autorizada.

Note-se que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. deve ater-se em execução aos limites inscritos no OE2025, até conseguir receitas adicionais e serem autorizadas as alterações orçamentais que eventualmente forem necessárias (cf. ponto 6).

Assim, e nestas condições, a proposta de *Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027* do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., incluindo o Plano de Investimentos, pode merecer aprovação, concordando e querendo, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, limitando a sua execução aos valores aprovados em OE2025, exceto e na medida em que for encontrado financiamento adicional.

João Pedro Mestre
Consultor



1. ANEXO 1 – MAPA DE PESSOAL, ASSINADO PELA TUTELA SETORIAL

Mapa de Pessoal, assinado pela Tutela



APPROVO,

Assinado por: Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
 Num. de identificação: 07312399
 Data: 2024.08.13 16:54:04+0100'

(Cristina Prieto Dies)

Metropolitano de Lisboa, EPE

Mapa de Pessoal 2025

MAPA RESUMO

OE 2025

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria		
Cargo/Carreira/Categoria	N.º de postos de trabalho	Observações: (a), (b)
Director de Serviços (1)	22	
Chefe de Divisão (1)	82	
Técnico Superior	213	
Assistente Técnico	251	
Assistente Operacional	1183	
Total	1751	

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

(c) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(c) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM


**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
INFRAESTRUTURAS
E HABITAÇÃO

MAPA DE PESSOAL (POSTOS DE TRABALHO)
Metropolitano de Lisboa, EPE

OE 2025

Atividades/Comp etência/atividades	Unidade Orgânica/centros de competência ou de produção/linha de atividades	Cargos/Começos/Categorias								Área de Formação Académica e/ou Profissional	Nº de postos de trabalho	OBS (a),(b),(c)
		Director-Geral (1)	Subdirector- Geral (1)	Director de Serviços (1)	Chefe de Divisão (1)	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	*Outros... (identificar)			
	Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável			1	4	8	0	3			16	
	Direção de Capital Humano			1	10	20	0	18			49	
	Direção de Clientes, Comercial e Marketing			2	18	21	482	88			591	
	Direção de Coordenação de Empreendimentos			6	11	66	16	31			130	
	Direção Financeira			1	5	18	0	8			32	
	Direção de Logística			1	1	8	1	17			28	
	Direção de Manutenção			3	10	21	333	41			413	
	Direção de Operações			1	4	9	369	0			383	
	Direção de Segurança e Vigilância			1	3	2	2	12			20	
	Direção de Tecnologias de Informação			1	3	16	0	7			27	
	Gabinete de Auditoria Interna			1	1	4	0	1			7	
	Gabinete Jurídico e de Contencioso			1	2	9	0	3			15	
	Direção de Planeamento, Controlo e Gestão do Património			1	2	5	0	7			15	
	Secretaria Geral			1	3	6	0	10			25	
		0	0	22	82	213	1183	251	0	0	1751	

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial

(c) - mencionar número de postos de trabalho a mobilizar na sequência de procedimento concursal sucessivo a trabalhadores sem vínculo de emprego público, ou com vínculo a termo

* Além destas colunas, quantos os necessários para outros caminhos não elencados

RELATÓRIO DE ANÁLISE 19/2025

21/24

PAO2025-27 ML



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM



Assinado por: João Paulo de Figueiredo Lucas
Saraiva
Num. de identificação: 07661348
Data: 2024.08.12 17:32:43+01'00'

MAPA DE PESSOAL 2025
NOTA JUSTIFICATIVA



Metropolitano de Lisboa, EPE

OE 2025

Cargo/Carreira	Efetivos Existentes	Postos de Trabalho Aprovados 2024	Postos de Trabalho Propostos 2025
Dirigente Superior 1º Grau	0	0	0
Dirigente Superior 2º Grau	0	0	0
Dirigente Intermédio 1º Grau	22	22	22
Dirigente Intermédio 2º Grau	82	82	82
Técnico superior	164	179	213
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	251	251	251
Assistente Operacional	1047	1070	1183
Pessoal de Informática	0	0	0
Pessoal de Inspeção	0	0	0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0
Outros (indique qual em Obs.)	0	0	0
Total	1566	1604	1751

Mapa supra de preenchimento automático em face dos dados do mapa de encargos

Nota justificativa relativa aos postos de trabalho propostos:

A 30 de junho de 2024, o ML é composto por um efetivo de 1566 trabalhadores. À data, existem 117 vagas por preencher, das quais: 5 autorizadas pelo PRR, 64 por Substituição e 48 pelo PAO 2023. No âmbito do PAO 2025, solicitamos a admissão de mais 68 trabalhadores. Este pedido inclui a totalidade das 28 contratações solicitadas na última revisão do PAO 2024, o qual ainda se encontra para aprovação. Considera-se neste orçamento a contratação de 38 trabalhadores até ao final do ano, compondo o ML com 1604 trabalhadores nos seus quadros a 31/12/2024. Para 2025, considera-se neste orçamento a contratação de 147 trabalhadores (79+68), perfazendo um efetivo de 1751 trabalhadores a 31/12/2025.

As contratações solicitadas no âmbito do PAO 2025 são, essencialmente, para dotar as áreas operacionais (Direção de Clientes, Direção de Operação e Direção de Manutenção) com pessoal para a atividade de apoio ao cliente nas estações e para permitir a evolução profissional para a categoria de maquinista, exigidas pela expansão da rede, e ainda para responder às exigências de manutenção colocadas pelo prolongamento da rede e pela receção do novo material circulante. Refira-se que o acesso à categoria de Maquinista é exclusivamente interno, pelo que para a empresa dispor destes efetivos necessários à operação da linha circular, tem de iniciar antecipadamente o processo de recrutamento e formação, num processo que se inicia com a contratação de Agentes de Tráfego. Entende-se ainda a necessidade de recrutar 26 Técnicos Superiores para várias áreas da Empresa, com o objetivo de reforçar e rejuvenescer o know-how especializado, nomeadamente ao nível dos projetos de expansão e modernização da rede.

O aumento dos encargos com pessoal, resulta também do impacto diferido das contratações e reclassificações de 2024, da aplicação dos acordos de empresa, nomeadamente no que se refere aos processos promocionais, da aplicação do aumento da massa salarial em 5%, conforme autorizado pela tutela, e das contratações e reclassificações propostas para 2025.

Identificação das áreas com maior carência de recursos humanos, por carreira/categoria, evidenciando a evolução global dos efetivos nos últimos anos.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

2. ANEXO 2 – DESPACHO CONJUNTO DE SUA EXA. O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOUREIRO E FINANÇAS E DE SUA EXA. A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MOBILIDADE DE APROVAÇÃO DO PAO2024

REPÚBLICA
PORTUGUESA

XXXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL

DESPACHO

FINANÇAS E INFRAESTRUTURAS
E HABITAÇÃO

Nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 39.º do RJSE, a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) elaborou o relatório de análise n.º 203/2024, de 22 de julho.

Atento o exposto no referido relatório aprovo-o na generalidade, nos termos e para o efeito do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.

Considerando o teor das conclusões da UTAM, o cumprimento do rácio de eficiência operacional de 2024 face a 2023, ajustado por efeitos legalmente obrigatórios, e que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento da Metropolitano de Lisboa, E.P.E para o triénio 2024-2026, mereceu parecer favorável do órgão de fiscalização, considero que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento apresentada, poderá ser aprovada, pelo que concedo apenas, conforme proposto pela UTAM, para o ano de 2024, e sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa, as seguintes autorizações:

- para a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024;
- para o aumento dos Gastos Operacionais em até três milhões de euros (2,2%), que, deduzindo 317 mil euros referentes aos gastos com as contratações acima assinaladas, limita o total destes gastos em 2024 ao valor de 145,9 milhões de euros,

A aprovação do PAO para 2024 não dispensa a empresa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Dê-se conhecimento à DGTF e à UTAM.

O Secretário de Estado do
Tesouro e das Finanças

João Silva
Lopes
(João Silva Lopes)

Assinado de forma
digital por Joao Silva
Lopes
Dados: 2024.09.03
14:46:18 +01'00'

A Secretária de Estado da
Mobilidade

Assinado por: Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
Num. de identificação: 07312399
Data: 2024.09.02 20:25:14+01'00'

(Cristina Pinto Dias)

RELATÓRIO DE ANÁLISE 19/2025

23/24

PAO2025-27 ML



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

3. ANEXO 3 – PLANO DE INVESTIMENTOS – ÓTICA MAPA FLUXOS DE CAIXA

Unidade: EUR	
Investimentos	2025
	Previsão
1. Prolongamento Rato / Cais do Sodré	56 397 602 €
2. Prolongamento S. Sebastião / Alcântara	80 677 334 €
3. Projeto Modernização Sistema Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C	63 517 320 €
4. Metro Ligeiro de Superfície Odíveas-Loures	70 834 923 €
5. Máquina Esmeriladora	5 595 896 €
6. Remodelação da estação Cais do Sodré	4 200 736 €
7. Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	6 750 204 €
8. Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	3 260 177 €
9. Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	10 171 250 €
10. Renov. Sist. vídeo e comunicação + SADI carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	736 032 €
11. Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99	0 €
12. Sistema de Informação ao Cliente	2 754 723 €
13. Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	0 €
14. Central Fotovoltaica no PMO III	2 152 500 €
15. Remod. e Renovação de Instalações Sociais - Ampliação e Requalificação PMO III	0 €
16. Remodelação Geral de MAVT	2 057 790 €
17. Aquisição de 24 UT - SCEP n.º 13/2022 - RCM n.º 122/2023	19 534 002 €
18. Central Fotovoltaica PMO II	754 829 €
19. Substituição travessas de pinho - PMO II	144 762 €
20. Aquisição Draisine Grua	1 107 000 €
21. Posto de Comando de Central	0 €
22. Empreitada de Manutenção dos Sistemas de Iluminação das estações	715 960 €
23. Remodelação da Estação Marquês de Pombal	1 638 360 €
24. Remodelação e ampliação estação Arroios	0 €
25. Conversores de Tração ML90	0 €
26. Projeto Normalização Imagem ML	639 399 €
27. SADI - Estações + Edifícios	946 145 €
28. Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida (obsoletos)	650 000 €
29. Upgrade unidades remotas de telecomando - Subestações de Tração	287 575 €
30. CITV + Sistemas de Detecção de Descida à Via	755 220 €
31. Empreitada de Vias de inversão da estação Alameda e Bela Vista	427 848 €
32. Empreitada EPAL S. Sebastião	225 584 €
33. Implementação de Sistemas de Otimização do Investimento Sustentável	419 100 €
34. Obra de reabilitação do edifício FPM	450 000 €
35. Reabilitação Campo Grande	747 748 €
36. Reabilitação Colégio Militar - 2ª Fase	827 036 €
37. Reabilitação de Interiores ML_90_95	0 €
38. Reabilitação do edifício da Barbosa du Bocage	184 500 €
39. Reabilitação Estação Odíveas	0 €
40. Relocalização SET PMO I - Estação JZ	0 €
41. Remodelação Esquadra PSP da Estação do Marquês de Pombal	504 300 €
42. Remodelação Posto de Tração PMO II	0 €
43. Outros Investimentos	4 750 163 €
Total investimento	344 816 016 €
Total financiamento	344 816 016 €

XI. Responsabilidade social, Qualidade e Ambiente

Política de responsabilidade social

O Metropolitano de Lisboa é uma organização empenhada em “contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”, assumindo uma atitude socialmente responsável, refletida na integração voluntária de preocupações sociais no desenvolvimento da sua atividade e na interação com todas as partes interessadas, adotando uma política de Responsabilidade Social tanto na dimensão externa como interna.

Assim, para a concretização da sua política de Responsabilidade Social foi assinada, a Carta de Responsabilidade Social, que assume a valorização que o Metropolitano de Lisboa atribui à dimensão social, fazendo desta um valor a ser partilhado e participado por todos na Empresa, no desenvolvimento de uma cultura socialmente responsável, com a adoção de rotinas e práticas claras que orientam a nossa intervenção em parceria com várias instituições para apoio a causas solidárias no meio envolvente à rede Metro, como sejam, “COMPANHEIRO”, o C.A.S.A. – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, a ASE – Associação de Assistência Social Evangélica, o Banco Alimentar Contra a Fome, Banco de Bens Doados da ENTRAJUDA e a APOIARTE.

Igualdade de Género

Ainda neste contexto organizacional, o iGen – igualdade de género surge com papel de relevância na temática da Responsabilidade Social do Metropolitano de Lisboa, assumindo por si só, uma dimensão central na questão social, a nível empresarial, reconhecendo a empresa os benefícios diretos e indiretos de possuir uma força de trabalho diversificada nos vários níveis da organização no que concerne à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e à não discriminação, para esse efeito, foi elaborado o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres como forma de reconhecimento da importância da igualdade de género no âmbito da sustentabilidade social.

O iGen é um fórum de empresas, do qual o Metropolitano de Lisboa faz parte, desde 27 de março de 2014, que tem por objetivo a promoção de igualdade de direitos profissionais entre mulheres e homens. No âmbito da sua política de responsabilidade social, o Metropolitano de Lisboa assume o compromisso pela diversidade, conciliação e comunicação garantindo a igualdade de oportunidades dos colaboradores.

Desenvolvimento sustentável

O Metropolitano de Lisboa assume o compromisso para com o desenvolvimento sustentável, e no âmbito da integração desse compromisso na sua estratégia, elegeu o ODS 5 – objetivo de desenvolvimento sustentável para alcançar a igualdade de género –, destacando entre as ações desenvolvidas mais recentemente as seguintes:

- Inclusão de capítulo subordinado ao tema do desempenho social do Metropolitano de Lisboa, no relatório de sustentabilidade, desde 2016, de forma ininterrupta;
- Inclusão no Manual de Acolhimento de um capítulo destinado ao tema da iGen e não discriminação;
- Produção de indicadores chave de gestão (desagregados por sexo) para a iGen;
- Adesão ao Guia do CEO sobre Direitos Humanos – o Metropolitano de Lisboa está empenhado com a abordagem comprometida com os direitos humanos, com o objetivo claro de derrubar barreiras ao desenvolvimento e influenciar positivamente a vida de milhões de pessoas vulneráveis em todo o mundo.
- Criação do Espaço Bebê na Estação Alameda II – espaço multifunções destinado a pais e filhos, apoiado pelo Ministério do Ambiente e Transição Energética, no âmbito do programa “3 em Linha – Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar”. Este programa tem como “objetivo promover um maior equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, como condição para uma efetiva igualdade entre homens e mulheres”.

Política de gestão da Qualidade e Ambiente

O Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA) rege-se por um conjunto de pressupostos definidos pelo Conselho de Administração e baseados nos princípios gerais do ML:

- **A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expectativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
- **Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
- **Responsabilidades partilhadas e claramente definidas** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
- **O envolvimento e qualificação das trabalhadoras e dos trabalhadores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as trabalhadoras e os trabalhadores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.
- **A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.
- **A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental, incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
- **A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
- **O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.
- **A gestão dos impactes ambientais** – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.
- **O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis** – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.
- **A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado** – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementá-las sempre que adequado.

XII. Carta do cliente

Declaração de Compromisso

O Metropolitano de Lisboa tem como principal objetivo melhorar continuamente a qualidade de serviço prestado, de modo a satisfazer as necessidades e responder às expectativas dos clientes, tendo como base uma gestão sustentável. A presente Declaração de Compromisso visa reforçar o diálogo entre a Empresa e os seus clientes, contribuindo para o bem-estar social.

Oferta de serviço de transporte

1. Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
2. Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
3. Implementar horários que correspondam eficazmente à procura existente.

Recursos humanos

Assegurar a qualidade dos recursos humanos para que executem o serviço de forma competente e profissional, assegurando condições de conforto, qualidade e rigor.

Segurança

2. Promover e aplicar, em permanente colaboração com as forças de autoridade, as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
3. Manter os veículos em bom estado de conservação;
4. Assegurar que os equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

Acessibilidades

Em colaboração com as entidades competentes assegurar a acessibilidade de todos os clientes mesmo daqueles cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida.

Regularidade

Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações do serviço.

Sugestões e reclamações

1. Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações, fazer a sua análise, promover medidas de melhoria e providenciar em tempo útil a respetiva resposta;
2. Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

Informação e apoio ao cliente

2. Disponibilizar de uma forma perceptível e rigorosa, em espaços próprios e através dos diversos suportes de comunicação com o cliente, a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
3. Dinamizar a rede de vendas disponibilizando diversas formas e meios para aquisição dos títulos de transporte;
4. Disponibilizar canais e espaços próprios que permitam ao cliente resolver situações anómalas ou que pela sua especificidade necessitem de uma análise especializada.

Ambiente

1. Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
2. Promover e disponibilizar meios que facilitem ao cliente as boas práticas de proteção do ambiente.

Limpeza e conservação

Garantir que as estações, os veículos e os equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza.

Deveres do Cliente

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. Neste sentido, a utilização do ML deve ser efetuada respeitando regras simples, que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

1. Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo aos agentes ao serviço da empresa sempre que for solicitado;
2. Validar sempre o título de transporte, se não o fizer, o cliente incorre em transgressão (Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, com alterações introduzidas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro);
3. Não fumar nas instalações e no interior dos veículos, se o fizer, o cliente incorre em infração prevista e punida por lei (Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto art.º 4 n.º 1 alínea u);
4. Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais (Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, Portaria n.º 968/2009, de 26 de agosto e Portaria n.º 422/2004, de 24 de abril), bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
5. Utilizar os equipamentos de forma adequada;
6. Respeitar o sinal de fecho de portas e os avisos de segurança;
7. Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida sempre que necessário e respeitar os lugares que lhes são destinados;
8. Ajudar a manter os locais de espera e veículos limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
9. Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;
10. Alertar os agentes ao serviço da empresa para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.

Em síntese, o cliente deve comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja em relação a outros clientes, ou aos agentes ao serviço da empresa, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

XIII. Glossário de Termos e respetivas Fontes

Absentismo

Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

Acidente

É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

Acidente de trabalho

É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajeto de ida e regresso para o local de trabalho.

Benchmarking

Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

Capacitação

Refere-se a todos os tipos de formação profissional e treinamentos, licença remunerada para estudos fornecida pela organização para os seus colaboradores, capacitação ou educação realizados externamente e pagos, total ou parcialmente, pela organização e capacitação de temas específicos.

Carruagens x km

Produto do número de circulações pelo número de carruagens de cada circulação e pelo percurso percorrido (serviço público).

Colaboradores

Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

Compliance

Corresponde a uma atuação de acordo com determinadas regras ou diretrizes estabelecidas.

Desenvolvimento Sustentável

Conceito desenvolvido pela Comissão Brundtland no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um “compromisso de solidariedade com as gerações do futuro”, no sentido de assegurar a transmissão do “património” capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de “boa governação”.

Eficácia

Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

Eficiência

Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Eficiência energética

Número de passageiros x km transportados por unidade energia consumida.

Emissões diretas

Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

Emissões indiretas

Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

Entidade

Corresponde normalmente a uma Organização ou a uma operação, quer seja legalmente constituída ou não.

Estudo de Clima da Empresa

Questionário de Satisfação feito aos colaboradores da empresa, anualmente.

Fornecedores locais

Organização ou pessoa que fornece materiais, produtos e serviços localizados em Portugal.

Gases com efeito de estufa (GEE)

Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFC), perfluorcarbonos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF₆).

Global Reporting Initiative (GRI)

Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

Impacte Ambiental

Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

Incidente

Ocorrência que ocorre de forma inesperada, mas não causa grandes danos ou consequências.

Indicador

Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

Índice de duração

Número médio de dias perdidos por acidente de trabalho.

Índice de frequência

Número de acidentes com baixa ocorridos num ano, por cada milhão de horas x homem trabalhadas.

Índice de gravidade

Número de dias úteis perdidos por ano, por cada mil horas x homem trabalhadas.

Índice de incidência

Número de acidentes com baixa, por cada ano de trabalho e por cada mil trabalhadores.

Lugares x km

Produto do número de carruagens x km pela capacidade média de cada carruagem.

Monitorização

Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

Norma ISO 9001

Norma Internacional da “International Organization for Standardization” sobre sistemas de gestão da qualidade.

Norma ISO 14001

Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

Norma NP 4475

Norma relativa à certificação da qualidade do serviço prestado ao cliente, define os níveis de serviço a prestar no âmbito do serviço público de transportes em modo metropolitano nas suas várias vertentes: regularidade, fiabilidade, informação e apoio ao cliente, segurança, impacte ambiental.

Norma NP EN 13816

Norma europeia que especifica os requisitos para definir, objetivar e medir a qualidade do serviço no transporte público de passageiros, e dá orientações quanto à seleção dos métodos de medição correspondentes.

Óbito

A morte de um trabalhador ocorrida no período coberto pelo relatório atual, decorrente de uma lesão ou doença relacionada ao trabalho sofrida ou contraída na condição de empregado da organização.

Ocorrências por milhão de passageiros transportados

Número de ocorrências de criminalidade envolvendo passageiros por cada milhão de passageiros transportados.

Organização

Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

Partes Interessadas

Normalmente designadas por *stakeholders*, são entidades afetadas ou que afetam a empresa.

Passageiro x km

Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

Passageiros transportados

Número de passageiros transportados, em modo metro, incluindo os passageiros fraudulentos.

Passageiros das validações

Número de passageiros transportados, em modo metro, possuidor de título válido, não inclui os passageiros fraudulentos.

Reciclagem

Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

Reclamações

Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, correio, correio eletrónico ou qualquer outra forma escrita.

Resíduos

Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Serviço

Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.

Sistema de gestão

Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

Sistema de Gestão da Qualidade

Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que respeita à qualidade.

Sistema de Gestão Ambiental

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Sustentabilidade

Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Taxa de absentismo

Percentagem obtida pelo quociente da divisão de horas de ausência pelo potencial de trabalho.

Taxa de rotatividade

É o movimento de entrada e saída de funcionários em uma empresa, demonstrado por meio de uma taxa de rotatividade.

Tramitação

Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

Valorização

Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).

XIV. Siglas e Acrónimos

Siglas / Acrónimos	Significado
A.C.E.	Agrupamento Complementar de Empresas
AE I	Acordo de Empresa I (restantes trabalhadores)
AE II	Acordo de Empresa II (licenciados e bacharéis)
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ATM	Multibanco
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
AVE	<i>Advertising Value Equivalent</i>
CBTC	Communications-Based Train Control
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CITV	Circuito Interno de Televisão (Sistema de videovigilância)
CLC	Certificação legal de Contas
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DPO	Encarregado de Proteção de Dados (<i>Data Protection Officer</i>)
EBITD	<i>Earnings Before Interests</i>
EBITDA	<i>Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
EGP	Estatuto do Gestor Público
Grupo CoMET	The Community of Metros
GWh	Giga-Watt hora
I.P.	Instituto Público
ICNF	Instituição da Conservação da Natureza e das Florestas
IDI	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
ILD	Infraestruturas de Longa Duração
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IP	Infraestruturas de Portugal
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
ISEL	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
ISO 14001	Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 45001	Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 50001	Sistemas de Gestão de Energia – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 9001	Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos
LIOS	Linha Intermodal Sustentável
LKO	Lugares x km oferecidos
MAVT	Máquina Automática de Venda de Títulos
MENAC	Mecanismo Nacional de Anticorrupção
MKBF	<i>Mean Kilometer Between Failure</i> (Quilometragem média entre falhas)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.; METRO
ML90, ML95, ML97 e ML99	As quatro séries de Material Circulante do ML
MLS	Metro Ligeiro de Superfície
MOP	Multimédia Outdoors Portugal – Publicidade, S.A.
MTBF	<i>Mean Time Between Failures</i> (Período Médio entre Falhas)
MWh	Megawatt hora
n.d.	Não disponível

Siglas / Acrónimos	Significado
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OTLIS	Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.
p.p.	Ponto Percentual
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PART	Programa de Apoio à Redução Tarifária
PESTAL	Análise de Contexto Política, Económica, Social, Tecnológica, Ambiental e Legal
PISA 2030	Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental 2030
Pkm	Passageiros x km
PKT	Passageiros x km Transportados
PMO	Parque de Material e Oficinas
PMO I	PMO de Sete Rios
PMO II	PMO de Calvanas
PMO III	PMO de Carnide
PMP	Prazo médio de Pagamento
PNPA	Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
ROC	Revisor Oficial de Contas
ROI	Return on Marketing Investment
s / n / n.a.	Sim / Não / Não Aplicável
S.A.	Sociedade Anónima
SADI	Sistema Automático de Detecção de Incêndios
SAP	Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Systems Applications and Products in Data Processing)
SAP BPC	SAP Business Planning and Consolidation
SCIE	Segurança Contra Incêndios em Edifícios
SEAMB	Secretário de Estado do Ambiente
SEE	Setor Empresarial do Estado
SETF	Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SOE	Sistema do Orçamento de Estado
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TML	Transportes Metropolitanos de Lisboa
UA	Universidade de Aveiro
UE	União Europeia
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
UTE	Unidade da Tesouraria do Estado
Vlr. Abs.	Valor Absoluto
Var.	Variação